



Plano de Gestão Territorial e Ambiental **Terra Indígena** **Alto Rio Negro**



Plano de Gestão Territorial e Ambiental **Terra Indígena Alto Rio Negro**

Realização



São Gabriel da Cachoeira 2019

Apoiadores financeiros



Realização



Assessoria



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Plano de gestão territorial e ambiental : Terra Indígena Alto Rio Negro /
realização FOIRN - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro.
-- São Gabriel da Cachoeira, AM : FOIRN, 2019.

Bibliografia.

1. Alto Rio Negro (Amazônia) - Povos indígenas - Brasil 2. Diversidade cul-
tural 3. Gestão ambiental 4. Índios da América do Sul - Amazônia - Alto Rio
Negro - História 5. Povos indígenas - Brasil 6. Povos indígenas - Territórios
I. FOIRN - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro.

19-32103

CDD-306.0899811

Índices para catálogo sistemático:

1. Alto Rio Negro : Amazônia : Terras indígenas :
Planos de gestão ambiental e territorial :
Sociologia 306.0899811

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Iniciativa

O Plano de Gestão da Terra Indígena Alto Rio Negro é resultado de um longo proces-
so de construção coletiva em que participaram lideranças, jovens, homens e mulheres
das diferentes sub-regiões da Terra Indígena. Trata-se de uma iniciativa liderada pela
Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), em cooperação com as cinco
Coordenadorias Regionais, o Conselho Diretor e a rede de associações indígenas de base.
Na agenda de elaboração dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) das Terras
Indígenas de atuação da FOIRN, a Federação mobilizou mais de duas mil pessoas, entre
lideranças e representantes das comunidades indígenas. Entre 2015 e 2018, foram realizados
mais de 50 encontros, oficinas inaugurais, oficinas do Grupo de Trabalho PGTA, consultas
nas comunidades e validações em assembleias regionais, Assembleia Geral e Conselho
Diretor da FOIRN.

Instituto Socioambiental, Funai (Coordenação Regional do Rio Negro), Instituto Chico Mendes
para a Conservação e Biodiversidade (ICMBio) colaboraram e fizeram parte da Comissão de
Governança dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) das Terras Indígenas do
Alto e Médio Rio Negro.

Realização

Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN)

<https://foirn.org.br/>

Com sede em São Gabriel da Cachoeira (AM), o município brasileiro mais indígena, a FOIRN
articula ações em defesa dos direitos e do desenvolvimento sustentável das comunidades
indígenas dessa região do noroeste da Amazônia, na tríplice fronteira com Venezuela e
Colômbia.

Diretoria Executiva da FOIRN 2017-2020

Marivelton Rodrigues Barroso — Baré — Diretor Presidente
Nildo José Miguel Fontes — Tukano — Diretor Vice-presidente
Isaías Pereira Fontes — Baniwa — Diretor
Almerinda Ramos de Lima — Tariari — Diretora
Adão Francisco Henrique — Baré — Diretor

Conselho Diretor 2017-2020

Armando Menezes — Coordenador

Conselho Fiscal 2017-2020

Ronaldo da Silva Apolinário — NADZOERI — Presidente
Carlos Alberto Teixeira Neri — CAIMBRN
Socorro Teles Matos — COIDI
Carmem Lúcia da Silva Menezes — DIA WII
Renato da Silva Matos — CAIARNX

Endereço

Av. Álvaro Maia 79 - Centro - São Gabriel da Cachoeira-AM,
CEP: 69750-000 - Caixa Postal 42
foirn@foirn.org.br

Comissão de Governança dos PGTAs das Terras Indígenas do Alto e Médio Rio Negro

FOIRN, ISA, Funai (Coordenação Regional do Rio Negro) e ICMBio

Colaboração nos processos, oficinas e registros das discussões:

Diretoria FOIRN: Adão Francisco Henrique, Almerinda Ramos de Lima, Isaías Pereira Fontes, Marivelton Rodrigues Barroso e Nildo José Miguel Fontes.

Lideranças e ex-diretores da FOIRN: André Baniwa, Bráz França, Domingos Barreto, Maximiliano Menezes e Renato Matos.

Coordenadorias FOIRN: Antonio Marques, Juvencio Cardozo Dzodzo, Jaciel José Prado Freitas, Pascoal Gonçalves Filho e Vamberto Plácido Rodrigues.

Equipe FOIRN: Adelina Sampaio, Anderson Brazão, Ednéia Teles, Edson Gomes, Eliezer Sarmiento, Elizangela da Silva, Etevaldo Peixoto de Lima, Gicely Ambrósio, Heraldina Machado Henrique, Ilma Fernandes Neri, Ivo Fontoura (até 02/2019), Janete Alves, Josilene dos Santos, Lucas Matos, Maria de Lourdes Viegas Cordeiro, Marivaldo Almeida Silvestre, Ray Benjamim Baniwa, Rita de Cássia Brazão, Rosivaldo Teles, Sidnei Olar dos Santos.

Rede Wayuri de comunicadores

Representantes das coordenadorias, associações e comunidades indígenas: Adilma Sodré (COIDI), Anacleto Pimentel Gonçalves (DIA WII), Antonio Baltazar Candido (CAIARNX), Antônio Ramos (Hupd’äh), Américo Araújo (Yuhupdëh), Américo Penedo (Hupd’äh), Américo Socot (Hupd’äh), Auxiliadora Silva (Dâw), Eládio Braga (COIDI), Cleocimara Reis Gomes (CAIMBRN), Edmar Sanches (COIDI), Estevão Pedrosa (DIA WII), Eucimar dos Santos Aires (CAIMBRN), Evanildo Melgueiro, (CAIARNX), Everaldo Garcia (CAIMBRN), Jonilson Lelis (COIDI), Lucas Bastos (DIA WII), Plinio Guilherme Marcos (NADZOERI), Mauro Pedrosa (DIA WII), Odilon Seabra - in memoriam (Hupd’äh), Orlando Fontes (NADZOERI), Roberto Fernandes (Dâw), Ronaldo Apolinário (NADZOERI) e Rosivaldo Miranda (DIA WII).

CR Funai: Coordenadores Domingos Sávio Barreto (até 09/2018) e Jackson Abraão Lemos Duarte da Costa Equipe CR Funai: Denivaldo Cruz da Silva, Evaldo Alencar de Araújo, Guilherme Costa Veloso, Marcos Mesquita Damaceno, Rosiclaudio Cordeiro e Tulio Caio Binotti.

ICMBio: Luciana Uehara.

ISA: Alessandra Jacobovski, Alfredo Baniwa, Adeilson Lopes (até 04/2018), Aline Scolfaro (até 04/2018), Aloisio Cabalzar, Aparecida Fontes Rodrigues, Beto Ricardo, Camila Barra (até 07/2018), Carla Dias, Carlos Alexandre Demeterco, Carlos Barretto, Claudino Amorim, Danilo Parra (até 09/2019), Francis Miti Nishiyama, Felipe Storch (até 09/2018), Juliana Lins (até 07/2019), Juliana Radler, Marcilio Cavalcante, Margarida Murilo Costa, Natalia Pimenta, Pieter-Jan van der Veld (até 07/2019), Renata A. Alves, Renato Martelli Soares, Thaissa Sobreiro (até 07/2019), Wilde Itaborahy (até 04/2018) e Wizer de Oliveira Almeida.

Colaboradores e consultores: Anna Karoline Cruz, Bruno Marques, Danilo Paiva, Diego Rosa, Emmanuel Richard, Henrique Junio, Nelson Ortiz, Pedro Lolli, Luiza Garnelo, Marta Azevedo, Rafael Moreira e Sully Sampaio.

Representantes das comunidades e associações indígenas que participaram do Levantamento Socioambiental e das oficinas dos Grupos de Trabalho (GT):

Pesquisadores por Coordenadorias da FOIRN:

Adelina de Assis Sampaio, CAIARNX	Lenilza Marques Ramos, DIA WII
Adilma Auxiliadora Lima Sodré, COIDI	Lucas Alves Bastos, DIA WII
Alberto Evangelista Camico, CAIARNX	Lucas R. da Silva, CAIMBRN
Alcimar Sander Rezende, entorno de SGC	Luis Gilberto Rodrigues, COIDI
Antonio Candido Baltazar, CAIARNX	Madalena Costa Horácio, CAIMBRN
Antonio Ramos, COIDI	Marcelo Fernandes Piloto, NADZOERI
Armindo da Silva Franciso, NADZOERI	Mateus Gomes Macedo, DIA WII
Cleocimara Reis Gomes, CAIMBRN	Mauricio Garcia Sanches, NADZOERI
Edmar Figueiredo Sanches, COIDI	Mauro Pedrosa, entorno de SGC
Estevão Monteiro Pedrosa, DIA WII	Nilson Melgueiro Farias, CAIARNX
Eucimar dos Santos Aires, CAIMBRN	Nivaldo Castilho, COIDI
Everaldo Bruno Garcia, CAIMBRN	Orlando Andrade Fontes, NADZOERI
Gabriel Ribeiro dos Santos, CAIARNX	Pascoal Gonçalves Filho, CAIARNX
Germano J. B. Campos, DIA WII	Plinio Guilherme Marcos, NADZOERI
Horipio Emilio Pacheco, NADZOERI	Rogelino da Cruz Alves Azevedo, DIA WII
Ismael Pimentel dos Santos, DIA WII	Rosivaldo Lima Miranda, DIA WII
Jaciel José Prado Freitas, COIDI	Roberval Sambrano Pedrosa, DIA WII
Jarbas Goes Dias, DIA WII	Silvério da Silva de Lima, NADZOERI
João Claudio, NADZOERI	Vamberto Plácido Rodrigues, CAIMBRN
João Florentino da Silva, NADZOERI	Walter Lopes da Silva, NADZOERI
Jonilson Lelis Gonçalves, COIDI	Wilson Julio Quincas, NADZOERI
José Sidney Meireles, DIA WII	Yolanda Apolinário Venceslau, NADZOERI
Larissa Duarte, DIA WII	

Apoio para realização e participação nas oficinas de discussão:

ACIYA (Asociación de Capitanes Indígenas de Yaigojé-Apapóris), DSEI-ARN (Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Negro), Exército Brasileiro, Fiocruz Amazônia (Fundação Oswaldo Cruz), Funai (Fundação Nacional do Índio), ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), IFAM (Instituto Federal do Amazonas), Ministério do Meio Ambiente, SEMED-SGC (Secretaria Municipal de Educação e Cultura), UFAM (Universidade Federal do Amazonas) e SEMA-AM (Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Amazonas).

Organização e edição da publicação: Aline Scolfaro e Carla Dias.

Textos e revisões: Diretoria da FOIRN: Adão Francisco Henrique, Almerinda Ramos de Lima, Isaías Pereira Fontes, Marivelton Rodrigues Barroso e Nildo José Miguel Fontes. Colaboradores: Adeilson Lopes, Aline Scolfaro, Aloisio Cabalzar, André Fernando Baniwa, Bruno Marques, Carla Dias, Diego Rosa, Domingos Sávio Barretto, Natalia Pimenta, Nelson Ortiz, Pieter-Jan van der Veld, Renata Alves e Renato Martelli Soares.

Pesquisa e tratamento de imagens: Claudio Tavares e Mariana Floria Baumgaertner.

Mapas: Renata A. Alves.

Projeto e Edição Gráfica: Bruna Keese e Julia Tranchesi.



Os PGTA's (Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas) são importantes instrumentos na Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas (PNGATI). Estes planos de diálogo intercultural e de planejamento para a gestão territorial e ambiental contam, na sua elaboração, principalmente com os povos indígenas e parceiros da sociedade civil e instâncias governamentais. Trata-se também de uma oportunidade de executar um processo coletivo de acordos entre as comunidades e de encaminhar ao Estado recomendações específicas da realidade de cada região para a aplicação de políticas públicas.

Baniwa Nhaaha PGTA nai kanakaiperi padzeekataka wadzakale riko kadzo PNGATI, Lei ikaitekapidzo. Nhaaha ikatsa kaakoxoopa matsia phaa papidzawaaka phiome nanako koamekaro padzeekataka phiome iapizda, whaa nawikinai, wakitsienape ikitsindatakape nheette governonai tsakha. Kadzo watsa matsia padzeekataka pakowaka papidzawaka nheette papiiriwa governo irhio padzale nako, pakaiteka koamekaro lidzeekataka matsia koakadaka palhiwawa.

Nheengatu Kua Mayearã Yumiakũta Īdigena Taretama (PGTA), ae ipupe rupia uyumuyã kua "Maye Yumuyã Miakutasa Īdigena Taretama upé" (PNGATI)). Aitekua kũtaisa muiri mirasaita yara asui mayearã yumuyã miakũta kua tetamaita, maitepiri tairũ kua mirasãĩdigenaite asui upurataki wa tarupi yepewasi tairũ kua umũdusaita. Yawe rame tapudei yukũtaiwa rupi takua maye tamuyã arama muraki, mũdusaita asui teda wasuita irũ, asuiwara tamũdu mudusaraita turusuwaita supé, tamuyã arama muraki irupĩ, mayete tetama rupiwaraita tarikusa.

Hup PGTA tih heh pög inih s'ahat. inih bi' tęg nĩ, in du'd'äh inih bi tęg nĩ, tęg hõ d'äh inih bi' tęg nĩ, ni hũ yeheep ʔh inih bi' tęg nĩ. Ayup hayam sãp hayam pid Hupd'äh bab' id naw, suk'et hi', ni hũ yehep ʔh bi' hitamap k'et, s'ahat naw ni teep k'et.

Tukano (PGTA) marĩya ditare ñanurũ ahpokũ kahtisetirã nise tho nikã ahputu wiopehsase nĩ ate PNGATI. Ukũ amesuokere minekũ ukũ amesuo marĩya ditare ñanurũ wetamorãre marĩ ahkawererare uasarã, tho nikã pehkasã marire añurõ uasarã kũpã marĩwiorã nisetatipapu duhti muõ dhuirã. Marĩye mahkãrĩpure nikãrõmerã darasetii, ateta uhsãye mahkãrĩpure uasa nii serĩmũose nisa wiorãpure.

Apresentação

Nós queremos viver bem e em paz.

O PGTA – Plano de Gestão Territorial e Ambiental é uma forma de não esquecermos os conhecimentos de nossos antepassados, mesmo que o mundo esteja em transformação contínua.

Muito antes das leis dos não-indígenas, nossos antepassados já faziam a gestão ambiental e territorial de nossas comunidades e territórios quando pensavam o futuro a partir dos conhecimentos dos mais velhos, das formas de manejo e do fortalecimento da saúde de cada pessoa, família e povo. Quando praticavam dabucuri, wayuri (mutirão), benzimentos de proteção das pessoas, dos lugares e acordos entre os moradores das comunidades. Mais recentemente, as organizações indígenas, Coordenadorias da FOIRN e capitães de comunidades também praticam a gestão e baseiam-se nos princípios do bem viver e convivência dos diferentes povos da região.

Assim, o PGTA não é novidade, antes da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), os povos do rio Negro e organizações parceiras já discutiam e executavam projetos sobre os planos de manejo de recursos naturais, acordos de uso do território, perspectivas para o futuro e recomendações para a implementação de políticas públicas adequadas à realidade da região.

Agora, o PGTA serve para reunir tudo isso e organizar a conversa com o Estado e parceiros de fora. O PGTA é para falarmos com as autoridades, para falarmos o que e como queremos trabalhar em nossas comunidades. O PGTA é para organizar e fortalecer parcerias para o bem viver.

A elaboração dos PGTA's do alto e médio rio Negro exigiu muita dedicação do movimento indígena local. Foram muitas reuniões, pesquisas, estudos e revisões de textos. Com as entrevistas do levantamento, a FOIRN, por meio dos pesquisadores e lideranças locais, chegou em quase todas as localidades de moradia. Nas oficinas, encontros e assembleias muitas pessoas, entre mulheres, jovens e representantes de associações estiveram animados construindo com a FOIRN nossos planos de futuro.

Neste documento – da Terra Indígena do Alto Rio Negro – apresentamos a região, na primeira parte contamos a história dos povos e do contato com os não indígenas, contamos como o mundo em transformação afeta nossas vidas e como participamos dessa transformação nos organizando e fazendo projetos. Na segunda parte, as realidades étnicas e de cada sub-região são retratadas, bem como alguns dos principais desafios e recomendações específicos são apresentados. Por fim, na parte III, trazemos os principais desafios comuns às sub-regiões da Terra Indígena Alto Rio Negro apontando estratégias de gestão e responsáveis para cada iniciativa.

Este PGTA é resultado de uma agenda participativa realizada ao longo de quatro anos, na qual outros documentos de gestão também foram elaborados, em destaque, o PGTA Wasu, de todo o território de abrangência da FOIRN.

Sumário

PARTE I

Conhecendo a Terra Indígena Alto Rio Negro

13 A Terra Indígena Alto Rio Negro

15 1. Diversidade cultural

- 18 Famílias linguísticas, grupos étnicos e territorialidades
- 23 Entre a diversidade e a identidade

25 2. Características ambientais e dinâmicas de ocupação

- 26 Paisagens e ecossistemas
- 30 Práticas de manejo
- 34 Ocupação e gestão do território

41 3. Manejo do mundo

- 42 Ciclos anuais
- 47 Território e lugares sagrados

51 4. Um mundo em transformação

- 52 Breve história da colonização no alto rio Negro
- 58 A história recente

62 5. Governança indígena e elaboração do plano de gestão

- 64 Movimento indígena e demarcação da TI Alto Rio Negro
- 65 FOIRN, Coordenadorias Regionais e associações de base
- 69 O Plano de Gestão
- 72 Passos na elaboração
- 82 O levantamento Socioambiental do PGTA
- 87 Destaques dos resultados do levantamento PGTA para a Terra Indígena Alto Rio Negro

PARTE II

Diversidades regionais e étnicas

105 6. Baixo Uaupés, Tiquié, Traíra e Apapóris DIA WII – Coordenadoria das Organizações Indígenas do Tiquié, Uaupés e Afluentes

- 108 DIA WII: um território extenso e multiétnico
- 108 Gestão e governança
- 112 Sub-regiões e diversidades locais
- 122 Prioridades para a gestão territorial na área da DIA WII

134 7. Médio e Alto Uaupés, Papuri e Iauaretê COIDI – Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê

- 138 Conhecendo a região
- 139 Governança e gestão do território
- 141 Calhas e sub-regiões
- 146 Principais desafios para a gestão ambiental e territorial na região da COIDI
- 149 Diretrizes para políticas públicas, projetos comunitários e acordos internos

161 8. Bacia do rio Içana NADZOERI – Organização Baniwa e Koripako

- 164 Território e Bem Viver Baniwa e Koripako
- 165 O que o PGTA significa para nós
- 166 Conhecendo a bacia do rio Içana
- 170 Diagnóstico socioambiental
- 173 Desafios para a gestão territorial na bacia do rio Içana
- 174 Diretrizes específicas dos povos Baniwa e Koripako

178 9. Alto Rio Negro e Xié CAIARNX – Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Xié

- 181 Perfil geral da região
- 183 Diagnóstico socioambiental
- 188 Prioridades e desafios de gestão na área do Alto Rio Negro e Xié

190 10. Povos Hupd’äh e Yuhupdëh Bacias do Uaupés e Apapóris

- 194 Tempos, espaços e manejo do mundo
- 203 Regiões de habitação e características locais
- 208 Problemas, desafios e prioridades dos povos Hupd’äh e Yuhupdëh

PARTE III

Desafios, demandas e propostas de gestão territorial para Terra Indígena Alto Rio Negro

216 11. Prioridades para projetos comunitários e políticas públicas

- 219 Território e proteção territorial
- 222 Meio ambiente, manejo e acordos intercomunitários
- 227 Governança e direitos indígenas
- 231 Fortalecimento cultural
- 233 Mulheres e jovens indígenas
- 235 Sustentabilidade e iniciativas produtivas
- 238 Educação escolar indígena
- 243 Saúde indígena
- 247 Infraestrutura: comunicação, energia, mobilidade, lixo e saneamento

- 252 Referências e recomendações bibliográficas
- 259 Lista de siglas usadas no Plano de Gestão da Terra Indígena Alto Rio Negro

PARTE I

conhecendo a
Terra Indígena
Alto Rio Negro





A Terra Indígena Alto Rio Negro

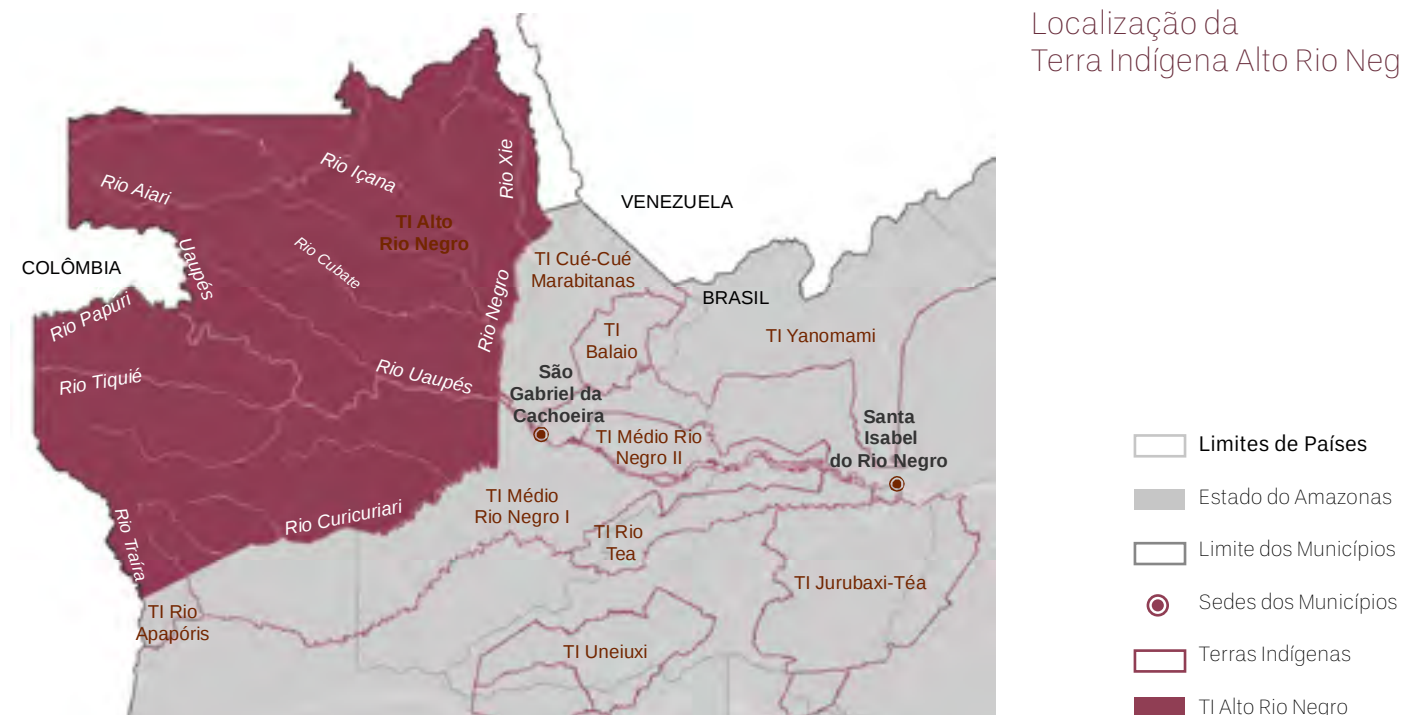
A Terra Indígena Alto Rio Negro, homologada em 1996, é o quarto maior território indígena reconhecido do Brasil. De seus 8 milhões de hectares de rios e florestas, cerca de 92% está dentro da jurisdição do município de São Gabriel da Cachoeira/AM e os outros 8% adentram os limites territoriais do município vizinho, Japurá/AM. Nesse extenso território se localizam aproximadamente 280 comunidades e mais de 200 sítios. A população residente em todas essas comunidades e sítios é de aproximadamente 18 mil pessoas.

Suas porções ao sul e à leste são contíguas a outras três terras indígenas: a TI Rio Apapóris (com cerca de 108 mil hectares), a TI Médio Rio Negro I (com 315 mil hectares) e a TI Cué-Cué Marabitanas (com 788 mil hectares). Já as porções oeste e norte fazem fronteira com a Colômbia, se estendendo por três Departamentos do país vizinho: Vaupés, Guainia e Amazonas.

A faixa de fronteira do lado colombiano também é constituída por territórios indígenas reconhecidos. O maior deles é o Gran Resguardo Indígena del Vaupés, que faz fronteira com quase todo o limite oeste da TI Alto Rio Negro. Os demais são o Resguardo Yagoje-Apapóris, contíguo à porção sudoeste da TI Alto Rio Negro (região do baixo rio Traíra), e os Resguardos Cuiari Isana e Bajo Rio Guainia, ao norte.

As fronteiras, como se sabe, se sobrepueram às territorialidades tradicionais, dividindo os povos indígenas em dois países. Mas a identidade cultural e a gestão desse macroterritório é, de fato, transfronteiriça. Pois são parentes e cunhados aqueles que estão do outro lado da fronteira.

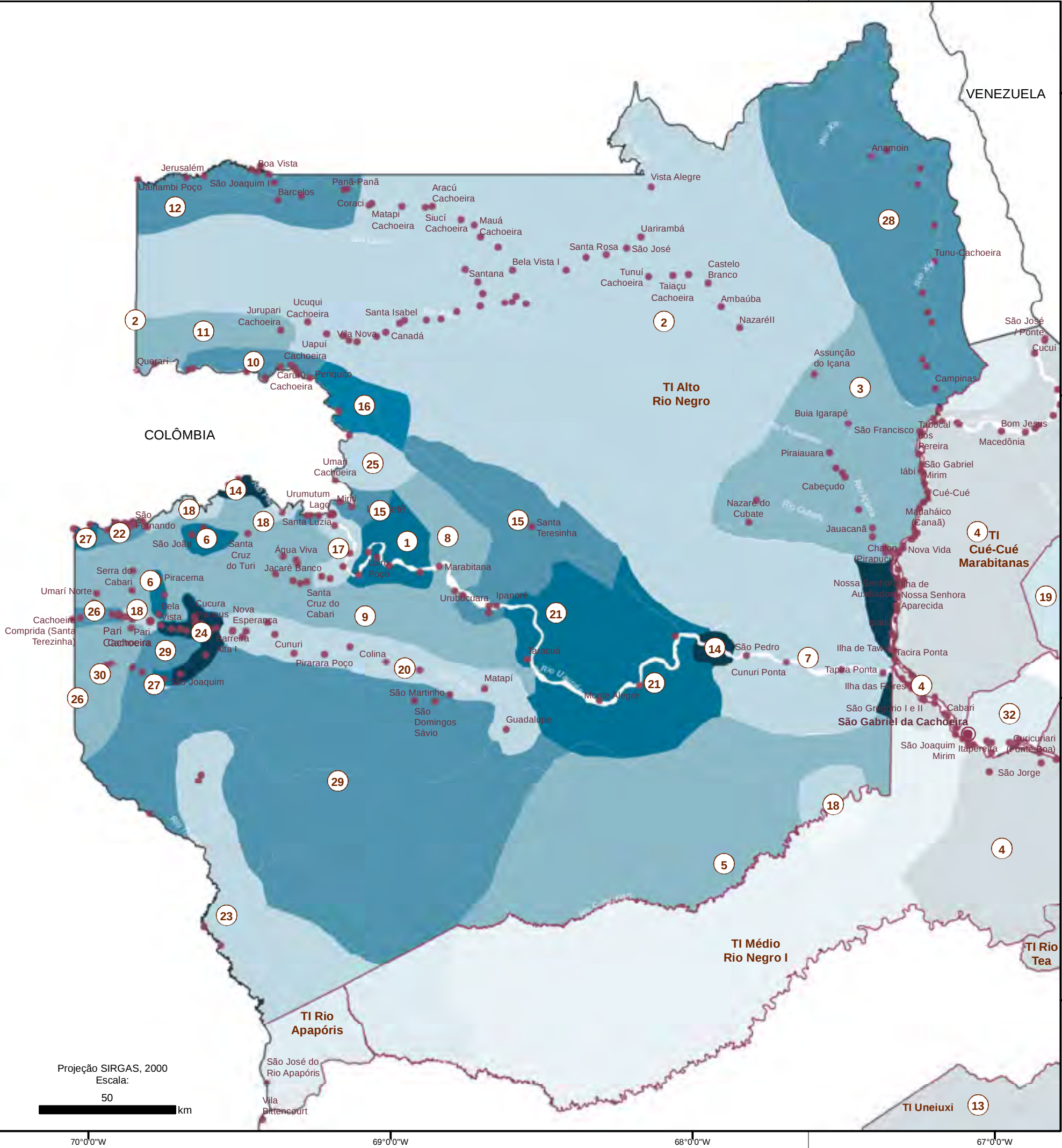
MAPAS 1 e 2
Localização da
Terra Indígena Alto Rio Negro



1

diversidade
cultural





MAPA 3
Diversidade étnica na
Terra Indígena Alto Rio Negro

- Sede municipal
- Comunidades
- Limites de países
- Terras indígenas

Etnias

- | | | | |
|----|--------------------------------------|----|--------------------------------------|
| 1 | Arapaso | 17 | Tariano, Tukano, Desana, Piratapuaia |
| 2 | Baniwa | 18 | Tukano |
| 3 | Baré, Baniwa | 19 | Tukano, Desana |
| 4 | Baré, Baniwa, Tukano | 20 | Tukano, Desana, Mirititapuia, Tuyuka |
| 5 | Dãw | 21 | Tukano, Desana, Piratapuaia |
| 6 | Desana | 22 | Tukano, Desana, Siriano |
| 7 | Desana, Tariano, Tukano | 23 | Tukano, Desana, Tuyuka |
| 8 | Desana, Tariano, Tukano, Piratapuaia | 24 | Tukano, Desana, Yuhupdêh |
| 9 | Hupd'âh | 25 | Tukano, Tariano |
| 10 | Kotiria | 26 | Tuyuka |
| 11 | Kubeo | 27 | Tuyuka, Tukano |
| 12 | Koripako | 28 | Werekena, Baré |
| 13 | Nadêb | 29 | Yuhupdêh |
| 14 | Piratapuaia | 30 | Yebamahsã |
| 15 | Tariano | 31 | Yanomami |
| 16 | Tariano, Tukano, Desana | 32 | Multiétnico |

Esse mapa retrata manchas aproximadas de predominância das etnias na região do alto rio Negro, nos dias atuais. Em cada mancha pode haver presença de outros povos (em menor número populacional) que não estão indicados na legenda.

Fontes: Base cartográfica, IBGE; Áreas protegidas, ISA; Comunidades e diversidade étnica, ISA/FOIRN.

imagem na página anterior Impressão de grafismos com argila sobre a base tingida de vermelho do Kumurô, o "banco tukano", uma das especialidades artesanais que formam a rede de trocas do noroeste amazônico (Rosa Gauditano / Studio R, 2002).

Famílias linguísticas, grupos étnicos e territorialidades

Na Terra Indígena Alto Rio Negro vivem hoje **20 povos indígenas**, pertencentes à três famílias linguísticas: **Arawak, Tukano Oriental e Naduhupy**. Afora dos limites da Terra Indígena Alto Rio Negro vive um número ainda maior de povos. Apesar da diversidade, todos partilham de um horizonte cultural comum e articulam-se desde tempos muito antigos em uma grande rede de trocas por onde circulam pessoas, objetos, cultivos agrícolas, narrativas, línguas, saberes, fazeres e elementos cosmológicos.

Na região da **bacia do Içana**, porção norte da Terra Indígena, vivem os Baniwa e os Koripako, que pertencem à família linguística **Arawak**. Os primeiros ocupam todo o rio Içana e seus afluentes Cubate, Ayari e Cuiari, sendo hoje o grupo mais numeroso dentro da TI Alto Rio Negro. Os segundos vivem sobretudo na região do alto Içana, zona de fronteira com a Colômbia, e estão mais concentrados do lado colombiano. Embora tendo identidades específicas, ambos são aparentados e falam variações de uma mesma língua. E tanto entre os Baniwa quanto entre os Koripako há uma série de subdivisões internas constituindo grupos locais e de descendência patrilineares (ou fratrias) dentro do qual o casamento não é permitido. Dentre os Baniwa, por exemplo, há os Walipere-Dakenai, os Hohodeni e os Dzauinai. Cada qual forma um grupo de descendência por linha paterna que, por sua vez, se subdivide em outros subgrupos hierarquizados de acordo com a ordem de origem mítica. Os casamentos devem preferencialmente ocorrer entre pessoas de diferentes grupos locais.

Os Baniwa e os Koripako também casam entre si. E como, em tempos mais recentes, alguns grupos e famílias baniwa migraram e passaram a residir em diversas comunidades da calha do alto e médio rio Negro, também há inúmeros casamentos entre os Baniwa e outros grupos, tanto da família Arawak quanto Tukano.

Já no curso alto do **rio Negro e no rio Xié** vivem sobretudo os **Baré** e os **Werekena**, sendo que os primeiros também ocupam tradicionalmente todo o curso médio do rio Negro, entre São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro (TIs Médio Rio Negro I e II, Jurubaxi-Tea e áreas em identificação pela Funai). Essa é uma área contígua entre as TIs Alto Rio Negro e Cué-Cué Marabitanas e região da tríplice fronteira Brasil – Colômbia – Venezuela. Devido aos processos históricos que se deram nesses territórios, tanto os Baré quanto os Werekena, que são de filiação linguística Arawak, acabaram adotando o **nheengatu (ou língua geral)** como primeira língua, uma variação do tupi difundida na região por missionários carmelitas no período colonial. Atualmente, esta língua representa uma marca da identidade cultural dos dois povos. Ainda assim, em algumas comunidades do alto curso do Xié há falantes de werekena. Já o baré é uma língua extinta do lado brasileiro, mas há informações de que do lado venezuelano existem alguns poucos velhos falantes.

A grande região da **bacia do rio Uaupés**, por sua vez, com seus afluentes Tiquié, Papuri, Querari e outros menores, é onde vivem os grupos da família

Tukano Oriental e também os povos Hupd’äh e Yuhupdëh, da família linguística **Naduhupy**. Além dos **Tariano**, de filiação linguística Arawak e originários da bacia do Içana, mas que há séculos se deslocaram para o Uaupés, onde passaram a conviver e estabelecer relações próximas com os grupos da família Tukano, e também com os Hupd’äh.

Do lado brasileiro da bacia do Uaupés, são ao todo 12 grupos da **família Tukano**: Tukano, Desana, Piratapuaia, Kotiria (Wanano), Kubeo, Tuyuka, Bará, Mirititapuaia, Arapaso, Karapanã, Siriano e Yebamahsã (Makuna). A maior parte está presente dos dois lados da fronteira Brasil – Colômbia, sendo que alguns, como os Yebamahsã, Kubeo, Bará, Karapanã e Siriano têm a maior parte de sua população do lado colombiano¹. Em geral, cada um dos povos Tukano, que são patrilineares e patrilocais (ou seja, a etnia é herdada do pai e a esposa é quem vai morar na comunidade do marido), constitui um grupo linguístico e exogâmico, cujo casamento só pode acontecer com um parceiro de outro grupo; idealmente, um parceiro falante de uma outra língua. Em decorrência de todas as transformações socioculturais do último século, algumas línguas desapareceram, como a dos Arapaso e dos Mirititapuaia, que adotaram a língua tukano. Outras línguas estão bastante enfraquecidas, devido à substituição pela língua tukano, sobretudo por parte dos mais jovens: é o caso das línguas piratapuaia e desana, nas comunidades do lado brasileiro. Contudo, o casamento interétnico vigora e é uma regra amplamente respeitada.

Os **Tukano** propriamente ditos, ou Yepá Mahsã (“gente terra”), constituem hoje o grupo mais numeroso e mais disperso pelo território do Uaupés. Dentro da TI Alto Rio Negro, estão presentes e são maioria nas calhas dos rios Papuri, Tiquié, médio e baixo Uaupés. Outro grupo numeroso e que está presente em várias regiões da bacia do Uaupés (e mais além), como Papuri, Tiquié e baixo Uaupés, são os **Desana**, Wihó Mahsã (“gente paricá”) ou Umukuri Mahsã (“gente do universo”). Em seguida, vêm os **Piratapuaia** (Waikhana, “povo peixe”), que ocupam comunidades no médio Papuri e regiões do médio e baixo Uaupés; os **Tuyuka** (Utapinopona, “filhos da cobra de pedra”), que estão mais concentrados no alto Papuri e no alto Tiquié; os **Kotiria**, que formam diversas comunidades no curso alto do Uaupés; e os **Kubeo**, cujas comunidades se concentram no curso mais a montante do Uaupés e seus afluentes Querari e Cudiari, já adentrando em território colombiano (ver mapa 3. p.16 e 17)².

Os demais grupos têm uma população menor, ao menos do lado brasileiro, variando de 200 a menos de 50 pessoas. É o caso dos **Arapaso** e **Mirititapuaia**. Dentro da TI Alto Rio Negro, os Arapaso estão concentrados na região do médio rio Uaupés e os Mirititapuaia no médio e baixo Tiquié. Também os **Yebamahsã, Siriano, Karapanã** e **Bará** têm uma população pequena do lado do Brasil, apesar de alguns serem mais numerosos do lado colombiano. No lado brasileiro eles estão presentes, sobretudo, em comunidades no alto e médio Tiquié e, no caso dos primeiros, no Igarapé Castanho, afluente da margem direita do médio Tiquié.

Os **Tariano** (ou Taliaseri), por sua vez, que são da família Arawak e originários do rio Ayari (bacia do Içana), formaram, há muito tempo atrás, diversos assentamentos na região do médio Uaupés e também do baixo Papuri, onde vivem ainda hoje. Desde que se estabeleceram no Uaupés passaram a casar com os Tukano, Desana, Piratapuaia e outros grupos da família Tukano. A maioria ado-

1 E há mais quatro grupos da família Tukano que vivem hoje apenas do lado da Colômbia (com exceção de uma ou outra mulher casada do lado brasileiro com homens de outras etnias). Estes são os Barasana, Tatuyo, Eduria (Taiwano) e Yuruti, que ocupam as regiões do Apaporis e Pirá-Paraná, ao sul do Uaupés, e, no caso dos últimos, o alto Papuri.

2 Vale notar que do lado colombiano os Kubeo é que constituem o segundo grupo mais numeroso, depois dos Tukano.

3 Naduhupy é um termo cunhado por linguistas e antropólogos para designar um grupo de quatro povos diferentes cujas línguas são aparentadas, formando uma família linguística. Estes são os Hupd'äh, os Yuhupdëh, os Nadëb e os Dâw (estes últimos vivem na região do médio rio Negro, nas TIs Médio Rio Negro II, Uneiuxi e Rio Tea). Mas eles mesmos, ao contrário dos povos da família Tukano, por exemplo, não se veem enquanto grupos aparentados e têm questionado esses termos coletivizadores. Hoje questionam especialmente o termo "Maku", pelo qual até pouco tempo eram designados, pois Maku é um termo pejorativo, usado por grupos das outras famílias linguísticas para se referirem a eles. Ver capítulo 10 (pág. 190 a 213).

tou a língua tukano como primeira língua. Contudo, há falantes de tariano nas áreas das comunidades Piriquito e Santa Rosa (no Uaupés acima de Iauaretê) e Santa Terezinha (cabeceira do igarapé Yawiari, afluente do baixo Uaupés).

Na região da bacia do Uaupés vivem ainda os povos **Hupd'äh** e **Yuhupdëh**, que fazem parte da família linguística **Naduhupy**³. Diferentemente dos grupos das famílias Tukano e Arawak, que são mais ribeirinhos, eles sempre viveram mais para dentro da floresta, nas áreas de interflúvio; apesar de na última década terem se deslocado também para os cursos dos rios principais, formando comunidades independentes ou se agregando a comunidades dos grupos da família Tukano. Os **Hupd'äh** são hoje o segundo grupo mais numeroso dentro da TI Alto Rio Negro, depois dos Baniwa, e habitam as regiões entre os rios Papuri, Uaupés, Japú e Tiquié. Já os **Yuhupdëh** estão mais concentrados no trecho entre os cursos baixos dos igarapés Ira e Cunuri, afluentes da margem direita do baixo Tiquié, e também na região da foz do rio Apapóris (TI Rio Apapóris), mas tradicionalmente vivem e transitam pelo vasto território entre as cabeceiras dos igarapés Ira, Castanho, Curicuriari, Marié e os rios Traíra e Apapóris.

Tanto os Hupd'äh quanto os Yuhupdëh são hábeis caçadores, praticam a agricultura em menor escala e se dedicam mais à coleta de produtos da floresta. Por isso mesmo sempre possuíram maior mobilidade pelo território, habitando assentamentos menores e de caráter muitas vezes temporário, de acordo com as temporadas de caça e coleta e com sua organização social. São grandes conhecedores do interior da floresta e dos varadouros e caminhos que conectam os diferentes rios que banham os territórios das bacias do Uaupés e também do Apapóris, mais ao sul.

Werekena Karapanã
Bará Kubeo Baré Siriano Desana
Hupd'äh Piratapuia Kotiria
Yebamahsã Tariano Tukano Arapaso
Yuhupdëh Baniwa Caboclo
Koripako Mirititapuia Tuyuka



ao lado Cerimônia de um grupo Tukano realizada na maloca do CERCI, em Iauaretê, TI Alto Rio Negro, AM (André Martini/ISA, 2009).

abaixo Estudantes das escolas Baniwa, durante cerimônia, na comunidade Canadá, localizada na Terra Indígena Alto Rio Negro, AM (Carol Quintanilha/ISA, 2018).





no alto Comunidade Hupd'äh, rio Tiquié, TI Alto Rio Negro (Danilo Paiva Ramos, 2012).

a esquerda Preparação de um jovem para formatura da Escola Tuyuka Utapinopona, comunidade São Pedro, rio Tiquié, TI Alto Rio Negro (Andreza Andrade/ISA, 2009).

a direita Cerimônia em maloca Tariano, localizada em Iauaretê, TI Alto Rio Negro (Vincent Carelli/Video nas Aldeias, 2005).

Entre a diversidade e a identidade

As três regiões acima descritas — bacia do rio Içana, alto rio Negro e Xié e bacia do rio Uaupés (incluindo o rio Traíra, que já faz parte da bacia do Apapóris, mais ao sul) — constituem as três grandes áreas socioculturais dentro da TI Alto Rio Negro. Mas apesar das especificidades regionais e da grande diversidade étnica e linguística que caracteriza a região do alto rio Negro como um todo, existe um horizonte cultural comum que conecta todos os povos numa extensa rede de relações e intercâmbios.

Dentre os atributos e características socioculturais que constituem esse horizonte compartilhado, vale destacar:

economia baseada no cultivo da mandioca e agricultura de coivara, além da pesca, da caça e coleta, cujos produtos constituem moeda de troca entre as famílias, comunidades e grupos étnicos;

técnicas complexas de processamento da mandioca amarga e uso de equipamentos comuns nas atividades produtivas cotidianas, como cestarias (tipiti, cumatá, peneira, balaio, aturá, entre outros), ralos e cerâmicas, cuja fabricação constitui especialidades de determinados grupos étnicos. Estes utensílios também são itens de troca entre os diversos povos e circulam por uma ampla rede de intercâmbios;

moradias tradicionais em grandes malocas coletivas, de arquitetura muito semelhante em toda a região, e que constituem também espaços cerimoniais. As malocas foram alvo de perseguição por parte de missionários católicos e evangélicos que chegaram ao alto rio Negro ao longo da primeira metade do século XX e grande parte delas foram destruídas. Mais recentemente houve um movimento de retomada da construção das malocas, ou casa de saberes, para usos em festas, cerimônias e reuniões coletivas;

redes de trocas de longa distância, intra e inter-regionais, por onde circulam objetos de uso cotidiano e ritual (como canoas, remos, aturás, balaio, ralador de mandioca, banco cerimonial, enfeites plumários, dentre outros), além de saberes, fazeres, cultivos agrícolas e diversos elementos cosmológicos;

sistemas regionais multiétnicos e multilinguísticos de integração sociopolítica, bem como a organização social baseada na segmentação dos grupos étnicos em sub-grupos (clãs ou sibs) patrilineares e hierarquizados;

ritos e cerimônias amplamente compartilhados, baseados nos ciclos do calendário ecológico-ritual, nas narrativas de origem e conhecimentos cosmológicos nos quais as paisagens, os lugares sagrados e as práticas xamânicas conhecidas regionalmente como benzimentos, desempenham um papel central. Dentre essas tradições rituais compartilhadas, destacam-se as cerimônias com uso das flautas de jurupari e os dabucuris, rituais que celebram as origens ancestrais dos grupos étnicos e as relações de aliança e reciprocidade interétnica. Devido à todas as transformações culturais do último século, muitos grupos não realizam mais alguns desses rituais, especialmente o jurupari; e outros foram adaptados para os novos contextos, como os dabucuris (rituais de troca), hoje realizados também nas festividades do calendário cristão.

2

características
ambientais e
dinâmicas de
ocupação



Paisagens e ecossistemas

O alto rio Negro é uma região de muitas serras, corredeiras e cachoeiras. Quanto mais a montante, mais os rios se tornam encachoeirados, o que torna o deslocamento arriscado e bastante penoso para os povos e comunidades que vivem nos cursos mais altos. É uma das regiões do país com maior índice pluviométrico, com médias que variam entre 16500 a 32000mm/ano (INMET, 2019). Nos períodos de chuvas intensas, os rios sobem rapidamente e o fluxo da água fica bastante violento nas regiões mais altas, tornando a navegação perigosa. Já nos períodos de estiagem, os rios podem baixar repentinamente, sendo que em secas mais prolongadas há regiões em que o curso do rio quase desaparece, dando lugar às pedras e a enormes bancos de areia.

Em termos de paisagens, a maior parte da região é formada por planícies originadas pela erosão do Escudo das Guianas⁴. Os solos arenosos dominantes dessas planícies são bem pobres em nutrientes, e também muito ácidos, tornando-os pouco propícios para a agricultura. A vegetação adaptada para enfrentar esse ambiente é a **caatinga do rio Negro** ou **campinarana**. É esse ecossistema que fornece à água dos rios que formam o Negro sua cor escura. O tanino, presente nas folhas que caem no chão da floresta, é o principal responsável pela coloração escura. Produzido pelas plantas, em um processo de adaptação ao ambiente do rio Negro, o tanino serve como defesa contra fungos e insetos.

Às margens dos rios que cruzam as planícies da região, se encontra também um outro tipo de unidade geomorfológica, a *planície aluvial*. Durante as enchentes os rios transbordam áreas enormes de floresta nessas planícies, criando um ambiente bem específico. As plantas que existem aí são adaptadas a longos períodos de inundação, constituindo uma vegetação conhecida como **igapó**. As inundações, em combinação com os solos ácidos, fazem com que as planícies aluviais também não sejam ambientes adequados para a agricultura. Por outro lado, os igapós são muito importantes para a reprodução dos peixes. Durante as enchentes, os peixes entram nas florestas de igapó para se alimentar com frutas, insetos e outros alimentos que encontram neste ambiente.

Boa parte da região do alto rio Negro é uma composição de caatinga-campinarana e igapó. Nessas áreas, as comunidades se encontram principalmente nas beiras dos rios grandes, construídas acima de pequenas áreas que são mais altas que o terreno em volta. A dificuldade de encontrar terreno para habitação e agricultura faz com que as distâncias entre as comunidades das planícies sejam bastante consideráveis.

Há uma terceira unidade geomorfológica que compõe o relevo na região, é o *planalto rebaixado*, que diferentemente das planícies, tem o relevo irregular. No caso do alto rio Negro, o relevo dos planaltos apresenta solos argilosos que, embora ainda bastante ácidos e com poucos nutrientes, são mais férteis que os solos arenosos da caatinga, sendo um bom ambiente para as roças. A vegetação nesse caso é a **mata de terra firme**. Pelo uso agrícola através de séculos ou mesmo milhares de anos, esse ecossistema forma um mosaico

composto por *mata primária*⁵ (mata virgem ou mata madura), *mata secundária* (capoeiras) em diferentes estágios de recuperação florestal e as áreas onde estão os *roçados*. É nos planaltos rebaixados que se encontra a maioria dos povoadamentos do alto rio Negro.

A caatinga do rio Negro, a mata de terra firme e o igapó são os três ecossistemas não aquáticos, embora o último seja inundável boa parte do tempo, dominantes no alto rio Negro; quer dizer, que ocupam a maior área. Mas também existem ecossistemas menores, como os chavascals, os campos e os “inselberg” ou florestas de refúgio. Um **chavascal** é uma área de vegetação localizada nas margens dos rios que permanece inundada durante todo o tempo. Com vegetação baixa, raízes finas e entrelaçadas, são mais comuns nos interflúvios, podendo ocorrer também em outros locais. Os **campos** são as caatingas gramíneas, formados pela vegetação rasteira e em solos mais arenosos. Um **“inselberg”** ou **refúgio** é um ecossistema de vegetação única, com espécies que só ocorrem naquele lugar, geralmente em picos e encostas de serras e morros, em condições muito peculiares. São áreas pequenas, mas muito importantes em biodiversidade.

Os ecossistemas mencionados podem ser divididos em diversas subunidades. O Projeto Radambrasil, um estudo integrado do Ministério das Minas e Energia entre 1970 e 1985, usou 14 subdivisões de ecossistemas, entre eles três tipos de *floresta* e seis tipos de *caatinga* (*campinarana*). Na TI Alto Rio Negro, apesar da diversidade de paisagens, os ecossistemas predominantes são as campinaranas (maioria), as florestas, e logo em seguida um ambiente de contato entre floresta e campinarana. Nós povos indígenas do rio Negro costumamos dizer que são “bolas de caatinga na floresta” ou o contrário, “bolas de floresta nas caatingas”.

Mas o modo como nós povos indígenas classificamos as paisagens apresenta um nível de detalhamento muito maior do que as classificações dos cientistas. Durante o projeto de Macrozoenamento Participativo das Terras Indígenas do Alto e Médio Rio Negro, realizado pela FOIRN e ISA em 2003, foram identificadas 17 subdivisões no geral e até 23 subdivisões para áreas focais, como em Iauaretê, por exemplo. Na região do Içana, onde vivem os Baniwa, já foram registrados 21 tipos diferentes de florestas de terra firme, 13 tipos diferentes de caatinga e 19 tipos de igapó. Também o projeto “Diversidade etnoecológica no rio Tiquié: paisagens florestais Tuyuka”, realizado pelos alunos do Ensino Médio da Escola Indígena Tuyuka Utapinopona, revelou resultados semelhantes. Um inventário de quatro trilhas identificou 69 tipos diferentes de paisagens florestais com toponímias na língua tuyuka.

5 É provável que muitas florestas classificadas como mata virgem ou primária sejam, na verdade, matas secundárias em um estágio avançado de restauração florestal, ou seja, que foram manejadas pelos povos indígenas num passado remoto.

imagem na página anterior

Comunidade Baniwa de Tucumã-rupitá, Rio Içana, TI Alto Rio Negro, AM (André Albuquerque, 2016).

4 O escudo das Guianas ou planalto das Guianas é uma formação do relevo da América do Sul localizada entre o oceano Atlântico e as planícies amazônicas e do Orinoco.

Tabela 1 | Categorias indígenas de paisagens para o alto rio Negro

Terra Firme	Com Caatingas Com Capoeiras Com Palmeiras	A vegetação dessas áreas é normalmente de porte alto, com dossel fechado e sub-bosque aberto. Os solos são argilosos e profundos e suportam um uso agrícola mais intensivo. Ricas em madeira, cipós, arumã e frutas.
Caatinga	Com Floresta Com Caranazal Com Chavascal Com Areial	A estrutura da vegetação é variada entre alta e baixa, com dossel aberto ou fechado e sub-bosque aberto ou fechado. Os solos são arenosos com poucas manchas de argila, não são apropriados para a agricultura. A caça acontece mais na época das frutas. A pesca é eventual e ocorre nos igarapés.
Campo	Com Areial Com Capinzal	A vegetação é baixa e varia entre o campo limpo e o campo cerrado. A caça é frequente, mas a pesca não.
Chavascal	Com Buriti Com Caranã	Ocorre dentro das caatingas. A estrutura da vegetação dessas áreas é variada, entre a baixa com capim e caranazal, e alta com sorva, cipó titica e bacaba. Os solos são alagados na maior parte do ano. Utilizadas para a caça de jacaré, mutum e macacos. Na época das cheias, pesca-se.
Igapó		Varia conforme o relevo da beira dos rios, e o regime das águas, podendo ser de mata alta ou muito baixa. São áreas periodicamente alagadas, podendo invadir grandes extensões nas beiras dos rios. Os solos variam entre os argilosos sempre alagados, os arenosos alagados e secos, nesse último tipo, formam as praias de areias brancas. Rica em produtos extrativistas e muito frequentada para a pesca.
Comunidades, roças e capoeiras		Intensamente utilizadas no cotidiano das comunidades. Incluem as casas e as roças mais próximas.



imagem Campinarana, rio Tiquié, TI Alto Rio Negro, AM. (Nigel Smith, 2012).



TI Alto Rio Negro, um território de biodiversidade insubstituível

A Terra Indígena Alto Rio Negro foi considerada uma área insubstituível para a biodiversidade por um estudo publicado na renomada revista científica *Science*, em 2013. O índice usado no trabalho (irreplaceability index, em inglês) identificou apenas 137 áreas em todo o mundo que se enquadram nessa categoria.

Quatro lugares brasileiros foram listados entre os 10 mais importantes do mundo para a conservação da biodiversidade, pelo estudo. A TI Alto Rio Negro ficou em sexto lugar.

Ao todo, as 137 áreas protegidas, analisadas em 34 países, protegem a maioria das populações de 627 espécies de pássaros, anfíbios e mamíferos, incluindo 304 espécies ameaçadas de extinção em todo o mundo.

A noção de insubstituível, segundo o estudo, está relacionada à importância dessas áreas para que sejam atingidas as metas globais de conservação da biodiversidade e também à dificuldade de se atingir estas metas, caso as áreas sejam perdidas. Por fim, o estudo enfatiza a importância e talvez priorização de investimentos na gestão dessas áreas. A fim de aumentar os esforços no gerenciamento dessas áreas, o estudo propõe, entre outras ações, que elas sejam reconhecidas pela Organização das Nações Unidas para a Cultura, Ciência e Educação como Patrimônio Mundial.

Referência: Soizic Le Saout, *et al.* Protected Areas and Effective Biodiversity Conservation. **Science** 15, Vol. 342, Issue 6160, pp. 803-805, Nov 2013. Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/342/6160/803>. Acesso em 11 dez. 2019.

Práticas de manejo

O sistema agrícola tradicional

O sistema agrícola tradicional compartilhado pelos povos indígenas do alto e médio rio Negro, o qual já foi reconhecido como um **Patrimônio Cultural do Brasil**, é o resultado de milhares de anos de adaptação - e domesticação - à um ambiente, a princípio, um tanto hostil à agricultura. Pois além dos solos ácidos e pobres em nutrientes característicos da região, o clima tropical também favorece o desenvolvimento de diversas pragas, como insetos e fungos. Podemos dizer que um dos principais fatores que colaboraram com o sucesso da agricultura desenvolvida pelos povos indígenas nesse ambiente foi a **escolha e seleção da mandioca brava** (ou mandioca amarga) como planta principal das roças. A mandioca é uma das plantas mais robustas dentre as plantas cultivadas, com uma capacidade ímpar de produção em solos pobres em nutrientes. A mandioca brava, comparada com a macaxeira, por ter um veneno que repele insetos e fungos, aguenta mais o ataque de pragas.

A seleção de uma planta venenosa como base da alimentação pode parecer estranho à primeira vista. Mas no contexto do rio Negro foi uma escolha muito inteligente e eficaz, cujo sucesso se deve em grande medida ao sofisticado sistema de processamento da mandioca brava desenvolvido ao longo de milênios pelos povos indígenas, transformando veneno em comida.

Além disso, os povos indígenas desenvolveram várias outras estratégias de adaptação que colaboraram e ainda colaboram para o sucesso da atividade agrícola nesse ambiente pouco propício. A **manutenção de uma alta agrobiodiversidade das roças**, mantendo especialmente uma ampla variedade de manivas, é uma dessas estratégias. É comum que uma agricultora indígena do rio Negro tenha dezenas de variedades diferentes de mandioca plantadas em suas roças. Essa variedade genética, além de contribuir com a seleção de espécies mais resistentes e apropriadas para diferentes usos culinários, ainda evita a perda de toda a plantação caso haja um ataque de praga, pois sempre há variedades mais resistentes. Vale notar também que os tipos de mandioca e outros cultivos das roças são importantes itens de troca nas amplas redes de parentesco e intercâmbio que conectam as comunidades e povos indígenas do alto e médio rio Negro.

Além da diversidade de espécies, **ter mais de uma roça, de preferência três ou mais**, em diferentes estágios de desenvolvimento, é outra estratégia eficiente. Pois uma roça pode ser atacada, mas haverá outras roças de reserva. Assim como manter um mosaico de roças, capoeiras e mata madura ao redor das comunidades, pois as florestas, secundárias ou primárias, formam uma barreira que evita que as pragas se espalhem para as outras roças.



Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, um patrimônio cultural do Brasil

Em 2010, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) registrou o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro como patrimônio cultural do Brasil no livro dos saberes e modos de fazer. Este reconhecimento foi antecedido de uma série de pesquisas e articulações feitas desde 2006 no âmbito de uma parceria entre instituições de pesquisa, associações indígenas do médio e baixo rio Negro (Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro – ACIMRN e Associação Indígena de Barcelos – Asiba) e a FOIRN.

O sistema agrícola do rio Negro constitui um conjunto de saberes, fazeres e modos de transmissão de conhecimentos que se relacionam entre si. Dentre eles estão: a diversidade das plantas cultivadas, as técnicas de manejo da roça, floresta e quintais (os espaços de cultivo), o sistema alimentar (as receitas e processos de elaboração dos produtos da roça), os utensílios de processamento e armazenamento, e, por fim, a conformação de redes sociais de troca de plantas e conhecimentos associados. O cultivo da mandioca brava (*Manihot esculenta*), por meio da técnica de coivara e da rede de troca de saberes e plantas, é a base desse sistema, que faz do rio Negro o maior produtor de diversidade de manivas do Brasil e do mundo (já que a mandioca é uma planta de origem brasileira), além de uma altíssima diversidade de outras plantas cultivadas. Essa diversidade conforma um verdadeiro reservatório de variedades de plantas a céu aberto, o que significa que os povos indígenas prestam um serviço a toda humanidade, não só ao Brasil, resguardando e manejando essas variedades como fazem cientistas em laboratórios-banco de variedades. Por isso um dos valores do sistema agrícola é a segurança alimentar.

O reconhecimento do sistema agrícola como patrimônio ensejou expectativas por uma nova fase na região, em que os setores públicos locais, estaduais e federais pudessem articular uma agenda de intervenções participativas a fim de valorizar e salvaguardar o jeito de fazer roça, os produtos da agricultura e todos os conhecimentos e manifestações culturais associadas ao sistema agrícola dos povos indígenas do rio Negro.



Impacto da agricultura indígena sobre a biodiversidade da floresta de terra firme – estudo de caso no rio Tiquié

Em 2012, na Escola Indígena Utapinozona Tuyuka, no alto Tiquié (bacia do Uaupés), os alunos e professores realizaram um estudo comparativo entre uma mata madura ou “primária” (uma floresta sem indicação de que foi alguma vez derrubada) e uma capoeira antiga com cerca de 40 anos de idade. O objetivo foi avaliar o impacto da agricultura indígena sobre a composição e estrutura da floresta. Na pesquisa, 4 parcelas de 100 m² de floresta madura foram comparadas com 4 parcelas do mesmo tamanho da área de capoeira. Na capoeira antiga foram encontrados 110 tipos diferentes de plantas, contra 104 da mata madura. Isso mostrou que a capoeira velha era tão ou mais rica em biodiversidade que a mata madura: 66 tipos de plantas foram encontradas nas duas áreas, 38 tipos apenas na mata madura, enquanto 44 espécies somente estavam presentes na capoeira antiga. Isso demonstra que o conjunto dos dois tipos de mata tem 148 espécies florestais diferentes, que significa um aumento de 42% de espécies quando comparado com a mata primária isoladamente. Ou seja, nesse caso a agricultura indígena colaborou significativamente com o aumento da biodiversidade da floresta em geral; ainda que 40 anos seja um tempo curto para a restauração florestal em termos de biomassa e da quantidade de árvores encontradas nos diferentes estratos da floresta.

Ainda no que toca às estratégias de adaptação e práticas agrícolas tradicionais, para lidar com os solos ácidos e pobres em nutrientes da região, os povos indígenas praticam há milênios a agricultura itinerante, mais conhecida como **agricultura de coivara**, ou sistema de corte e queima. Uma pequena parte da floresta é derrubada e queimada. Os nutrientes para o crescimento das plantas da futura roça vêm principalmente da biomassa resultante da queima da vegetação florestal, e não do solo pobre. A queima transforma biomassa em cinza, e assim transfere a fertilidade guardada nas árvores para o solo. Essa adubação no começo da plantação dá às estacas de mandioca uma vantagem de crescimento inicial, colocando-as na frente das ervas daninhas, que são destruídas ou danificadas pelo fogo e precisam começar seu ciclo de vida novamente (em outras palavras, o fogo atua como um herbicida). Depois de algum tempo de uso, a roça é deixada para virar capoeira, um repouso florestal que dura vários anos, ou décadas, até que essa floresta possa ser derrubada para fertilizar uma nova roça.

Assim, o sistema agrícola tradicional dos povos indígenas do alto e médio rio Negro – aliado ao padrão tradicional de ocupação, com assentamentos pequenos e dispersos pelo território (ver seção “Ocupação e gestão do território”, p. 34) –, constitui não apenas uma adaptação sofisticada a um ambiente, a princípio, hostil à agricultura, mas também contribui, há milênios, para o melhoramento do solo e para a multiplicação e dispersão de espécies agroflorestais. Há até mesmo alguns estudos mostrando que as florestas que foram comprovadamente manejadas pelos povos indígenas num passado remoto podem se mostrar mais férteis e biodiversas do que áreas não manejadas.

Pesca, caça e extrativismo

Além da agricultura, também as práticas de manejo na pesca, caça e extrativismo fazem parte das estratégias de vida e de relação com o ambiente dos povos indígenas do alto rio Negro.

A **pesca** é uma atividade fundamental na região. E o que falamos sobre a eficiência e sofisticação das práticas agrícolas dos povos indígenas frente às condições ambientais adversas do alto rio Negro, também vale para a pesca. Pois drenando nos solos ácidos e pobres em nutrientes das campinaranas, as águas do Negro e seus principais afluentes tornam-se igualmente ácidas e pobres em nutrientes. Além disso, o tanino expelido pela vegetação, que tinga a água com a cor do café, aumenta a temperatura da água, diminuindo a quantidade de oxigênio. Curiosamente, uma grande variedade de peixes se adaptou muito bem às difíceis condições da região, sendo que hoje existem poucos rios no mundo que possuem a diversidade de espécies que há no rio Negro e seus afluentes. Mas uma grande diversidade não significa uma grande quantidade, dado que as condições acima descritas não favorecem a formação de plâncton, a base da cadeia alimentar dos peixes. Assim, se por um lado o rio Negro é berço de uma enorme diversidade de espécies, muitas delas endêmicas (ou seja, que só existem no rio Negro), por outro possui uma baixa quantidade de peixes.

Nas regiões dos cursos mais altos do Negro e afluentes há ainda um outro fator que colabora com a baixa piscosidade dos rios. As inúmeras corredeiras e cachoeiras impõem uma barreira natural à subida dos peixes, sobretudo das espécies maiores. Em geral, quanto mais rio acima, menor a quantidade e o tamanho dos peixes, já que as barreiras impostas pelas pedras e cachoeiras vão se somando ao longo do percurso.

Lidando com esse ambiente, os povos indígenas desenvolveram ao longo de séculos (ou milênios) maneiras de suprir a necessidade de proteína através da pesca, sem afetar o equilíbrio tênue da vida aquática da região. Essa equação foi possível devido a um conjunto de fatores que envolve: 1. o emprego de técnicas de pesca ao mesmo tempo eficientes e de baixo impacto, como as diversas armadilhas (cacuri, matapi, jequi, caia) e outros instrumentos tradicionais; 2. práticas rituais orientadas por uma cosmovisão sobre a relação entre os humanos e os peixes que impõe uma série de regras e restrições relacionadas à pesca.

O mesmo se dá com a **caça**. No alto rio Negro, há uma grande diversidade de animais que são apreciados para a alimentação e, por isso, são alvos das caçadas. Mas como acontece no caso dos peixes, diversidade não representa quantidade, já que as condições ambientais da região não são propícias para o desenvolvimento de grandes populações, seja de humanos, peixes ou, nesse caso, dos animais que os humanos caçam. Por isso, no alto rio Negro, a relevância maior ou menor da caça como atividade de manejo e fonte de proteína depende, em geral, da região onde se vive.

A maior disponibilidade de caça, especialmente os mamíferos de médio porte como anta e paca, está nas áreas de terra firme, que, como vimos, constituem uma pequena parcela do território da TI Alto Rio Negro. As regiões de cabeceiras, por exemplo, que são bastante pobres em peixe, constituem, em sua maioria, áreas de terra firme, sendo, portanto, mais abundantes em animais de caça. Os povos Hupd'äh e Yuhupdëh, que possuem uma maior mobilidade pelo território e circulam pelas grandes manchas de terra firme nas regiões de interflúvio da bacia do Uaupés, são, em geral, mais caçadores do que os povos que vivem às margens dos rios maiores.

E como acontece com a pesca, a caça também está envolta em uma série de restrições e regramentos relacionados com a cosmovisão que orienta a relação dos povos do alto rio Negro com o território e os inúmeros sujeitos que o povoam. Barrando a superexploração, impondo restrições a algumas espécies e respeitando períodos e lugares de reprodução dos animais, o conjunto de regras relacionadas à caça tem colaborado ao longo dos séculos (ou milênios) com a manutenção do equilíbrio e da diversidade da fauna no alto rio Negro.

Também o **extrativismo** é uma atividade muito importante, tanto para a alimentação quanto para a construção das moradias, confecção de artesanato e obtenção de remédios do mato. E nesse caso, o ambiente campinarana (ou caatinga) é rico em vários recursos fundamentais, com destaque para o canará (*Mauritia carana*), espécie de palmeira endêmica (que só existe no rio Negro) cujas folhas são usadas para a cobertura das casas. A coleta de frutas silvestres, por sua vez, tem um papel significativo na segurança alimentar das comunidades indígenas. Em certos períodos do ano, há parcelas de floresta que produzem em abundância certas frutas bastante apreciadas, como o japurá (*Erismia japura*), o uacu (*Monopterix uacu*), ucuqui (*Pouteria ucuqui*) e o cunuri (*Cunuri spruceana*). Tudo indica que essas áreas com uma densidade alta de certas variedades de frutas silvestres são o resultado do manejo das florestas pelos antepassados, manejo esse realizado através das gerações até o tempo presente.

Ocupação e gestão do território

As características ambientais do alto rio Negro, com suas limitações e potencialidades, claramente orientam as dinâmicas de ocupação do território pelos povos indígenas. O padrão geral e tradicional são assentamentos pequenos e dispersos pelo território, com algumas diferenças conforme as regiões. Como já foi dito acima, as áreas ribeirinhas e de terra firme suportam uma concentração populacional um pouco maior e não é à toa que são hoje as áreas com o

maior número de comunidades dentro da TI Alto Rio Negro. Já nas regiões com predomínio de caatinga e igapó, as comunidades são mais distantes umas das outras, uma vez que há poucas áreas apropriadas para abertura de roçados (ver mapa encarte)⁶.

A distribuição dos diversos grupos étnicos pelo território, com modos diferenciados de ocupação, e a constituição de diversas modalidades de intercâmbios econômicos-rituais, constituem estratégias muito bem-sucedidas de relação com o ambiente no alto rio Negro. Há os povos que privilegiam as margens dos rios e os povos que preferem manejar o interior da floresta; há povos vivendo em áreas boas para roça, mas ruim de peixe, enquanto outros optaram pelas áreas com abundância de peixe, mas ruim para os roçados; há comunidades localizadas em áreas com muitas limitações para a agricultura, mas rica em caranazais e outros recursos fundamentais do extrativismo; e assim por diante. Nas redes de intercâmbio, troca-se farinha por peixe, peixe por caça, caça por frutas silvestres, frutas silvestres por peixe etc. Grupos étnicos que ocupam uma área com abundância de determinado recurso (palhas e fibras diversas, tipos específicos de madeira, cipó, penas de determinadas aves, resinas etc.) especializam-se na confecção de certos objetos a partir desse recurso (cestarias, canoas, ornamentos e objetos rituais, dentre outros), os quais trocam por outros objetos e/ou recursos provenientes de uma outra região. Desse modo, por meio das redes e modalidades de trocas os povos e comunidades indígenas conseguem explorar todas as potencialidades que o território oferece.

Outra característica fundamental das dinâmicas tradicionais de ocupação no alto rio Negro é a mobilidade. Normalmente, essa é uma característica atribuída sobretudo aos povos Hupd'äh e Yuhupdëh, habitantes tradicionais das áreas de interflúvio (ver capítulo 10, p. 190 a 213). Mas, os povos das famílias Tukano e Arawak também têm a mobilidade como um importante fator de relação com o território e, mais, de gestão ambiental.

Conforme já dissemos, no sistema agrícola praticado no rio Negro, para fazer uma roça, uma área da floresta deve ser derrubada. Isso é feito não somente para abrir espaço: a floresta derrubada e queimada serve para fertilizar a terra. Mas com o tempo, a produção da roça gradualmente diminui e o trabalho de limpeza (capina) aumenta, até que a roça precisa ser abandonada para dar lugar a uma capoeira. Depois de alguns anos de repouso florestal, o terreno novamente servirá como uma roça. Porém, essa sequência não pode se repetir para sempre. A floresta que se forma no lugar da roça vai ficando menor e o solo menos fértil depois de cada ciclo. O resultado disso é que, aos poucos, a área em volta de uma comunidade vai ficando menos produtiva. Além disso, as mudanças no ambiente causadas pelas atividades humanas favorecem a presença de saúvas, dentre outras pragas, que ficam mais numerosas ao longo dos anos.

Para lidar com esse problema, os povos das famílias Tukano e Arawak, reconhecidos pela maior fixação no território e que têm na agricultura a base da alimentação e manejo, desenvolveram um modo muito bem-sucedido de ocupação baseado na mobilidade. Tradicionalmente, depois de algumas gerações ocupando um mesmo lugar, um grupo local se muda para uma outra área relativamente próxima, deixando o antigo lugar para um período de repouso e restauração florestal. Esse período de descanso dado a uma parcela do territó-

6 Nas últimas décadas, devido às inúmeras transformações históricas que ocorreram no alto rio Negro, houve um maior adensamento populacional em algumas regiões pouco propícias do ponto de vista ambiental. Isso tem acarretado diversos problemas relacionados à segurança alimentar, sobre-exploração de recursos e conflitos a respeito das áreas de manejo tradicionais. Essas novas configurações de ocupação estão brevemente descritas no capítulo 4, p. 51 a 61.

rio frequentemente excede um século, tempo suficiente para a regeneração do solo e da cobertura florestal. E conforme já falamos anteriormente, essas áreas manejadas pelos antepassados muitas vezes crescem com mais diversidade de plantas do que as áreas não manejadas de mata primária.

Olhando para o mapa das comunidades atuais em todo o alto rio Negro, e sem considerar tudo o que foi dito até aqui, alguém poderia chegar à conclusão errada de que os povos indígenas usam somente uma pequena parcela de seu território. Mas, em primeiro lugar, pelas vastas áreas de interflúvio onde não há comunidades fixas, cruzam inúmeros varadouros, caminhos e pontos de acampamento utilizados pelos povos indígenas para o deslocamento e o manejo sazonal do interior da floresta. São áreas utilizadas para a caça, coleta e diversas outras atividades.

Em segundo lugar, é preciso avaliar a ocupação da região não apenas através do uso no presente, mas também como um registro do passado e um plano para o futuro. Grande parte do território e florestas aparentemente não utilizadas são áreas em “repouso”, sejam áreas já utilizadas pelos antepassados, que guardam história e memória, e que foram deixadas para a recuperação florestal, sejam áreas ainda não manejadas. Elas são a garantia de futuro para os povos indígenas. Daqui a algumas décadas ou séculos, poderemos encontrar aí as roças e moradias dos netos e bisnetos dos povos indígenas de hoje, enquanto as áreas das comunidades atuais poderão estar em seu período de “repouso”.

Por fim, é importante lembrar que há também porções do território que não devem ser ocupadas pelos seres humanos, por serem locais sagrados e moradas de seres espirituais da floresta. Estas não são áreas desabitadas, são locais que possuem seus donos e que envolvem uma série de restrições de uso e ocupação. Respeitar essas restrições é assegurar a boa saúde do território, das comunidades e das pessoas (ver capítulo 3, p. 41 a 49).

imagem Petróglifos em Itapinima, no rio Uaupés, um dos lugares sagrados na TI Alto Rio Negro, AM. (Aline Scolfaro/ISA, 2015).



Ocupação do território e gestão ambiental através das gerações

No final dos anos de 1990 uma discussão estava acontecendo entre os Tuyuka da comunidade São Pedro, no alto rio Tiquié. Eles não estavam mais contentes com a área em volta de sua comunidade e estavam querendo se mudar para um lugar a poucos quilômetros subindo o rio, onde se encontrava um capoeirão alto que servia muito bem para fazer roça. Esse lugar era um *wii'tó*, nome dado em tukano a uma antiga localidade que fora ocupada pelos antepassados, mas que foi abandonada para virar capoeira. Primeiro mudou somente uma família, depois algumas outras seguiram. Aos poucos o resto da comunidade seguiu. Até que em poucos anos a comunidade inteira se mudou. Nesse movimento, o novo local de moradia que antes era um *wii'tó* (sítio antigo) se transformou em *mahkã* (comunidade, povoamento), e o local onde antes era a comunidade (*mahkã*) virou um *wii'tó*, que logo estará novamente com seu solo e cobertura vegetal recuperados para um novo ciclo de ocupação e manejo. O mapa da p. 38 e 39, elaborado pelos AIMAs (Agentes Indígenas de Manejo Ambiental) e conhecedores do alto Tiquié, mostra quantos *wii'tó* existem no alto Tiquié. Se expandíssemos esse mapeamento para toda a TI Alto Rio Negro, veríamos um território repleto desses sítios antigos (que em cada língua são chamados por um nome próprio). Todos os *wii'tó* uma vez foram roças e moradias dos antepassados. Assim como as comunidades atuais poderão se tornar *wii'tó* no futuro, seguindo um ciclo ancestral de gestão ambiental e territorial realizada há milênios pelos povos do alto rio Negro.

3

manejo do
mundo



Ciclos anuais

A cosmologia e as práticas socioculturais dos povos do alto rio Negro estão intimamente conectadas com os ciclos ecológicos e suas dinâmicas. Os períodos das chuvas e secas, os ciclos de subida e descida dos rios, as épocas das frutas silvestres, os ciclos de vida dos peixes, mamíferos, aves, anfíbios, insetos e plantas, tudo isso orienta o cotidiano, as práticas de manejo e rituais dos povos indígenas. A observação diária e a interação com todos esses ciclos da natureza ao longo de milênios de ocupação do território levaram ao desenvolvimento de um sofisticado conjunto de conhecimentos e práticas que se relacionam com a sucessão das épocas do calendário ecológico e com as narrativas da origem do mundo e da humanidade.

A passagem do tempo e a sucessão das estações são associadas às constelações astronômicas. Os conhecedores indígenas observam e identificam no céu um conjunto de constelações. A constelação que estiver se pondo no horizonte é referência para a estação chuvosa e repiquete do rio. Cada constelação tem a sua história, relacionada com episódios da origem do mundo. Essas histórias trazem elementos para entender as relações entre os fenômenos ecológicos e climáticos, as práticas de manejo e as práticas rituais próprias a cada época. Também expressam as potencialidades e os perigos que chegam com as diferentes estações do ciclo anual.

imagem na página anterior

Maloca da escola Tukano Yupuri, comunidade São José do Meio, rio Tiquié, TI Alto Rio Negro, AM. (Pieter-Jan van der Veld/ISA, 2008).

FIGURA 1 Calendário anual feito pelos Agentes Indígenas de Manejo Ambiental (AIMAs) do rio Tiquié, na TI Alto Rio Negro (AIMAs, 2013).



Constelações e ciclo anual Tukano, rio Tiquié

Neste mundo onde vivemos tem movimento de rotação das constelações; de acordo com esse movimento, a constelação nasce e se põe; de acordo com seus nomes, muitos seres vivos da terra vão vivendo e sobrevivendo...

Jararaca: a primeira constelação é a de Jararaca-Ânus-Grande (Sipe Phairo), depois vem a de Jararaca (Aña). Na enchente de Jararaca acontecem as primeiras piracemas de peixes, chamadas ñekoerã *na nirã*, pouco intensas e que são como a preparação das malocas dos peixes, para as grandes piracemas (festas) que virão depois. É a época da derrubada para fazer roça... os peixes que sobem nesse tempo estão procurando alimentos para oferecer em dabucuri antes da Enchente de Tatu... o período de piracemas, para eles, significa dança e dia de dabucuri.... nessa época acontecem muitas doenças e picadas de jararaca... os velhos que sabem, benzem para proteger... **Tatu e Osso de Tatu:** nesse tempo os peixes fazem muita piracema... pacas, cutias e acutivaiais estão se reproduzindo... existe veneno na corrente do rio, está correndo e provoca malária e diarreia. Para não pegar, os velhos fazem proteção na época da enchente, eles limpam e fazem o veneno virar coisa boa.... nessa época nos juntamos para fazer dabucuri de cunuri, bacaba e *bueri*... o Tatu é o instrumento usado. Tomamos caxiri, tocamos cariço e cantamos *kapiwaya*...

Jacundá: essa enchente acontece depois do Verão de Pupunha. Nesse tempo umari e pupunha já estão bem maduros... muitos papagaios, urumutuns e inambus aparecem se alimentando dessas frutas... aqueles que queimaram roça já estão plantando maniva... é uma época em que ocorre muitas doenças. Acontece todo ano, sempre quando dá essas frutas. No sono, a Gente-Mucura (Oa Masa) oferece caxiri das frutas e das flores. Por isso chegam as doenças. O benzedor precisa fazer proteção... **Camarão:** nessa época acontece piracema de várias espécies... as abelhas chegam, porque estão com flores o japurá, umari, açai, ingá, abiu... as rãs zoam e as pegamos para comer... acontecem revoadas de saúvas... as doenças dessa época são *dohkesiakease*... os velhos benzem para proteger... **Onça:** essa constelação está dividida em várias partes... nesse tempo costuma haver piracema de peixe... a chuva cai demoradamente e costumamos fazer dabucuri de bacaba e açai-do-igapó... acontecem muitas doenças... para quem sonhou mal, essas doenças podem matar. Para evitar, os conhecedores protegem com os benzimentos... **Nõhkoatero:** o rio enche grande... aparecem passarinhos *tamiria*, e também aqueles que viram peixes *sarana*... acontecem as primeiras migrações de peixes rio acima... é tempo de fazer dabucuri de frutas como ingá e açai silvestre. Às vezes, os Hupd'ah fazem oferecimento para o pessoal das comunidades do rio... no tempo da floração e frutificação, quando consumimos os frutos, os seres da natureza provocam doenças... essas acontecem principalmente quando não são feitos os benzimentos de proteção desse tempo... depois vem ainda **Wai kahsa, Sio Yahpu e Garça**, que é a última enchente do ciclo de constelações... depois seguem-se constelações que são menos marcadas, como Jabuti Grande (*U Paigu*), Lontra (*Diayo*), Bodó (*Yaka*), Andorinha (*Bipia*) e Folhas (*Puri*). É o final do ano astronômico tukano...

Trechos extraídos de texto escrito por Manuel Azevedo, Tukano do rio Tiquié, a partir de registros de pesquisa realizados pelos AIMAs (Agentes Indígenas de Manejo Ambiental) desse rio. O texto original foi publicado no livro *Ciclos anuais no rio Tiquié* (2016).

Manejar o território, ou manejar o mundo, é justamente lidar de forma equilibrada com essas potencialidades e perigos que marcam cada época. E, ao mesmo tempo, colaborar com a manutenção do movimento do mundo e seus ciclos. Isso é feito através das práticas de manejo e de cerimônias e procedimentos rituais que estabelecem a conexão com o tempo-espaco ancestral e mediam as relações entre os diversos seres que povoam o cosmos.

As épocas em que frutificam certas variedades apreciadas de frutas silvestres, por exemplo, são períodos de abundância e fartura, mas também trazem perigos. Assim, é preciso purificar os alimentos, as frutas e tudo o que há na natureza, afastando e prevenindo as enfermidades. É por meio dos rituais e dos benzimentos que esse trabalho é realizado pelos especialistas rituais dos diversos grupos étnicos. E, ao mesmo tempo em que neutralizam os perigos, os benzimentos realizados também colaboram com a manutenção do ciclo de vida e produtividade das diversas variedades frutíferas. Além disso, as épocas de frutas silvestres são também períodos de fazer *dabucuri*, ritual de oferecimento que celebra as relações de aliança e reciprocidade que marcam a sociabilidade interétnica no alto rio Negro.



Como sempre fizeram os seus ancestrais, os Hupd'äh seguem manejando o interior da floresta

Para ter o corpo e a pele duros, para ser um bom caçador, o menino deve fazer muitas coisas. Ser bem benzido desde o nascimento. Tomar banho nos lagos de leite de cima das serras, no fundo da floresta, na cabeceira dos igarapés. Tomar o banho do guerreiro logo ao acordar, muito cedo, vomitar água e cheirar pimenta. É como no jurupari, para ficar forte e com saúde. Andar sempre com seu pai pela floresta para aprender os caminhos, os rastros e os sons dos animais, os lugares onde estão as árvores de fruta plantadas pelos ancestrais em suas antigas moradas. Antes dos caçadores entrarem na floresta, o benzedor faz seu benzimento com tabaco. Na floresta, há muitos seres, muitos donos de lugares e animais que são da floresta e podem ser vistos e visitados pelos pajés e benzedores. O benzedor manda na frente as formigas-pari, essas, mexendo nas folhas, espantam os que podem fazer mal aos caminhantes. Com o cigarro, soprando sua fala, o benzedor faz o dono da caça ficar em seu quarto dentro da serra, lhe dá tabaco, ipadu e outros alimentos, guarda suas armas em seu jirau, assenta-o em seu banco e faz com que ele não olhe para fora, para não perceber os caminhantes na floresta. Assim a caçaria pode ser boa, sem acidentes, sem picada de cobra, sem doenças e dores provocadas pelas armas dos donos da caça. Para liberar os animais para serem caçados, o pajé cheira paricá e viaja para as *Hũ Moy* (Casa de Caça) e o benzedor faz cigarro, abrindo a porta da casa. Do mesmo jeito, o pajé faz os frutos da mata crescerem bem, para que os animais tenham seu alimento e para que os humanos façam suas festas de dabucuri. Assim é a relação com os que são da floresta. E assim deve ser para que os Hupd'äh tenham corpos duros, fortes e saúde. A floresta toda depende disso, todos os seus seres. É assim que os caçadores passam bem pela mata, do mesmo modo que seus ancestrais sempre fizeram. Indo, seguindo, de um lugar para o outro, retornam para suas comunidades, bem cercadas com benzimento, com caças e frutos.

Também os peixes e outros animais realizam os seus dabucuris e suas cerimônias conforme as épocas do ciclo anual. Dizem que no tempo de piracema, por exemplo, os peixes estão fazendo suas festas de dabucuri. Pois eles são também sujeitos em seu próprio mundo, possuem seus chefes, suas moradas, fazem festa, cerimônias e outras coisas que os humanos fazem. Por isso mesmo, no alto rio Negro, a pesca e a caça sempre foram atividades envoltas em muitas regras e restrições. Para confeccionar uma armadilha de pesca como o matapi ou o jequi, por exemplo, é preciso manter o silêncio, não falar sobre a intenção de fabricar a armadilha, evitar fazer qualquer barulho, fazer jejum. Caso contrário, os peixes percebem a intenção do pescador e não mais cairão na armadilha. Ou pior, podem querer se vingar por meio de ataques diversos. Também há lugares onde não se deve pescar, ou caçar, pois são moradas (ou lugares sagrados) dos peixes ou outros animais da floresta que, em geral, coincidem com locais de reprodução. Os procedimentos rituais relacionados aos peixes e animais de caça realizados conforme as épocas, ao mesmo tempo em que visam afastar ou neutralizar os perigos contidos na relação entre os humanos e os demais seres, também contribuem para a manutenção dos ciclos de vida e reprodução das diversas espécies.

“Os meus avós conviviam numa grande casa como se fosse uma família só. Na época de piracema, os nossos antepassados promoviam festa ritual de benzimento para o bem-estar e boa saúde. Com benzimento, purificavam o pote de bebida alucinógena (*wai kapitu*) dos peixes e os lugares sagrados dos peixes, com a finalidade de estarem sempre abundantes. Os antigos não ofereciam peixes maiores aos seus filhinhos, pois estraga a saúde das crianças. Por que faziam isso? Queriam ver seus filhos crescendo com saúde e facilidade para ouvir e aprender os benzimentos. Por isso eram sadios, tinham bons benzimentos.”
(Dario Marques, Tukano, comunidade Caruru, alto Tiquié)

Esta cosmovisão sistêmica e socioecológica dos povos do alto rio Negro constitui a base dos conhecimentos e práticas tradicionais de manejo ambiental e também de uma ética que orienta a relação que estabelecem com as paisagens e com a multiplicidade de seres que povoam os rios e florestas da região. Se o manejo do território é cuidadoso e respeitoso, realizado de acordo com os conhecimentos ancestrais e com as épocas do ciclo anual, mantém-se o equilíbrio e o movimento do mundo. Assim, os seres vivos ficam bem (tanto os humanos quanto os não humanos), não havendo enfermidades nem problemas. Caso contrário, tudo se desequilibra, e surgem problemas ambientais, climáticos, sociais, hostilidade entre os seres e doenças diversas.



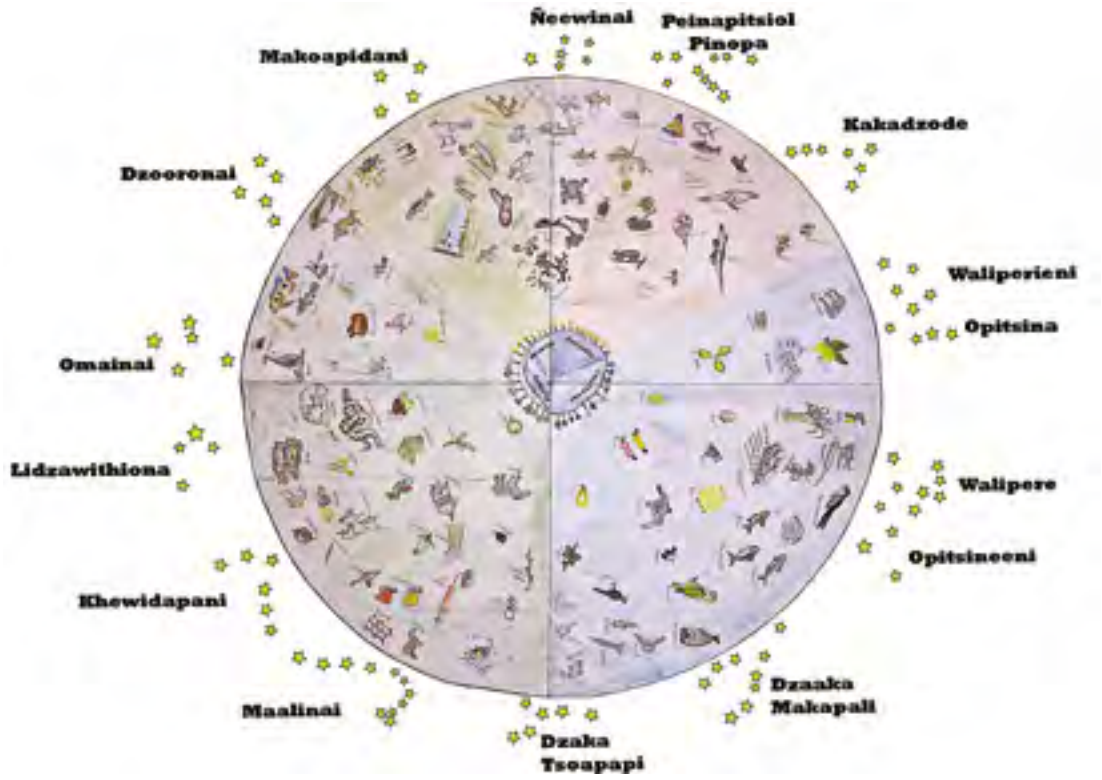
Manejo e proteção do mundo para os povos Baniwa e Koripako

Foram os heróis-míticos que transmitiram ao povo Baniwa e Koripako todos os conhecimentos sobre as constelações para que, através deles, pudéssemos nos orientar e acompanhar os fenômenos da natureza. Os heróis orientaram sobre os ciclos das constelações e o ciclo lunar, com seus respectivos fenômenos e seus significados. Orientaram sobre os benzimentos para curar doenças, para fazer com que caças e peixes apareçam em abundância. Orientaram sobre como respeitar os lugares sagrados e os valores culturais para o bem viver dos Baniwa e Koripako.

O surgimento da constelação de Ñeewinai (ariranha) inaugura o ciclo anual do povo Baniwa e Koripako, ao mesmo tempo em que anuncia a baixada das águas. É neste período que as ariranhas começam a aparecer e os peixes a sumir, devorados por estes grandes animais. Isso ocorre no final do mês de agosto, anunciando o começo do verão, período de abrir nova roça. O canto do serra pau comprova a chegada do verão durante a constelação *Dzooronai* (besouro) – segundo os conhecedores eles estão derrubando madeira para também preparar as suas roças. **Quando a rã moolito canta junto com dzoroo, é sinal de que o verão vai ser longo.** Nesta época, durante os repiquetes, tem revoada de *piitti* (saúva da noite) e piracema de *doopali* (araripina) e de *doome* (aracu cinco pintas). Os demais peixes fazem piracema durante a constelação de Khewidapani (cobra grande), que é a mãe de todos os peixes, é por isso que ela faz os peixes se reproduzirem. O verão é período de muito peixe e **de doença causada por ferrada de pium**, que chamamos de *kapoanaa*. Já no verão ocorre migração de garças Maalinai e **tem muita fartura de fruta**, é época boa de fazer podáali (**dabucuri**) **para nossos cunhados**. As frutas só param quando chega a chuva, junto com a constelação de Dzaaka (camarão). É momento de montar cacuri, mas tem que banhar e tomar cuidado com o que come, pois é período de doença provocada por espírito de yoopinai. Depois de muita chuva, a água do rio sobe trazendo Tsiipanaí (friagem de aru) e derrubando as folhas das árvores, chamando um novo ciclo para o povo Baniwa e Koripako.

São no total 13 constelações que orientam o manejo do mundo para o povo Baniwa e Koripako desde os tempos de nosso ancestrais. Assim, os antigos faziam com facilidade o acompanhamento, manejo e proteção de nossa floresta e rios, aproveitando sabiamente do que ocorre em cada estação. Hoje os conhecedores dizem que o clima e o tempo das coisas estão mudando, e nós, AIMAs (Agentes Indígenas de Manejo Ambiental), também observamos isso. Hoje as chuvas que provocavam a queda das constelações, a frutificação e a floração das plantas, não ocorrem mais quando costumavam ocorrer. Locais de piracema estão sendo abandonados. Não temos mais período de seca certo para abrir roça. Este é o impacto das mudanças mais-que-climáticas na vida dos povos da Amazônia. Diante disso, nós povos indígenas, devemos desenvolver nossos saberes e nossas práticas para continuar garantindo o bem viver em nossas comunidades, criado por nossos heróis e transmitidos de geração em geração até os dias de hoje.

Trechos extraídos de textos escritos por Juvêncio Cardoso, Orlando Fontes e Ronaldo Apolinário, Baniwa da bacia do rio Içana. O texto original de Juvêncio e Orlando foi publicado no livro *Manejo do Mundo* (2010) e na revista *Aru*, nº 1, 2017; e o de Ronaldo na revista *Aru*, nº 2, 2018.



Território e lugares sagrados

No alto rio Negro o território é muito mais do que o espaço geográfico visível de onde os povos indígenas extraem os recursos necessários para a sobrevivência. O território e suas paisagens são também história, memória e fonte de poderes espirituais fundamentais para a manutenção da vida. O que para os não-indígenas é uma simples pedra, uma serra, um banco de areia ou uma ilha qualquer no meio do rio, para os conhecedores dos diversos povos do alto rio Negro pode ser uma casa ancestral, onde estão guardados as memórias e os poderes criativos do tempo da origem do mundo e da humanidade. Ou pode ser também a morada de algum espírito da floresta, em geral responsável pela vida e reprodução dos peixes e outros animais.

FIGURA 2 Ciclo Anual Baniwa elaborado pelos agentes indígenas de manejo ambiental (AIMAs) da bacia do rio Içana no âmbito do Projeto de Monitoramento Ambiental e Climático (AIMAs, 2017).

“Para os conhecedores, pajés, não existe a floresta: um lugar sagrado é uma casa, como se fosse uma comunidade, uma cidade. Essas casas têm seu chefe, seus instrumentos, suas flautas sagradas, seu pote de caxiri, suas roças, têm tudo lá. Por isso que é importante. Para os brancos pode parecer muito duvidoso também, né? Por que os índios consideram aqui um lugar sagrado? Não tem nenhum sinal, é tudo mato, pedra, às vezes uma montanha. Mas nós temos que ter esse olhar muito diferente quando o índio fala sobre as suas casas invisíveis, suas casas sagradas. Pois aí existem seres morando. Eles são imortais, estarão sempre aí. O pajé que vê, no seu pensamento, nos sonhos, pois ele está sempre viajando, em várias camadas do cosmos. Quando ele sonha, está aí, conversando com o ser espiritual. Para quem não conhece, não dialoga com esse extramundo, pode ser um jabuti enorme, um jacaré enorme, um tucunaré enorme, uma cobra grande. Mas, para os pajés, ele é o chefe daquela casa, o *kumu* (mestre espiritual) dos *wai mahsã* (peixe-gente). Por isso que nossos antepassados respeitavam muito esses lugares e por isso que nós também devemos respeitar”. (Higino Tenório, conhecedor e liderança Tuyuka)

A sabedoria acerca dessas paisagens e lugares sagrados e das formas próprias de manejá-los através de rituais, benzimentos e diversas regras de comportamento, está contida nas extensas narrativas míticas que contam a história da origem do mundo e da ocupação do território pelos primeiros ancestrais. Apesar da diversidade de versões e das especificidades histórico-culturais de cada povo ou família linguística, estas narrativas se constroem sobre um fundamento bastante compartilhado e carregam uma história intimamente relacionada com a geografia e as paisagens locais.

Para os grupos da família **Tukano**, os sítios culturalmente importantes se estendem muito além das bacias dos rios Uaupés e Apapóris, território onde hoje vivem. Segundo os conhecimentos transmitidos de geração em geração, os seus primeiros ancestrais surgiram num lugar chamado “lago de leite”, no “extremo leste da Terra”. Desse ponto de origem, as as canoas de transformação (ou cobra-canoa) percorreram um longo caminho até os cursos mais altos do Uaupés e afluentes, que são para os grupos Tukano paisagens de grande importância espiritual, na medida em que guardam os poderes destes tempos primordiais. Foi nesses lugares, localizados ao longo dessa rota, que os ancestrais obtiveram todo o conjunto de conhecimentos, práticas, técnicas e objetos de uso ritual e cotidiano necessário para a vida de seus descendentes.

Estas rotas e lugares sagrados são hoje rememorados nas extensas narrativas míticas e visitados em pensamento pelos pajés e benzedores nas cerimônias do calendário ecológico-ritual e nos procedimentos de cura e proteção. Também são acionados no benzimento de nomeação das crianças, pois é daí que o benzedor extrai os elementos que vão constituir a alma-coração da criança, representada por seu nome. Muitos locais importantes são também relacionados com os peixes e com certos seres espirituais responsáveis por sua fertilidade e multiplicação. Assim, entre os grupos da família Tukano há uma relação especial entre o manejo de peixes e a pesca e o conhecimento e manejo espiritual desses lugares.

De modo geral, também os povos **Hupd’äh e Yuhupdëh** compartilham com os grupos Tukano o tema da viagem da cobra-canoa, que levou seus primeiros ancestrais a ocupar as regiões em que hoje vivem, principalmente nas áreas de interflúvio entre as bacias do Uaupés e Apapóris. Para estes povos, os territórios que hoje ocupam também constituem o centro de um conjunto de lugares sagrados (serras, formações rochosas, cachoeiras e outros acidentes geográficos) interligados por caminhos e rotas de origem. Estes lugares estão relacionados com a história da origem do mundo e da ocupação e manejo do território pelos ancestrais. E muitos constituem a morada de uma infinidade de seres e espíritos donos das florestas e dos animais, com os quais é preciso estabelecer relações respeitadas para que não haja hostilidade e desequilíbrio.

Já os povos da família linguística **Arawak**, especialmente os Baniwa e os Koripako, possuem suas referências mais importantes na grande área de ocupação tradicional entre as bacias do Içana e Guainía, região da tríplice fronteira Brasil – Colômbia – Venezuela. Aí estão os locais de origem de seus primeiros ancestrais e uma infinidade de sítios sagrados relacionados com a história da criação do mundo e com as rotas percorridas pelos demiurgos e “heróis míticos”. Também há muitos lugares que são casas de seres espirituais guardiões das florestas e dos animais. Muitos destes sítios estão identificados

pela presença de petróglifos, inscrições e desenhos nas pedras deixados pelos seres de origem como um registro dos acontecimentos ocorridos nos primeiros tempos e como um código de ética a ser observado pelos atuais descendentes. Há uma conexão especial entre os lugares com petróglifos e o conjunto de conhecimentos e cerimônias de iniciação dos jovens com uso das flautas de jurupari, chamadas *kuwai* na língua baniwa e koripako. Essa região é culturalmente importante mesmo para grupos que já não vivem mais neste território, tendo se deslocado para outras áreas, caso dos Tariano do Uaupés, os quais reconhecem seus locais de origem ancestral na região do rio Ayari.

Cachoeira de Iauaretê:
Patrimônio Cultural do Brasil e lugar sagrado dos povos indígenas do Uaupés e Papuri

Em 2006, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) reconheceu a Cachoeira da Onça, em Iauaretê, médio Uaupés, como Patrimônio Cultural do Brasil e lugar sagrado dos povos indígenas que vivem na região dos rios Uaupés e Papuri. Este reconhecimento inaugurou o Livro de Lugares do IPHAN.

O reconhecimento foi inicialmente pleiteado pelos Tariano do clã Koivathe, tradicionais moradores de Iauaretê e cuja história de deslocamento e transformação dos primeiros ancestrais desde o rio Ayari (bacia do Içana) até o Uaupés está inscrita nas paisagens da Cachoeira da Onça. Mas a cachoeira não é importante apenas para os Tariano. Também os grupos da família Tukano que tradicionalmente habitam a bacia do Uaupés consideram a Cachoeira da Onça um lugar de grande importância para sua história e para o manejo que os benzedores fazem dos poderes ainda hoje presentes nestes lugares sagrados. Pois Iauaretê é, na visão dos grupos da família Tukano, uma das “casas de transformação” de seus primeiros ancestrais, pontos centrais da rota que os levou a povoar o Uaupés. Assim, os Tukano e demais grupos que vivem na região – Desana, Piratapuia, Arapaso, dentre outros – não tardaram a se envolver no processo de registro da cachoeira, já que suas histórias estão igualmente gravadas nas rochas.

O registro ensejou, nos anos posteriores, uma série de novas iniciativas de documentação e valorização de lugares sagrados por todo o alto rio Negro, com destaque para o projeto *Mapeo*, que foi executado através de uma parceria entre a FOIRN, o IPHAN, o ISA, conhecedores indígenas da região e uma interlocução com parceiros do lado colombiano. Dentre as ações do projeto figura uma experiência de documentação de lugares sagrados e histórias associadas à rota de origem ancestral, pelos rios Negro e Uaupés, narradas por conhecedores da família Tukano. Tal experiência gerou um vídeo-documentário intitulado *Pelas Águas do Rio de Leite*.

Referências: Dossiê IPHAN 7: Cachoeira de Iauaretê (2007); Cartografia dos Lugares Sagrados do Noroeste Amazônico – Iniciativa Binacional Brasil-Colômbia (2014); *Pelas Águas do Rio de Leite* (filme), 2017.



4
um mundo em
transformação

Breve história da colonização no alto rio Negro

Do baixo ao alto rio Negro

A história do contato no alto rio Negro é antiga e complexa. A chegada dos primeiros colonizadores à região remonta à primeira metade do século XVIII. Mas já no século XVII a empreita colonial alcançou os cursos mais baixos no Negro com as chamadas “tropas de resgate”, que a mando do governo ou de particulares (comerciantes ou colonos) capturavam índios para servirem de mão de obra escrava nas fazendas e povoamentos do Estado do Maranhão⁷.

As fontes históricas desse período registram várias tropas de resgate que, com apoio dos missionários jesuítas, adentraram os cursos mais baixos do Negro e aprisionaram milhares de índios, que depois foram levados como escravos para Belém. Os que resistiam eram massacrados pelas tropas. Muitos também fugiram para regiões mais remotas.

Na segunda década do século XVIII, uma tropa oficial, a mando do Reino de Portugal, subiu o rio Negro para além da foz do rio Branco, chegando até o coração do território dos índios Manao. A princípio, negociaram com chefes manao a captura de índios de grupos rivais em troca de mercadorias. Mas aos poucos, devido à truculência com que eram tratados, os Manao começaram a se revoltar contra os portugueses, chegando a matar dois integrantes da tropa e atacar missões e aldeamentos carmelitas. Isso motivou o governador a declarar guerra contra eles, dentro das chamadas “guerras justas”⁸.

A guerra dos portugueses contra os Manao, que logo se estendeu para vários outros povos que habitavam a região nesse período, durou vários anos e levou a uma redução drástica da população indígena do baixo e médio rio Negro, além do extermínio de etnias inteiras. Dentre os sobreviventes, grande parte foi levada como escravo para Belém. Muitos também fugiram e se dispersaram para regiões mais distantes. E outros não viram alternativa senão se submeter aos mandos dos missionários carmelitas, se juntando aos aldeamentos.

Entre as décadas de 1740 e 1750, os carmelitas, que apoiaram a guerra contra os Manao, instalaram aldeamentos em trechos mais altos do rio Negro, até as proximidades de onde hoje está a cidade de São Gabriel da Cachoeira. Há fontes já desse período que informam o descimento forçado e envio para Belém de milhares de índios das bacias dos rios Uaupés, Içana e Xié — estima-se 20 mil descidos até o final de década de 1740 (ver Wright, 2005). Também há informações sobre grandes epidemias de varíola e sarampo que assolaram o médio e alto rio Negro entre as décadas de 1740 e 1770, matando grupos inteiros.

Quanto mais mortes a empreita colonial perpetrava, seja pelos massacres e atrocidades cometidas, seja pelas doenças que trazia, mais os portugueses viam a necessidade de adentrar regiões ainda não contactadas.

Há relatos sobre várias revoltas indígenas ocorridas nesse período, com incêndios provocados pelos índios nos aldeamentos, destruição das edificações e objetos litúrgicos dos missionários. Mas a cada revolta indígena, mais dura era a repressão das tropas portuguesas contra os índios.

A intensificação dos descimentos no período pombalino

As tropas de resgate, os massacres, as epidemias, a fuga e dispersão dos índios para regiões mais remotas levou, já na segunda metade do século XVIII, a um esvaziamento dos aldeamentos que haviam sido implantados no médio e alto rio Negro. Em decorrência disso, em 1755, Marques de Pombal, que era então o funcionário mais poderoso da Coroa Portuguesa, baixou um decreto retirando a administração das aldeias das mãos dos missionários e instituindo o cargo de “diretor dos índios”, o qual passaria então a ser ocupado por colonos, civis ou militares.

As leis criadas por Pombal visavam pôr fim à escravidão dos índios e integrá-los à sociedade colonial. Mas nesse período, intensificaram-se os descimentos de índios do alto rio Negro, os quais continuaram a ser efetuados com base na força, violência e desmandos dos “diretores dos índios”.

Os militares portugueses, instalados nas fortalezas de São Gabriel e Marabitanas (as quais foram construídas em 1763 como base de apoio à expansão colonial), realizaram inúmeras incursões pelos rios Uaupés, Içana, Xié e afluentes e daí baixaram milhares de índios. Ou seja, os inúmeros abusos contra os índios continuaram por todo o período pombalino e, por sua vez, os índios seguiram resistindo, por meio das fugas para o interior da floresta e das muitas revoltas que marcaram todo o período.

Dos regatões ao tempo da borracha

Ao longo de todo o século XIX o alto rio Negro continuou sendo fonte de mão de obra para a região do Grão-Pará e, mais tarde, para a Província do Amazonas e sua capital, Manaus. Os descimentos forçados, a violência e a exploração dos índios para o trabalho nas vilas coloniais e no extrativismo perdurou por todo o século e se intensificou na virada para o século XX, com a exploração da borracha.

A primeira metade do século XIX também é marcada pela chegada de comerciantes ao alto rio Negro, os chamados regatões. Esses se instalaram em São Gabriel e Marabitanas e daí incursionavam pelo Negro e seus afluentes superiores, negociando com os índios dos aldeamentos mercadorias e bugigangas diversas em troca de produtos do extrativismo e trabalho. É sabido que essas trocas eram baseadas na violência, coerção e trapaça. Os índios muitas vezes eram forçados a trabalhar sem pagamento, para sanar dívidas decorrentes das trocas assimétricas administradas pelos comerciantes.

A atuação missionária nesse período foi bastante flutuante, com momentos de maior ou menor presença, em um revezamento entre carmelitas, capuchinhos e franciscanos. Mas, em geral, os padres tiveram uma forte atuação na repressão aos índios e na exploração de seu trabalho nos aldeamentos e vilas coloniais. Também combatiam fervorosamente os pajés e cerimônias indígenas. Já os militares, depois de um período de menor presença, voltaram ao alto rio Negro na década de 1840, após a deflagração das revoltas populares que ficaram conhecidas como Cabanagem, que chegaram a ter alguns focos no rio Negro⁹.

imagem na página anterior

Polimento de peça de cerâmica com semente de inajá. Comunidade São Joaquim do rio Ayari, TI Alto Rio Negro, AM (Natalia C. Pimenta/ISA, 2018).

7 Nesse período, o Estado do Maranhão, que no início do século XVIII passou a se chamar Grão Pará e Maranhão (com a transferência da sede de São Luiz para Belém), abarcava toda a extensão territorial dos atuais estados do Maranhão, Piauí, Pará, Amazonas, Amapá e Roraima.

8 As chamadas “guerras justas” eram, basicamente, guerras declaradas e autorizadas pelo governo português ou seus representantes contra os indígenas, em casos de hostilidade ou insubordinação destes aos ditames da Coroa: por exemplo, quando estes se recusavam à conversão à fé católico-cristã ou impediam a divulgação dessa religião, quebravam acordos ou reagiam com violência contra os portugueses.

9 As revoltas eclodiram primeiro entre os índios e mestiços nas imediações de Belém, que viviam em condições subumanas e sob a exploração das oligarquias locais. Mais tarde, a própria elite local, descontente com os rumos da política imperial, aproveitou o estado de revolta para agitar ainda mais a população contra o império e em prol da independência da província do Grão-Pará. Os combates entre as tropas do governo central e os insurgentes duraram cinco anos e se alastraram por várias regiões do Grão-Pará, terminando com dezenas de milhares de mortos e a derrota dos revoltosos.

A partir da segunda metade do século XIX, com a separação do Amazonas do Grão-Pará e sua elevação à categoria de província, começa um novo ciclo de exploração da mão de obra indígena e descimentos forçados, com o fim de acelerar o desenvolvimento da nova província. Por meio do “serviço do trabalho público”, programa instituído pelo primeiro governador do Amazonas, os índios passaram a ser regularmente mandados para Manaus e outras vilas para trabalhar sem pagamento na construção das casas e edificação da infraestrutura.

Esse recrutamento se intensificou ainda mais na virada do século XIX para o XX, quando a exploração da borracha passa a ser a principal atividade econômica do Amazonas. Foi o tempo dos “barões da borracha”. Nesse período, a presença e atuação dos regatões ou “patrões”, como ficaram conhecidos regionalmente, se intensificou bastante. Ligados ao negócio da borracha e outros recursos do extrativismo (piaçava, balata, sorva, dentre outros), os comerciantes transitavam por todos os afluentes superiores do Negro e chegaram a dominar regiões inteiras. É o caso do espanhol Germano Garrido, cujo poder e influência abarcava todo o curso dos rios Içana e Xié, e do famoso Manduca (Manoel Antonio de Albuquerque), nomeado pelo antigo SPI (Serviço de Proteção aos Índios) como “diretor dos índios” da região do Uaupés.

O controle que esses comerciantes exerciam na região se sustentava com base na força e no terror exercido contra os índios e no sistema de aviamento e escravidão por dívida. A cada mercadoria obtida, a crédito, com os regatões, dívidas e mais dívidas iam sendo forjadas nas costas dos índios que, naquele tempo, pouco entendiam sobre as trocas econômicas e a matemática reversa dos não-indígenas. Essas dívidas infinitas eram cobradas em trabalho e produtos do extrativismo. Os comerciantes também se envolviam nas redes de parentesco locais. Manduca, por exemplo, casou-se com duas mulheres indígenas do Uaupés.

“Eu cheguei a conhecer os filhos do Manduca, mas ele mesmo só meus pais chegaram a ver. E meus avós viveram nesse tempo em que ele andou por aqui. Quando a família de Manduca se fixou aqui [Bela Vista, no baixo Uaupés], trouxe seus seguranças da Colômbia, os ucuquiranas. Ele obrigava seus homens a trabalhar na extração de sorva. Manduca trazia diversas mercadorias e, com o tempo, passou a pegar trabalhadores dos rios Uaupés, Tiquié, Papuri e outros, para trabalharem na extração de seringa. O grupo de Manduca tratava os trabalhadores como escravos. Quando a pessoa trazia poucos produtos de seringa, levava surras. ...O irmão de Manduca, Chico, fazia a mesma coisa Eles [Manduca e Chico] faziam muito mal à população. Eles surravam as pessoas por maldade. Ele tinha uma arma pequena e outra arma grande, se alguém desrespeitasse, ele ficava pronto para atirar. Quando eles [Manduca e Chico] estavam bêbados, não podia cruzar nenhuma pessoa, qualquer coisinha, estavam atirando [...]. Minha avó dizia que esse Manduca não respeitava ninguém, aonde ele ia, maltratava as pessoas. E que ele e Chico abusam de meninas novas, na frente dos pais [...]. Minha avó disse que quando ficou sabendo da morte dele, ficou se sentindo em paz, porque não ia ter mais outro homem que podia lhe fazer mal a partir daquele momento [...]. Meu pai contava que foram as mulheres que envenenaram o Manduca”. (Antonio Almeida da Silva, Piratapuia, morador do baixo Uaupés, já falecido; depoimento gravado em janeiro de 2015, no âmbito do projeto *Mapeo*)

Em reação a esse estado de terror e exploração, eclodiram no alto rio Negro diversos movimentos milenaristas e messiânicos. Em geral, esses movimentos, encabeçados por líderes espirituais, pregavam a libertação da opressão política e econômica sob a qual viviam os índios. Dois deles ficaram mais conhecidos. O primeiro no rio Içana, na década de 1850, quando um poderoso pajé Baniwa, chamado Venâncio Kamiko, começou a organizar reuniões onde dançava e pregava uma nova religião. Ele fez numerosos adeptos e discípulos que deram continuidade às suas pregações pelas três décadas seguintes.

Um outro movimento se deu no baixo rio Uaupés, no final do século, quando um pajé Arapaso, que se fazia chamar Vicente Cristo, começou a pregar a “religião da cruz”. Pregava uma inversão nas relações de poder existentes, com o fim da exploração pelos patrões e sua expulsão da região; a chegada de uma nova ordem social, na qual os índios seriam os patrões e os brancos seus subordinados. Houve vários outros movimentos desse tipo na região, que foram reprimidos com violência pelas autoridades e militares, que viam neles uma conspiração contra os brancos e suas instituições¹⁰.

A chegada dos salesianos e o tempo dos internatos

Foi em meio a esse estado de barbárie imposto pelos comerciantes brasileiros, colombianos e venezuelanos que, depois de mais de um século de presença missionária intermitente, os salesianos chegaram ao alto rio Negro, em 1914. Ainda nos primeiros tempos de sua atuação na região, os salesianos passaram a reprimir os abusos cometidos pelos comerciantes e tomaram para si a tarefa de integrar os índios à sociedade nacional através de um “programa de civilização e catequese” que contava com o apoio do governo.

Ao longo das duas primeiras décadas de atuação, implementaram três sedes de missão em localidades estratégicas do alto rio Negro. A primeira foi em São Gabriel, ainda em 1914; a segunda em Taracúá, baixo Uaupés, em 1923; a terceira em Iauaretê, confluência entre os rios Uaupés e Papuri, em 1929. Nas décadas seguintes, outras três sedes foram instaladas: a de Pari-Cachoeira, em 1940; a de Tapuruquara ou Santa Isabel do Rio Negro, em 1942; e a de Assunção do Içana, em 1952. Vale lembrar que todas essas localidades já eram pontos estratégicos na geopolítica indígena.

Os salesianos estavam muito bem organizados, contavam com apoio do governo e abundantes recursos e estrutura para a edificação das missões e implantação de seu programa “civilizatório” no alto rio Negro. Tinham vindo para ficar. O principal pilar desse programa, além da catequese, era a educação fundamental e agrícola, com foco nas crianças e jovens. Logo nos primeiros anos da fundação das sedes da missão, passaram a funcionar também os internatos. Os padres percorriam as comunidades recrutando crianças para serem levadas para estudar nos internatos. As crianças, de 6 ou 7 anos, eram separadas de suas famílias e do convívio comunitário para serem educadas pelos padres e freiras, até os 12 anos ou mais, dentro dos valores cristãos e da rígida disciplina das missões.

Para a população indígena que, naquele momento, vivia sob o estado de terror imposto pelos “patrões”, os salesianos e as missões passaram a representar alguma segurança e proteção. Também o interesse pela educação trazida pe-



acima Grupos de alunos separados por etnias indígenas no internato em Iauaretê (Arquivo da Diocese de São Gabriel da Cachoeira).

¹⁰ Para saber mais, ver Wright (2005).

los padres rapidamente passou a mobilizar as famílias, que queriam que seus filhos aprendessem a língua portuguesa, a ler e escrever e também a contar. Habilidades percebidas como fundamentais na lida com os não-indígenas, sobretudo os comerciantes e suas negociatas perversas. Mas o fato é que o preço de tudo isso foi bastante alto para os povos indígenas. Pois os salesianos, assim como seus antecessores, procuraram desde o começo dizimar as manifestações culturais indígenas e alterar todo o sistema tradicional de organização social e liderança.

Em primeiro lugar, usaram todo tipo de chantagem e atos repressivos para convencer os índios a abandonarem suas grandes malocas coletivas e a se concentrarem em povoados compostos por casas separadas para cada família. Pois sabiam que a maloca era o centro da espiritualidade, das manifestações culturais e da organização social e política indígena. Muitas das comunidades atuais foram fundadas ou revitalizadas nesse período e ganharam, ao longo dos anos, cada qual a sua própria capela.

Os salesianos também reprimiram duramente as atividades dos pajés e práticas rituais indígenas, especialmente as que envolviam o uso de substâncias enteógenas, como o *kahpi* (*Banisteriopsis caapi*), e as flautas sagradas de jurupari. Confiscaram enfeites cerimoniais e instrumentos musicais, sendo que alguns deles podem ser encontrados no museu salesiano de Manaus¹¹.

“A gente que é mais velho nasceu ainda no tempo de repressão dos missionários à nossa cultura. No tempo em que os missionários condenavam os pajés e os benzedores. Era uma época muito dura. Nesse tempo, os padres tomavam dos velhos os seus objetos cerimoniais. O meu pai foi aluno dos salesianos num período de muita repressão. Por isso ele passou a acreditar que a nossa cultura não prestava. O meu avô queria falar sobre os conhecimentos que ele tinha, mas meu pai não deixava o velho contar. Ele dizia que já era tempo de esquecer o passado e entrar nesse outro mundo, trazido pelos padres. Meu pai dizia que era para eu ser padre, para aprender e poder ensinar as coisas dos brancos. Ouvindo essa fala de meu pai, meus avôs se sentiam impedidos de falar seus conhecimentos. Por isso que, no início, eu não me interessei em aprender com eles. Foi depois de muito tempo que outros velhos que ainda estavam vivos me animaram de aprender um pouco. Pois disseram que eu era de um clã Tuyuka de *bayaroa* (cantadores/dançadores), por isso eu deveria saber dessas coisas. Assim acabei me interessando e virei *baya*”. (Guilherme Tenório, conhecedor e *baya* Tuyuka; depoimento gravado em janeiro de 2015 no âmbito do projeto *Mapeo*)

Assim, se por um lado a chegada dos salesianos deixou os povos do alto rio Negro, em especial os da bacia do Uaupés, menos vulneráveis às ações truculentas dos regatões, por outro, os índios passaram a se confrontar com uma outra forma de violência e intolerância à sua cultura. Com recursos e apoio governamental, é fato que os salesianos constituíram, pelo menos até a década de 1970, a única infraestrutura de assistência aos índios, tanto na área da educação, como na saúde, comércio e desenvolvimento comunitário. E se hoje quase toda a população indígena do alto rio Negro é letrada, mesmo os mais velhos, isso se deve, em grande parte, à persistência dos salesianos, o que é amplamente reconhecido na região. Porém, o programa salesiano também foi responsável por profundas mudanças socioculturais e alterações no modo de vida indígena; mudanças essas que são hoje objeto de tristeza e lamento por parte dos povos do alto rio Negro.

11 Vale ressaltar que em 2005, por intermédio do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), um conjunto de ornamentos cerimoniais que estava sob a guarda do museu salesiano de Manaus foi repatriado para os povos do Uaupés e hoje está sob a guarda do Cerci (Centro de Revitalização das Culturas Indígenas de Iauaretê).

No Içana foi um pouco diferente: regatões e missões evangélicas

É importante destacar, contudo, que a situação na região do Içana, assim como no Xié, se distingue bastante da situação do Uaupés. Em primeiro lugar, a presença mais direta dos salesianos no Içana só ocorreu a partir da década 1950, com a instalação da missão em Assunção, no curso mais baixo do rio. Com isso, diferentemente do Uaupés, na região do Içana os “patrões” continuaram impondo, sem freios, o sistema de exploração do trabalho extrativista por toda a primeira metade do século XX. Tanto que hoje, as histórias de vida de muitos Baniwa mais velhos são marcadas pelas relações abusivas com os patrões e pelo trabalho nas zonas extrativistas, embarcações e outras atividades comandadas pelos regatões (ver Wright, 1999).

Outro momento da história do Içana que marca o destino diferencial da região e a pouca influência que os salesianos tiveram ali, é a chegada, na década de 1940, de Sophia Müller, missionária evangélica norte-americana da Missão Novas Tribos. A missionária havia chegado à região para iniciar a evangelização dos Koripako, na parte colombiana do Içana, e logo estendeu o trabalho entre os Baniwa do lado brasileiro. Com suas mensagens de redenção e o fim dos sofrimentos, Sophia Müller passou a atrair a atenção e o respeito de vários grupos indígenas do Içana que, naquele momento, ainda viviam sob o estado de opressão e terror imposto pelos comerciantes e militares (Wright, 1999).

“Quando eu estava ainda lá no Içana, chegou a senhorita Sofia de lá de Colômbia, então eu escutei a voz dela. Algumas pessoas de lá já estava assim. ‘É um livro! É um livro!’ ‘O que é que se chama Bíblia?’ [...] A primeira vez ela veio assim como a senhora, bonita, uma jovem ainda, para falar comigo: ‘ô quem é tu?’ ‘Sou daqui da região’. ‘Estou andando para vender esse livro que se chama Bíblia’. ‘É Bíblia?’ ‘Sim’. E então eu digo: ‘de onde é a senhora?’ ‘Eu venho dos Estados Unidos’. ‘Longe?’ ‘É longe! Mas eu tô querendo a Deus, e eu estou aqui’. Então, quando ela chegou ali na comunidade Tunuí aqui no Içana, disse pro meu irmão: ‘vamos lá ver o que é ela!’ Pegamos uma canoazinha, uma bagagezinha e fomos embora. Passou dois dias, três dias, para chegar. Eu cheguei de noite na hora de culto na Cachoeira Grande. Aí apressado, fui ver ela. Estava preparando a Bíblia para ir lá na igreja. Entrei lá na igreja, cheguei ali na frente e parei. Eu olhei bem na cara dela e então ela veio dizendo: ‘será que alguém novo chegou? Quem vai estudar com nós? Levante a mão’. Eu gostaria e levantei a mão [...]. Tinha muitas Bíblias kuripako. Tinha muitos livrinhos, livro grande também. Mas primeiro tinha que estudar no kuripako. Aí mesmo eu estudei duas semanas a ler [...]. Naquele tempo eu abandonava o católico, na hora mesmo”. (Seu Mário, ex-morador de Nazaré do Içana; depoimento extraído de artigo de Veronica Boyer, 2003)

Quando, no início da década de 1950, os salesianos resolveram se estabelecer na região, justamente numa tentativa de conter a expansão evangélica, a influência das Missões Novas Tribos já havia se alastrado por todo o curso mais alto do Içana. Com isso acabou ocorrendo uma divisão entre evangélicos e católicos que até hoje perdura entre os Baniwa. E assim como os salesianos, as missões evangélicas combateram duramente muitas das manifestações culturais indígenas, demonizaram os pajés e reprimiram ritos e cerimônias.

A história recente

Fim dos internatos e adensamentos populacionais: novos desafios para a gestão territorial e ambiental

Os internatos salesianos funcionaram até o início da década de 1980. A partir daí passaram a ser gradativamente desativados, devido aos cortes de recursos por parte do governo federal e também a uma reorganização das diretrizes de atuação das Missões Salesianas depois que foram denunciadas pelo crime de etnocídio no Tribunal Russel, Amsterdã, em 1980.

A essa altura, a população indígena do alto rio Negro já encarava a educação escolar como algo fundamental aos novos tempos e as famílias faziam grandes esforços para garantir o estudo dos filhos. Com o fim do sistema de internatos e sua substituição por escolas públicas padrão (mantidas pelo Estado do Amazonas, mas ainda geridas pelos salesianos), as famílias se viram obrigadas a mudar-se para os centros missionários, ou mesmo para a cidade de São Gabriel, a fim de manter os filhos na escola. Ao mesmo tempo, a partir do final da década de 1970 começa a ser implementado o segundo grau (atual ensino médio) nas escolas estaduais do alto rio Negro, primeiramente na cidade (São Gabriel) e, mais tarde, nas escolas dos centros missionários (Iauaretê, Taracuá, Pari-Cachoeira, Assunção). Isso gerou, especialmente ao longo das décadas de 1980 e 1990, um movimento de migração das famílias das comunidades para os centros missionários, e também para a cidade, resultando em **adensamentos populacionais** sem precedentes no alto rio Negro.

O caso mais emblemático, além da própria cidade de São Gabriel da Cachoeira, foi **Iauaretê**, no médio Uaupés, que se destaca hoje como o maior núcleo populacional dentro da TI Alto Rio Negro. Iauaretê, que até as primeiras décadas do século XX era um assentamento tradicional do povo Tariano, concentra hoje cerca de 570 famílias, mais de duas mil e quinhentas pessoas pertencentes a diversos grupos étnicos e distribuídas pelos dez bairros que formam o povoado. A maioria das famílias que vivem em Iauaretê é proveniente de comunidades de outros trechos do rio Uaupés e Papuri e chegaram entre as décadas de 1980 e 2000, nesse movimento pós-internatos. O povoado, que em 1988 ganhou ainda um Pelotão Especial de Fronteira do Exército (ver seção abaixo, p. 61), também foi adquirindo feições cada vez mais urbanas ao longo dos anos, especialmente os bairros mais centrais. Possui hoje duas grandes escolas de ensino fundamental e médio, hospital, agência dos correios, centro comercial, uma termoeletrica, dentre outros serviços que passaram também a constituir novos fatores de atração para as famílias de comunidades do entorno.

Também **Pari-Cachoeira**, no alto Tiquié, e **Taracuá**, no baixo Uaupés, viram sua população aumentar drasticamente nesse período. Taracuá, que hoje possui pouco mais de 350 pessoas, chegou a ter uma população de quase mil pessoas até o início da década de 1990, com famílias provenientes das comunidades do Uaupés e Tiquié. E Pari-Cachoeira se transformou no segundo maior núcleo populacional da Terra Indígena Alto Rio Negro, hoje com cerca de 680 pessoas (143 famílias).

Já na região do Içana, cuja história se diferencia um pouco do Uaupés, não houve o mesmo nível de concentração populacional. Mas ainda assim podemos destacar as comunidades de **Assunção**, no curso mais baixo do rio, e **Tunuí-cachoeira**, no curso médio, como núcleos de adensamento. Assunção foi a única sede de missão salesiana no Içana e a pequena infraestrutura que se formou aí (escola, ambulatório médico e a própria igreja) passou a atrair famílias de outras localidades, acarretando um aumento de sua população original. Tunuí, por sua vez, é hoje o entreposto logístico e de serviços mais importante da bacia do Içana, onde foi instalado um posto de fiscalização da Funai (que fechou depois de quase 3 décadas de funcionamento), um Pelotão Especial de Fronteira – PEF, um importante Polo Base de saúde e as salas de aulas de programas governamentais de educação (magistério indígena, licenciatura intercultural) que atraem centenas de estudantes durante as etapas letivas para a comunidade.

O fato é que os adensamentos populacionais trouxeram **novos problemas e novos desafios** para a população indígena, tanto para os moradores antigos como para os recém-chegados. Pois a partir de então passou a haver **maior demanda por recursos e por terra** para abertura de roçados na área desses povoados, gerando problemas ambientais e conflitos diversos. Além dos **problemas sanitários** decorrentes da concentração populacional: maior produção de lixo, sujeira nos portos e igarapés, maior dificuldade de acesso a fontes de água potável, dentre outros problemas que exigem soluções criativas e também passam pela proposição e implementação de políticas públicas.

Taracuá, por exemplo, fica em uma área com predomínio de caatinga e igapó¹², boa para a pesca mas nada apropriada para a agricultura, sendo, portanto, uma região limitante a uma maior concentração populacional. Esse é o principal motivo pelo qual, depois de um crescimento exponencial entre as décadas de 1980 e 1990, a população de Taracuá começou a diminuir novamente. Sem roças, muitas famílias resolveram partir, algumas retornando para suas comunidades de origem, mas grande parte migrando para a cidade em busca da continuidade dos estudos para os filhos.

Em Iauaretê e em Pari-Cachoeira também há problemas com áreas de roça e muitas famílias recém-chegadas acabam passando por dificuldades por não terem onde abrir os seus roçados. Devido ao uso agrícola mais intenso das áreas próximas aos povoados, as capoeiras não têm o tempo necessário para se regenerar e os solos vão ficando cada vez mais pobres em nutrientes. Com isso as famílias precisam abrir roças em áreas cada vez mais distantes, o que dificulta muito o trânsito e o transporte diário dos produtos da roça. Além disso, tanto a área de Iauaretê quanto de Pari-Cachoeira são regiões pouco piscosas, devido às cachoeiras que constituem barreiras naturais à subida dos peixes, especialmente das espécies maiores. Assim, com o agravante do aumento da atividade pesqueira e da introdução de novas técnicas de pesca mais predatórias, como malhadeiras e mesmo os arrastões, a falta de peixe acaba se tornando uma realidade e um problema nessas regiões mais populosas.

A esses problemas gerados com os adensamentos populacionais somam-se ainda os novos desafios decorrentes da **maior fixação das comunidades hoje**, em comparação com a maior mobilidade que havia no passado. Pois em muitos casos, com a construção de estruturas mais duradouras (de alvenaria) para a

¹² Para um maior entendimento sobre as características ambientais do alto rio Negro e a relação com a ocupação e manejo do território, ver capítulo 2.

Experiências de piscicultura e manejo de peixes no alto rio Negro

A baixa piscosidade em algumas regiões do alto rio Negro, somada ao crescimento e adensamentos populacionais, tem levado comunidades e associações indígenas a testarem estratégias visando amenizar o problema relacionado à baixa oferta de peixes. A primeira estratégia testada foi a piscicultura. Entre as décadas de 1990 e começo dos anos 2000, associações e comunidades de três regiões da TI Alto Rio Negro, com apoio técnico e financeiro do Instituto Socioambiental (ISA), se envolveram com iniciativas de piscicultura: médio Içana; Iauaretê e alto Uaupés; alto Tiquié. Dentre as ações realizadas, as principais foram: 1. implementação de três estações de piscicultura e formação de equipes indígenas para a gestão das mesmas: no alto Tiquié, Iauaretê (médio Uaupés) e médio Içana; 2. implantação de viveiros de criação e engorda (açudes de piscicultura) comunitários, familiares e escolares, nas regiões do alto e médio Tiquié, alto e médio Içana, Iauaretê e alto Uaupés; 3. desenvolvimento de técnicas de reprodução de 12 peixes endêmicos do alto rio Negro.

Depois de mais de dez anos de dedicação às atividades com a piscicultura nessas regiões, a avaliação foi de que a produção ficou muito aquém do desejado, quando considerado o volume de trabalho e os investimentos necessários. A conclusão é de que em determinadas regiões onde há maior escassez de peixes, a piscicultura, especialmente a familiar, pode ser complementar à outras iniciativas, mas sozinha não resolve o problema. Uma medida mais interessante, que já vem sendo discutida e/ou praticada pelas comunidades em algumas regiões do alto rio Negro (Tiquié, baixo Uaupés, médio Içana), é o manejo de peixes nos rios e lagos, envolvendo o estabelecimento de acordos de pesca, mapeamento e zoneamento das áreas de manejo e reprodução dos peixes, e valorização de técnicas e conhecimentos tradicionais relacionados às armadilhas de pesca, benzimentos, histórias de origem e sistema de restrições.

escola, a capela, as moradias e outras instalações como centros comunitários, Polos Base de saúde etc., passou-se a exceder o tempo que tradicionalmente um grupo local permanecia numa mesma área. Pois se antes a mudança de um local para outro era feita sempre que as terras do entorno apresentavam sinais de esgotamento (roças pouco produtivas, solos empobrecidos, aparecimento de pragas diversas, pouco peixe, pouca caça, escassez de recursos importantes como caraná, cipó, madeira), hoje, fazer essa mudança de uma comunidade inteira, com toda a sua infraestrutura, não é algo muito viável¹³.

Nas últimas três décadas, por exemplo, mesmo os povos Hupd’äh e Yuhupdêh, reconhecidos por suas andanças e deslocamentos constantes pelo território, passaram a se concentrar mais em comunidades e foram chegando mais para a beira dos rios. Isso se deu, em grande parte, por influência dos salesianos e de missionários evangélicos, mas, dentre outras motivações, também pela busca de assistência em saúde e educação escolar. Segundo eles mesmos refletem, essa mudança no padrão tradicional de ocupação e moradia, apesar de possibilitar o acesso a certos bens, serviços e direitos hoje bastante valorizados por todos no alto rio Negro (em especial a escola), trouxe também diversos problemas. Os principais deles estão relacionados com o empobrecimento da alimentação, já que passaram a caçar e coletar pela floresta

13 Mas é importante ressaltar que, apesar de todas essas transformações, a mobilidade ainda constitui um modo de vida e de relação com o território no alto rio Negro — ver capítulo 2 e o caso recente descrito a respeito da mudança de localidade de uma comunidade Tuyuka do alto Tiquié (p. 37).

com uma frequência bem menor do que faziam no passado; com as brigas e conflitos decorrentes da concentração populacional; e com o enfraquecimento na transmissão dos conhecimentos e práticas culturais entre as gerações, uma vez que estes estão intimamente ligados à tradicional mobilidade pelo território (para um maior aprofundamento dessa questão ver capítulo 10).

Presença militar e o tempo dos garimpos

O período entre as décadas de 1970 e 1980, também coincide com a intensificação da presença de um outro agente externo que passa a fazer parte do cenário de relações no alto rio Negro: o Exército¹⁴. Primeiro com o **Plano de Integração Nacional** do governo federal, responsável pela implantação dos primeiros batalhões do Exército em São Gabriel, execução de diversas obras de infraestrutura na região — sendo a principal delas a construção da BR 307 ligando São Gabriel à Cucuí — e a implantação de postos da Funai em pontos estratégicos do alto rio Negro, os quais vieram substituir os do antigo SPI, extinto na década de 1950.

Um pouco depois, já na década de 1980, tem início a implantação do **Projeto Calha Norte**. Comandado pelo Conselho de Segurança Nacional, órgão ligado ao governo federal e comandado pelos militares, o projeto tinha como objetivo ocupar, integrar, proteger e criar as bases para a exploração econômica do território nacional situado ao norte das calhas do Amazonas e Solimões. A zona prioritária do projeto foram as faixas de fronteira, que incluía a região do alto rio Negro, a chamada “Cabeça do Cachorro”. Os militares iniciaram uma série de ações visando ocupar a região, proteger as fronteiras e combater o narcotráfico e a guerrilha colombiana. Foi nesse período que começaram a ser implementados os Pelotões Especiais de Fronteira (PEFs).

Os **PEFs** foram instalados em áreas de ocupação indígena, gerando grandes impactos nas paisagens e no cotidiano das comunidades e povoados. Pois além de toda a infraestrutura que foi construída para abrigar os Pelotões, a partir de então os índios passaram a conviver cotidianamente com os militares aí instalados (além dos peões que trabalharam nas obras de construção). O primeiro Pelotão Especial de Fronteira a entrar em funcionamento foi o de Iauaretê, em 1988. No mesmo ano foram também inaugurados os PEFs de Querari, no alto Uaupés, e o de São Joaquim, no alto Içana. Já os PEFs de Pari-Cachoeira, no alto Tiquié, e o de Tunuí-cachoeira, no médio Içana foram implantados bem mais tarde, o primeiro em 1999 e o segundo em 2003, quando a Terra Indígena Alto Rio Negro já havia sido demarcada.

Por fim, a década de 1980 foi marcada ainda por um outro evento que trouxe consequências importantes na vida das comunidades e famílias indígenas do alto rio Negro e cujos desdobramentos levaram a um fortalecimento do movimento indígena regional e das reivindicações pela demarcação do território: a descoberta de ouro, por alguns Tukano do rio Tiquié, na **Serra do Traíra**, região de interflúvio entre os rios Tiquié e Apapóris, fronteira com a Colômbia, em 1983. O episódio deu início a um movimento que se alastrou por vários pontos da região por mais de uma década, deslocando pessoas e famílias e atraindo, inicialmente, garimpeiros de outras partes do país e moradores de São Gabriel; assim como, um pouco mais tarde, empresas de mineração. Todos esses atores passaram a invadir a Serra do Traíra e a incursionar por outras regiões atrás do precioso mineral, como o alto Içana, que também foi foco da exploração de ouro nesse período.



imagem Tropa da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, São Gabriel da Cachoeira, AM. (Juliana Radler/ISA, 2019).

14 Lembrando que, nesse período, o país vivia sob o Regime Militar, o qual perdurou até 1985.

5

governança
indígena e
elaboração do
plano de gestão



Movimento indígena e demarcação da TI Alto Rio Negro

É nesse contexto de rápidas transformações na realidade local e de estreitamento das relações, muitas vezes conflituosas, com não-indígenas e esses novos atores (militares, garimpeiros, empresários da mineração, órgãos públicos, organizações da sociedade civil) que passaram a atuar na região, que o movimento indígena do alto rio Negro e a luta pela demarcação começaram a tomar fôlego. Desde a década de 1970 e início dos anos de 1980 já havia surgido algumas associações indígenas no Tiquié e Uaupés e o tema da demarcação já estava no horizonte de reivindicações. Mas foi sobretudo a partir da segunda metade da década de 1980, em meio a muitas desavenças internas e conflitos envolvendo lideranças indígenas, militares do Projeto Calha Norte, políticos locais e empresários da mineração (empresas Paranapanema, GoldAmazon, Taboca), que a luta pela demarcação passa a mobilizar todas as regiões e povos do alto e também do médio rio Negro. Foi esse movimento, em nível regional, que culminou na criação da FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, em 1987.

Nesse período, como resposta às crescentes pressões em prol dos direitos territoriais indígenas, estava em curso uma proposta do governo, desenhada pelos militares, para a demarcação dos territórios indígenas do alto rio Negro. A ideia era uma demarcação reduzida e fragmentada, que não incluía as faixas de fronteira e que delimitava pequenas “ilhas” nas áreas de ocupação imediata das comunidades. Estas áreas ganhariam o status de Colônias Agrícolas Indígenas, onde cada família teria um lote, com seu título de propriedade. Já o restante do território ficaria livre para ser explorado e destinado a outros setores da sociedade nacional.

Mas as lideranças e a população indígena em geral, ainda que bastante divididas a respeito das promessas de desenvolvimento e benefícios propagadas pelos militares do Calha Norte e empresários da mineração, rechaçaram essa proposta numa grande Assembleia dos Povos Indígenas do Alto Rio Negro realizada em abril de 1987. Na ocasião, em meio a muitos conflitos internos e perante a presença dos militares, de representantes do governo federal e estadual, das empresas de mineração, da igreja católica e membros de organizações indigenistas, as lideranças indígenas presentes foram unânimes em reivindicar a demarcação urgente de uma área contínua no alto rio Negro. Como desdobramento dessa Assembleia foi criada a FOIRN, com o objetivo de unificar a luta pela demarcação das terras indígenas da região e de garantir a demarcação de uma área contínua no alto rio Negro.

Diante disso, os militares que estavam à frente do Conselho de Segurança Nacional resolveram levar adiante uma solução intermediária: o governo federal reconheceria terras indígenas como um mosaico composto por Colônias Indígenas e por Florestas Nacionais (Flonas). Ou seja, as Áreas Indígenas seriam “ilhas” (isto é, Colônias) interligadas por Florestas Nacionais, nas quais os índios poderiam explorar os recursos naturais ou autorizar que terceiros o fizessem. Em troca, o governo federal prometia dar assistência técnica e econômica às comunidades.

A proposta foi inicialmente aceita pelos líderes da extinta Ucirt (União das Comunidades Indígenas do Rio Tiquié) que, à época, era a organização representativa da região de Pari-Cachoeira e principal responsável pelos acordos com a empresa de mineração Paranapanema, que explorava ouro na Serra do Traíra. E com os mesmos argumentos, os militares convenceram também líderes da Socitrut (Sociedade das Comunidades Indígenas de Taracuí, Rio Uaupés e Tiquié) e da Ucidi (União das Comunidades Indígenas do Distrito de Iauaretê), que eram as organizações representativas da região de Taracuí e Iauaretê e com as quais os militares do Calha Norte já tinham maior interlocução. Com isso foi dado andamento à vários grupos de trabalho para proceder ao levantamento de dados para a delimitação das áreas, apesar dessas três associações representarem apenas um grupo reduzido de comunidades dentro do universo de povos e comunidades do alto rio Negro. E por meio de várias portarias e decretos presidenciais, assinados entre 1988 e 1990, foram criadas no alto rio Negro 11 pequenas áreas indígenas e 14 florestas nacionais.

Em março de 1990 a FOIRN convocou uma Assembleia Extraordinária para discutir com todos os líderes do alto rio Negro, e com a presença de procuradores gerais da república, antropólogos e outros especialistas, os grandes problemas da demarcação da Terra Indígena do alto rio Negro. Como encaminhamento dessa Assembleia, a FOIRN acionou o Ministério Público Federal e entrou na justiça contra a União, pedindo a revogação das pequenas áreas e exigindo a demarcação de uma área contínua. Para isso valeu-se dos dispositivos da nova Constituição Federal que havia recentemente entrado em vigor no país.

A partir daí foram quase oito anos de um processo envolvendo uma gama de ações judiciais e tomadas de decisões em várias instâncias de poder, revisões técnicas, elaboração de laudos antropológicos, reuniões e mais reuniões das lideranças indígenas com representantes dos altos escalões do governo e muita atuação do movimento indígena. Até que em 1998 foi reconhecida e homologada a Terra Indígena Alto Rio Negro, abarcando uma área contínua de 8 milhões de hectares. No mesmo ano foram ainda reconhecidas e homologadas as Terras Indígenas (TIs) Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II, Rio Apapóris e Rio Tea (para saber mais ver Cabalzar, A. e Ricardo, B., 2006, p. 98-114).

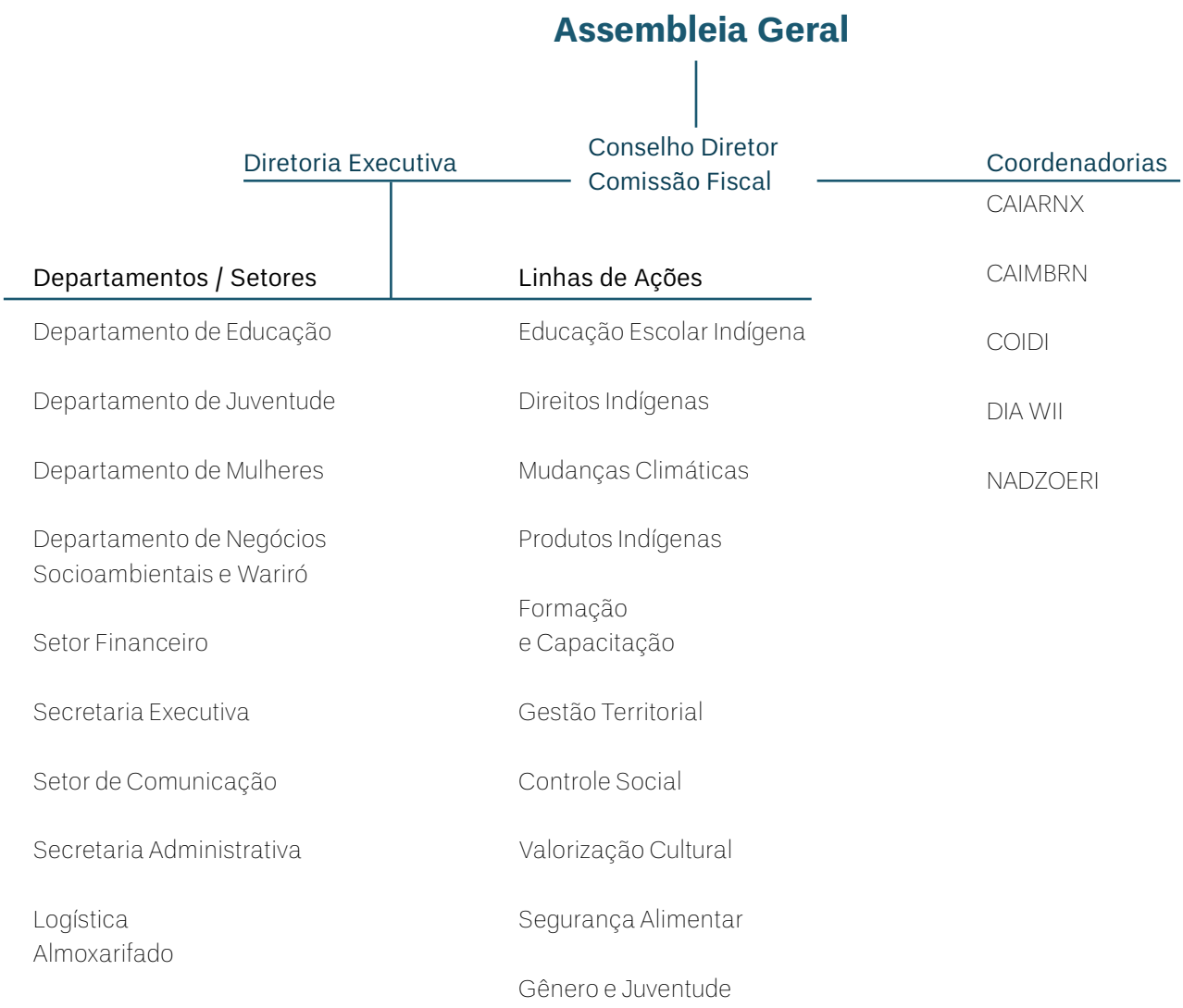
FOIRN, Coordenadorias Regionais e associações de base

A criação da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN, em 1987, representou uma importante unificação do movimento indígena das diversas regiões do alto e também do médio rio Negro em prol da luta pelos direitos territoriais e culturais dos povos indígenas. E desde então, **a Federação passou a constituir a principal instância de governança regional e de representatividade** frente aos demais atores e instituições governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais.

imagem na página anterior Dança do Japurutu, comunidade Santa Isabel, rio Ayari, TI Alto Rio Negro, AM. (Carol Quintanilha/ISA, 2018).

Podemos dizer que a sua estrutura organizacional é como uma versão institucionalizada, e adaptada aos novos tempos, das redes tradicionais de integração sociopolítica no rio Negro: pluriétnicas e com diversos nexos regionais inter-relacionados em um macrosistema de ampla extensão territorial.

A FOIRN é composta por uma diretoria executiva, secretaria, setor financeiro, setor de comunicação e departamentos de educação, das mulheres e dos jovens, todos conectados entre si e ocupados por indígenas de diversas etnias e regiões do rio Negro. A Diretoria Executiva que, ao lado da Assembleia Geral e do Conselho Diretor, constitui a principal instância de decisão, está setorizada territorialmente. São cinco diretores, com cargos eletivos, que representam as comunidades e povos das cinco diferentes sub-regiões do alto e médio rio Negro. Estas sub-regiões englobam todas as nove Terras Indígenas da região, mais as áreas em identificação no médio e baixo rio Negro. Articuladas a cada um dos braços da diretoria executiva estão ainda as Coordenadorias Regionais, que atuam nesse nível sub-regional (ver organograma abaixo). Por sua vez, cada Coordenadoria congrega uma infinidade de associações indígenas com representatividade mais local e, em alguns casos, também étnica (ver nos capítulos por coordenadorias da TI Alto Rio Negro, Parte II desse documento, quais são as associações locais).



As Coordenadorias Regionais foram estabelecidas em 2003 para que a FOIRN pudesse auxiliar e acompanhar mais de perto as associações e comunidades. Cada Coordenadoria tem a função de articular o movimento indígena nas sub-regiões e apoiar as associações indígenas locais em suas ações junto às comunidades. Também realizam as Assembleias Regionais, onde se discute as questões e problemas de cada região e onde, de 4 em 4 anos, são eleitos os membros da Coordenadoria: coordenador; vice coordenador; tesoureiro e secretário, além dos representantes regionais que irão compor as instâncias da FOIRN: a Diretoria Executiva (um diretor por região) e o Conselho Diretor (sete membros por região).

A Terra Indígena Alto Rio Negro abarca em seu território quatro das cinco Coordenadorias da FOIRN (ver mapa 5, p. 80-81, ou encarte). Duas delas integralmente, sendo estas: COIDI – Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê, que compreende todo o trecho do rio Papuri, Médio e Alto Uaupés e afluentes, incluindo o povoado de Iauaretê; e NADZOERI – Organização Baniwa e Koripako (antiga CABC – Coordenadoria das Associações Baniwa e Koripako), que compreende toda a região da bacia do rio Içana. A terceira coordenadoria, DIA WII – Coordenadoria das Organizações Indígenas do Tiquié, Uaupés e Afluentes, abarca o extenso trecho da TI Alto Rio Negro entre o baixo curso do Uaupés, Tiquié e região do Traíra, se estendendo até a TI Rio Apapóris. Já a CAIARNX – Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Rio Xié tem uma parte de sua área de abrangência dentro da TI Alto Rio Negro (limite leste) e outra parte compreendendo os territórios da TI Cué-cué Marabitanas e TI Balaio, além de um pequeno trecho da TI Médio Rio Negro I. A quinta Coordenadoria, a maior em extensão geográfica, não tem território dentro da TI Alto Rio Negro: essa é a CAIMBRN – Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro. Cada uma delas agrega associações indígenas que, em geral, representam comunidades multiétnicas de uma calha ou trecho de rio, ou, em alguns poucos casos, grupos étnicos específicos (para um maior aprofundamento, ver o capítulo específico de cada Coordenadoria).

O escopo das ações e os desafios enfrentados pela FOIRN, Coordenadorias Regionais e associações de base envolvem, em níveis diferentes de atuação: a mediação de acordos intercomunitários; a articulação e fortalecimento do movimento indígena a nível local e regional; a concepção e desenvolvimento de projetos de sustentabilidade, fortalecimento cultural, educação diferenciada e incidência sobre políticas públicas voltadas para os territórios, comunidades e povos indígenas. Tudo isso em meio a um escasso apoio financeiro e de um reconhecimento ainda insuficiente dessas organizações, por parte do poder público, enquanto instâncias de governança dentro dos territórios indígenas.

Assim, fortalecer a gestão ambiental e territorial das terras indígenas passa pelo reconhecimento dessas organizações e associações indígenas e pela garantia de apoio do poder público para que os povos indígenas possam realizar seus projetos de desenvolvimento e sustentabilidade dentro de seus territórios.



O **Município de São Gabriel da Cachoeira** aprovou seu **Plano Diretor Municipal** por meio da Lei Municipal n.º 209, de 21 de novembro de 2006. Além de organizar o uso e ocupação do solo urbano, o Plano Diretor também definiu estratégias para a organização territorial do município, considerando principalmente as Terras Indígenas e territórios tradicionais dos povos indígenas.

A partir das reivindicações do movimento indígena e da FOIRN, cujas lideranças participaram ativamente de sua elaboração, o Plano Diretor dividiu o município em **seis Regiões Administrativas**, coincidentes com os territórios das Coordenadorias Regionais da FOIRN.

1. Região Administrativa Hiniáli / área de abrangência da NADZOERI
2. Região Administrativa Baixo Rio Uaupés e Tiquié / área de abrangência da DIA WII
3. Região Administrativa Alto Rio Negro e Xié / área de abrangência da CAIARNX
4. Região Administrativa Médio e Alto Rio Uaupés e Papuri / área de abrangência da COIDI
5. Região Administrativa Marié e Cauaburis / parte da área de abrangência da CAIMBRN
6. Região Administrativa Tawa / sede e área periurbana do município

Esse entendimento foi adotado visando facilitar a administração de um município tão extenso e diverso como São Gabriel da Cachoeira e, ao mesmo tempo, garantir, dentro da estrutura da administração municipal, a participação indígena sobre a gestão desses territórios, por meio do trabalho que já vem sendo desenvolvido pelas Coordenadorias Regionais da FOIRN. Mas a verdade é que até hoje pouca coisa do Plano Diretor foi devidamente implementada pelas gestões que se seguiram. Assim, fazer valer, na prática da administração municipal, a territorialidade e participação indígena é ainda uma reivindicação e um desafio a ser encarado pelo movimento indígena do alto rio Negro.

O Plano de Gestão

No processo de discussão dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs), os povos e comunidades do alto rio Negro fizeram questão de ressaltar que desde os tempos dos primeiros ancestrais eles já faziam a gestão de seus territórios. Cada grupo étnico manejava e cuidava de seu território tradicional; as malocas e assentamentos vizinhos respeitavam as áreas de manejo uns dos outros e quando alguém queria pescar, caçar ou tirar palha na área do outro, havia diálogo e reciprocidade; as regras de manejo na caça, pesca e extrativismo eram consideradas por todos, e ninguém pegava mais peixe ou abatia mais animal de caça do que o necessário para a alimentação da família; os lugares sagrados eram conhecidos e respeitados; e as cerimônias para o manejo do mundo e seus ciclos eram realizadas por todos os grupos étnicos. Com isso se mantinha a boa saúde do território, das comunidades e das pessoas.

Todos esses conhecimentos e práticas de gestão do território foram repassados de geração em geração e até hoje orientam o modo de vida e o cotidiano dos povos e comunidades do alto rio Negro. Porém, nos muitos encontros e oficinas que foram realizadas para discutir o Plano de Gestão, lideranças e moradores das diversas regiões ressaltaram que hoje a realidade mudou bastante, o modo de vida das famílias e comunidades já não é mais como era antigamente, a ocupação do território sofreu algumas transformações e muitos conhecimentos e práticas culturais estão enfraquecidos.

Além disso, na esteira de todas essas transformações históricas, os anseios e as necessidades das comunidades e povos indígenas também mudaram, assim como houve um estreitamento das relações com o universo não-indígena e com as instituições do Estado. Já não se vive mais como antigamente, isso é um fato; e, em alguns aspectos, isso é visto positivamente. Hoje grande parte das comunidades e famílias indígenas do alto rio Negro querem estar conectadas, querem ter acesso a energia e novas tecnologias, querem escola de qualidade (e diferenciada) para os seus filhos, querem que os jovens tenham acesso às universidades, querem assistência em saúde (respeitosa e intercultural), oportunidades de trabalho e renda dignas.

Por outro lado, há também as mudanças que são hoje encaradas com preocupação, tristeza e lamento. Mudanças que levaram, por exemplo, ao enfraquecimento de conhecimentos e práticas culturais fundamentais para a vida dos povos indígenas e para a manutenção de práticas de manejo e gestão do território. E isso tem gerado muitos problemas e conflitos de toda ordem: territorial, social, ambiental, espiritual.

“Nossos avôs não viviam como nós hoje. Conheciam ritual para o rio ficar abundante de peixes. O *kumu*, o *yai* e o entoador de canto tradicional respeitavam muito o meio ambiente. Eram especialistas no meio ambiente. Por isso, o ritmo de pesca com turi e outros instrumentos era bom para a sobrevivência. Faziam tinguijamento, mas conheciam método de purificar o meio ambiente. Tinha somente um encarregado de benzer para o timbó se tornar mais do que o normal. Com a desestruturação da maloca, teve enfraquecimento do conhecimento tradicional e, ao mesmo tempo, dos líderes da maloca. Os padres desfizeram a autonomia do líder tradicional. Quando acabou o governo próprio do indígena, daí cada um foi dando jeito de se sobressair com seu patrimônio cultural. A geração atual foi recolhida no internato dos missionários e a gente acabou assimilando o que vem de fora. Dessa forma, acabamos perdendo o conhecimento nosso. Por exemplo, quando a gente tinguija hoje, faz sem benzimento, acabando assim a reprodução dos peixes.” (Manuel Azevedo, Tukano, comunidade Pirarara, médio Tiquié; registro realizado durante I Encontro de Manejo no rio Tiquié, 2009)

Destaques do Fórum de Consulta PGTA

“Antigamente, os pais repassavam todos os ensinamentos para os filhos, ensinamentos de benzimentos, dos lugares sagrados dentro do seu território, dos limites de sua área, indicando onde podia encontrar a fartura de peixes e caça. Por isso os filhos respeitavam e não ultrapassavam os limites do território das outras comunidades. Mas atualmente muitos não conhecem mais os limites do território deixados pelos antepassados, por isso há conflitos.” (registro realizado durante Fórum de Consulta do PGTA na comunidade Loiro, médio Uaupés, 2017)

“Os benzimentos estão sendo esquecidos pelos mais novos. Isso é uma coisa grave, porque são importantes para nós. Eles devem ser valorizados para as futuras gerações. Pois quando os velhos se forem, o que será de nossa cultura? O PGTA está sendo preparado para os nossos filhos, netos, bisnetos. Tudo isso deve ser bem pensado.” (registro realizado durante Fórum de Consulta do PGTA em Iauaretê, médio Uaupés, 2017)

“Antigamente havia forma própria de ensinar e educar os jovens. Transmissão dos conhecimentos era através dos rituais, das práticas, das danças em certas épocas e era feito em lugares específicos. Hoje já perdemos muito, precisamos resgatar e fortalecer a cultura.” (registro realizado durante Fórum de Consulta do PGTA na comunidade Assunção, baixo Içana, 2017)

“Hoje estamos perdendo até mesmo a prática do artesanato, substituindo por coisas dos brancos. Sem isso vamos perdendo a nossa cultura. É por isso que esses conhecimentos precisam ser ensinados pelos pais, ensinado na escola. Alunos devem aprender artesanato, nossos cantos, nossas danças, nossas histórias.” (registro realizado durante Fórum de Consulta do PGTA, comunidade Querari, alto Uaupés, 2017)

Portanto, por esses tempos, fazer a gestão do território passa pelo esforço em equalizar essas perdas e ganhos decorrentes de todo o processo histórico mais recente, o que envolve uma série de novos e grandes desafios, além de novos conhecimentos, habilidades e instrumentos. Para nós povos indígenas do alto rio Negro, o Plano de Gestão Territorial e Ambiental – PGTA é um desses novos instrumentos. Ele vem reforçar, por um lado, o significado e a importância das relações ancestrais dos diversos grupos étnicos com os seus territórios, assim como constitui uma valiosa ferramenta de diálogo interno entre os povos e comunidades que vivem nas diversas regiões da TI Alto Rio Negro. Isso vale inclusive para as relações com os parentes do lado colombiano, que desde alguns anos também vêm elaborando os seus Planos de Vida, conforme a legislação colombiana prevê.

“Estamos aqui lembrando como estamos tratando esse território, ninguém está inventando, esse é o território de ocupação de nossos antepassados. Agora temos que pensar em propostas para proteger esse território. Como vamos cuidar dele? É o momento de falar de manejo, de gestão, quando eu penso nisso eu penso assim: muita gente tem dificuldade de entender o que é manejo, o que é gestão. Para mim é cuidar do território para viver bem, para nossos filhos: pescar, sustentar nossa família, comer bem, com fartura. Já que o território nosso é grande, temos essa fartura. Não sei como pensam os outros... nunca falam que o território está vazio, sem gente, porque temos aí jovens crescendo, casando, eles que vão precisar desse território... no futuro vão precisar se deslocar para buscar outras terras, mais férteis, como sempre fizeram nossos avôs... eles já estão fazendo isso.” (Chiquinho, Tukano, morador da comunidade Ananás, baixo Uaupés)

“O benzimento é primeiro, cabeça do PGTA. Se não benze, tem suicídio, criança morre. Toda vida depende de benzimento, de cercar a comunidade. Se não fizer benzimento a roça não sobe, a criança morre. Cercando o alto, o subterrâneo, toda a comunidade, se não o dono das minhocas traz doença para Hupd’äh vivo... benzer bem o nosso lugar de estar... benzer bem com breu para consertar a nossa comunidade. Isso mesmo que nós estamos pensando nesse PGTA, dentro da PNGATI.” (Américo Socot, Hupd’äh, Coordenador PGTA)

De outro lado, o PGTA é entendido também como um instrumento de interlocução com o Estado e seus diversos órgãos, bem como outras instituições que atuam na região executando políticas, projetos e ações junto aos povos e comunidades indígenas. Pois, construídos coletivamente e de forma amplamente participativa, nele nós povos indígenas do alto rio Negro podemos dizer como nos organizamos, como vivemos e o que queremos para nossos territórios e comunidades. Ele abarca, assim, propostas que tem a ver com o esforço coletivo das comunidades e associações indígenas; outras que dependem da cooperação e apoio de instituições parceiras; e há as que dependem, sobretudo, do comprometimento do poder público e de ações e políticas orientadas e coordenadas pelas esferas municipal, estadual e federal.

Passos na elaboração

Construir um Plano de Gestão Ambiental e Territorial de uma terra indígena com as dimensões territoriais, populacionais e com a diversidade sociocultural da TI Alto Rio Negro é um desafio enorme. Foram muitas etapas, muitas oficinas e assembleias, muita articulação do movimento indígena e muita energia depositada para que essa construção fosse feita da forma mais participativa possível.

A elaboração do PGTA da TI Alto Rio Negro acompanhou a agenda de elaboração do PGTA Wasu (que abarca toda a área de abrangência da FOIRN) e das demais Terras Indígenas vizinhas. O quadro abaixo resume o processo todo, apresentando as etapas e as instâncias de discussão:

1. Curso básico de gestão territorial e ambiental (2014/2015): Formação de 30 pessoas, representantes indígenas das cinco coordenadorias regionais da FOIRN (três de cada regional), servidores públicos da CR-Funai, técnicos do ICMBio e assessores do ISA. Quatro módulos presenciais em São Gabriel da Cachoeira, sede municipal, e três etapas de dispersão nas comunidades dos participantes. >>>>



Lirian Monteiro/ISA, 2014.



Renato Martelli/ISA, 2015.



Ray Baniwa/FOIRN, 2015.

imagens Participantes durante os módulos do curso básico de gestão territorial, em São Gabriel da Cachoeira.

imagens Oficinas inaugurais dos PGTA ocorridas em Iauaretê (rio Uaupés), Tunuí Cachoeira (rio Içana) e Juruti (rio Negro).



Em Iauaretê, Renato Martelli/ISA, 2015.



Em Tunuí Cachoeira, Ray Baniwa/FOIRN, 2015.



Em Juruti, Ray Baniwa/FOIRN, 2015.

>>> 2. Oficinas inaugurais sobre PNGATI e PGTA (2015): a parceria FOIRN – Funai – ISA organizou sete conferências com o objetivo de socializar, em uma etapa conhecida também como sensibilização, a PNGATI, seus objetivos, eixos e ferramentas com comunidades estratégicas. Foram organizadas de acordo com as cinco sub-regiões das Coordenadorias, além de oficinas específicas para os povos Hupd’äh e Yuhupdéh. Com participação de 200 pessoas em média em cada oficina (ver Mapa 5, p. 80-81, com as localidades das oficinas inaugurais). >>>>



Em comunidade do rio Japu, Bruno Marques, 2015.



Em Taracúá, Aline Scolfaro/ISA, 2015.



Em comunidade do rio Japu, Bruno Marques, 2015.

imagens Oficinas inaugurais dos PGTA ocorridas em comunidades Hupd’äh do rio Japu e em Taracúá (rio Uaupés).



Em São Gabriel da Cachoeira, Renato Martelli/ISA, 2016.



Em São Gabriel da Cachoeira, João Vianna/ISA, 2016.



Em São Joaquim, Pedro Lolli, 2016.



Em São Gabriel da Cachoeira, Aloisio Cabalzar/ISA, 2016.



Renato Martelli/ISA, 2016.



Pieter-Jan van der Veld/ISA, 2016.



Em Cucuí, Renato Martelli/ISA, 2016.



Edilson Ovo Villegas Ramos/FOIRN, 2017.



Pieter-Jan van der Veld/ISA, 2016.

»»» 3. Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017 e 2018) das comunidades localizadas nas nove Terras Indígenas do alto e médio rio Negro:

Atualização de um diagnóstico georreferenciado sobre perfil da população por comunidade. Foram levantados por meio de entrevistas comunitárias e com os núcleos familiares informações sobre mobilidade, religião e rituais, educação escolar, comunicação, lixo, energia, saúde, benefícios sociais e associações indígenas, bem como, aspectos socioeconômicos.

Para saber mais sobre o levantamento veja nas p. 82 a 101 (Levantamento Socioambiental do PGTA). »»»

imagens Pesquisadores indígenas e colaboradores, em São Gabriel da Cachoeira, durante a oficina de treinamento para o levantamento socioambiental.

Pesquisadores indígenas e colaboradores realizando entrevistas com as famílias residentes nas comunidades e sítios durante o levantamento socioambiental.

imagens Fóruns de consulta PGTA nas diversas comunidades do alto rio Negro.



Tucuma Rupitá, rio Içana, Jaime Fontes/FOIRN, 2017.



Comunidade Loiro, rio Uaupés, Arquivo FOIRN, 2017.



Comunidade São Gabriel, rio Papuri, Emmanuel Richard, 2017.



Comunidade Querari, rio Uaupés, Arquivo FOIRN, 2017.



Comunidade São Pedro, rio Tiquié, Arquivo FOIRN, 2017.



Comunidade Amium, alto Rio Negro, Humberto Pereira Neto, 2017.



Em Iauaretê, Almerinda Ramos/FOIRN, 2017.



Comunidade Cachoeira do Machado, rio Traíra, Nelson Ortiz, 2018.



Comunidade Cachoeira do Machado, rio Traíra, Nelson Ortiz, 2018.



Comunidade São Gabriel Mirim, alto rio Negro, Juliana Radler/ISA, 2017.



Comunidade São Joaquim, igarapé castanho, Pedro Lolli, 2018.



Juliana Radler/ISA, 2017.



Juliana Radler/ISA, 2017.



Juliana Lins/ISA, 2017.



Renato Martelli/ISA, 2017.



Renato Martelli/ISA, 2017.



Juliana Radler/ISA, 2017.



Ana Paula Silva/ISA, 2017.



Juliana Radler/ISA, 2017.



Renato Martelli/ISA, 2017.



Juliana Lins/ISA, 2017.

imagens Oficinas do Grupo de Trabalho (GT) PGTA: na Casa do Saber da FOIRN, em maio de 2017 e na comunidade Duraka, em novembro de 2017.

»»» 4. I Encontro do Grupo de Trabalho (GT) do PGTA (maio/2017): Devolutiva e revisão dos resultados do Levantamento nas sete TIs e preparação do GT para as consultas nas comunidades. O GT PGTA é composto por parte dos pesquisadores indígenas que participaram do Levantamento, lideranças de associações, coordenadorias e diretoria da FOIRN, equipe local de servidores da Funai, equipe de técnicos do ISA e ICMBio. Cerca de 40 pessoas. »»»

»»» 5. Fóruns de Consulta PGTA em comunidades estratégicas: 35 consultas realizadas, sendo que 27 delas ocorreram na TI Alto Rio Negro. Devolutiva dos resultados do Levantamento Socioambiental. Representantes do GT PGTA conduziram as consultas sobre prioridades temáticas, acordos e recomendações. A dinâmica utilizada promoveu discussões por sub-regiões e em grupos de homens, mulheres e jovens (ver Mapa 5, p. 80-81). »»»

»»» 6. II Encontro do Grupo de Trabalho (GT) do PGTA (novembro/2017): 10 dias de encontro que foram organizados em dois momentos: 1. interno ao grupo de trabalho com a apresentação e discussão das propostas resultantes das consultas em rodas temáticas e 2. com setores públicos, em formato de mesas temáticas de diálogo. »»»

»»» 7. III Encontro do Grupo de Trabalho (GT) do PGTA (julho/2018): Discussão da versão preliminar dos PGTA por coordenadorias da FOIRN e preparação para a validação nas assembleias regionais e na Assembleia Geral da FOIRN. »»»

»»» 8. Validação dos PGTA nas assembleias das Coordenadorias e na Assembleia Geral da FOIRN (segundo semestre/2018): Discussão dos documentos por sub-regiões e do PGTA Wasu, na Assembleia Geral da FOIRN (ver no mapa 5, p. 80-81 a localização das Assembleias). »»»



Em Iauaretê, Renato Martelli/ISA, 2018.



Em Iauaretê, Renato Martelli/ISA, 2018.



Em Iauaretê, Renato Martelli/ISA, 2018.



Em Iauaretê, Renato Martelli/ISA, 2018.



Comunidade Castelo Branco, Ray Baniwa/FOIRN, 2018.



Em Iauaretê, Renato Martelli/ISA, 2018.



Comunidade Juriti, Renato Martelli/ISA, 2018.



Comunidade Juriti, Renato Martelli/ISA, 2018.



Comunidade Juriti, Renato Martelli/ISA, 2018.



Comunidade Juriti, Renato Martelli/ISA, 2018.



Comunidade Castelo Branco, Ray Baniwa/FOIRN, 2018.



Comunidade Castelo Branco, Ray Baniwa/FOIRN, 2018.

imagens Validação dos PGTA nas Assembleias da Coordenadorias da FOIRN.



Em Pari-Cachoeira, Edilson Ovo Villegas Ramos/FOIRN, 2018.



Em Pari-Cachoeira, Edilson Ovo Villegas Ramos/FOIRN, 2018.



Em Pari-Cachoeira, Edilson Ovo Villegas Ramos/FOIRN, 2018.



Em Santa Isabel do Rio Negro (AM), Juliana Radler/ISA, 2018.



Em Pari-Cachoeira, Edilson Ovo Villegas Ramos/FOIRN, 2018.



Em Pari-Cachoeira, Edilson Ovo Villegas Ramos/FOIRN, 2018.



Em Santa Isabel do Rio Negro (AM), Juliana Radler/ISA, 2018.



Em Santa Isabel do Rio Negro (AM), Ray Baniwa/FOIRN, 2018.



Em Santa Isabel do Rio Negro (AM), Ray Baniwa/FOIRN, 2018.



Em Santa Isabel do Rio Negro (AM), Ray Baniwa/FOIRN, 2018.



Em Santa Isabel do Rio Negro (AM), Ray Baniwa/FOIRN, 2018.



Em Santa Isabel do Rio Negro (AM), Ray Baniwa/FOIRN, 2018.



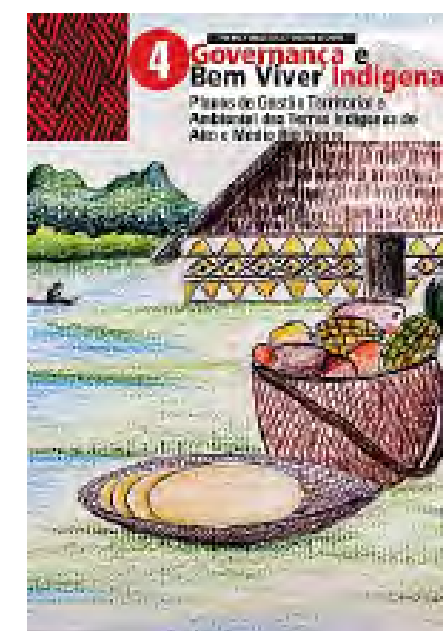
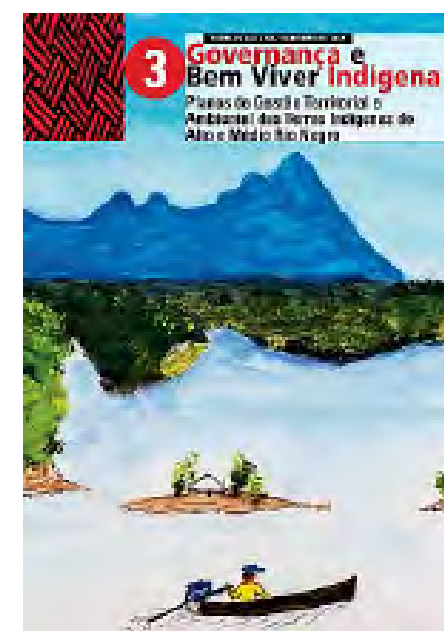
Em Santa Isabel do Rio Negro (AM), Juliana Radler/ISA, 2018.

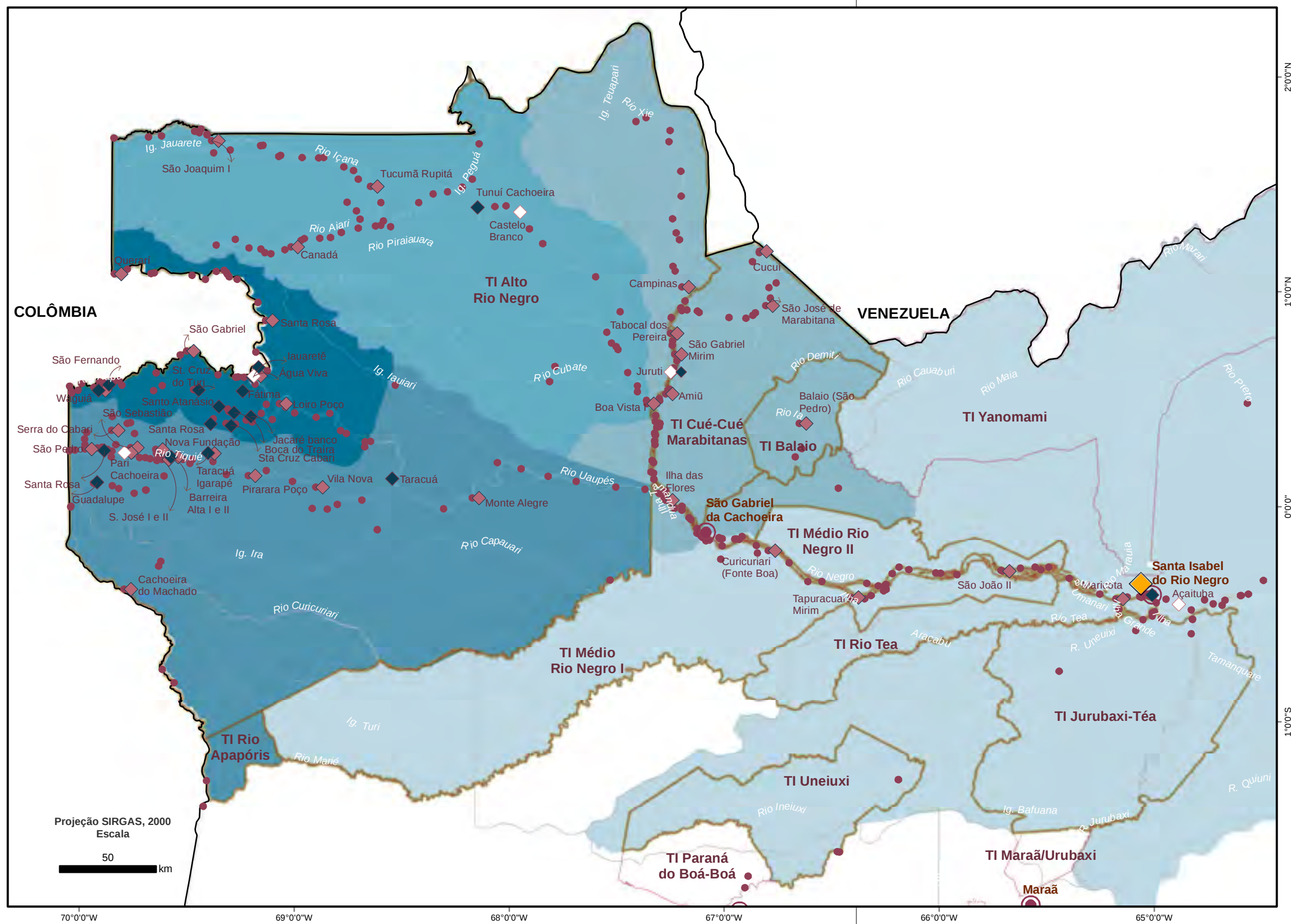
imagens Validação dos PGTAs nas Assembleias das Coordenadorias da FOIRN e XVI Assembleia Geral Ordinária da FOIRN, em Santa Isabel do Rio Negro (AM).

»»» 9. Edição e revisão de textos por Terras Indígenas.

Para planejar e acompanhar as etapas, uma Comissão de Governança foi formada em 2016, e reuniu-se, em média, duas vezes por ano na sede municipal de São Gabriel da Cachoeira. Essa comissão é formada pela diretoria da FOIRN, ISA, CR-Funai e ICMBio.

A fim de divulgar resultados parciais e comunicar a agenda de reuniões e discussões, um boletim informativo, com quatro volumes, foi distribuído para as comunidades indígenas do alto e médio Rio Negro, e para parceiros institucionais e do setor governamental.





MAPA 5

Elaboração participativa dos Planos de Gestão: locais de oficinas e assembleias



-  Países
-  Municipios
-  Sede Municipal
-  Terras Indígenas elaborando PGTA/FOIRN
-  Comunidades

Localização das assembleias e oficinas

- ◆ Assembleia geral da FOIRN 2018 (Santa Isabel do rio Negro)
- ◇ Assembleias das Coordenadorias da FOIRN 2018
- ◆ Fóruns de consultas 2017
- ◆ Oficinas inaugurais 2015/16

Fontes: Base cartográfica, IBGE; Áreas protegidas, ISA; Comunidades e localidades, ISA/FOIRN.

O Levantamento Socioambiental do PGTA

A partir da avaliação de que políticas públicas são implementadas na região sem considerar as especificidades e diversidade do Alto e Médio Rio Negro, a fim de realizar um planejamento participativo de gestão territorial e baseado em um diagnóstico amplo e atual, FOIRN e ISA, com apoio da Funai, realizaram um esforço bastante significativo de entrevistar cerca de 81 % das comunidades de nove Terras Indígenas do Alto e Médio Rio Negro. Denominada por Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA, a iniciativa abarcou 393 localidades e entrevistou 3.638 famílias em nove das Terras Indígenas de abrangência da FOIRN. As informações recolhidas nesse levantamento compõem uma base de dados sobre a vida nas comunidades e sítios que serve de fonte para propostas de políticas públicas que correspondam às realidades locais, bem como para a organização interna de acordos de uso e governança nas comunidades e sub-regiões.

Como foi feito o Levantamento Socioambiental

Um grupo de 45 pessoas, moradores das comunidades e indicados a partir de uma avaliação de suas trajetórias e perfil de atuação no movimento indígena e nas iniciativas de manejo e gestão foram convidadas a participar de um treinamento em São Gabriel da Cachoeira. Nesse treinamento, de dez dias, em agosto de 2016, os pesquisadores indígenas e colaboradores não-indígenas discutiram a metodologia para a participação dos moradores das comunidades e sítios durante o levantamento, treinou-se o protocolo de abordagem para as entrevistas, bem como o uso da ferramenta digital – ODK (*Open Data Kit*) - para a aplicação dos questionários, base das entrevistas coletivas e domiciliares, com os núcleos familiares. A maioria das entrevistas foi feita diretamente em *tablets*.

Os pesquisadores formaram subgrupos que seguem a divisão territorial desenhada pelas coordenadorias regionais da FOIRN, consideradas algumas particularidades como os povos Hupd'äh e Yuhupdëh. Cada subgrupo, que contou muitas vezes também com a participação de servidores da Funai local, colaboradores do ISA e de universidades, organizou um cronograma para mobilização das comunidades para participar das entrevistas, enviando um comunicado prévio.

As primeiras entrevistas ocorreram em sete Terras Indígenas: Alto Rio Negro, Rio Apapóris, Balaio, Cué-Cué Marabitanas, Médio Rio Negro I e II e Rio Tea, entre agosto de 2016 a março de 2017. Posteriormente, em 2018, FOIRN e ISA complementaram o levantamento realizando as entrevistas em mais duas Terras Indígenas da abrangência da FOIRN: Jurubaxi-Tea e Uneiuxi.

Os dados resultantes atualizam informações georeferenciadas das comunidades e sítios, com localização exata no mapa do Brasil e do mundo e um censo populacional com aspectos socioeconômicos. Ademais, trazem a avaliação da população sobre segurança alimentar e atendimento de serviços públicos, em especial, de saúde e educação.

Vale ressaltar que o censo populacional foi feito a partir dos dados disponibilizados pelo Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena do Rio Negro (DSEI-ARN), registrando idade, gênero e etnia e atualizando óbitos e nascimentos, junto aos agentes de saúde.

Os resultados traçam um diagnóstico importante e amplo da região. Contudo, identificamos lacunas e limitações que ainda devem ser melhor esclarecidas e oportunamente corrigidas. As lacunas dizem respeito às comunidades onde não foi possível fazer o censo, perguntas da entrevista que poderiam ser feitas de outra forma, como por exemplo, para os preços dos produtos comercializados. As limitações estão relacionadas, sobretudo, à complexidade e custos em chegar e entrevistar mais de 390 localidades e quase 4 mil famílias em nove Terras Indígenas que totalizam uma área de quase 14 milhões de hectares.

Perguntas da entrevista com as comunidades

1. Quantas famílias e pessoas estão morando na comunidade?
2. Quantas famílias se mudaram da comunidade desde 2010, para onde foram? Quais os principais motivos da saída das famílias da comunidade para a cidade (os centros urbanos)?
3. Quantas famílias se mudaram para a comunidade desde 2010?
4. Religião dos moradores da comunidade. Indicar número de famílias por religião.
5. Mora na comunidade algum (grande) benzedor (ou outro especialista ritual)? Quantos?
6. A comunidade pratica rituais, festas que são parte das tradições locais/indígenas? Quais?
7. Existe escola funcionando na comunidade?
8. Quais séries estão funcionando e com quantos alunos por série?
9. Como é a estrutura física da Escola?
 - a) Sede própria construída pelo governo
 - b) Sede construída pela comunidade
10. Existe Plano Político Pedagógico da Escola?
11. A escola já adquiriu produtos locais para merenda escolar (merenda regionalizada)? Em que ano (período)?
12. Existem pessoas da comunidade cursando formação superior? Quantos? Em quais instituições e cursos?
13. Há alguém da comunidade com formação superior? Quantos? Formados em quais instituições e cursos? Está empregado, se sim qual local e empregador?
14. Existe radiofonia regulada na frequência da FOIRN? E existe orelhão comunitário?
15. Há problemas na comunidade devido ao acúmulo de lixo? O que é feito com o lixo produzido na comunidade?
16. Tem motor de luz comunitário? Qual a potência em Kva? Como a comunidade se organiza para comprar o diesel?

- 17. Existem quantos geradores de uso familiar?
- 18. Existem outras fontes de energia (solar, fornecimento domiciliar de energia elétrica etc.)?
- 19. Como é o abastecimento de água potável?
- 20. Como avaliam o atendimento de saúde na comunidade?
- 21. Frequência de atuação dos profissionais da saúde: quantas vezes o auxiliar de enfermagem, enfermeiro, médico e dentista atenderam na comunidade nos últimos doze meses?
- 22. Ocorrência de casos graves de saúde na comunidade nos últimos dois anos. Quanto(a)s: mordida de cobra; acidentes (quedas, afogamentos, por exemplo), malária, microfilária e doenças da mulher (câncer de mama e de útero, por exemplo).
- 23. Nos últimos dois anos, ocorreram casos de homicídio na comunidade? Quantos?
- 24. Nos últimos dois anos, ocorreram casos de suicídio na comunidade? Quantos? Qual gênero, etnia e idade?
- 25. Número de pessoas da comunidade que têm vínculo de trabalho e recebem salário
- 26. Aposentadoria. Número de mulheres que recebem aposentadoria
- Número de homens que recebem aposentadoria
- 27. Número de mulheres que receberam salário maternidade nos últimos doze meses
- 28. Número de famílias que recebem o Bolsa Família.
- 29. A comunidade participa de alguma associação ligada à FOIRN?
- Quais?
- 30. Qual é a principal dificuldade para a associação funcionar?
- 31. Iniciativas que a comunidade participou nos últimos 2 anos e avaliação: quem foram parceiros, como avaliam (bom, regular ou ruim) e se teve continuidade ou não.
- 32. Bebida alcoólica é um problema na comunidade? Há regras ou restrições da comunidade para o comércio de bebida alcoólica?

Perguntas da entrevista com as famílias

- 1. Nome do entrevistado(a).
- 2. Número de moradores da casa.
- 3. Quais as espécies/variedades que mais pesca no verão? E no inverno?
- 4. A pesca é suficiente para o sustento da sua família?
- 5. Com que frequência você vai pescar?
- 6. Como estão os peixes, comparando com cinco anos atrás:
- Diminuíram de tamanho? Se sim, quais espécies?
- Diminuíram de quantidade? Se sim, quais espécies?
- Estão mais ariscos? Se sim, quais espécies?

- 7. A família tem vendido peixe? Com que frequência? Onde costuma vender? Qual o preço por quilo de peixe?
- 8. O que caçou no último mês?
- 9. Você tem cachorro que caça?
- 10. Algum tipo de caça deixou de existir na área da comunidade nos últimos anos? Se sim, quais espécies?
- 11. Quantidade de roças em mata primária (velha), em capoeira alta e baixa e tempo gasto para chegar nelas?
- 12. A família tem vendido produtos da roça? Para quem? Por quanto?
- 13. A família tem vendido algum produto de extrativismo? Para quem? Por quanto?
- 14. Em sua última viagem à cidade o que trouxe de rancho e outras mercadorias?
- 15. A família recebeu nos últimos 3 anos o seguro-defeso?
- 16. Como você avalia a alimentação da sua família (boa, razoável ou ruim)? Se a resposta anterior for ruim, quais as principais causas?
- 17. Sua família passou mais de 4 meses na cidade nos últimos 12 meses (período de um ano)?
- 18. Tem uma casa na cidade ou vila? Onde?
- 19. Como faz para receber o dinheiro do Bolsa Família?
- 20. Principais mudanças na vida após a chegada do Programa Bolsa Família?

Censo populacional

Junto ao Agente de Saúde, o pesquisador(a) anotou para cada indivíduo vivo morador da comunidade: data de nascimento, gênero (se mulher ou homem) e etnia.

Pesquisadores por
Coordenadorias da FOIRN:

Adelina de Assis Sampaio, CAIARNX

Adilma Lima Sodré, COIDI

Alberto Evangelista Camico, CAIARNX

Alcimar Sander Rezende, entorno de SGC

Antonio Candido Baltazar, CAIARNX

Antonio Ramos, COIDI

Armindo da Silva Franciso, NADZOERI

Cleocimara Reis Gomes, CAIMBRN

Edmar Figueiredo Sanches, COIDI

Estevão Monteiro Pedrosa, DIA WII

Eucimar dos Santos Aires, CAIMBRN

Everaldo Bruno Garcia, CAIMBRN

Gabriel Ribeiro dos Santos, CAIARNX

Germano J. B. Campos, DIA WII

Horipio Emilio Pacheco, NADZOERI

Ismael Pimentel dos Santos, DIA WII

Jaciel José Prado Freitas, COIDI

Jarbas Goes Dias, DIA WII

João Claudio, NADZOERI

João Florentino da Silva, NADZOERI

Jonilson Lelis Gonçalves, COIDI

José Sidney V. Meireles, DIA WII

Larissa Duarte, DIA WII

Lenilza Marques Ramos, DIA WII

Lucas Alves Bastos, DIA WII

Lucas R. da Silva, CAIMBRN

Luis Gilberto Rodrigues, COIDI

Madalena Costa Horácio, CAIMBRN

Marcelo Fernandes Piloto, NADZOERI

Mateus Gomes Macedo, DIA WII

Mauricio Garcia Sanches, NADZOERI

Mauro Pedrosa, entorno de SGC

Nilson Melgueiro Farias, CAIARNX

Nivaldo Castilho, COIDI

Orlando Andrade Fontes, NADZOERI

Pascoal Gonçalves Filho, CAIARNX

Plinio Guilherme Marcos, NADZOERI

Rogelino da Cruz Alves Azevedo, DIA WII

Rosivaldo Lima Miranda, DIA WII

Roberval Sambrano Pedrosa, DIA WII

Silvério da Silva de Lima, NADZOERI

Vamberto Plácido Rodrigues, CAIMBRN

Walter Lopes da Silva, NADZOERI

Wilson Julio Quincas, NADZOERI

Yolanda Apolinário

Venceslau, NADZOERI

Colaboradores e equipe ISA para o
Levantamento:

Aline Scolfaro, transmissão e organiza-
ção dos questionários

Adeilson Lopes, NADZOERI

Bruno Marques, com povos Hupd'äh e
Yuhupdëh, DIA WII e COIDI

Diego Rosa Pedroso, COIDI

Francisco Sarmento, TI Jurubaxi-Tea

Nelson Ortiz, região do Traíra e
Apapóris, DIA WII

Nian Pissolati, TI Uneiuxi

Pieter-Jan van der Veld, DIA WII

Renato Martelli Soares, CAIARNX e entor-
no de São Gabriel da Cachoeira

Wilde Itaborahy, CAIARNX e entorno de
São Gabriel da Cachoeira

Destaques dos resultados do levantamento PGTA para a Terra
Indígena Alto Rio Negro

Das 393 localidades entrevistadas nas nove Terras Indígenas (TIs), 255 estão na TI Alto Rio Negro. E destas 226 são comunidades e 29 são sítios independen-tes, isto é, não associados à comunidades. Um total de 2.604 famílias que vivem nessas localidades foram entrevistadas em seus domicílios. Foram registrados ainda 176 sítios associados às comunidades. Sítios associados são localidades onde vivem poucas famílias com laços de parentesco e convívio com as famílias residentes na comunidade sede, que geralmente se localiza próxima ao sítio. Em um sítio geralmente não há infraestrutura de comunicação, escola ou centro social. No Levantamento, os moradores desses sítios associados foram contabilizados no total da população das comunidades às quais se associam.

População e etnias

As comunidades declararam nas entrevistas coletivas que existem por volta de 3.600 famílias e 17.400 pessoas residindo na TI Alto Rio Negro. O censo que foi feito pelos pesquisadores em campo com apoio dos agentes indígenas comunitários e anotações deles resultam em números pouco diferentes: 17.493 pessoas.

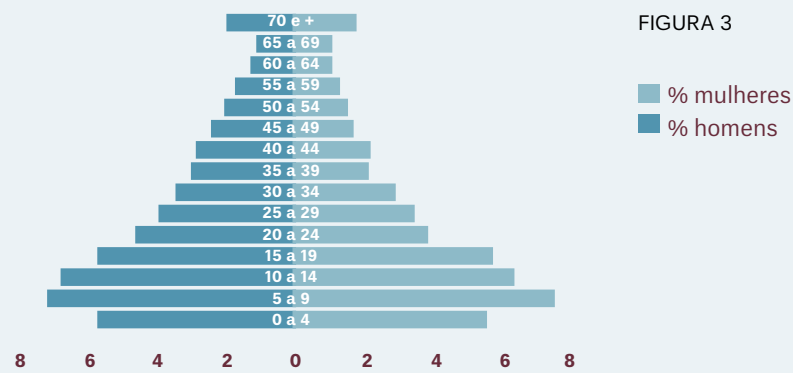
A grande diversidade de povos indígenas da região apareceu em números por cada etnia, veja na tabela abaixo.

Tabela 2: perfil étnico por gênero

Etnias	Feminino	Masculino	Total Geral
Baniwa	1698	1788	3486
Hupd'äh	1295	1273	2568
Tukano	1112	1364	2476
Baré	731	819	1550
Desana	576	663	1239
Tariano	552	630	1182
Koripako	531	570	1101
Werekena	336	365	701
Tuyuka	274	280	554
Piratapuia	251	276	527
Kotiria	203	235	438
Kubeo	179	199	378
Yuhupdëh	180	172	352
Arapaso	54	66	120
Yebamahsã	50	53	103
Mirititapuia	44	39	83
Bará	29	15	44
Siriano	13	20	33
Karapanã	13	9	22
Outras	35	32	67
Caboclo	18	25	43
Sem resposta	217	209	426
TOTAL	8391	9102	17493

Proporção de gênero e perfil etário

A pirâmide etária da Terra Indígena Alto Rio Negro mostra uma população predominantemente jovem, com um total de 11.439 pessoas de zero a 29 anos, o que significa cerca de 66%. Percebe-se uma diminuição significativa da população a partir da faixa dos 20 anos. Isso pode significar uma emigração que começa já a partir dos 15 anos, mas se acentua a partir dos 20 anos. As mulheres são as que migram mais, ou então elas possuem taxas de mortalidade mais altas. Há hipóteses de que as mulheres tendem a migrar mais à São Gabriel da Cachoeira e também Manaus e uma ideia de que como os homens ao casarem permanecem em suas comunidades de origem, sentem-se mais pertencentes e ligados ao território de residência.



Mobilidade e migrações

As famílias rionegrinas viajam bastante e mudam-se de localidade com certa frequência. Dizem que isso sempre foi assim, já que a mobilidade faz parte da cultura e modo de vida dos povos indígenas. Contudo, desde as últimas décadas, há uma novidade aí: a cidade como polo de atração, como podemos ver nos dados sobre migração do Levantamento. A maior parte das famílias das comunidades e sítios entrevistados que saiu das comunidades desde 2010 mudou-se para São Gabriel da Cachoeira e o principal motivo é a busca por educação escolar, seguido pela procura de melhores condições para obter renda.

Na Terra Indígena Alto Rio Negro, um total de 270 famílias chegou para morar nas comunidades entrevistadas desde 2010. Esse fluxo se dá também na direção da saída (emigração), e nesse sentido, foram 425 famílias que se mudaram das comunidades entrevistadas. No entanto, não há registros do destino de todas essas famílias. O número e os registros que foram contabilizados no Levantamento indicam que há bastante mobilidade e que muitas vezes se trata de famílias que se mudaram para outras comunidades e núcleos maiores como Iauaretê, Pari-Cachoeira e Taracuí. Por exemplo, 77 famílias mudaram para São Gabriel da Cachoeira e 59 para “outros lugares”, identificados quase sempre como núcleos urbanos e comunidades maiores com Ensino Fundamental II e Médio.

Depois da sede municipal de São Gabriel da Cachoeira, o segundo destino das famílias que se mudaram é Iauaretê, com um total de 16 famílias. Em terceiro lugar, como destino de emigração dentro da TI Alto Rio Negro, vem Pari-Cachoeira, com um total de 11 famílias que se mudaram para lá no período

entre 2010 a 2017. Nesses casos parece que Iauaretê, Taracuí e Pari-Cachoeira são destinos procurados por estarem ligados às expectativas das famílias de maior acesso à educação e oportunidades de renda. Segundo os dados do Levantamento, mudanças para Manaus, no período de 2010 a 2017, foram mais raras, com um registro de 8 famílias da TI Alto Rio Negro migrando para a capital. Parece que o maior fluxo de migração para Manaus é de indivíduos e não de famílias, trata-se, sobretudo, de estudantes ou assalariados.

Escolas Indígenas

Desde o final dos anos 1990, depois de muita articulação do movimento indígena, a Política de Educação Escolar Indígena Diferenciada foi implementada no Rio Negro. No início, FOIRN, com colaboração técnica do ISA e da cooperação internacional, apoiaram as escolas indígenas piloto formando associações de pais e mestres, construindo escolas e elaborando os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs). Esses Projetos que hoje são chamados de PPPIs, com “i” de indígena, claro, são como PGTA para o universo de cada escola. É nesse documento que a comunidade descreve as prioridades, metodologias e calendários para o ensino a partir da experiência escolar. É desejável que cada escola indígena tenha o seu PPPI que deve ser reconhecido pelos setores governamentais responsáveis. O caráter único, específico para cada situação e feito de forma colaborativa pela comunidade, foram as grandes inovações da Política de Educação Escolar Indígena Diferenciada. Após os anos 2000 a experiência de sucesso com as escolas indígenas piloto (no Içana, Tiquié e Uaupés) começa a virar modelo para o Ministério da Educação e sobretudo para a secretaria de educação de São Gabriel da Cachoeira, responsável pelo ensino da primeira infância e fundamental I (do primeiro ao quinto ano). Porém, nos anos 2009/2010, os investimentos diretos da sociedade civil organizada e do governo brasileiro nessas escolas diminuíram, afetando sua qualidade e excelência.

Os dados do levantamento mostram que a maioria das escolas não tem um PPPI. Das 226 comunidades entrevistadas, 170 disseram ter escola funcionando. Apenas 31 (18%) afirmaram que suas escolas possuem um Projeto Político Pedagógico Indígena. Enquanto 65 (38%) das comunidades disseram que as escolas não têm PPPI elaborado e 74 (43%) relataram que o PPPI está sendo elaborado.

Nas discussões do GT PGTA e nas comunidades, ficou evidente que o processo de elaboração e reconhecimento dos PPPIs precisa de uma atenção especial. Pelo que foi discutido, há problemas de falta de acompanhamento para elaboração e implementação dos PPPIs; o Conselho de Educação é lento na condução da leitura e aprovação e as escolas e comunidades muitas vezes ficam sem saber qual é o status do Plano, se foi aprovado ou não. A população também ressaltou a necessidade de apoio técnico para escrita e registro dos planos pedagógicos no formato necessário.

Atualmente muitas comunidades entrevistadas no levantamento contam com, pelo menos, o Ensino Fundamental I, como podemos ver no mapa encarte que acompanha esse documento. Os dados mostram que o Alto Tiquié, Alto Uaupés e região do Traíra e Apaporis são as regiões com um número menor de

comunidades com escolas, 50% ou menos das comunidades nessas regiões têm Ensino Fundamental I. Vale ressaltar que a maioria dessas escolas na Terra Indígena Alto Rio Negro, 116, foram construídas pelos moradores das comunidades e funcionam com pouca estrutura física e pedagógica. Trata-se, muitas vezes, de um centro social que funciona como sala de aula seriada conduzida por um único professor ou professora.

No Alto Tiquié, por exemplo, as comunidades localizam-se próximas umas das outras, o que permite, caso haja transporte adequado, que uma comunidade receba alunos de comunidades vizinhas. Parece que o melhor investimento nessa região é em transporte e reformas das escolas já existentes. Em comparação, em locais onde as distâncias entre comunidades são maiores cada comunidade deve ter sua própria escola.

Vale ressaltar que somente 19 comunidades das entrevistadas disseram ter Ensino Médio. Calculamos 1.141 alunos e alunas nesse nível de ensino, ou seja, apenas 16% do total de alunos e alunas da TI Alto Rio Negro cursa o ensino médio nas comunidades da região pesquisada. Com o levantamento descobriu-se também que 280 pessoas se formaram no ensino superior e 240 pessoas cursam o ensino superior. Os cursos mais citados pelos entrevistados são: Biologia, Física, Geografia, Letras, Licenciatura Indígena, Magistério Indígena, Matemática, Pedagogia e Sociologia.

Aspecto importante da política de educação e segurança alimentar é a merenda regionalizada, aquela formada pelos produtos e receitas da produção local, da roça, da pescaria, por exemplo. Sessenta (ou 35%) escolas das comunidades entrevistadas já adquiriram merenda produzida pelas famílias locais. Contudo, os relatos expressam que, por dificuldades com pagamento às famílias produtoras da merenda e prestações de contas, a política pública da merenda regionalizada foi interrompida. Nas várias etapas de elaboração do PGTA discutiu-se que a política que valoriza a merenda local é importante e que necessita de uma adequação para a sua plena execução.

“A merenda regionalizada reforça a ligação entre escola e comunidade que ganham autonomia, reduz a produção de lixo e aumenta a qualidade nutricional da merenda.” (citação a partir do grupo da Coordenadoria das Associações do Alto Rio Negro e Xié – CAIARNX)



Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

O que é?

O PNAE é a política pública que assegura uma alimentação escolar adequada a todos os níveis da educação pública, com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Ministério da Educação. A lei 11.947, de 2009, obriga todas as prefeituras, estados e federação a destinar pelo menos 30% do total da verba recebida do FNDE na compra de produção dos povos indígenas, agricultores familiares e comunidades tradicionais. Ou seja, atualmente o PNAE é uma política que fortalece a agricultura familiar e democratiza o alimento de qualidade.

Quais as dificuldades para o PNAE funcionar no Rio Negro?

Apesar de ser uma ferramenta muito importante para a agricultura local e para a alimentação das crianças e jovens escolarizadas, o agricultor precisa proceder a um cadastro que exige documentação e transparência. Essa documentação garante que o agricultor receba o pagamento diretamente em sua conta bancária. Contudo, esse processo e a implementação da política enfrentam sérios desafios no Rio Negro, tais como: falta de equipe e estrutura do órgão de assistência técnica e extensão rural responsável pelo cadastro dos indígenas como agricultores; certo desconhecimento das prefeituras locais sobre o funcionamento do PNAE; necessidade de abertura de conta bancária pelos indígenas; implementação de uma merenda que vem da roça e quintais locais pelas escolas; demora no pagamento realizado pela prefeitura e pelo estado aos agricultores; necessidade de uma ampla divulgação sobre o PNAE em todas as Terras Indígenas e suas comunidades.

O que está sendo feito para fortalecer o PNAE no Rio Negro?

No final de 2018 FOIRN, em parceria com ISA e Funai, passou a integrar a Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos do Amazonas (CATRAPOA), grupo formado pelo Ministério Público Federal no Amazonas, setores governamentais e da sociedade civil, para articular ações que facilitem o acesso dos povos indígenas ao PNAE e também ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A partir de então, foi possível dar alguns passos na implementação das políticas: a. abertura de chamadas públicas de compra de alimentos exclusivas para os povos indígenas; b. expedições conjuntas com o órgão de assistência técnica e extensão rural para o cadastramento de indígenas interessados em vender para a merenda escolar; c. inserção de alimentos tradicionais dos povos do Rio Negro nas listas de compra das prefeituras e do estado; d. assessoria na elaboração dos cinco primeiros projetos de venda de produção local tradicional indígena do Rio Negro para as prefeituras de Santa Isabel e São Gabriel da Cachoeira e para o Estado do Amazonas.

Alguns números que animam!

- 1) 5 projetos de venda apresentados e com boas perspectivas de contratação;
- 2) mais de 4 toneladas de farinha amarela, cerca de 100 Kg de farinha de tapioca e mais de 800 Kg de goma seca serão entregues para merenda;
- 3) o valor total da compra desses 5 projetos soma cerca de R\$ 53.000,00 em produtos do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro;
- 4) anualmente espera-se que prefeituras e estado do Amazonas lancem 5 editais públicos exclusivos para os povos indígenas, o que pode movimentar um total de 3 milhões de reais em compras;
- 5) em 2019 (até a edição gráfica desse texto), três editais públicos disponibilizaram mais de 2 milhões e meio de reais para compra exclusiva de produtos indígenas em Santa Isabel e São Gabriel da Cachoeira.

Problemas com lixo, consumo de produtos industrializados e energia

Os problemas com lixo são diversos, mas o destino para pilhas e plásticos parece ser o mais complicado. Dentro das pilhas e baterias existem produtos que contaminam os peixes e as águas e podem contaminar as pessoas que bebem dessa água e comem desse peixe. A maioria das comunidades respondeu que não há destino certo para as pilhas e em segundo lugar o destino mais citado foi “depositar em algum canto próprio”.

Boa parte das comunidades e sítios entrevistados (80%) queima o plástico usado. A queima do plástico, se em grande quantidade, pode ser prejudicial à saúde respiratória das pessoas, bem como contaminar os solos e rios. De toda forma, não há outras formas de cuidar do lixo, a não ser diminuir o consumo de plásticos que em sua maioria vem de bens industrializados, alimentos e fraldas plásticas.

Conforme as discussões durante a elaboração do PGTA, o desafio de manejar o lixo é uma das prioridades para a gestão do bem viver nas comunidades do Alto Rio Negro. Conforme consta na matriz dos desafios e propostas de consenso, na parte III desse documento, a ideia é valorizar os acordos internos às comunidades, respeitando combinados sobre lugares e técnicas de destinação dos diferentes tipos de descartes. Ademais, pontuou-se: a importância da circulação de mais informações e promoção de capacitações sobre reciclagem e boas práticas de destinação do lixo, sobretudo em comunidade com maior população e a necessidade urgente de São Gabriel da Cachoeira elaborar e implementar um plano de gestão de resíduos sólidos que contemple as comunidades e a sede municipal, que opera com um lixão a céu aberto próximo a comunidades indígenas.

Segundo o levantamento, o combustível está entre os dez produtos mais consumidos quando as famílias fazem compras nos mercados. Obviamente, o combustível é bastante consumido para a locomoção das pessoas, mas também para a produção de energia. Destaque do levantamento no tema de energia foi a quantidade de motores de luz familiares que existem nas comunidades e sítios: 493 na TI Alto Rio Negro. Somados aos motores de luz comunitários funcionando, 39, temos um total de 532.

Para a compra do diesel a ser usado nos motores de luz o levantamento indicou que a maioria das comunidades organiza contribuições familiares para que o motor comunitário funcione. Veja no mapa encarte que acompanha este documento em quais comunidades existem motor de luz coletivo.

O sol é outra importante fonte de energia nas comunidades, mas o uso ainda é reduzido e restrito às estações de radiofonia ou estruturas de atendimento à saúde, 63 localidades (25%) mencionaram possuir equipamentos de energia solar. Existem 3 Pequenas Centrais de Hidreléticas (PCHs) em funcionamento. Uma delas, no Alto Tiquié, atende Pari-Cachoeira e São Sebastião. No Alto Içana localiza-se outra PCH que fornece energia para Nazaré I. E por fim, existe uma PCH no Alto Uaupés, que atende a comunidade Querarí.

Comunicação

A FOIRN mantém um departamento de comunicação em sua sede, por lá opera-se uma rede de estações de radiofonia, funciona a redação do boletim impresso Wayuri e a edição final dos boletins de áudio. O departamento é o epicentro da rede Wayuri de Comunicadores, a qual é formada por 17 pessoas pertencentes a dez diferentes etnias do alto e médio rio Negro. A comunicação é importante para o controle social, para o atendimento à saúde e para as mobilizações políticas, mas também, claro, para que as pessoas possam saber notícias de parentes e do que ocorre em localidades mais distantes. Das 226 comunidades da TI Alto Rio Negro entrevistadas entre 2016 e 2017: 66 (29%) delas têm radiofonia funcionando, em 34 delas as fonias estão quebradas e 29 não responderam sobre radiofonia. Existem poucas comunidades com telefone público funcionando na TI Alto Rio Negro, apenas 19 das 226 entrevistadas. Em outras 26 os orelhões foram instalados, mas não estão funcionando.

Saúde: como andam os atendimentos e os casos de doenças

Segundo o levantamento PGTA, o atendimento de saúde foi considerado razoável, mas existem grandes diferenças nessa avaliação entre as sub-regiões. Em nenhuma região o bom atendimento foi considerado pela maioria, ou seja, a opinião de mais da metade das comunidades. As regiões que parecem mais satisfeitas com o atendimento são: Médio Tiquié, onde 40% das comunidades avaliaram que o atendimento é bom e Iauaretê, 40% bom e 60% razoável. Vale lembrar que nessas duas regiões existem polos de saúde, o que facilita o atendimento. As regiões que parecem mais insatisfeitas são: Baixo Tiquié e Apapóris e Traíra, com 100% das localidades avaliando o atendimento como ruim.

No geral a população reclama que o número de atendimentos dos profissionais de saúde nas comunidades diminuiu em comparação com anos anteriores. O levantamento apurou, com base nas entrevistas comunitárias, que na TI Alto Rio Negro como um todo, há menos de um atendimento médico e odontológico por pessoa durante um ano. Veja na tabela de número 3:

Tabela 3: atendimentos médicos e odontológicos por pessoa na TI Alto Rio Negro

Terra Indígena	População (Censo)	Atendimentos médicos dos últimos 12 meses	Atendimento médico anual per capita	Atendimentos odontológicos dos últimos 12 meses	Atendimento odontológico anual per capita
Alto Rio Negro	17.493	179	0,01	162	0,009

Tabela 4 com proporção de atendimento por agentes de saúde indígenas e benzedores

	Censo	Levantamento PGTA	Agentes Indígenas (AIS) e população atendida		Benzedores e população atendida	
Região	Pessoas	Nº. de comunidades, vilas* e sítios entrevistados	Nº. Agentes Indígenas de Saúde	Pessoas atendidas por um AIS	Nº. de Benzedor	Pessoas atendidas por Benzedor
Alto Içana	1121	13	12	93	0	0
Alto Rio Negro	1159	22	12	97	19	61
Alto Tiquié	1743	24	9	194	71	25
Alto Uaupés	812	23	13	62	52	16
Apapóris e Traíra	77	4	1	77	8	10
Ayari	1114	18	14	80	48	23
Baixo Içana	1399	13	11	127	21	67
Baixo Tiquié	455	7	7	65	26	18
Baixo Uaupés	899	11	10	90	44	20
Iauaretê	2570	10	10	257	65	40
Médio Içana	1423	21	17	84	9	158
Médio Tiquié	2025	30	17	119	105	19
Médio Uaupés	959	20	12	80	62	15
Papuri	835	19	12	70	56	15
Xié	902	20	9	100	12	75
TOTAL	17.493	255	166	105	598	29

* Vilas são como bairros ou comunidades nos povoados mais adensados, como Iauaretê, Pari-Cachoeira e Taracuí

O levantamento também mostrou que na TI Alto Rio Negro há, em média, um agente indígena de saúde (AIS) para cada 105 pessoas, mas que existem diferenças entre as regiões e situações. Iauaretê, por exemplo, é a região com menos AIS por quantidade de pessoas atendidas: 1 agente para 257 pessoas, seguida do Alto Tiquié, onde 194 pessoas são atendidas por um AIS.

Outras características das regiões que precisam ser ponderadas nessa análise são: quantidade e distância entre comunidades e a presença ou ausência de estrutura do sistema de saúde, como Hospital ou Polo – como é o caso de Iauaretê, com pouco AISs, mas que possui um hospital estadual e um Polo Base de saúde. Uma região onde a população está dispersa em muitas comunidades demanda mais AISs do que uma região com poucas comunidades grandes, por exemplo. Em uma situação ideal, cada comunidade teria um AIS bem formado e com estrutura para trabalhar e cuidar da saúde preventiva da população.

Além do atendimento à saúde exercido pelo AIS, médicos, enfermeiros e dentistas, no Alto Rio Negro há também os benzedores. Muitas comunidades e sítios entrevistados responderam ter ao menos um “importante benzedor”. Somam-se 598 benzedores em toda TI Alto Rio Negro. Como o total da população pelo censo é de 17.493 pessoas, calculamos que em média há um benzedor para cada 29 pessoas. Na tabela 4 acima (p. 94) podemos notar a realidade para cada região do levantamento. Nas discussões durante a elaboração do PGTA, as comunidades e lideranças das diversas regiões ressaltaram a enorme importância dos benzedores para a proteção e cura das pessoas e para o manejo e gestão do território.

Doenças e acidentes ofídicos (de mordida de cobra)

Tabela 5 com casos de malária nos últimos dois anos por região relativos ao total populacional

Região	Pessoas	Nº de casos de malária nos últimos 2 anos	Por 100 habitantes (%)
Alto Içana	1121	138	12
Alto Rio Negro	1159	151	13
Alto Tiquié *	1122	429	38
Alto Uaupés	812	126	16
Apapóris e Traíra	77	17	22
Ayari	1114	99	9
Baixo Içana	1399	130	9
Baixo Tiquié	455	86	19
Baixo Uaupés	899	504	56
Iauaretê	2570	582	23
Médio Içana	1423	220	15
Médio Tiquié	2025	371	18
Médio Uaupés	959	259	27
Papuri	835	134	16
Xié	902	88	10
TOTAL	16.872	3.334	20
* sem Pari-Cachoeira			

Nos últimos anos a população rionegrina vem sofrendo com o aumento dos casos de malária. Pelo Levantamento é possível afirmar que as regiões da TI Alto Rio Negro mais afetadas, com maior número de casos em relação à quantidade de população são as regiões do Tiquié e Uaupés. No Baixo Uaupés foram mais de 500 casos nos dois anos anteriores ao levantamento, 56 casos para cada 100 pessoas. Fica a pergunta: por que essas regiões?

O levantamento registrou um total de 208 casos de mordidas de cobra, em dois anos, para a TI Alto Rio Negro. Sabendo que o total populacional é de 17.493, temos que aproximadamente 1%, ou seja, uma pessoa a cada 100, sofreu mordida de cobra, em dois anos. Pelos dados do levantamento parece não haver variação entre as regiões, exceto o Médio Uaupés, onde o número de casos nesses dois últimos anos foi significativamente maior. Para entender melhor o padrão e as razões dessa diferença precisamos de uma pesquisa mais aprofundada incluindo os conhecedores locais e por um período mais longo.

Saúde e violência

Segundo o Levantamento Socioambiental PGTA, ocorreram 41 mortes por suicídio em 25 das localidades entrevistadas na TI Alto Rio Negro, nos dois anos anteriores às entrevistas. Suicídio é quando a pessoa tira a sua própria vida.

Sabemos gênero e etnia de 33 casos, desse total de 41. Para os 33 casos, com informações: 23 deles foram cometidos por homens e 10 por mulheres; 16 casos correspondem a pessoas de até 16 anos e 20 casos foram cometidos por pessoas de 20 a 29 anos de idade. Sendo que 24 dos casos de suicídio (pelo menos 58%) ocorreram entre o povo Hupd'äh.

Esses dados são muito preocupantes e aliam-se ao que o *Mapa da Violência: jovens do Brasil (2014, da Unesco)* revelou, que São Gabriel da Cachoeira tem o maior índice de suicídios de jovens indígenas do país. No caso do estudo da Unesco, em cinco anos, de 2008 a 2012, foram registradas 73 mortes por suicídio no município de São Gabriel e dessas 51 foram de jovens.

O consumo de bebidas alcoólicas muitas vezes é associado pela população rionegrina com casos de violência, sobretudo de suicídios de jovens.

No levantamento, das 255 comunidades e sítios entrevistados, 97 disseram ter problemas com bebidas alcoólicas, isso significa 38%. Ademais, 49 comunidades responderam que têm regras internas de utilização de bebidas alcoólicas, cerca de 19% de todas as entrevistadas.

Rede da FOIRN e presença do movimento indígena na TI Alto Rio Negro

Desde 1970 a região do Rio Negro conta com mobilizações de suas populações em busca de seus direitos. Se as primeiras associações datam dessa época, desde o final dos anos 1980 a região conta com uma Federação indígena, a FOIRN, que atua em objetivos comuns das populações desta região tão diversa. A constituição federal de 1988 prevê como direito dos povos indígenas a possibilidade de se organizarem como pessoas jurídicas.

O levantamento socioambiental apurou que de 307 comunidades entrevistadas (sem contar os sítios) nas nove Terras Indígenas, 251 participam de associações ligadas à Federação, o que corresponde a 82% das comunidades. Somente na TI Alto Rio Negro, 181 (das 226) comunidades e sítios fazem parte de associações de base ligadas à FOIRN. Ou seja, foi registrado que grande parte das comunidades (80%) está representada por uma associação indígena.

No entanto, isso não significa que todas as associações estão ativas e regularizadas. Muitas delas precisam regulamentar seu CNPJ, outras não registraram seus estatutos e atas no cartório, o que tem um custo, e assim ficam impossibilitadas de acessar grande parte dos editais ou estabelecer parcerias para executar projetos. Para 24% das comunidades entrevistadas, o maior entrave para o bom funcionamento das associações é a falta de recursos. Há também casos onde o que falta é articulação política, devido aos desafios de comunicação e distâncias das comunidades entre si e entre as comunidades e a sede da FOIRN. Frequentemente, estes motivos estão relacionados e se agravam criando um cenário, ou ciclo vicioso, onde é difícil superar as dificuldades.

Um dos objetivos desse levantamento e do PGTA é que associações, cientes de seus pontos fortes e fracos, possam se articular e realizar suas propostas de defender os direitos dos povos indígenas, realizar controle social e propor atividades de incentivo ao bem viver.

Os cinco principais motivos (em ordem de citação) de dificuldades das associações de acordo com o levantamento:

Falta de recursos para atuação

Falta de disponibilidade da diretoria

Pendências institucionais e dívidas

Dificuldade de entendimento/conflitos entre as comunidades

Falta do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)

Diversidade de iniciativas e desafios para as associações

Desde a década de 1990, o movimento indígena e seus parceiros realizam projetos pilotos que aliam inovação e tradição. Por meio destas iniciativas o diálogo entre os saberes indígenas e os produzidos nas universidades e centros de pesquisa são colocados em diálogo com a mediação de técnicos (assessores) e conhecedores indígenas. Com os projetos de piscicultura espécies de peixes nativas foram estudadas e reproduzidas. As escolas indígenas trouxeram para o currículo escolar conhecimentos e práticas do Rio Negro fortalecendo línguas indígenas, aproximando gerações e utilizando a prática da pesquisa como ferramenta de ensino. Já os projetos de geração de renda criaram uma rede de casas de pimentas que hoje mantem uma marca amplamente distribuída no Brasil, criaram a loja Wariró, o selo Rio Negro e projetos de turismo de base comunitária. Todas essas iniciativas têm em comum o protagonismo indígena, o compromisso com a conservação da floresta e sua diversidade construída pelo manejo indígena do território e o objetivo de incentivar o bem viver nas Terras Indígenas.

Das 393 comunidades e sítios entrevistados nas nove TIs do Rio Negro, quase um quarto (98 ou 25%) participou de pelo menos uma iniciativa da rede da FOIRN nos dois anos anteriores ao levantamento. Foram registrados dezenove (19) parceiros que realizam estas iniciativas, na maior parte com as associações indígenas filiadas à FOIRN. Na TI Alto Rio Negro: 63 comunidades disseram participar de pelo menos uma iniciativa nos dois anos anteriores ao levantamento e 47 associações filiadas à FOIRN foram citadas, dentre elas existem

as regionais, que representam uma parcela de comunidades de determinada sub-região e as temáticas: de pais e mestres, de mulheres e de artesãos. As áreas de atuação destas iniciativas envolvem educação, geração de renda e produção, manejo, produção de conhecimento intercultural, medicina tradicional e fortalecimento do movimento indígena.

Vale ressaltar que as associações de base e iniciativas lideradas por elas foram destacadas pelos moradores e participantes das oficinas PGTA como importantes polos e eixos da governança indígena local em um entendimento de que o principal papel das associações é representar as comunidades e sua área de abrangência, ou seja, levar planejamentos e demandas das comunidades para instituições de referência, como as Coordenadorias da FOIRN e parceiros. Outra responsabilidade das associações é contribuir com a realização de encontros, seminários e assembleias para mobilização das comunidades e dessa forma apoiar a implementação dos Planos de Gestão. A importância dos benzedores e do conhecimento tradicional dos mais velhos também foi destacada como valor para as iniciativas e modo de agir das associações na gestão dos territórios e da vida nas comunidades.

Resultados das entrevistas com as famílias

Para entender melhor o que as 2.604 famílias entrevistadas da TI Alto Rio Negro disseram, os resultados foram organizados conforme regiões. A TI Alto Rio Negro é muito extensa e diversa, formada por situações ecológicas e sociais distintas, por isso analisá-la como um todo pode esconder importantes diferenças entre as realidades locais. Por exemplo, a situação das famílias de Iauaretê ou Pari-Cachoeira (núcleos de adensamento populacional) é bem diferente das famílias que moram em comunidades no Alto Içana ou Médio Tiquié. Assim, as respostas foram agrupadas em 15 sub-regiões dentro das áreas de abrangência das Coordenadorias da FOIRN:

CAIARNX — Alto Rio Negro (o trecho do Rio Negro, não a Terra Indígena) e Xié

NADZOERI — Baixo Içana, Médio Içana, Alto Içana e Ayari

COIDI — Médio Uaupés, Papuri, Alto Uaupés e Iauaretê

DIA WII — Baixo Uaupés, Baixo Tiquié, Médio Tiquié, Alto Tiquié e Traíra e Apapóris.

Pescaria

No geral, as famílias praticam a pesca regularmente, por exemplo, no Baixo Içana 97% das famílias entrevistadas declararam pescar regularmente e no Baixo Tiquié 100% declararam o mesmo.

A região que parece ter menos famílias praticantes da pesca, independente da frequência, é Traíra e Apapóris, com 64% e em seguida, Iauaretê.

Embora haja diferença em relação a frequência de pesca citada pelas famílias, a maioria pesca entre 2 a 3 vezes por semana. As regiões onde a maioria das famílias pescam mais que 3 vezes por semana até diariamente são: Ayari, Alto Rio Negro e Baixo Içana. A região onde a pescaria é menos frequente (uma vez por semana ou menos): Iauaretê.

Os peixes considerados importantes na pescaria mudam de região para região e também conforme as estações. Na pescaria de verão, os acarás são considerados importantes em todas as regiões. Acará na região da pesquisa é um nome dado a um grupo de peixes muito variado e que na classificação científica pertencem a diferentes gêneros, como *Aequidens*, *Laetacara*, *Apistogramma* e outros. Depois vem os aracus e as traíras. Os aracus são conhecidos na ciência como *Leporinus* spp., as traíras, *Hoplias* spp. Em áreas com baixa oferta de peixes como Alto Tiquié e Alto Içana a pesca de piaba é importante no verão.

No inverno, o aracu também foi citado como importante em praticamente todas regiões e traíra na maioria, mas os acaras e jacundás saíram da lista. Nas citações de inverno aparecem jandia e daguiru, *Centromochlus* spp. e em muitas regiões também o pacu, *Myleus* spp. e mandi, *Pimelodella* spp.

A sensação de que a pesca não é suficiente para sustentar a família é relativamente grande. No total do censo, quase a metade da população expressa essa opinião. Por outro lado, existe grandes diferenças por região. Nas regiões de maior adensamento populacional, como Iauaretê e Pari-Cachoeira e nas regiões mais próximas às cabeceiras dos rios, como Alto Tiquié, a insuficiência da pescaria é percebida como sendo mais grave. Por outro lado, tem regiões, como Baixo Uaupés e Baixo Tiquié onde a pescaria foi avaliada quase que 100% como suficiente.

A opinião sobre a diminuição do tamanho dos peixes prevalece na TI Alto Rio Negro. Diminuição de tamanho de peixes é um alerta importante, pois pode significar sobrepesca. Sobrepesca é quando a pescaria está muito intensa para aquela região, acima do limite do sustentável, ou seja, tira-se mais peixes do que eles são capazes de se reproduzir para manter a população deles. Peixes com tamanho maior vivem mais e são mais lentos para se reproduzir. Se a pesca é muita intensa, os peixes grandes não têm tempo de se reproduzir e sobrevivem apenas os pequenos.

Em todas as regiões pesquisadas, com exceção do Papuri, prevalece a percepção que os peixes estão diminuindo estoques, diminuindo em quantidade, e que os peixes também têm ficado mais ariscos.

Nas entrevistas, uma pergunta se refere a qualidade de alimentação, se a família considera alimentação dela boa, razoável ou ruim. Nos casos que a alimentação foi considerada ruim, a principal razão mencionada foi a falta do peixe.

Sobre se as famílias vendem peixes, 954, das 2.604 entrevistadas, relataram que sim. Isso significa 37%, contudo, apenas 22 famílias (1%) declararam comercializar peixe frequentemente. Entende-se assim que a principal pescaria das famílias residentes na TI Alto Rio Negro é para alimentação própria, uma pescaria de subsistência, podendo às vezes o peixe ser compartilhado ou trocado entre parentes ou consumido em eventos comunitários.

Preocupados com a diminuição dos peixes e o que pode estar levando a essa situação, as comunidades das diversas regiões da TI Alto Rio Negro têm discutido acordos e recomendações que possam colaborar para uma prática de pesca mais sustentável, como sempre fizeram os seus antepassados. Muitos desses acordos e recomendações foram incluídos no PGTA, tanto nos capítulos regionais (Parte II) quanto nas Diretrizes Gerais (Parte III). Do mesmo modo, di-

versas regiões têm desenvolvido iniciativas de manejo de peixes, considerando esses acordos, os apetrechos utilizados nas pescarias, zoneamento das áreas de pesca e reprodução dos peixes, resgate e fortalecimento dos conhecimentos e práticas tradicionais relacionados a pesca, dentre outras ações. Para saber mais sobre algumas dessas iniciativas veja algumas recomendações de leitura na seção de referências bibliográficas, p. 252.

Roça

A maioria das famílias entrevistadas na TI Alto Rio Negro (2.454 ou 94%) afirmou ter roça. O que parece ser a realidade de quase todas as regiões dessa Terra Indígena.

Uma família tem em média entre três a quatro roças, mas isso varia. Nas entrevistas, quando a alimentação foi considerada ruim, a falta de roça foi mencionada poucas vezes, bem atrás da falta de peixes, caça ou dinheiro.

Na maioria dos casos, as roças são de capoeira alta. Regiões onde uma parte significativa das roças (quase a metade) são de mata primária localizam-se no Xié, Médio e Baixo Içana. As regiões onde as roças ficam longe das comunidades (mais de uma hora) são Ayari, Alto Içana e Iauaretê.

Uma parcela considerável das famílias entrevistadas na TI Alto Rio Negro, 1.123 (43%), relatou vender produtos das roças, embora o levantamento não trate a frequência de venda ou importância da comercialização de produtos de roça no orçamento das famílias.

O produto da roça mais mencionado para venda, sem distinção entre as regiões, é a farinha. Outros produtos de mandioca, farinha de tapioca e beiju, também foram bastante mencionados como produtos de venda. Depois da lista de produtos de mandioca brava, aparece a banana e então o abacaxi.

As famílias que avaliaram alimentação delas como boa em geral têm mais roças que as famílias que acham alimentação delas razoável ou ruim.

Nas discussões para elaboração do PGTA nas comunidades, ter roças produtivas e com diversidade de cultivos foi um dos itens apontados como fundamentais para o bem viver.

Aspectos sobre renda e benefícios sociais

A pesquisa do PGTA apontou que 22% da população adulta residente na TI Alto Rio Negro possui algum tipo de renda direta através de salários, aposentadoria, benefícios de programas sociais, ou venda de produtos. Ao todo, em 2017, haviam 852 pessoas com vínculo de trabalho e recebendo salário, o que representa cerca de 8% da população com mais de 15 anos. As regiões variam um pouco em quantidade de pessoas assalariadas, mas não conseguimos notar um padrão entre elas.

As comunidades afirmaram que 44% (1.598) das famílias que residem na Terra Indígena Alto Rio Negro recebem o benefício do Programa Bolsa Família. O mais comum é que estas famílias façam saque do benefício uma vez a cada 2 ou 3 meses. Estima-se que o Bolsa Família transferiu R\$ 21.614.775,00 para o município de São Gabriel da Cachoeira no ano de 2016*. Não é possível dizer

com precisão o percentual deste montante que chega às famílias que vivem dentro das Terras Indígenas com os dados do Levantamento. Este é um dado importante para levantamentos futuros.

As famílias entrevistadas identificaram como principais mudanças no cotidiano com a chegada do Programa Bolsa Família uma maior facilidade na compra de itens básicos de alimentação e um melhor apoio aos filhos em idade escolar. Poucas regiões apresentaram dados significativos relacionando pontos negativos à chegada do programa Bolsa Família. Apenas na região Apapóris e Traíra, os entrevistados destacaram um aumento de consumo de bebidas alcoólicas. No Alto Içana, dois em cada dez entrevistados falaram que as roças diminuíram após o início do pagamento do benefício.

O levantamento também apresenta destaques sobre outros benefícios sociais recebidos pelas famílias residentes na Terra Indígena Alto Rio Negro. Há 1.554 aposentados vivendo nessa Terra Indígena, sendo 849 mulheres e 705 homens. Registrou-se que 478 mulheres receberam o salário maternidade nos 12 meses anteriores a aplicação dos questionários.



Quanto custa sacar o Bolsa Família ou outros benefícios sociais?

As grandes distâncias entre muitas comunidades e as sedes municipais onde se localiza o único ponto de retirada dos benefícios sociais representam altos custos para os moradores das Terras Indígenas. Estes custos, de tempo e de recursos, são raramente calculados e pouco divulgados aos tomadores de decisão e executores de políticas públicas. Por exemplo, uma viagem de motor rabeta do médio e alto Tiquié até São Gabriel da Cachoeira demora entre três e quatro dias, viajando intensivamente durante todo o dia e parte da noite. O consumo de combustível varia entre 80 e 150 litros de gasolina, ida e volta. Considerando que o litro de gasolina em São Gabriel custa R\$ 4,90 e que há outras despesas em uma viagem como essa (alimentação, hospedagem, manutenção do motor etc.), pode-se estimar um custo médio de R\$ 600 e no mínimo dez dias dedicados a acessar os recursos do Programa Bolsa Família.

Uma vez na sede municipal, muitas famílias não encontram hospedagem, e permanecem em barracões da prefeitura que existem próximo ao porto, em condições precárias de higiene e segurança. Aqueles que podem, hospedam-se em pequenas estâncias que cobram diárias a partir de R\$10; outros ficam na casa de parentes. Considerando os altos custos e as extensas distâncias, as condicionantes, o intervalo para sacar o recurso e os valores do programa Bolsa Família deveriam ser readequadas para a realidade das famílias moradoras no alto e médio Rio Negro.

* Dados da Caixa Econômica Federal.

PARTE II

diversidades regionais
e étnicas

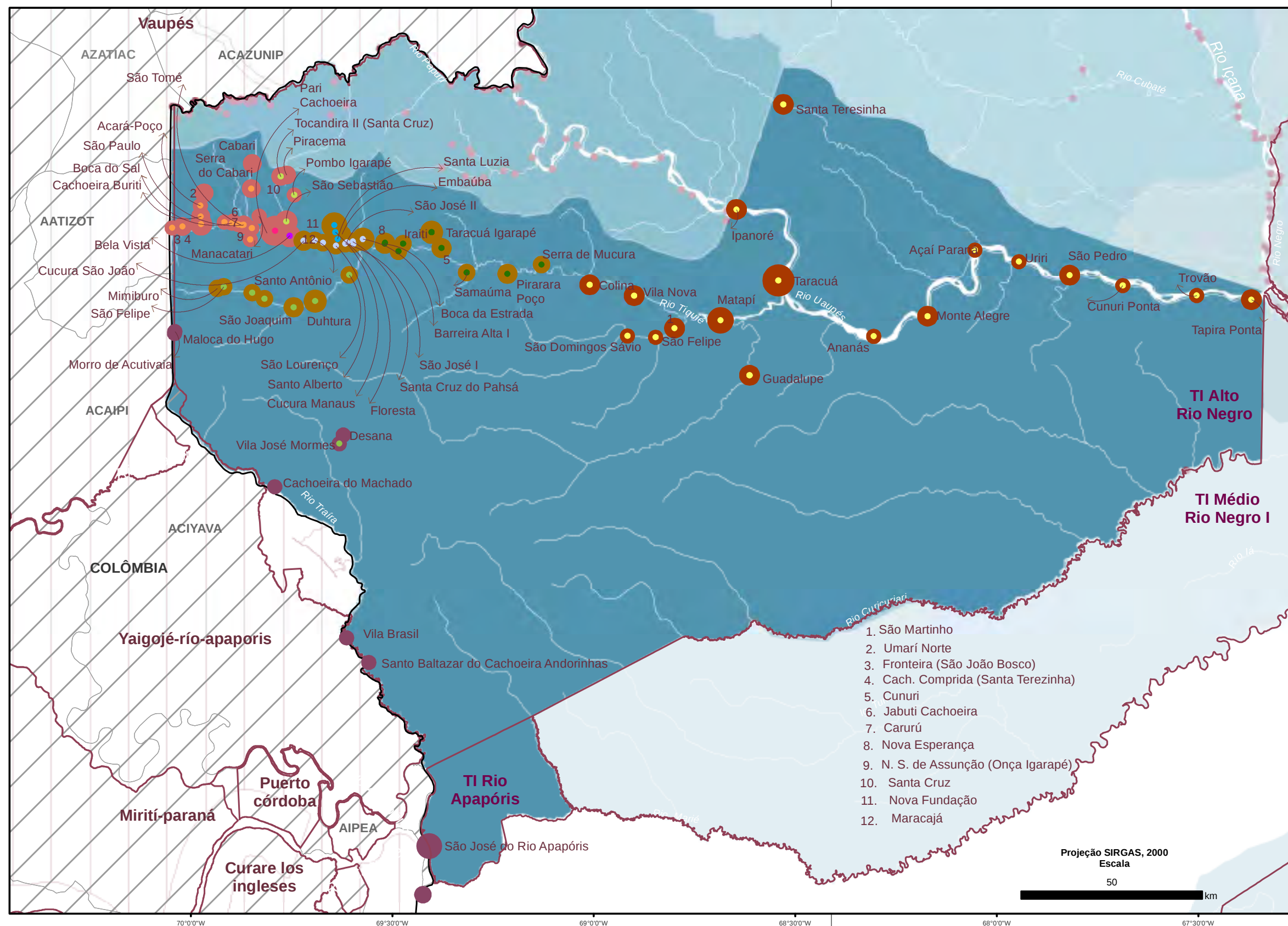




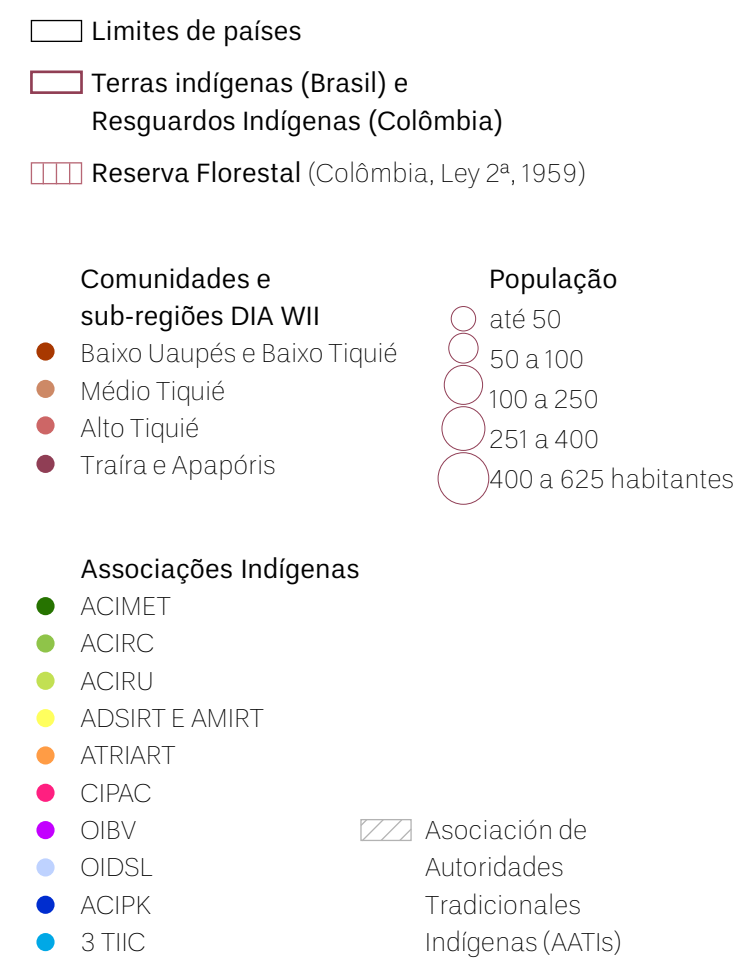
6

BAIXO UAUPÉS,
TIQUIÉ, TRAÍRA e
APAPÓRIS:

DIA WII -
Coordenadoria das
Organizações
Indígenas
do Tiquié,
Uaupés
e Afluentes



MAPA 6
Área de abrangência da Coordenadoria das Organizações Indígenas do Tiquié, Uaupés e afluentes (DIA WII)



Fontes: Base cartográfica e Áreas Protegidas, RAISG; Comunidades e associações ISA/FOIRN; AATIS - Fundación GAIA

imagem na página anterior Sítio na margem do rio Tiquié, TI Alto Rio Negro, AM. (Aline Scolfaro/ISA, 2012).

DIA WII: um território extenso e multiétnico

A área de abrangência da DIA WII – Coordenadoria das Organizações Indígenas do Tiquié, Uaupés e Afluentes, abarca a região do Baixo rio Uaupés e todo o curso do rio Tiquié e afluentes, até a faixa de fronteira com a Colômbia. Também inclui o extenso trecho da margem esquerda do rio Traíra e afluentes, até a boca do rio Apapóris, região de fronteira com a Colômbia e área contígua entre a Terra Indígena Alto Rio Negro e a Terra Indígena Rio Apapóris.

Esse extenso território, de cerca de 4 milhões de hectares, abrange duas das unidades distritais do município de São Gabriel da Cachoeira, o Distrito de Pari-Cachoeira e o Distrito de Taracuá, que constituem a Região Administrativa Baixo Rio Uaupés e Tiquié, definida pela Lei Municipal 209/2006 (Plano Diretor de São Gabriel da Cachoeira, 2006). E o trecho do Traíra e Apapóris, mais ao sul, adentra os limites territoriais do município vizinho, Japurá.

Somos aproximadamente **5.700 pessoas** vivendo nessa região, de várias etnias das famílias linguísticas **Tukano Oriental e Naduhupy** (Hupd'äh e Yuhupdëh), sobretudo. Estamos distribuídos por cerca de **67 comunidades** e outros **75 assentamentos menores** às margens do Baixo Uaupés, Tiquié e afluentes (Yaiwari, Ira, Cunuri, Samaúma, Castanho, Umari, Cabari, Onça Igarapé, Umari Norte) e também na região do rio Traíra e afluentes. Nossas comunidades variam bastante de tamanho, mas, em geral, raramente possuem mais que 30 famílias. As exceções mais marcantes são os povoados de Taracuá, no baixo Uaupés, e Pari-Cachoeira. Alto Tiquié, com cerca de 80 e 140 famílias, respectivamente. Já na TI Rio Apapóris há mais uma comunidade bastante populosa, com cerca de 500 pessoas, quase todos do povo Yuhupdëh.

O grupo étnico mais numeroso hoje na área da DIA WII é o dos Tukano, seguidos pelos Hupd'äh, Yuhupdëh (que estão mais concentrados na TI Rio Apapóris), Desana e Tuyuka. As demais etnias, como os Tariano, Piratapuaia, Yebamahsã, Mirititapuaia, Bará, Karapana, Siriano, dentre outros, estão presentes em número menor e, em geral, estão mais concentrados em uma ou outra sub-região, ou do lado colombiano. E há também as etnias que estão representadas sobretudo por mulheres casadas com homens da região, mas que vieram de outros lugares do alto rio Negro, como mulheres Baniwa originárias da bacia do Içana.

Gestão e governança

Desde os nossos primeiros ancestrais já se fazia a gestão ambiental e territorial em nossas terras. Cada grupo, cada clã, cuidava de seu território, seus locais de pesca, caça, coleta, seus terrenos de roça. Também tinham grande respeito pelos lugares sagrados e pelas regras estabelecidas desde os tempos

das origens: regras alimentares, regras de comportamento, regras de manejo. Faziam ainda as cerimônias de proteção e de troca conforme as épocas do calendário ecológico-astronômico, afastando os perigos, colaborando com os ciclos da natureza e reforçando as relações entre parentes e cunhados. Assim viviam bem, com abundância e fartura, afastando as doenças e os perigos da natureza. Assim também deixaram para nós um território bem cuidado, com diversidade de peixes, caça, frutas e cultivos.

É claro que hoje não vivemos mais como nossos antepassados. Muita coisa mudou desde que nossos avós entraram em contato com os não-indígenas, o que trouxe muitos problemas, mas também novos desafios e oportunidades. Por isso mesmo a gestão e a governança do território exigem hoje novos instrumentos que nos auxiliem tanto em nosso planejamento e diálogo internos, quanto no diálogo e negociações com o poder público e outros setores da sociedade. Pensamos que o PGTA é um desses instrumentos.

Também as organizações indígenas e as associações de base são instrumentos muito importantes para o atual exercício de nossa governança e para a defesa de nossos territórios e direitos culturais. As primeiras associações na região da DIA WII surgiram entre as décadas de 1980 e 1990, no período das intensas discussões e da luta para a demarcação da Terra Indígena Alto Rio Negro. Outras foram sendo criadas ao longo das últimas duas décadas, visando a execução de projetos locais para o enfrentamento dos desafios pós-demarcação: fortalecimento cultural, manejo e gestão dos territórios demarcados e execução de projetos para o desenvolvimento sustentável de nossas comunidades.

Com isso a região conta hoje com **11 associações de base**, filiadas à Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) e distribuídas pelas diversas sub-regiões, conforme segue:

Área do Alto Tiquié

ACIRU – *Associação das Comunidades Indígenas do Rio Umari*. Fundada em 1991, representa as comunidades do Igarapé Umari, afluente da margem esquerda do Alto Tiquié.

ATRIART – *Associação das Tribos Indígenas do Alto Rio Tiquié*. Fundada em 1992 com o nome de CRETART, em 1999 passou a se chamar ATRIART. Representa as comunidades do Alto rio Tiquié, acima de Pari-Cachoeira.

CIPAC – *Coordenação Indígena de Pari-Cachoeira*. Fundada em 1995, depois da desintegração da AUCIRT (Associação da União da Comunidade Indígena do Rio Tiquié), que havia sido criada no início da década de 1980. Representa as 6 vilas do povoado de Pari-Cachoeira.

OIBV – *Organização Indígena de Bela Vista*. Fundada em 1997, representa as famílias da comunidade Bela Vista, nas proximidades de Pari-Cachoeira.

AMIPAC – *Associação das Mulheres Indígenas de Pari-Cachoeira*. Fundada nos anos 2000, representa as mulheres das 6 vilas de Pari-Cachoeira.

Área do Médio Tiquié

ACIRC — *Associação das Comunidades Indígenas do Rio Castanha*. Fundada em 1998, representa as comunidades do igarapé Castanho.

3 TIIC — *Três Tribos Indígenas do Igarapé Cucura*. Fundada em 2005, representa as comunidades do igarapé Cucura.

OIDSL — *Associação Indígena de Desenvolvimento Sustentável Local*. Fundada em 2005, representa as comunidades do curso mais alto do Médio Tiquié, abaixo de Pari-Cachoeira.

ACIMET — *Associação das Comunidades Indígenas do Médio Tiquié*, representa as comunidades do curso mais baixo do Médio Tiquié.

Área do Baixo Uaupés e Baixo Tiquié

AMIRT — *Associação das Mulheres Indígenas da Região de Taracué*. Fundada em 1989 com o nome de AMITRUT (Associação das Mulheres Indígenas de Taracué, Rio Uaupés e Tiquié), sendo a primeira organização de mulheres de todo o alto rio Negro. Em 2006 mudou o nome para AMIRT. Representa as mulheres de Taracué e das comunidades do Baixo Uaupés e Baixo Tiquié e vem ganhando grande destaque com o trabalho na área de alternativas econômicas sustentáveis, com foco sobretudo na produção e comercialização de cerâmicas tradicionalmente produzidas pelas mulheres da região;

ADSIRT — *Associação de Desenvolvimento Sustentável Indígena da Região de Taracué*. Surgiu em 2014, a partir da revitalização da antiga ACITRUT (Associação das Comunidades Indígenas de Taracué, Rio Uaupés e Tiquié), que havia sido criada em 1986. Representa as comunidades do Baixo Uaupés e Baixo Tiquié.

Além dessas associações de base, há ainda outras organizações indígenas importantes e atuantes na região, com destaque para algumas das **associações escolares**. As três primeiras são as associações mais atuantes hoje:

AEITU — *Associação Escolar Indígena Tuyuka Utapinopona*, no Alto Tiquié, abrangência da ATRIART;

AEITY — *Associação Escolar Indígena Tukano Yupuri*, no Médio Tiquié, abrangência da OIDSL e ACIMET;

AEITYM — *Associação Escolar Indígena Tukano Yepá Mahsã*, no Baixo Uaupés, abrangência da ADISRT/AMIRT;

AEITHART — *Associação Escolar Indígena Tukano Hupd'äh do Alto Rio Tiquié*, abrangência da ATRIART;

AEIKB — *Associação Escolar Indígena Kisibi-Buú-Desana*, abrangência da ACIRU;

AECIPY — *Associação das Escolas e Comunidades do Povo Yuhupdéh*, abrangência da ADSIRT/AMIRT;

AEITKAP — *Associação das Escolas Indígenas Tukano Koãpa Ahkuto Paramerã*, abrangência da ADSIRT/AMIRT;

E há também outras organizações culturais, de categoria e representativas de setores de nossas comunidades, como as mulheres e os jovens. As principais são:

NUMIRT — *Núcleo de Mulheres Indígenas do Médio Rio Tiquié*, abrangência da ACIMET e OIDSL;

AIMTT — *Associação Indígena de Medicina Tradicional de Taracué*, abrangência da ADSIRT/AMIRT;

AJIRU — *Associação dos Jovens Indígenas do Rio Umari*, abrangência da ACIRU;

COPCISP — *Cooperativa da Comunidade Indígena de São Paulo*, abrangência da ATRIART.

Alguns desafios para a governança territorial na região da DIA WII

A área da DIA WII é uma região extensa, diversa e com muitas associações representativas. Por isso costumamos nos organizar por **sub-regiões**, as quais apresentam especificidades geográficas, ambientais, históricas, culturais e políticas. Em cada uma há ainda diversos núcleos regionais menores, marcados por relações próximas entre parentes e cunhados. São quatro grandes sub-regiões: **Baixo Uaupés e Baixo Tiquié; Médio Tiquié; Alto Tiquié; e Traíra e Apapóris**. O Plano de Gestão da DIA WII, que é parte do PGTA da TI Alto Rio Negro como um todo, foi construído a partir dessas territorialidades.

Um ponto que precisa ser destacado e levado em conta nas estratégias de governança e gestão do território, é que, além das sub-regiões, há também a especificidade dos **povos Hupd'äh e Yuhupdéh**. Eles estão presentes de forma expressiva em todas as sub-regiões, compartilhando territórios e convivendo com os demais povos. Mas apresentam algumas demandas e desafios próprios no que diz respeito à governança, gestão territorial e bem viver. Estão atualmente em um processo de maior aproximação às associações, mas ainda buscam maneiras de terem mais espaços de representação na luta por políticas diferenciadas que os atendam. Assim, apesar de terem participado de grande parte das oficinas de PGTA com os demais povos, se reuniram também em oficinas específicas em suas comunidades para discutir problemas e demandas que lhes são próprios; assim como fizeram os grupos Hupd'äh da área da COIDI (rios Uaupés e Papuri). Estas questões, desafios e propostas específicas dos povos Hupd'äh e Yuhupdéh estão apresentadas no capítulo 10 deste documento.

Outro desafio que se impõe na região da DIA WII diz respeito às **enormes distâncias e as dificuldades de acesso** em algumas áreas e sub-regiões. Esse é o caso da **região do Traíra e Apapóris**. Isso acaba impossibilitando uma maior integração e interlocução entre as comunidades e sítios dessas regiões mais remotas com o movimento e as associações indígenas. Na região do rio Traíra, esse sentimento de isolamento e a falta de interlocução com os parentes que estão à frente do movimento indígena regional foi uma das questões e desafios levantados pelas comunidades durante as atividades para a construção dos Planos de Gestão. A expectativa é de que o processo de discussão e implementação dos PGTA possibilite um maior diálogo e uma maior interlocução entre

as lideranças dessas regiões mais remotas e as nossas organizações indígenas mais representativas a nível regional, especialmente DIA WII e FOIRN.

Por fim, há também a **questão transfronteiriça**. Pois a região de governança da DIA WII, especialmente as sub-regiões do Alto Tiquié e Traíra, são territórios fronteiriços entre Brasil e Colômbia. Acontece que nós povos Tukano, Tuyuka, Bará, Hupd'äh, Yuhupdëh, Desana e muitos outros, ocupamos esse território muito antes da demarcação das fronteiras nacionais e estamos hoje distribuídos dos dois lados da linha fronteiriça. As fronteiras, como se sabe, se sobrepueram à nossa territorialidade tradicional e trouxeram novos desafios no que se refere à governança e gestão de nossas terras. O lado colombiano também é constituído hoje por territórios indígenas reconhecidos: a porção entre o Alto Tiquié e alto curso do Traíra está sob jurisdição do Gran Resguardo Indígena del Vaupés-Parte Oriental, um dos maiores resguardos da Colômbia; e a região do baixo curso do Traíra e boca do Apapóris está dentro do Resguardo Indígena Yagoje-Apapóris, que anos atrás foi reconhecido também como um Parque Nacional Natural da Colômbia.

Assim, pensar a **gestão ambiental e territorial de uma região transfronteiriça** como essa requer hoje o envolvimento e articulação com os nossos parentes do lado colombiano, que aliás, já possuem os seus *Planes de Vida*, conforme a legislação colombiana prevê. As principais delas são a **AATIZOT** (Asociación de Autoridades Tradicionales Indigenas de la Zona del Tiquié), na área do Tiquié colombiano; a **ACIYA** (Asociación de Capitanes Indigenas del Yagoje Apapóris), na área do Traíra e Apapóris; e a **ACAIPÍ** (Asociación de Autoridades Tradicionales Indigenas del Pirá Paraná), na área do alto Traíra e Pirá-Paraná, este último um afluente do Apapóris cujas cabeceiras se ligam às cabeceiras do Tiquié por meio de varadouros e caminhos utilizados desde os tempos ancestrais até os dias de hoje.

Sub-regiões e diversidades locais

Baixo Uaupés e Baixo Tiquié

Abarca o trecho que vai da foz do Uaupés até a área da comunidade Ipanoré, onde está localizada a cachoeira de mesmo nome, local de grande importância cultural para todos os povos da bacia do Uaupés. Inclui também a região do baixo curso do rio Tiquié e afluentes, de sua foz até os limites da área de abrangência da comunidade Colina. Coincide com a área do distrito municipal de Taracuá, São Gabriel da Cachoeira.

Abrange ao todo **18 comunidades** e outros **33 sítios**, onde vivem cerca de **260 famílias**, num total de **1.350 pessoas**, aproximadamente. O maior núcleo populacional é o povoado de Taracuá, que concentra cerca de 80 famílias, mais ou menos 360 pessoas.

No Baixo Uaupés os **Tukano, Desana, Tariano** e **Piratapuia** são maioria da população. Já no **Baixo Tiquié** são os **Yuhupdëh, Tukano, Hupd'äh** e **Tuyuka**.

Mas há também a presença de outros grupos, como Mirititapuia e Yebamahsã, no Baixo Tiquié; Kubeo, Baniwa, Baré e Siriano no Baixo Uaupés; dentre outros ainda. A composição étnica atual de nossas comunidades é fruto de um complexo histórico de ocupação e migrações, do passado e do presente, bem como dos casamentos interétnicos que fazem parte da organização social de grande parte dos povos do alto rio Negro.

Desafios para a gestão ambiental e territorial

Em nossa região um dos principais problemas e desafios para a gestão ambiental e territorial tem sido a **entrada de pescadores de fora (não-indígenas)** para praticar pesca predatória e comercial. Por ser uma região de igapó e com muitos lagos, é uma área em geral bastante piscosa e boa para a pesca. Também é uma região relativamente próxima a área urbana de São Gabriel da Cachoeira. Isso acaba atraindo pescadores da cidade ou mesmo parentes de regiões próximas que entram para pescar, utilizando arrastões, malhadeiras, careta e capturando peixes em grandes quantidades.

Outro problema é que o Baixo Uaupés é área de trânsito de todos os parentes que vivem rio acima: seja do próprio rio Tiquié, ou de Iauaretê, Médio e Alto Uaupés e Papuri. O mesmo acontece no Baixo Tiquié, com os parentes que vivem nos cursos mais altos do rio. Muitos acabam aproveitando a viagem para pescar na região e entram nas áreas de pesca de nossas comunidades sem pedir a devida permissão e sem os cuidados que se deve ter. Também param para merendar, fazer necessidades e pernoitar em lugares muitas vezes inapropriados, como alguns lugares que são sagrados e possuem restrições e regras de comportamento. Também há problemas com ex-moradores que hoje vivem na cidade, mas que continuam entrando na área para pescar de forma muitas vezes abusiva e até mesmo levando pescadores de fora.

Por fim, há ainda os problemas mais internos relacionados ao desrespeito às áreas de manejo de cada comunidade e uso abusivo de técnicas mais predatórias de pesca por alguns moradores, como uso excessivo de malhadeiras, pesca de mergulho com careta, pesca em quantidade além do necessário, tinguijamento sem controle em lagos e igarapés. Sobre isso temos conversado bastante entre nós, tanto dentro de nossa sub-região quanto a nível de toda a DIA WII, com a definição de regras e acordos que constam nesse Plano de Gestão (p. 122-133).

Iniciativas locais

Foi visando discutir e encontrar soluções para esses problemas que nos últimos anos passamos a discutir acordos e medidas para a construção de um **plano de manejo pesqueiro e fiscalização territorial no Baixo Uaupés**. Para isso solicitamos o apoio da FOIRN, da Funai e do ISA que, juntos, passaram a apoiar e acompanhar o processo, inclusive com a criação de uma rede de AIMAs (Agentes Indígenas de Manejo Ambiental) no Baixo Uaupés.

Nesse processo pudemos discutir o **histórico da pesca e da ocupação no Baixo Uaupés**, visando resgatar e fortalecer as narrativas sobre as trajetórias dos diversos grupos e clãs, bem como as regras a acordos estabelecidos pelos

antepassados sobre as áreas de uso tradicionais: quem chegou primeiro; de onde vieram; onde moraram; malocas antigas; formação das comunidades atuais; acordos sobre áreas de pesca e coleta etc. Foi constatado que desde os primeiros ocupantes da região já se traçava limites de terra, rio, ilhas, igarapés e lagos e já se estabelecia acordos entre os parentes e cunhados e entre as comunidades e sítios a respeito das áreas de manejo.

Também realizamos **mapeamentos das áreas de manejo** das comunidades do Baixo Uaupés, com reconhecimento das diferentes paisagens, áreas de pesca, recursos florestais, lugares sagrados e históricos, limites das áreas de uso, dentre outros pontos de interesse. Cada comunidade produziu o mapa de sua área de manejo, e elaboramos também um mapa geral de toda a área do Baixo Uaupés, focado nos lugares importantes para o manejo pesqueiro e também nos lugares sagrados¹⁵.

Outro ponto foi a elaboração de um diagnóstico com os principais problemas relacionados à pesca, mas também à caça, roça e extrativismo na região. A partir disso chegamos à definição de **acordos e regras internas** para nossas comunidades, mas também à proposição de medidas que não dependem apenas das comunidades e dos moradores, como a necessidade de **fiscalização da entrada de invasores** em nossa região, com comprometimento dos órgãos competente (Funai, Exército, ICMBio).

Médio Tiquié

A região do Médio Tiquié abarca o trecho que vai da comunidade Serra de Mucura até a comunidade São João Batista, incluindo as comunidades localizadas nos igarapés Samaúma, Taracuá, Castanho e Cucura. Abrange ao todo **25 comunidades** e outros **22 sítios**, sendo 17 comunidades no curso do Tiquié e outras 8 comunidades às margens desses afluentes. Apesar de não ser tão extensa, o Médio Tiquié é a sub-região mais populosa, aí vivem cerca de **350 famílias**, num total de **2 mil pessoas**, aproximadamente.

No Médio Tiquié somos principalmente dos grupos **Tukano, Desana e Hupd'äh**, sendo que os Hupd'äh representam, segundo o levantamento socioambiental FOIRN e ISA, 2017/18, mais de 40% da população total da região. Mas há ainda uma presença significativa dos Yuhupdéh, dos Tuyuka e dos Yebamahsã, além da presença mais discreta de várias outras etnias como Tariano, Bará, Mirititapuia, Siriano, Piratapuia. A ocupação atual do Médio Tiquié é fruto de uma diversidade de histórias e trajetórias de nossos antepassados. Essas histórias são marcadas por migrações e acontecimentos que envolvem alianças e também conflitos entre os grupos, entre irmãos e entre cunhados; histórias de pajelanças, doenças e epidemias; fugas da violência colonial e dos padrões da borracha; chegada dos missionários e o período dos internatos; dentre muitos outros fatos narrados pelos antigos. São esses eventos que explicam a realidade atual e o modo como nossas comunidades se encontram hoje organizadas.

15 Esses mapas foram produzidos e publicados como volumes da série Cartões Brasil Socioambiental (vol. 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 15, 17, 18, 19 e 20).

Desafios para a gestão ambiental e territorial

Um dos principais pontos de preocupação e discussões no Médio Tiquié nos últimos quinze anos tem sido a questão do **manejo ambiental**, sobretudo em relação aos **peixes** e à **pesca**, mas também outros recursos importantes. O assunto tem mobilizado as associações, lideranças, escolas e todas as comunidades do Médio Tiquié, juntamente com as do Alto Tiquié, incluindo até mesmo a parte colombiana. Isso porque, nas últimas décadas, temos percebido uma certa diminuição dos peixes e também de outros recursos fundamentais como caraná, cipó, sorva, breu e madeira de lei.

Os cursos do médio e do alto rio Tiquié são regiões densamente povoadas, com comunidades bastante próximas umas das outras. Essa configuração de nossas comunidades hoje é um pouco diferente dos padrões de ocupação do passado, quando vivíamos em malocas coletivas e com assentamentos menores e mais dispersos pelo território. As mudanças nos padrões de ocupação, com a formação das comunidades atuais, trouxeram também um aumento no uso de recursos. No caso da pesca, um agravante foi também a introdução de novas técnicas de pescaria emprestadas dos não-indígenas, como malhadeiras, arrastões, mergulho com careta e diminuição do uso de práticas e condutas usadas por nossos pais e avós, tais como: armadilhas, benzimentos, restrições diversas relacionadas à prática da pesca e aos lugares sagrados.

Iniciativas locais

Foi visando discutir e entender esses problemas, bem como pensar estratégias para um manejo integrado de nosso território e seus recursos, que começamos um grande movimento no rio Tiquié. Para a questão da **pesca e manejo de peixes**, foco principal de nossas discussões, fizemos vários encontros, reuniões, oficinas e pesquisas interculturais visando entender um pouco melhor o problema da diminuição dos peixes e as mudanças nas formas de manejo, bem como os ciclos de vida, reprodução e migração dos peixes pelo rio Tiquié. Buscamos resgatar e valorizar as técnicas e conhecimentos tradicionais sobre o manejo de peixes, desde as armadilhas de pesca (matapi, jequi, caiá) até os benzimentos, histórias de origem e o modo como nossa cosmologia entende a relação entre nós e os peixes. E ainda passamos a trabalhar com o manejo dos lagos.

Também discutimos entre todas as comunidades e associações do rio Tiquié regras e acordos de pesca e acordos relacionados às áreas de manejo de cada comunidade, em um esforço de propor ações integradas para todo o rio Tiquié. Pois os peixes, diferente de outros recursos, não estão circunscritos a um determinado território, eles migram e circulam por um território mais amplo. Então não adianta fazermos manejo no Médio Tiquié, se as comunidades rio acima ou rio abaixo estiverem fazendo pesca predatória. As **regras e acordos de pesca e manejo** definidas nesse processo foram rediscutidas e atualizadas no âmbito da elaboração desse Plano de Gestão e integradas aos acordos estabelecidos para toda a área da DIA WII (p. 122-133).

Em relação a outros recursos importantes, também desenvolvemos diversas pesquisas interculturais e iniciativas de manejo, com o envolvimento dos AIMAs (Agentes Indígenas de Manejo Ambiental), das associações e das escolas indígenas. Uma das principais iniciativas foi o **manejo da sorva**, recurso muito importante para nós por ter vários usos, mas especialmente por ser a matéria-prima da confecção dos bancos tukano, objeto de uso ritual que desde algum tempo vem sendo também comercializado por nós, visando geração de renda e valorização de nosso artesanato. Acontece que a sorva já não era um recurso tão abundante e com o aumento da produção para comercialização dos bancos começamos a pensar sobre a questão da sustentabilidade da exploração desse recurso.

Assim decidimos elaborar um plano de manejo da sorva, juntamente com a realização de pesquisas interculturais sobre a planta e ações de valorização dos saberes sobre a confecção e importância cultural do banco tukano. Muitas medidas foram definidas no plano de manejo e colocadas em prática pelas comunidades e artesãos. Dentre elas, a decisão de não derrubar árvores matriizes, de evitar desperdiçar matéria-prima durante a produção dos bancos, de aumentar a área de exploração da sorva nas áreas mais distantes dos rios e de fazer plantios experimentais nas áreas de roça e capoeira. Foi uma experiência positiva e que surtiu efeitos, mas que precisa ser retomada e mantida para que o manejo seja feito pelas comunidades e artesãos.

Alto Tiquié

O igarapé Umari e a região do povoado de Pari-Cachoeira constituem o marco que divide os cursos do Médio e do Alto Tiquié: dessa região para cima, até a comunidade São João Bosco (Fronteira), já é considerado o Alto Tiquié. Já acima de São João Bosco adentra-se em território colombiano. Mas no Tiquié colombiano também vivem nossos parentes Tuyuka, Bará, Tukano, Hupd'äh e também é um território indígena (o Gran Resguardo Indígena del Vaupés). Assim, apesar da linha de fronteira fazer parte da nossa vida, a gestão tradicional nesse trecho do rio Tiquié é transfronteiriça. Pois os que estão do outro lado da fronteira são nossos irmãos, nossos parentes e cunhados, com os quais convivemos e mantemos relações próximas e cotidianas.

Em todo o Alto Tiquié, parte brasileira, há **19 comunidades** e outros **7 sítios** distribuídos às margens do curso principal do rio e de alguns de seus afluentes, como Umari, Umari Norte, Cabari e igarapé Onça. E há ainda o **povoado de Pari-Cachoeira**, que se destaca como o segundo maior núcleo populacional da Terra Indígena Alto Rio Negro, atrás apenas de Iauaretê, no Médio Uaupés. A população de Pari-Cachoeira, dividida em seis vilas, é de cerca de 680 pessoas, aproximadamente 140 famílias. Enquanto nas demais comunidades e sítios vivem mais ou menos 210 famílias, cerca de 1.100 pessoas.

Isso dá um total de cerca **350 famílias** e **1.780 pessoas** vivendo na região do Alto Tiquié. Já na parte colombiana estão localizadas outras onze comunidades, com uma população de aproximadamente 750 pessoas (fonte: Plan de Vida AATIZOT, 2015).

No Alto Tiquié somos sobretudo dos grupos **Tukano, Desana, Tuyuka e Hupd'äh**. Mas há também a presença dos Yebamahsã, Bará, Mirititapuia e

Yuhupdéh no curso mais alto, além dos Tariano, Karapanã, Kubeo, Kotiria e outros ainda na região de Pari-Cachoeira. Esses últimos contam com apenas algumas pessoas, em geral mulheres casadas com homens da região. Já nas comunidades do lado colombiano predominam os Tuyuka e os Bará, além de uma presença significativa dos Hupd'äh.

Desafios para a gestão ambiental e territorial

De modo semelhante ao Médio Tiquié, no Alto a questão do **manejo ambiental** tem mobilizado nossas associações, lideranças, escolas, conhecedores e comunidades na última década e ainda hoje é um tema central no que toca à gestão ambiental e territorial. Pois tanto o Médio quanto o Alto Tiquié são regiões densamente povoadas, e que nas últimas décadas (especialmente a partir de 1980) passaram a sofrer maior impacto devido ao **aumento e concentração populacional** no povoado de Pari-Cachoeira e em comunidades onde foram instaladas escolas.

Com a formação das comunidades atuais e casas por unidades familiares, devido a influência dos missionários, passamos a viver mais concentrados no território. Isso alterou também o sistema de manejo e uso de recursos, já que a partir de então mais gente passou a fazer uso de uma mesma área e cada família passou a viver de forma mais independente, em busca de seus próprios recursos para a construção das casas e para a alimentação.

Além disso, desde que nossos primeiros antepassados se estabeleceram no Alto Tiquié a população aumentou muito. Novas famílias chegaram e se formaram e, nos últimos tempos, grupos que antes viviam mais para dentro do mato, como os Hupd'äh, passaram a se fixar mais próximos às margens do rio.

No caso específico de **Pari-Cachoeira**, a chegada de mais de uma centena de famílias ao longo das décadas de 1980 e 1990 provocou um aumento mais drástico da população e uma **concentração populacional** sem precedentes na região. Com o aumento populacional se intensificou também a ocupação do território e o uso dos recursos, numa região cujo estoque pesqueiro, por exemplo, já não era tão abundante devido às muitas cachoeiras existentes e também por ser uma região sem grandes lagos e áreas de igapó.

Na área de Pari-Cachoeira há ainda a questão da insuficiência de terras boas para a agricultura, pois como são muitas famílias ocupando um mesmo território, as capoeiras no entorno do povoado não têm o tempo necessário para se regenerar. Por isso iniciativas para abertura de ramais e novas áreas de roçados, recuperação de solo, alternativas produtivas sustentáveis (avicultura e piscicultura familiar, por exemplo) e fortalecimento do comércio (trocas) com comunidades vizinhas são algumas das demandas da população de Pari-Cachoeira.

Iniciativas locais

Visando discutir e pensar estratégias para o enfrentamento desses problemas, nos últimos quinze anos iniciativas importantes já foram realizadas em nossa região, envolvendo os AIMAs (Agentes Indígenas de Manejo Ambiental), as associações e as escolas indígenas.

No caso dos **peixes e da pesca**, começamos trabalhando com **projetos de piscicultura**. Mas aos poucos vimos que a produção da piscicultura é baixa e requer muito investimento e trabalho. E concluímos que somente a piscicultura não resolveria o problema da baixa oferta de peixes em todo o Alto Tiquié. Eram necessárias também outras soluções.

Com esse pensamento participamos de vários encontros gerais de **manejo de peixes** com todas as associações do rio Tiquié, puxados pela ACIMET, associação do Médio Tiquié. Desses encontros saíram muitas reflexões e diversas definições de **regras e acordos de manejo entre as associações e comunidades**, não apenas para a pesca, mas também caça e recursos florestais. Nos últimos anos, com o processo de discussão dos Planos de Gestão, essas regras e acordos foram rediscutidos, atualizados e integrados ao conjunto de acordos estabelecidos para toda a região de DIA WII (p. 122-133).

Também na parte do manejo de recursos florestais já tivemos algumas experiências importantes, especialmente nas áreas das comunidades tuyuka do Alto Tiquié. A principal foi o **manejo do caraná**. O caraná é um recurso de extrema importância para nós devido a sua utilização na cobertura das casas. Mas o problema é que a sua disponibilidade no Alto Tiquié é, em geral, menor do que a demanda; sobretudo depois de todas as transformações em nosso padrão de ocupação e moradia. Por isso a necessidade de elaborar um Plano de Manejo.

Realizamos diversas pesquisas sobre o caraná e os caranazais, com envolvimento dos alunos e professores da Escola Tuyuka Utapinopona e fazendo dialogar os conhecimentos científicos e tradicionais. Dessas pesquisas saíram uma série de recomendações, que depois foram discutidas em encontros e oficinas com a participação das comunidades. Reforçamos a importância do manejo tradicional do caraná, caracterizado pela retirada das folhas apenas das palmeiras no estágio certo de desenvolvimento (não as que ainda estão imaturas ou em fase reprodutiva) e da manutenção de ao menos duas folhas por pé coletado. Incentivamos o transplante de mudas dos caranazais para áreas de campinarana com pouco ou nenhum caraná, bem como a reserva de áreas de caranazal exclusivamente para a manutenção de malocas e outras construções coletivas. E por fim iniciamos conversas para a definição de um limite de feixes que podem ser retirados por ano ou um período mais longo de um mesmo caranazal. Muitas dessas recomendações estão sendo postas em práticas pelas comunidades e moradores e já vêm apresentando bons resultados. Outras exigem ainda maiores discussões e campanhas para reforçar os acordos.

Rio Traíra e Apapóris

A área do Traíra é uma das regiões mais remotas e de mais difícil acesso dentro da TI Alto Rio Negro. Abrange um vasto território que abarca toda a extensão do rio Traíra, até a sua desembocadura no rio Apapóris e toda a área de interflúvio entre as cabeceiras dos rios Ira, Curicuriari e Marié. É uma área contígua entre o limite sudoeste da TI Alto Rio Negro, a TI Rio Apapóris e a parte oeste da TI Médio Rio Negro I. Está sob jurisdição de dois municípios, a parte mais ao norte está dentro dos limites do município de São Gabriel da Cachoeira e a

parte sul do município de Japurá. Se estende por duas bacias hidrográficas, a do rio Negro e a do Japurá/Caquetá. E ainda é região de fronteira entre Brasil e Colômbia. O rio Traíra serve como linha divisória, mas dos dois lados da fronteira há comunidades dos mesmos grupos étnicos, parentes e cunhados que compartilham a vida, a cultura e a gestão deste vasto território ancestral¹⁶.

No lado brasileiro do rio Traíra e afluentes há hoje **4 comunidades e assentamentos menores dispersos pelas regiões de interflúvio**. Cerca de **18 famílias** vivem nessas comunidades, aproximadamente **70 pessoas**, pertencentes sobretudo aos povos Tukano, Desana e Tuyuka. Já dentro da TI Rio Apapóris, entre a foz do Traíra, a foz do Apapóris e o rio Japurá, há mais uma comunidade bastante populosa, com cerca de 93 famílias e 500 pessoas, quase todos pertencentes ao povo Yuhupdêh¹⁷. E do lado colombiano há outras 3 comunidades: Santa Clara, La Vera e Puerto Lopez.¹⁸

Há muitas histórias sobre a região do Traíra, suas serras e cachoeiras sagradas e sua ocupação pelos povos que aí viveram e pelos que vivem atualmente. Os que conhecem mais a fundo essas histórias contam que no tempo da transformação do mundo, quando os primeiros ancestrais chegaram para povoar os territórios das bacias do Uaupés e Apapóris, os espíritos de todas as tribos se reuniram na região do Traíra para ver quem poderia viver aí e cuidar desse território sagrado. O escolhido foi o **Yuhup** (ancestral dos Yuhupdêh), que ficou como guardião dessa área e passou a transitar pelo vasto território entre os rios Apapóris, Traíra e Tiquié, incluindo as cabeceiras do Ira, Curicuriari e Marié. Dizem que outros grupos também circularam pela região num passado mais remoto, como os Makuna, Tukano, Desana, Tanimuka, Yukuna, mas que nenhum deles, nem mesmo os Yuhupdêh, estabeleceram assentamentos nos cursos do médio e alto traíra e seus afluentes, em respeito a esses territórios sagrados. As comunidades que existem hoje no rio Traíra e afluentes são frutos de uma história mais recente, relacionada ao movimento do garimpo na serra do Traíra entre as décadas de 1980 e 1990 (ver capítulo 4, p. 51 e seguintes).

Desafios para a gestão ambiental e territorial

Na área do Traíra um dos problemas mais graves tem sido a **invasão constante do território por não-indígenas, garimpeiros e narcotraficantes**. Isso tem causado muitos problemas para as comunidades, que ficam vulneráveis e expostas a situações de violência e degradação ambiental e cultural de seus territórios.

Outro grave problema relacionado a esse é a **contaminação por mercúrio** em alguns afluentes e no próprio rio Traíra, que já tem afetado a saúde das pessoas e do território. Essa contaminação é resultado de décadas de exploração do ouro na região, a qual continua a ser praticada, ainda que em menor escala. Também há indícios, e as comunidades reclamam, da **contaminação** de vários igarapés por **resíduos químicos** resultantes da **produção da pasta base de cocaína por invasores**. Dizem que há igarapés que estão hoje inutilizados devido a essa contaminação.

Uma outra grande dificuldade e desafio apontado pelas comunidades é a questão do **isolamento e ausência quase que total de serviços públicos** e da presença do Estado brasileiro na região, sendo as áreas de **educação e saúde**

16 No lado colombiano, a região do alto rio Traíra está dentro do Gran Resguardo del Vaupés e sob jurisdição da ACAIPI (Asociación de Capitanes y Autoridades Tradiconales del Pira Parana). E a região do curso mais baixo do Traíra e boca do Apapóris está dentro do Resguardo Indígena Yaigoje Apapóris e sob jurisdição da ACIYA (Asociación de Capitanes Indigenas del Yagoje-Apapóris). Anos atrás, por demanda da própria ACIYA e das comunidades que queriam mais proteção aos seus territórios contra a exploração mineral, a área do Resguardo Yagoje-Apapóris virou também um Parque Nacional Natural, com a elaboração de um Plano de Especial de Manejo pelas comunidades.

17 A comunidade Yuhupdêh da TI Rio Apapóris não participou da oficina que ocorreu no rio Traíra em 2018 para discutir os principais desafios e demandas para o PGTA da região. Portanto, o que está dito aqui não contempla o território da TI Rio Apapóris.

18 Importante destacar que há possibilidade de haver outros assentamentos pequenos, sejam fixos ou temporários, espalhados pelas áreas de interflúvio da região do Traíra e Apapóris. Pois esta é uma área bastante remota e por onde grupos e famílias estão sempre circulando em seus deslocamentos de caça, coleta e outras atividades pela floresta.

as que mais preocupam as comunidades. Apenas pelo município de Taraira, do lado colombiano, os moradores do Traíra conseguem acessar posto de saúde e matricular os filhos na escola, mas isso apenas para os que possuem documento colombiano. Os que não possuem acabam ficando desassistidos, já que os centros de serviços do lado brasileiro são muito distantes.

E para complicar ainda mais essa situação, as comunidades também sofrem com uma certa **indefinição e falta de clareza em relação à jurisdição municipal à qual estão vinculadas**. Pois parte do território está sob jurisdição do município de São Gabriel da Cachoeira e outra parte do município de Japurá. As comunidades Vila José Mormes e Desana, por exemplo, estão localizadas bem na divisa dos municípios. As comunidades reclamam que isso dificulta muito as relações e os encaminhamentos das demandas coletivas para a esfera municipal, sobretudo nas áreas de educação e saúde. Pois muitas vezes, nem o município de Japurá e nem o de São Gabriel querem se responsabilizar pela oferta de serviços básicos às comunidades.

Do mesmo modo, as comunidades também reclamam que não há clareza sobre à qual DSEI (Distrito Sanitário Especial Indígena) estão vinculadas, se ao DSEI Alto Rio Negro ou DSEI Alto Rio Solimões; e nem à qual Coordenação Regional da Funai, se à CR Rio Negro ou CR Tabatinga. O problema que relatam é que muitas vezes nem mesmo as autoridades sabem. Assim as comunidades ficam perdidas sobre a quem recorrer e direcionar suas demandas coletivas.

Por fim, um outro desafio apontado na região do Traíra é que embora a maioria das famílias mantenham suas roças, pesquem e cacem, todos hoje precisam de algum dinheiro para poder obter itens de que necessitam na cidade, como roupas, combustível, alguns produtos alimentícios industrializados. E, em muitos casos, precisam também custear o estudo dos filhos que vão para as escolas de Taraira.

As comunidades demonstram preocupação com essa situação e lamentam a **ausência de programas governamentais de assistência** e de apoio para **alternativas sustentáveis de geração de renda**, como compensação por serviços ambientais, por exemplo, umas das propostas levantadas pelas lideranças locais.

Expectativas das comunidades

As comunidades do Traíra dizem que o único projeto desenvolvido na região desde a demarcação das terras indígenas foi o PPTAL (Plano de Proteção das Terras Indígenas da Amazônia Legal). Na avaliação das lideranças, foi um projeto bastante positivo, que fortaleceu as comunidades e reforçou a legitimidade de ocupação da área e o reconhecimento por parte do Estado do importante papel de vigilância e cuidado que as comunidades exercem sobre os seus territórios. O projeto também forneceu equipamentos e ferramentas fundamentais, como botes, motores, ferramentas agrícolas e radiofonia para facilitar a comunicação, a locomoção e o trabalho das comunidades.

Mas as lideranças dizem que depois disso as comunidades da região não tiveram mais nenhum apoio ou acompanhamento por parte das instituições do Estado, parceiros da sociedade civil ou mesmo do movimento indígena. Que

ficaram apenas com o ônus ambiental e social dos tempos do garimpo. E que esperam que o mesmo não aconteça com o PGTA.

Dentre as principais expectativas, propostas e recomendações das comunidades do Traíra para o Plano de Gestão estão:

i) apoio para a continuidade dos mapeamentos participativos e aprofundamento das discussões sobre o manejo tradicional do território e fortalecimento cultural iniciado com a oficina de PGTA;

ii) fiscalização e proteção territorial efetiva dos órgãos competentes contra a entrada de invasores no território (garimpeiros não-indígenas e narcotraficantes) e estruturação das comunidades para que possam exercer a vigilância de seus territórios (comunicação, transporte, formação);

iii) respaldo do poder público e de instrumentos bilaterais para uma gestão e governança territorial indígena integrada e compartilhada pelas comunidades dos dois lados da fronteira, em especial nas áreas de educação, saúde e manejo ambiental;

iv) fortalecimento dos sistemas tradicionais de produção das roças e autonomia na produção de alimentos;

v) apoio para alternativas de geração de renda com baixo impacto ambiental e social, para que as comunidades deixem de ser tão dependentes do garimpo; programas de contrapartida por serviços ambientais prestados pelas comunidades indígenas;

vi) apoio do próprio movimento indígena e instituições parceiras para a estruturação de associações e outras instâncias de governança na região do Traíra.

Prioridades para a gestão territorial na área da DIA WII

Propostas, acordos e recomendações

Ao longo do processo de elaboração do Plano de Gestão, discutimos e apontamos os principais problemas, demandas e propostas referentes as áreas que consideramos prioritárias para o nosso bem viver. Grande parte dos desafios e demandas é comum a todas as regiões do alto rio Negro, por isso foram integrados aos encaminhamentos gerais das comunidades e povos de toda a TI Alto Rio Negro (ver Parte III deste documento). Mas em algumas áreas também há questões e demandas pontuais e específicas de nossa região, que estão apresentadas nos blocos temáticos abaixo, juntamente com alguns dados do Levantamento FOIRN/ISA 2017/2018 realizado no processo de elaboração dos PGTAs.

Também apresentamos o resultado dos encaminhamentos a respeito dos acordos e regras de manejo que já vínhamos discutindo há anos dentro de nossas comunidades e associações. Esperamos que essas recomendações e diagnósticos a respeito dos principais problemas que enfrentamos hoje no que toca ao manejo ambiental sirvam para orientar as práticas de pesca, caça e extrativismo por todos os parentes que vivem nas comunidades do Baixo Uaupés, Tiquié, Traíra e afluentes. E que todos esses apontamentos possam nortear futuras iniciativas e projetos comunitários para fortalecer a gestão e manejo de nossos territórios.

1. Cultura e Território

Alguns dados do Levantamento FOIRN/ISA 2017/2018

O Levantamento registrou 264 benzedores na região da DIA WII. Das 67 comunidades, apenas 4 disseram não possuir nenhum grande benzedor. O restante apontou a existência de um ou mais benzedores (há comunidades que listaram mais de 10 benzedores).

Dentre as festas e rituais praticados na região na DIA WII foram registrados: dabucuri, dabucuri de animais de caça, dabucuri de frutas silvestres, dabucuri de pescado, kapiwaya, dança com japurutu, dança de cariçu, jurupari, jurupari de frutas silvestres, baile de chontaduro o muñeco, cerimônias com uso de kahpi (ou yagé), proteção de doenças, mawacu, dança de guara, dança de jabuti, dança de veado. O Alto Tiquié e Traíra-Apapóris são as regiões com mais registros de festas e cerimônias tradicionais.

Problemas e desafios

- i. Enfraquecimento dos saberes tradicionais a respeito dos territórios ancestrais, práticas de manejo e lugares sagrados.
- ii. Desrespeito em relação às áreas de uso tradicional de cada grupo, clã e comunidade e desrespeito a lugares com restrições de uso.

iii. Em algumas regiões há perda de conhecimentos e de práticas tradicionais como cerimônias, cantos e danças, benzimentos, instrumentos musicais, ornamentos de dança, e até mesmo enfraquecimento de algumas línguas.

iv. O enfraquecimento das práticas culturais e conhecimentos tradicionais afeta negativamente a gestão e a saúde do território e a nossa vida.

Propostas, acordos e recomendações

- 1. Os conhecimentos e práticas tradicionais devem ser transmitidos às novas gerações e incentivados pelas comunidades, pelas famílias e pelas escolas. É preciso valorizar e fortalecer especialmente os conhecimentos sobre os territórios tradicionais e histórias de cada grupo, clã e comunidade. Isso deve ser conteúdo das escolas.
- 2. Restabelecer os princípios de nosso sistema tradicional de manejo, com atenção especial às restrições e cuidados com os lugares sagrados.
- 3. Sensibilizar e reforçar de tempos em tempos os acordos sobre os territórios tradicionais e áreas de manejo das comunidades.
- 4. DIA WII deve reunir as comunidades, associações e lideranças duas vezes por ano para discutir sobre o fortalecimento cultural e avaliar o manejo do território.
- 5. Reconstruir e valorizar as malocas (casas tradicionais) para aprofundar o conhecimento tradicional, retomar e fortalecer práticas cerimoniais e a transmissão dos conhecimentos entre as gerações.
- 6. Recompôr os conjuntos de adornos cerimoniais através de intercâmbios com os nossos parentes do lado colombiano (Alto Tiquié).
- 7. Promover intercâmbio e encontros de benzedores dentro da área da DIA WII para discutir e promover o manejo espiritual de nossos territórios ancestrais.

2. Manejo e acordos internos

Alguns dados do Levantamento FOIRN/ISA 2017/2018

Pesca – Na área da DIA WII 94% das famílias entrevistadas disseram pescar e apenas 6% responderam que não, grande parte em Pari-Cachoeira, onde há alta concentração populacional e baixa oferta de peixes (por ser região de cabeceira). Para a grande maioria dessas famílias (88%) a pesca é suficiente para o sustento da família. Apenas 12% afirmaram que não. Entretanto, quase 90% das famílias avaliaram que os peixes estão diminuindo em quantidade, se comparado a cinco anos atrás, e para 83% também diminuiram de tamanho.

Caça – Das 762 famílias entrevistadas na região da DIA WII, apenas 251 (ou 33%) disseram caçar. A região com maior número de famílias que caçam é o Baixo Tiquié (52% das famílias). Para 56% das famílias algum tipo de caça deixou de existir na área da comunidade nos últimos anos, sendo que a espécie mais citada foi a capivara, depois queixada, macaco barrigudo e mutum. No Baixo Uaupés esse número é ainda maior, 72% das famílias tiveram essa percepção, também com a capivara sendo a mais citada.

Roça — Quase a totalidade (94%) das famílias da região da DIA WII possui roça, e mais de uma. A média de roças por família é de 3,5.

Problemas e desafios

Pesca

i. Parentes de outras regiões que entram em nossas áreas para pescar sem antes dialogar com as comunidades e lideranças (isso acontece sobretudo no Baixo Uaupés).

ii. Pesca predatória e em quantidade acima do que é sustentável para nossa região por parentes ex-moradores que hoje vivem na cidade, mas continuam entrando na área para fazer pescarias. Às vezes trazem também outros pescadores (isso é um problema sobretudo no Baixo Uaupés).

iii. Pesca na área de outra comunidade sem o devido consentimento e acordo com lideranças e moradores tradicionais. As regiões onde isso mais acontece são: Baixo Uaupés, Baixo e Médio Tiquié, onde há maior fatura de peixes.

iv. Uso contínuo e excessivo de malhadeira, e às vezes até mesmo de arrastão, pelos próprios moradores, com captura de peixes em quantidade maior do que o necessário.

v. Pesca de mergulho com careta. Essa prática está acabando ainda mais com os peixes.

vi. Uso abusivo do timbó, sem os cuidados que se deve ter.

vii. Pesca abusiva durante a piracema.

viii. Navegação de rabeta, motor de popa, barcos; tudo isso espanta os peixes.

ix. Concentração de pessoas na mesma região, especialmente em Taracué e Pari-Cachoeira.

x. Lixo no rio, poluição, pilhas, fraldas; tudo isso também afugenta e prejudica os peixes.

xi. Estragos nos lugares sagrados dos peixes.

Caça

xii. Em algumas comunidades também há entrada de parentes de fora, de outras coordenadorias, para caçar na região.

xiii. Estrago através do benzimento mal feito para amansamento de lugares; isso afugenta os animais.

xiv. Uso das armas de caça sem manejo, sem respeitar época de reprodução de animais.

xv. Não há mais muita caça nos bebedouros de anta próximos às comunidades.

xvi. Extrativismo.

xvii. Extração de recursos da área de outra comunidade sem o devido consentimento e acordo com lideranças e moradores tradicionais.

xviii. Coleta predatória de frutos de palmeiras, muita gente derruba para colher, sem saber o tempo de produção dela, sem pensar no futuro.

xix. Extração abusiva de caraná, através da derrubada ou retirada de todas as folhas.

xx. Coleta de daracubi através da derrubada das árvores com daracubizais.

xxi. Há alguns recursos que estão ficando escassos na nossa região, como patauá, caraná, cipó e sorva.

xxii. Com os projetos de incentivo à comercialização da cerâmica, pode haver problemas com a argila e caraipé.

xxiii. Sobretudo no Tiquié, há uma falta de árvores grandes específicas para fazer canoa (loiro, itaúba preta, pau santo, bacatirana, yacá-yacá) e construção de casas (acariquara etc.).

Propostas, acordos e recomendações

Pesca

1. É proibida e ilegal a entrada de pescadores de fora (não-indígenas) em nossa área. Todos os moradores devem respeitar essa regra e nunca levar gente de fora para pescar em nosso território. Também devemos denunciar aos órgãos competentes sobre a entrada de invasores.

2. Os parentes de outras regiões que quiserem pescar nas nossas áreas devem primeiro entrar em diálogo com as lideranças e moradores tradicionais das comunidades. Estes vão indicar quais áreas podem ser usadas, quantos dias podem ficar, quais regras devem seguir e se haverá alguma contrapartida.

3. Ex-moradores que quiserem pescar na área devem seguir todos os acordos aqui estabelecidos.

4. Todos os moradores devem respeitar os limites das áreas tradicionais de pesca de cada comunidade ou família e devem entrar em diálogo caso queiram pescar na área do outro.

5. Não usar arrastões e nem praticar pesca de mergulho com careta.

6. Não tinguijar em lagos grandes e áreas de desova e reprodução de peixes e não tinguijar sem benzimento.

7. Evitar trânsito de motores durante a piracema. Recomenda-se que, sempre que possível, o deslocamento seja feito a remo.

8. Diminuir o uso das malhadeiras e dar preferência para o caniço e anzol e as técnicas e armadilhas tradicionais.

9. Benzedor tem que ter consciência e bom conhecimento para proteger sem espantar os peixes, seguindo as regras tradicionais.

10. Fazer encontro de conhecedores/benzedores do Uaupés e Tiquié para desfazer os estragos e fazer com que os peixes voltem a povoar os rios e igarapés da nossa região.

11. Promover oficinas sobre conhecimentos e técnicas de pesca tradicional: benzimentos, uso do timbó, armadilhas de pesca (cacuri, matapi).

3. Proteção territorial

Problemas e desafios

xxiv. Interesses minerários em nossas terras.

xxv. Não-indígenas invasores entrando em nossos territórios para praticar ilícitos: pesca predatória e retirada de madeira (Baixo Uaupés), garimpo e narcotráfico (região do Traíra).

12. Lideranças de Taracuí, Pari-Cachoeira e demais comunidades devem promover reuniões periódicas para tratar do assunto sobre manejo, pesca sustentável e respeito às áreas das outras comunidades, com especial atenção às famílias recém-chegadas.

Caça

13. Respeitar os bebedouros de anta, não fazer ocupação humana próximo a esses lugares.

14. Caçar moderadamente, apenas o necessário para o sustento das famílias e respeitando os acordos internos entre as comunidades.

15. Diálogo com parentes das outras regiões para que respeitem nossas áreas e caso queiram caçar em nosso território, peçam a devida permissão.

16. Fazer uso correto dos benzimentos para amansamento dos lugares, sem espantar os animais. Promover oficinas sobre esses tipos de benzimentos.

Extrativismo

17. Respeitar os territórios tradicionais de cada comunidade e sempre pedir permissão antes de extrair recursos das áreas dos outros, como sempre fizeram os nossos antepassados.

18. Fazer a coleta sem derrubar as fruteiras e palmeiras, como patauí, buri-ti e açai.

19. Na extração do caraná, sempre deixar ao menos duas folhas para que a palmeira possa se regenerar.

20. Não derrubar as árvores que abrigam daracubi. É preciso subir nelas para pegar, e não se deve pegar todas as bromélias.

21. Fazer oficinas, plano de manejo e cartilha de boas práticas para recursos que estão ficando escassos e/ou que há alguma atividade econômica envolvida: sorva, caraipé, caraná, cipó, daracubi, tucum, arumã, copaíba, palmeiras frutíferas em geral, dentre outros.

22. Realizar estudos sobre a função da argila no solo (em relação ao extrativismo da argila para cerâmica). Cuidar para não estragar o igarapé com a retirada da argila.

23. Elaborar planos de manejo de árvores usadas para canoa e construções.

24. Realizar mapeamentos dos caranazais de toda região para fazer uma gestão compartilhada (mapear as comunidades e autoridades responsáveis por cada caranazal).

4. Educação escolar indígena

xxvi. Falta de fiscalização permanente e de ações efetivas por parte dos órgãos competentes (Funai, Exército, ICMBio, PF) quando há denúncias de invasões feitas pelas comunidades.

Propostas, acordos e recomendações

1. É proibida e ilegal a entrada de não-indígenas para exploração de recursos naturais (incluindo minérios) em nossas terras. As comunidades e moradores devem ser vigilantes e denunciar aos órgãos competentes todos os casos de invasão.

2. É preciso um programa de vigilância e fiscalização permanente e efetivo, especialmente no Baixo Uaupés e área do Traíra, com ações coordenadas entre os órgãos competentes (Funai, Exército, ICMBio, PF).

3. Reativação do posto de vigilância da Funai na foz do Uaupés. Posto deve barrar a entrada de invasores, ter controle dos viajantes não-indígenas e controlar a entrada de apetrechos de pesca predatória (arrastão e careta).

4. Interdição da pista de pouso clandestina e laboratórios de produção de pasta base de cocaína na região do Traíra.

5. As comunidades e associações devem participar das ações de vigilância e serem respeitadas em sua cultura e modo de vida pelos agentes de fiscalização. Estes devem conhecer os direitos e costumes indígenas. Por exemplo, podemos levar carne de caça, bicho de casco, material para construção em pequenas quantidades; podemos levar *ipadu* para consumo próprio etc.

6. É preciso rever e reforçar as regras de convivência entre indígenas e militares na região do PEF, em Pari-Cachoeira, e na região do Traíra. Queremos ser consultados sobre qualquer ação, obra ou projeto militar em nosso território. Também queremos respeito aos nossos usos e costumes.

Alguns dados do Levantamento FOIRN/ISA 2017/2018

Das 67 comunidades da região da DIA WII (incluindo também a comunidade São José, na TI Rio Apapóris) 46 possuem escolas ou salas de aulas, sendo 7 de ensino médio, 29 de ensino fundamental II e o restante contando apenas com ensino fundamental I. Trinta e três (33) dessas escolas/salas foram construídas pelas próprias comunidades e 11 foram construídas pelo governo (duas das comunidades não responderam a pergunta).

O levantamento contabilizou 2.132 alunos matriculados nas escolas da região da DIA WII (250 são estudantes da escola de São José, na TI Rio Apapóris). Desses, cerca de 53% (1.134) são estudantes do Ensino Fundamental I, 31% (665) do Fundamental II e 15% (333) do Ensino Médio.

Dezenove (19) escolas possuem o Projeto Político Pedagógico Indígena (PPPI) finalizado. Em outras 18 o PPPI está em elaboração e 24 ainda não iniciaram (duas não responderam a pergunta).

Há na região 69 pessoas com formação superior completa e 55 que estavam cursando algum tipo de graduação no período de levantamento. Os cursos registrados foram: magistério (Parfor), licenciatura indígena em políticas educa-

cionais e desenvolvimento sustentável, ciências biológicas, física, matemática, letras, filosofia, antropologia e sociologia.

Problemas e desafios

- i. Secretaria de Educação do Estado do Amazonas até hoje desconsidera e não reconhece o ensino médio das escolas indígenas diferenciadas da nossa região.
- ii. Em nossa região temos escolas diferenciadas que são modelo no alto rio Negro, como a escola Utapinozona Tuyuka (Alto Tiquié) e Yupuri Tukano (Médio Tiquié). Mas essas não estão recebendo o apoio necessário por parte do poder público.
- iii. Falta polos locais de ensino superior e oferta para formação em cursos voltados para áreas de atuação dentro das Terras Indígenas, além da licenciatura intercultural indígena.

Propostas, acordos e recomendações

- 1. Que a secretaria estadual de educação reconheça o ensino médio diferenciado de nossas escolas.
- 2. Apoio e assessoria para a elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos Indígenas PPPis e aprovação dos PPPis já elaborados e enviados à secretaria de educação estadual e municipal, garantindo a autonomia pedagógica e o currículo e calendário diferenciado para as escolas indígenas de nossa região.
- 3. Construção de escolas nas comunidades Vila Nova e Matapi, Baixo Tiquié; na área da ACIRC (igarapé Castanho); e na área do Traíra; além de reforma em várias outras.
- 4. Implantação de uma escola indígena diferenciada na região do Traíra, onde tanto os alunos do lado do Brasil quanto da Colômbia possam estar oficialmente matriculados.
- 5. Na região do Traíra há a demanda de que os jovens do lado brasileiro possam acessar oficialmente o sistema de educação do município de Taraira (sobretudo para o ensino médio), considerando as enormes distâncias e dificuldade de acesso às sedes dos municípios do lado brasileiro (São Gabriel da Cachoeira e Japurá).
- 6. Na região do Alto Tiquié, que os jovens do lado colombiano possam acessar oficialmente a Escola Indígena Utapinozona (com dotação de recursos).
- 7. Ensino Superior Indígena: retomar e implementar o ICPIRN (Instituto dos Conhecimentos e Pesquisas Indígenas do Rio Negro), com um núcleo de formação na região da DIA WII.
- 8. Implantação de ensino profissionalizante nas escolas de ensino médio da área da DIA WII, em parceria com o IFAM: cursos voltados à realidade das comunidades (manejo de recursos florestais; gestão territorial; criação de animais de pequeno porte; manejo agroflorestal; processamento de alimentos; empreendedorismo e administração; dentre outros).

- 9. Criar cursos superiores diversificados e modulares na sede de Taracuá e Pari-Cachoeira.

5. Atendimento à saúde

Alguns dados do Levantamento FOIRN/ISA 2017/2018

O levantamento registrou 54 Agentes Comunitários Indígenas de Saúde (ACIS) na região da DIA WII: 13 no Baixo Uaupés, 7 no Baixo Tiquié, 17 no Médio Tiquié, 14 no Alto Tiquié (sendo 6 em Pari-Cachoeira) e 3 na região do Traíra-Apapóris (sendo 2 em São José, TI Rio Apapóris).

O atendimento de saúde foi avaliado como bom por 20 comunidades (30% do total, sendo 12 delas no Médio Tiquié), como regular por 19 comunidades (28%) e como ruim por 28 comunidades (42%). A variação na avaliação conforme as sub-regiões parece ter relação direta com a frequência de visitas/atendimentos da equipe de saúde nas comunidades e também com a existência de Polo Base.

Chama atenção na região da DIA WII o alto índice de casos de malária: o levantamento registrou 1.527 casos nos últimos dois anos ao levantamento; mas considerando que faltou informação para Pari-Cachoeira e outras duas comunidades grandes como Taracuá Igarapé e Nova Fundação, esse índice muito provavelmente foi ainda maior. A região com mais casos registrados foi o Baixo Uaupés, com 56% em relação ao total da população.

Problemas e desafios

- i. Baixíssima frequência de atendimento de equipe multidisciplinar nas comunidades e ausência de equipe permanente nos Polos Base.
- ii. Estado de abandono de grande parte dos Polos Base da nossa região.
- iii. Na região do rio Traíra há fortes indícios de contaminação do rio e igarapés por mercúrio decorrente do garimpo e também de outros metais pesados e resíduos químicos resultantes do preparado da pasta base de cocaína por laboratórios clandestinos. As comunidades dizem já sentir as consequências para a saúde.

Propostas, acordos e recomendações

- 1. Reformar e reestruturar os Polos Base de nossa região, alocando equipe permanente e adquirindo equipamentos para exames básicos e laboratoriais.
- 2. Construir novos Polos Base nas seguintes regiões/comunidades: Baixo Tiquié (comunidade Vila Nova); Baixo Uaupés (abaixo de Açaí); área do Traíra (comunidades Vila José Mormes e Santo Baltazar Cachoeira das Andorinhas).
- 3. Para a região do Médio Tiquié é necessário ter 3 equipes de saúde: uma equipe exclusiva para atender as margens do Tiquié, uma para os igarapés e uma para os Hupd’äh.
- 4. Continuidade na formação dos Agentes de Saúde, incluindo a valorização da medicina tradicional. Formar um Agente de Saúde da comunidade Santo Baltazar Cachoeira das Andorinhas/rio Traíra.

6. Sustentabilidade e alternativas econômicas

- 5. Na região do rio Traíra há a necessidade de implantação de um Polo Base que possa atender tanto as comunidades do lado do Brasil quanto da Colômbia.
- 6. Na região do Traíra há a demanda de que os moradores das comunidades do lado brasileiro possam acessar o sistema de saúde do município de Taraira (sobretudo para casos mais graves), considerando as enormes distâncias e dificuldade de acesso às sedes dos municípios do lado brasileiro (São Gabriel da Cachoeira e Japurá).
- 7. Na região do Alto Tiquié também há demanda para que os parentes do lado colombiano possam ser assistidos pelas equipes de saúde do lado brasileiro, e vice-versa.
- 8. Realizar análise sobre as taxas de mercúrio e outros metais pesados e substâncias tóxicas no rio Traíra e alguns de seus tributários e implementar programa de mitigação.

Alguns dados do Levantamento FOIRN/ISA 2017/2018

O levantamento registrou que 603 (79%) das famílias entrevistadas na área da DIA WII apontaram sua alimentação como boa, 150 (20%) como razoável e apenas 7 (1%) consideraram ruim. Dentre os fatores que levam a uma alimentação ruim, a falta de peixe foi o mais citado, seguido pela falta de dinheiro.

Vinte e seis por cento (26%) das famílias disseram comercializar produtos da roça, sendo a farinha o item mais citado, seguido de abacaxi, goma e outros produtos (com algumas variações conforme as sub-regiões). Onze por cento (11%) comercializam produtos do extrativismo (incluindo os artesanatos, que são produtos derivados). E cerca de 35% disseram vender peixe, a grande maioria esporadicamente. Mas em relação à venda do pescado há diferenças enormes entre as sub-regiões: enquanto no Baixo Uaupés e Baixo Tiquié a porcentagem de famílias que comercializam o pescado é de 66% e 70%, respectivamente, no Médio Tiquié, por exemplo, é de apenas 19%.

O levantamento registrou 311 assalariados e 507 aposentados na área da DIA WII (mas esse número é maior, pois houve uma lacuna de dados para Pari-Cachoeira). E 48% das famílias participavam do Programa Bolsa Família no período do levantamento.

Problemas e desafios

- i. Concentração e aumento populacional em algumas regiões tem gerado maior demanda por recursos que já estão ficando mais escassos: caraná, cipó, madeira de lei, sorva, peixe, terras férteis.
- ii. Queremos apoio para alternativas produtivas e de geração de renda sustentáveis, que não gerem impactos negativos em nosso território: piscicultura, agricultura, extrativismo, criação de animais de pequeno porte, produção de artesanato, beneficiamento de produtos, turismo comunitário, contrapartida por serviços ambientais.

- iii. Dificuldade para a comercialização dos produtos da roça, extrativismo e artesanato devido às enormes distâncias e inúmeras cachoeiras que temos que enfrentar para chegar com nossos produtos até a cidade.

Propostas, acordos e recomendações

- 1. Elaborar e implementar planos de manejo para os recursos florestais que vêm apresentando maior escassez e/ou com potencial econômico em cada sub-região, especialmente caraná, cipó e sorva. Avaliar e rediscutir os planos que já foram executados, como caraná no Alto Tiquié e sorva no Médio Tiquié.
- 2. Retomar as iniciativas de piscicultura nas escolas, incluindo mini-laboratórios, e dar maior apoio técnico e financeiro para as iniciativas de piscicultura familiar. Também reativar o laboratório de piscicultura no Alto Tiquié, com apoio permanente.
- 3. Apoio para escoamento de nossos produtos até a cidade e para estruturação de uma cadeia de comércio justa para os produtos indígenas.
- 4. Fortalecimento da cadeia de cerâmica e artesanato e das associações das mulheres da área da DIA WII, pensando na valorização dos saberes e práticas tradicionais e na geração de renda.
- 5. Abertura de ramais e ampliação de trilhas na região de Pari-Cachoeira para abertura de novos roçados e de estradas vicinais entre Pari-Cachoeira e as comunidades Bela Vista e São Sebastião, facilitando o escoamento de produtos dessas comunidades para o povoado de Pari-Cachoeira.
- 6. Implantação de projetos pilotos para exploração dos potenciais turísticos existentes na nossa região, especialmente na região do Baixo Uaupés.
- 7. Apoio para implementação de comércio indígena em Pari-Cachoeira e Taracué, que possa vender mercadorias por preços justos.
- 8. Recuperação e reflorestamento de áreas degradadas, especialmente na região da Serra do Traíra, cujos impactos das décadas de garimpo deixaram um rastro de degradação.

7. Infraestrutura comunitária e lixo

Alguns dados do Levantamento FOIRN/ISA 2017/2018

Energia - Em 14 comunidades há geradores de uso comunitário, mas a maioria (71%) estava quebrado no período do levantamento. Foram registrados ainda 110 geradores familiares, o que dá um total de 14% das famílias entrevistadas. Em 16 comunidades há sistemas de energia solar com baterias e inversores, a maioria do Médio Tiquié. E há ainda três comunidades que recebem energia da PCH instalada pelo Exército no rio Umari (Bela Vista, Pari-Cachoeira e São Sebastião).

Comunicação - Foram registradas 33 comunidades com estações de radiofonia (63% do total de comunidades que responderam a pergunta) e 19 sem estações (há ainda 15 comunidades para as quais não há informação). Mas das 33 estações, 9 estavam quebradas no período do levantamento. Foram registrados também 14 comunidades com telefones públicos (orelhão), mas mais da metade deles estavam quebrados no período do levantamento.

Lixo - O lixo foi considerado um problema para 32 (ou 48%) das comunidades da área da DIA WII. Em 31 comunidades há coleta de pilhas e baterias usadas, sendo 19 no Médio Tiquié. Em geral, as comunidades em que há coleta é onde há atuação dos AIMAs (Agentes Indígenas de Manejo Ambiental). Para o restante dos resíduos, a maior parte das comunidades queima e/ou enterra o lixo, considerando cada tipo de material (plástico, papel, latarias).

Problemas e desafios

- i.** Dependência de geradores movido à combustíveis fósseis para a geração de energia em nossas comunidades. Dificuldade para a compra e transporte do combustível.
- ii.** Equipamentos e rede de comunicação insuficiente nas comunidades.
- iii.** Dificuldades nos deslocamentos e escoamento de nossa produção devido às cachoeiras e falta de apoio com transporte.
- iv.** Problemas de poluição e acúmulo de lixo nas comunidades, especialmente em Pari-Cachoeira, Taracué e Ipanoré, devido à concentração populacional e parada de viajantes e embarcações grandes.

Propostas, acordos e recomendações

- 1.** Estudos de viabilidade e investimentos em alternativas de energia em nossas sub-regiões, conforme as potencialidades (microturbinas hidráulicas, solar, eólica): na região do Alto Tiquié e rio Traíra há potencial para instalação de miniturbinas para geração de energia hidrelétrica para pequenas comunidades, sem afetar o meio ambiente.
- 2.** Reformar a mini-hidrelétrica do rio Umari.
- 3.** Instalar radiofonia em todas as comunidades onde há sedes de associações, Polos Base, Agentes de Saúde e escolas, bem como nas comunidades das regiões mais remotas (área do Traíra; Igarapé Castanho; Igarapé Yawiari).
- 4.** Instalar antenas de telefonia móvel e 4G nas regiões de Taracué e Pari-Cachoeira e internet gratuita nas comunidades onde há escolas.
- 5.** Abertura e ampliação de trilhas e estradas vicinais para facilitar deslocamento, bem como o transporte de produtos: abertura de varadouro com acesso da comunidade Cunuri do rio Tiquié à Iauareté no rio Uaupés; abertura de varadouro com acesso entre as três comunidades de Duhtura (área da ACIRC); melhorar as vicinais do mini-triângulo tukano com acesso entre as comunidades de Pari-Cachoeira, São Sebastião e Bela Vista.
- 6.** Atenção especial e ações específicas para a questão do lixo em Pari-Cachoeira (Alto Tiquié), Taracué e Ipanoré (Baixo Uaupés). Em Pari-Cachoeira e Taracué por conta da concentração populacional, que gera muito mais lixo; e em Ipanoré por conta das embarcações e viajantes que largam tudo por lá de qualquer jeito, no porto, no rio. No caso de Ipanoré precisa pensar soluções e compensações para a comunidade.

7. Dar preferência para nossos produtos regionais na alimentação, inclusive na merenda escolar (frutas, farinha, peixe, beiju, caça, caxiri), que não geram lixo. E nas compras de produtos industrializados, optar por produtos que venham em embalagens de papel, papelão ou plástico, possíveis de serem queimados. Evitar embalagens de vidro e latas.

8. Nunca jogar lixo no rio e nos portos das comunidades e cada comunidade deve fazer mutirões para recolher (por semestre) tudo que pode prejudicar o equilíbrio ambiental e do ecossistema, tais como pilhas, plásticos, vidro, latas etc.

9. Cada comunidade deve organizar a destinação correta do lixo, considerando e separando cada tipo de material: lixo orgânico e lixo inorgânico; o que se deve queimar; o que se deve enterrar; lixo tóxico (pilhas usadas).

10. Organizar coleta de materiais tóxicos nas comunidades onde ainda não há, como pilhas e baterias usadas. Solicitar apoio do DSEI, SEMSA, Funai.

11. As lideranças, agentes de saúde e AIMAs devem orientar os visitantes e demais sobre o cuidado com o meio ambiente e a destinação do lixo; devem ter espaço para falarem do problema do lixo em assembleias, visitando as comunidades e também nas escolas.

abaixo Colocando imirô (armadilha de pesca) na beira do rio, perto da comunidade de São Domingos, rio Tiquié. (Juan Gabriel Soler/ISA, 2012).

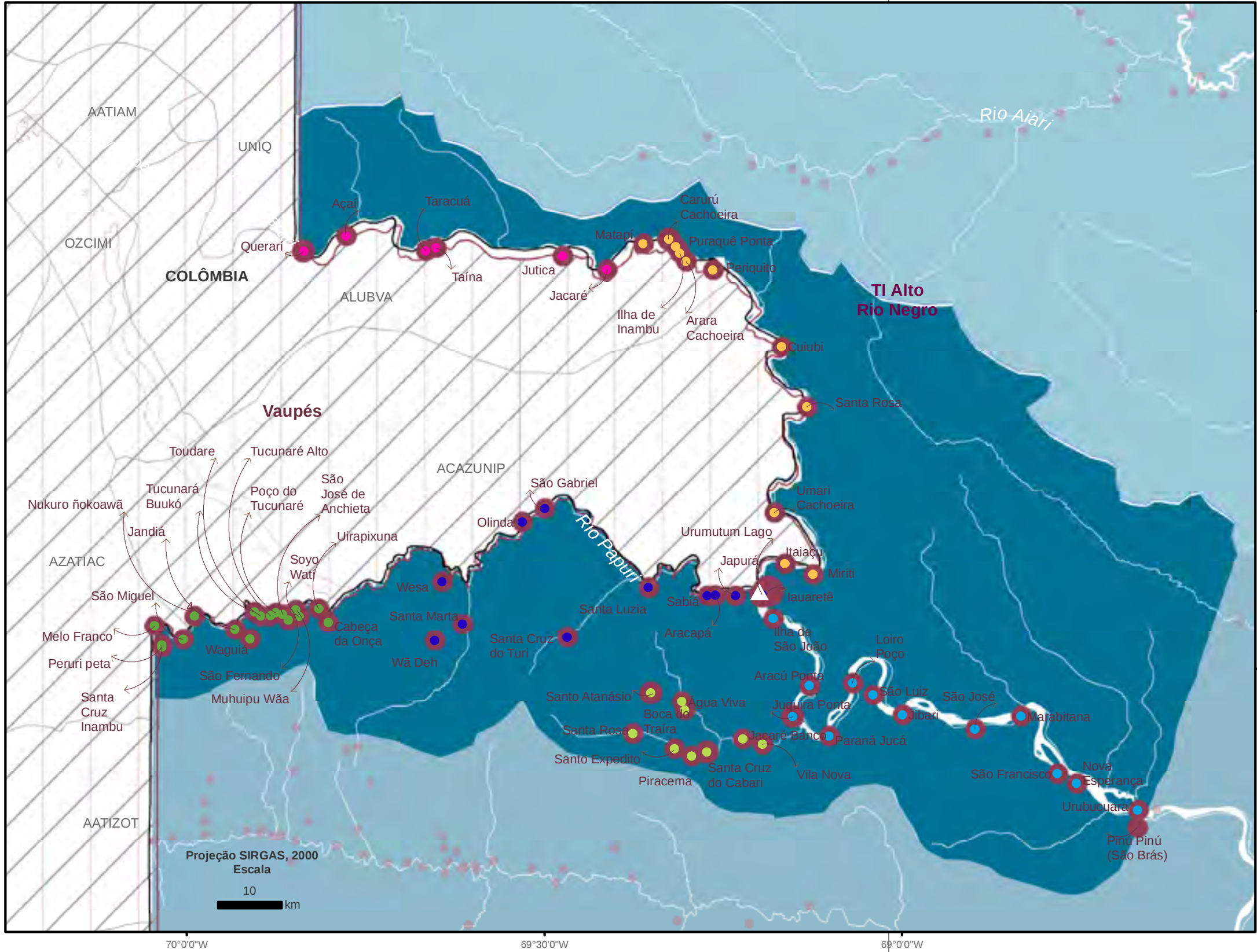




7

MÉDIO E ALTO
UAUPÉS, PAPURI E
IAUARETÊ

COIDI
Coordenadoria
das Organizações
Indígenas do Distrito
de Iauaretê



MAPA 7
Área de abrangência da Coordenadoria das Organizações Indígenas de Iauaretê



- Limites de países
- Terras indígenas (Brasil) e Resguardos Indígenas (Colômbia)
- Unidades de Conservação
- Reserva Florestal (Colômbia, Ley 2ª, 1959)

Comunidades e população COIDI

- até 100
- 100 a 250
- 251 a 500
- 501 a 1000
- 1001 a 1930

Associações indígenas

- ACIARP
- ACIRJA
- ACIRWA
- ONIRWA
- ONIMRP
- ACIMERVA

- Associação de Autoridades Tradicionais Indígenas (AATIs)
- Sede das Organizações AIMIDI-OCII-AISPI-CERCI-ATIDI-COIDI

Fontes: Base cartográfica e Áreas Protegidas, RAISG; Comunidades e associações ISA/FOIRN; AATIS - Fundación GAIA

imagem na página anterior Iauaretê, Alto Uaupés, TI Alto Rio Negro, AM (Sônia Lorenz/ISA, 2003).

Conhecendo a região

A área de abrangência da COIDI abarca os cursos médio e alto do rio Uaupés, o rio Papuri e afluentes, margeando parte do limite oeste da Terra Indígena Alto Rio Negro, linha de fronteira com a Colômbia. É uma região multiétnica onde se concentram aproximadamente **5.100 pessoas**, cerca de mil famílias. São **60 comunidades** e cerca de **40 sítios**, incluindo o **povoado de lauaretê**, centro geopolítico regional e que concentra quase a metade da população. Os grupos étnicos presentes na região pertencem às famílias linguísticas **Tukano Oriental, Arawak e Naduhupy**.

A área da COIDI é também, conforme reivindicação do movimento indígena, uma unidade distrital e uma das Regiões Administrativas de São Gabriel da Cachoeira (Região Administrativa Médio e Alto Uaupés e Papuri), definida pela Lei Municipal 209/2006 (Plano Diretor de São Gabriel da Cachoeira, 2006).

Em nossa região, como em toda a bacia do rio Uaupés, os grupos étnicos predominantes são os da família Tukano (Tukano, Desana, Piratapuaia, Arapaso, Kotiria, Kubeo, dentre outros) e os Hupd'äh, que pertencem à família linguística Naduhupy. Mas há também uma expressiva presença dos Tariano, que pertencem à família Arawak.

Segundo contam nossas narrativas de criação do mundo e da humanidade, cada grupo étnico, com seus subgrupos ou clãs, passou a ocupar e manejar os seus territórios tal como estabelecido desde os tempos da transformação do mundo e da chegada dos primeiros ancestrais à bacia do Uaupés. A gestão do território sempre foi feita com base nos conhecimentos e práticas transmitidas pelos ancestrais, o que já incluía a demarcação das áreas de pesca, caça, roça, extrativismo de cada grupo, de cada clã. Os antigos também já faziam acordos sobre as áreas de ocupação e manejo, sempre com muito diálogo e respeito.

No rio Papuri e seus afluentes estão os **territórios ancestrais** dos Tukano (*Yepa Mahsã*), dos Desana (*Wihó Mahsã* ou *Umurĩ Mahsã*), dos Piratapuaia (*Waikhana*) e outros como Karapanã e Siriano (estes no Papuri colombiano). Já os Kubeo e os Kotiria têm o seu território ancestral na região do Alto Uaupés e alguns de seus afluentes. Os Tariano fizeram sua história na região de lauaretê há muito tempo, depois que os primeiros ancestrais saíram do Ayari e chegaram ao Uaupés, onde passaram a se relacionar com os povos da família Tukano e também com os Hupd'äh. E os Hupd'äh, por sua vez, têm os seus territórios ancestrais no centro da floresta, nas áreas de interflúvio entre os rios Papuri, Uaupés e Tiquié, região de abrangência da COIDI e DIA WII.

É uma região de muitas cachoeiras, o que torna a navegação bastante difícil e perigosa, sobretudo para as comunidades do Alto Uaupés e do Papuri, que precisam arrastar suas canoas por entre as pedras das cachoeiras ou por varadouros que margeiam os trechos mais complicados. Também é um território repleto de lugares importantes, lugares sagrados (*wametisé* em tukano), que são casas de encantados (*wai-mahsã*) e casas de transformação de nossos ancestrais. Estes locais eram muito respeitados pelos antigos e precisam ser

respeitados pelas novas gerações também, pois assim tudo fica bem, as pessoas, os animais, o território todo.

Um dos aspectos importantes da região consiste no fato de ser — assim como todo o limite oeste da Terra Indígena Alto Rio Negro — um **território trans-fronteiriço**, com os rios Papuri e alto Uaupés delimitando parte da fronteira entre Brasil e Colômbia. O lado colombiano é também um território indígena reconhecido, um dos maiores da Colômbia — o *Gran Resguardo Indígena del Waupés*. Aí também vivem nossos parentes e cunhados dos povos Tukano, Piratapuaia, Desana, Kubeo, Kotiria, Hupd'äh, dentre outros.

Governança e gestão do território

Gestão para nós é cuidar de nosso território conforme os conhecimentos e práticas deixadas por nossos ancestrais, preparando os caminhos para que as futuras gerações possam viver bem e crescer saudáveis e fortes na nossa terra. E **governança** é decidir de nossa maneira, com diálogo e respeito entre todos os povos, como queremos viver em nosso território. Também pensamos que no mundo de hoje precisamos estar em diálogo com novos saberes e instrumentos que ajudem a enfrentar os desafios atuais, que são muito diferentes do tempo dos antigos. Por isso precisamos que os não-indígenas e os governos municipal, estadual e federal reconheçam, respeitem e apoiem os nossos territórios, o nosso modo de viver, as nossas decisões.

Para fortalecer a nossa governança, as comunidades estão hoje organizadas por **associações de base**, filiadas à Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro (FOIRN). A maioria das associações surgiu entre as décadas de 1980 e 1990, no período das intensas discussões e da luta para a demarcação da Terra Indígena Alto Rio Negro (ver capítulo 5). Desde então, algumas mudaram suas siglas, se reconfiguraram e se fortaleceram para enfrentar os novos desafios que vieram depois da demarcação; outras permaneceram pouco ativas. Mas, com a PNGATI e o processo de elaboração do PGTA, as associações ganharam novo fôlego e uma maior responsabilidade em relação à gestão e governança dos territórios que representam. As principais associações de base na área de abrangência da COIDI são:

ONIARWA — *Organização Indígena do Alto Rio Waupés*. Representa as comunidades do trecho mais alto do Uaupés brasileiro, entre as comunidades de Querari até Jacaré.

ACIRWA — *Associação das Comunidades Indígenas do Rio Waupés Acima*. Representa as comunidades do trecho do Uaupés que vai de Matapi-Brasil até Itaiçu.

ACIARP — *Associação das Comunidades Indígenas Alto Rio Papuri*. Representa as comunidades do curso mais alto do Papuri brasileiro e afluentes, de Melo Franco até a comunidade Piracuara.

ONIMRP — *Organização das Nações Indígenas do Médio Rio Papuri*. Representa o trecho do Papuri compreendido entre as comunidades de Japurá e São João.

ACIMERVA — *Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Vaupés*. Antiga UNIDI - *União das Nações Indígenas do Distrito de Iauaretê*, representa as comunidades do curso médio do rio Uaupés e afluentes, de Urubucuará até a Ilha São João.

ACIRJA — *Associação das Comunidades Indígenas do Rio Japu*. Abrange as comunidades de Jacaré Banco, Boca do Traíra, Água Viva, Santo Atanásio, e os sítios Vila Nova, Jacaré Banquinho e Tukano, no igarapé Japu; bem como as comunidades Santa Cruz do Cabari, Piracema, Santo Expedito, Santo Antônio e Santa Rosa, no igarapé Cabari.

ACII — *Associação das Comunidades do Centro de Iauaretê*. Representa as 10 comunidades do povoado de Iauaretê.

AMIDI — *Associação das Mulheres Indígenas do Distrito de Iauaretê*. Com sede no povoado de Iauaretê, mas representando as mulheres de toda a área de abrangência da COIDI.

Além dessas associações, há ainda outras organizações indígenas importantes, com destaque para algumas associações escolares mais atuantes como a ASEKK — *Associação da Escola Khumunu Wt'h Kotiria*; as *Associações de Pais e Mestres da Comunidade* — APMCs; AISPI — *Associação Indígena de Saúde Pública de Iauaretê*; organizações culturais como o CERCÍ — *Centro de Revitalização das Culturas Indígenas de Iauaretê*; e associações de categoria como a ATIDI — *Associação dos Trabalhadores Indígenas do Distrito de Iauaretê*. Todas essas organizações têm um papel importante na gestão e governança do território.

Também é importante citar as associações indígenas de nossos parentes do lado colombiano. A principal delas é a **ACAZUNIP** — *Asociación de Capitanes de la Zona Unión Indígena del Papuri*, que abrange quase todo o território que faz fronteira com a região da COIDI. Outra associação é a **AZATRIBVA**, que atua na região vizinha ao curso mais alto do Uaupés brasileiro, região da ONIARWA — *Organização Indígena do Alto Rio Waupés*. Pois pensar a gestão ambiental e territorial de uma região fronteiriça como essa requer o diálogo e a articulação com as comunidades e associações que estão do outro lado da fronteira que, aliás, já possuem seus *Planes de Vida*, conforme a legislação colombiana prevê. Assim, o nosso **PGTA** e os *Planes de Vida* de nossos parentes devem dialogar e orientar a gestão dos territórios compartilhados nas zonas de fronteira.

Além dos acordos entre as comunidades dos dois lados da fronteira, queremos que os governos dos dois países se empenhem em estabelecer acordos de cooperação em assuntos de interesse das comunidades e povos indígenas da região, visando contribuir para uma gestão compartilhada e integrada desse grande território sociocultural. Por isso mesmo, **a questão transfronteiriça foi destacada como um dos temas prioritários de três das quatro sub-regiões da COIDI: Papuri, Alto Uaupés e Iauaretê; o que inclui também questões relacionadas com a presença do Exército — os Pelotões Especiais de Fronteira (PEFs) — em trechos do Uaupés, especialmente em Iauaretê e Querari.**

Ao lado do protagonismo desempenhado pelas associações, em nossa região se destaca também o **papel fundamental dos conhecedores tradicionais**

(kumua-benedores, pajés) para a gestão e manejo ambiental e territorial.

Estes são reconhecidos por todos como indispensáveis para a governança, orientando sobre o manejo tradicional, os lugares sagrados, as histórias de origem dos grupos, o cuidado com a saúde e outros assuntos importantes para o cuidado com o território e todos os seres que vivem nele. Por isso, eles devem participar ativamente da implementação do PGTA.

Calhas e sub-regiões

Na nossa região há especificidades e dinâmicas socioterritoriais próprias a cada calha ou trecho de rio. No âmbito do movimento indígena e suas instâncias de representação costumamos nos dividir em quatro sub-regiões: **Papuri, Alto Uaupés, Médio Uaupés e Iauaretê**. Todas estas são regiões multiétnicas e que, por sua vez, se subdividem em outros núcleos regionais menores, baseados em relações étnicas e de proximidade entre grupos de cunhados. Cada uma dessas sub-regiões possui um perfil e questões que lhes são próprias, por isso serão apresentadas uma a uma.

Vale destacar que os **Hupd'äh**, que vivem em três destas sub-regiões (Papuri, Médio Uaupés e Iauaretê), compartilhando território e convivendo com os outros povos, apresentam algumas demandas e desafios próprios no que diz respeito à governança, gestão territorial e bem viver. Por isso, apesar de terem participado das oficinas do PGTA que ocorreram nas sub-regiões e colocado suas demandas, eles se reuniram também em oficinas específicas realizadas em suas comunidades para discutir problemas e desafios que lhes são próprios; assim como fizeram os demais grupos dos povos Hupd'äh e Yuhupdéh da área da DIA WII (rio Tiquié). Os desafios e propostas específicos dos povos Hupd'äh e Yuhupdéh estão apresentadas no capítulo 10 deste documento. Notamos também que os Hupd'äh da área da COIDI estão, no momento, em processo de aproximação às associações acima citadas, além de estarem buscando formas próprias para sua representação política no contexto regional, instituições estatais e potenciais parceiros do movimento indígena.

Rio Papuri

A sub-região do rio Papuri abarca toda a extensão da margem direita do rio Papuri, desde Aracapá e sítios do entorno até a comunidade Melo Franco. De Melo Franco para cima e toda a margem esquerda do Papuri já é território colombiano, onde também vivem nossos parentes e cunhados. No lado brasileiro do Papuri, vivem hoje aproximadamente **160 famílias**, contabilizando cerca de **870 pessoas**. São **18 comunidades** e 7 sítios distribuídos pelo curso principal e afluentes da margem direita do rio. Do lado colombiano, há ainda outras 10 comunidades, onde vivem cerca de 1.200 pessoas (fonte: *Plan de Vida ACAZUNIP*, 2008).

Os grupos étnicos mais presentes são: Tariano, Tukano e Hupd'äh no Baixo Papuri; Tukano, Desana e Piratapua no Médio Papuri; Tukano, Desana, Tuyuka

e Hupd'äh no Alto Papuri. Há ainda outros grupos étnicos como os Bará, Siriano e Karapanã que vivem mais para as cabeceiras, já em território colombiano. E há também algumas mulheres casadas no Papuri mas vindas de outras regiões e pertencentes a outras etnias, como Kotiria e Kubeo, por exemplo.

A gestão e manejo do território na região do Papuri são transfronteiriços. Cada grupo, cada clã, cada comunidade tem o seu território tradicional, com as áreas de roça, pesca, caça, coleta. Esses territórios muitas vezes ultrapassam as fronteiras: há comunidades e famílias do lado colombiano cujas roças, áreas de pesca e outros recursos ficam do lado brasileiro, assim como há comunidades e sítios do lado brasileiro cuja área de manejo se estende pelo lado colombiano.

Mas o que acontece hoje é que em algumas situações essas regras e acordos tradicionais de ocupação e uso do território passam a ser questionados com base em novas regras, como a própria linha de fronteira. Por isso, esse é **um dos desafios na região do Papuri**, tanto em relação aos **acordos internos** entre as comunidades e associações — no sentido de **reforçar o entendimento sobre os territórios e áreas de manejo tradicionais** — quanto aos **acordos binacionais de cooperação** entre os dois países, para que os órgãos governamentais reconheçam e respeitem as nossas territorialidades.

Associações

No lado brasileiro da calha do rio Papuri, há duas associações de base criadas no período da demarcação da TI Alto Rio Negro:

ACIARP — *Associação das Comunidades Indígenas do Alto Rio Papuri*

ONIMRP — *Organização das Nações Indígenas do Médio Rio Papuri*.

Elas ficaram pouco ativas na última década, mas com o processo de discussão, elaboração e perspectivas abertas com o PGTA, estão assumindo novamente seu papel na governança e gestão do território.

No lado colombiano há a **ACAZUNIP** — *Asociación de Capitanes de la Zona Unión Indígena del Papuri*. Eles elaboraram o seu *Plan Integral de Vida Indígena* em 2008 e hoje, mais de dez anos depois, ainda estão na luta pela implementação e manutenção do que já foi conquistado.

Alto Uaupés

A sub-região do Alto Uaupés compreende toda a extensão da margem esquerda do Uaupés, desde Itaiaçu, um pouco acima de Iauaretê, até a comunidade Querari. De Querari para cima e toda a margem direita do Uaupés é território colombiano, onde também vivem nossos parentes e cunhados. Somos dos povos Kotiria, Kubeo, Tukano, Desana, Piratapuia, Tariano, dentre outros. Portanto, assim como no Papuri, para nós a ocupação, gestão e manejo do território também se baseiam em nossas territorialidades tradicionais e acordos de convivência estabelecidos pelos nossos antepassados. Por todo o curso brasileiro do Alto Uaupés e afluentes são **16 comunidades** e outros **7 sítios**, onde vivem hoje aproximadamente **154 famílias**, totalizando cerca de **850 pessoas**.

A região do Alto Uaupés, sobretudo a parte mais a montante, também é um elo de ligação entre as bacias do Uaupés e do Içana, tanto do ponto de vista geográfico quanto sociocultural. É uma região de intensos intercâmbios entre os Kubeo e Kotiria e os grupos Baniwa (da família Arawak), especialmente na região do rio Ayari.

O trecho mais a montante do Alto Uaupés, região de Caruru-Cachoeira até Querari, é território tradicional dos povos Kotiria e Kubeo, cujas relações interétnicas e conexão com esse território remetem aos tempos da origem do mundo. Já o trecho mais baixo, a partir de Periquito até Itaiaçu, é uma região de ocupação antiga de alguns clãs e famílias Tariano (*Tariaseri*), Piratapuia (*Waikhana*) e Tukano (*Yepá Mahsã*), oriundos sobretudo do rio Papuri (caso dos Piratapuia e Tukano) e do Ayari (caso dos Tariano).

Associações

As associações de base que representam a região do Alto Uaupés são:

ONIARWA — *Organização Indígena do Alto Rio Waupés*, fundada em 2015, com finalidade de atender demandas das comunidades do trecho mais alto do Uaupés brasileiro, de Querari até Jacaré, por projetos visando melhorias sobretudo na saúde e educação.

ACIRWA — *Associação das Comunidades Indígenas do Alto Rio Waupés Acima*, representando as comunidades do trecho do Uaupés que vai de Matapi-Brasil até Itaiaçu. Também foi fundada em 2015 com propósitos semelhantes a ONIARWA.

Além dessas associações, há também a **ASEKK** — *Associação da Escola Khumunu Wt'it Kotiria*, criada em 2003 e que representa as escolas dos povos Kotiria e Kubeo. A ASEKK tem sido bastante atuante no Alto Uaupés, tanto política quanto culturalmente, tendo inclusive experiências com gestão de projetos.

E há ainda as APMCs, como APMC da escola de Querari, fundada em 2003, para facilitar a articulação da diretoria com as comunidades envolvidas; e a *Associação de Pais e Mestres das Escolas Santa Rosa e Periquito* — APMESP, fundada em 2017.

Do lado colombiano, há a **ACAZUNIP** — *Asociación de Capitanes de la Zona Unión Indígena del Papuri*, cujo território de governança abarca as margens colombianas do Papuri e Alto Uaupés, até a comunidade San Pedro Islas; e a **AZATRIBVA**, antiga ALUBVA — *Animación y Lucha Bajo Vaupés*, que representa as comunidades colombianas do trecho mais alto do Uaupés (região entre Caruru-Cachoeira e Querari), até as proximidades da cidade de Mitú.

Médio Uaupés

A sub-região do Médio Uaupés abrange o trecho do Uaupés que vai da comunidade Urubuquara — acima da cachoeira de Ipanoré — até Ilha São João, um pouco abaixo de Iauaretê. Inclui também a região do igarapé Japu (afluente do Uaupés), cujos moradores são, em sua maioria, do povo Hupd'äh. Por suas especificidades socioculturais e sua condição enquanto povo de mais recente

contato, as questões e demandas específicas dos Hupd’äh estão apresentadas em capítulo próprio desse documento (ver capítulo 10, p. 190-213).

No trecho do Médio Uaupés se localizam **13 comunidades** e outros 6 sítios menores distribuídos ao longo das duas margens do rio. Nessas comunidades vivem hoje aproximadamente **153 famílias**, totalizando cerca de **590 pessoas**. Já no **igarapé Japu** são **4 comunidades** e 3 sítios e no **igarapé Cabari** há outras **5 comunidades**, totalizando cerca de **642 pessoas**, sendo que 615 são do povo Hupd’äh e 28 Tukano (esses moradores da comunidade Jacaré Banco e sítio Tukano).

Esse trecho do rio Uaupés é uma região de ocupação tradicional do povo Arapaso e de ocupação antiga de outros grupos, clãs e famílias oriundos sobretudo do rio Papuri: caso dos Piratapuia, Tukano e Desana; lauaretê: caso de alguns clãs e famílias Tariano; e mesmo do rio Ayari, na bacia do Içana: caso dos Tariano também. Já pelo curso do igarapé Japu, no interflúvio do médio Uaupés com o médio Tiquié e o baixo Papuri, estão territórios ancestrais de vários clãs dos Hupd’äh.

Associações

As associações de base atuantes no Médio Uaupés hoje são:

ACIMERVA – *Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Vaupés* (antiga UNIDI – *União das Nações Indígenas do Distrito de lauaretê*).

ACIRJA – *Associação das Comunidades Indígenas do Rio Japu*, que representa comunidades e sítios do igarapé Japu e igarapé Cabari, cujos moradores são, em sua maioria, Hupd’äh.

lauaretê

O povoado de lauaretê se destaca hoje como o maior núcleo populacional da Terra Indígena Alto Rio Negro. Localizado no Uaupés, próximo à foz do rio Papuri, é local de passagem e de paragem de famílias do alto Uaupés e do Papuri que estão constantemente se deslocando entre suas comunidades e a cidade de São Gabriel da Cachoeira. É também um centro de serviços para as famílias da região da COIDI, com comércio, escolas de ensino fundamental e médio, banco postal, correios, dentre outros.

Até a década de 1920 lauaretê era habitada por algumas famílias Tariano, que viviam em malocas localizadas dos dois lados do rio Uaupés, onde hoje estão os bairros Santa Maria e São Pedro, na margem direita, e Dom Bosco, São Miguel e Domingos Sávio, na margem esquerda. Com a implantação da missão salesiana em 1929 e a abertura de um internato, lauaretê começou a crescer e a ocupar uma posição cada vez mais central na geopolítica regional. Desde então, muitas transformações ocorreram, alterando significativamente a paisagem local e o modo de vida das famílias.

Um importante marco deste crescimento foi a década de 1980, período em que o internato salesiano foi desativado dando lugar ao atual Colégio Estadual São Miguel. Com o intuito de manter os filhos na escola, e não podendo mais contar com a estrutura do internato, muitas famílias das calhas do Uaupés e

Papuri começaram a viver em lauaretê. Assim, o que era um lugar de ocupação tradicional com uma população relativamente pequena se transformou num povoado populoso e multiétnico, de feições cada vez mais urbanas.

Essa concentração populacional no povoado criou novos problemas, novos desafios e novas prioridades para os moradores antigos e também para os recém-chegados. Criou também a necessidade de reorganização da vida social e da gestão territorial e ambiental no povoado, bem como uma demanda maior por investimentos e políticas públicas em diversas áreas.

Atualmente, a população de lauaretê é de cerca de **2.570 pessoas**, aproximadamente **570 famílias**, pertencentes a diversos grupos étnicos e oriundas de diversas comunidades sobretudo do Uaupés e Papuri. O povoado é formado por 10 bairros. Com exceção de Vila Fátima, comunidade Hupd’äh, e de três das comunidades mais antigas que formam o povoado – São Pedro, Santa Maria e Dom Bosco – que são de ocupação tradicional dos Tariano, o restante das comunidades não tem uma identidade étnica marcada. Nesses outros bairros – Domingos Sávio, São Miguel (que também é de ocupação tradicional tariano), Cruzeiro, Sagrado Coração de Jesus, São José, Aparecida I e Aparecida II – vivem famílias de várias etnias e que chegaram em lauaretê em tempos distintos.

Além dos Tariano, os grupos com maior presença no povoado hoje são os Tukano, os Piratapuia e os Desana, seguido dos Kotiria, Hupd’äh e Arapaso. Há também uma presença mais discreta de outros grupos.

Associações

A associação de base que representa os bairros de lauaretê e comunidades do entorno imediato é a **OCII** – *Organização das Comunidades Indígenas de lauaretê*. Em lauaretê também ficam as sedes da **COIDI** e da **AMIDI** – *Associação das Mulheres Indígenas do Distrito de lauaretê*, ambas organizações representativas de todo o Distrito de lauaretê.

Há ainda um **Conselho de Líderes**, composto pelas lideranças das principais associações e organizações atuantes em lauaretê (incluindo OCII, COIDI, AMIDI e outras) e pelas lideranças dos 10 bairros. As deliberações importantes no povoado precisam ser comunicadas e discutidas nessa instância maior de decisão, envolvendo todas as lideranças.

Principais desafios para a gestão ambiental e territorial na região da COIDI

Migrações e adensamentos populacionais

Deslocamento de pessoas e famílias sempre foi característica de nossa cultura e modo de viver. Mas tais movimentos parecem ter ficado mais intensos nas últimas décadas. Assim, muitos não vivem mais em seus territórios de origem. Devido a inúmeros fatores, ao longo do tempo diversos grupos, clãs e famílias acabaram deixando seus territórios tradicionais, fundando novas comunidades e sítios nos territórios de outros grupos, se juntando a comunidades já existentes em outras regiões ou mesmo migrando para a cidade. Em nossa região há os casos de comunidades no rio **Papuri**, por exemplo, que estão hoje com pouco ou nenhum morador: esses ou se agregaram a outras comunidades ou migraram para Iauaretê ou para São Gabriel da Cachoeira. E em termos de adensamento populacional destacamos o caso de **Iauaretê**, onde tem se tornado comuns conflitos entre moradores tradicionais e os recém-chegados, em relação à ocupação do território e uso de recursos.

Por um lado, o que é necessário hoje é um programa de apoio e incentivo ao retorno de famílias para suas comunidades de origem (envolvendo melhorias na educação escolar, saúde, projetos de sustentabilidade e geração de renda). Por outro, no caso de Iauaretê, é preciso melhorar toda a parte de infraestrutura, incluindo: sistema de saneamento básico (rede e tratamento de esgoto e distribuição de água potável); apoio para melhoria das habitações; apoio para abertura de vicinal e loteamento de terrenos que serão destinados à abertura de novos roçados, conforme orientação dos moradores tradicionais; apoio para iniciativas produtivas familiares (avicultura, piscicultura, meliponicultura, artesanato, dentre outras).

Fronteira

A linha de fronteira entre Brasil e Colômbia atravessou nossos territórios tradicionais e, embora necessária para a definição da nação brasileira, criou certas confusões a respeito dos direitos e acordos de uso de áreas que ficam de um lado ou outro da fronteira. Especialmente nas regiões do Papuri e Alto Uaupés.

Por isso é preciso diálogo, encontros para resgate das histórias de origem e ocupação do território por cada grupo étnico, clãs e comunidades atuais e também estabelecimento de acordos entre as comunidades de ambos os lados a respeito das áreas de manejo.

Enfraquecimento dos conhecimentos sobre os territórios tradicionais e das práticas culturais

Por conta de tantas mudanças nos nossos modos de vida em tempos mais recentes, hoje há um certo desconhecimento por parte das atuais gerações sobre as histórias de origem e ocupação do território por cada grupo étnico e seus clãs, sobre os lugares sagrados e seus cuidados, sobre as regras e acor-

dos de manejo estabelecidos pelos antepassados e sobre práticas culturais e de manejo importantes para a saúde das pessoas e do território. Tal enfraquecimento dos conhecimentos e práticas gera conflitos e desrespeito aos limites das áreas de uso das comunidades. Ademais, práticas importantes para o manejo do território estão deixando de ser realizadas e observadas: regras de comportamento, benzimentos e cerimônias.

Isso tudo precisa ser resgatado e fortalecido pelas comunidades e grupos étnicos e transmitidos para as novas gerações, com apoio dos conhecedores, das famílias, das escolas.

Conflitos internos

Tais conflitos costumam ser mais marcados, sobretudo, entre comunidades dos lados brasileiro e colombiano. Mas também há conflitos entre moradores de Iauaretê entrando para pescar e extrair recursos na área das comunidades entre Itaiaçu e Santa Rosa, no Alto Uaupés, sem o devido consentimento, praticando pesca predatória, com uso de careta, arrastão, malhadeiras em excesso e capturando peixes acima do permitido. O mesmo acontece na área das comunidades do Médio Uaupés sem o devido acordo com os moradores tradicionais da área. Além da pesca, muitas famílias que vivem em Iauaretê abrem roças nas áreas das comunidades entre Ilha São João e Aracu-Ponta sem acordo com os moradores tradicionais da área. Por fim, destacamos também os desentendimentos entre os moradores antigos e os recém-chegados no povoado de Iauaretê, relacionados sobretudo com as áreas para abertura de roçados.

A questão que se coloca é: como contornar esses conflitos recentes? Para isso um conjunto de regras e acordos foi estabelecido no processo de elaboração desse PGTA, visando o diálogo e o respeito entre as comunidades e o manejo equilibrado de nossos territórios (ver p.149-159).

Demanda por mais oportunidades e alternativas aos jovens nas próprias comunidades

Os nossos jovens querem ter acesso às tecnologias, aos estudos, alternativas de renda, querem estar conectados com o mundo e muitos buscam também uma formação profissional, além das ocupações tradicionais com o trabalho na roça e na pesca, mas muitos não querem se afastar dos parentes, familiares e da vida na comunidade.

Por isso é preciso investir na implementação de programas e projetos voltados à juventude – a formação e atuação em áreas como comunicação, gestão ambiental, educação, saúde e iniciativas produtivas envolvendo agricultura, extrativismo e artesanato – e que estejam em consonância com a vontade manifesta de permanência no território e nas comunidades.

Não reconhecimento das territorialidades tradicionais e relações transfronteiriças por parte dos órgãos governamentais de ambos os países, Brasil e Colômbia

Seja na área do manejo ambiental, na área da educação e no atendimento à saúde. Na área de manejo: um exemplo é a tentativa de órgãos governamentais colombianos de proibir famílias que vivem do lado brasileiro de fazerem suas roças em território colombiano. Na área de educação: o não reconhecimento por parte das secretarias de educação de alunos colombianos que estudam nas escolas do lado brasileiro. Na saúde: a ausência de um atendimento integrado entre os órgãos do Brasil e Colômbia para atendimento às comunidades em área de fronteira.

Por isso é preciso estabelecer diálogo e acordos de cooperação binacional para que as territorialidades tradicionais sejam respeitadas por ambos os países e para que os indígenas que vivem nas fronteiras possam transitar livremente e acessar os sistemas de educação e saúde dos dois lados da fronteira.

Conflitos relacionados à presença e atuação militar na região da COIDI (Pelotões de Fronteira e COMARA em Iauaretê e Pelotão de Fronteira em Querari)

A instalação dos PEFs bem em meio a nossas comunidades afetou a nossa vida, nosso convívio social e o nosso território. As instalações militares também interferiram em nosso território e, em certos casos, ocuparam áreas tradicionais de roçados. Esse é o caso de Iauaretê, onde o PEF, a pista de pouso e a área de segurança (recentemente ampliadas) ocuparam áreas de roçados das famílias, sobretudo da comunidade Domingos Sávio. Em Iauaretê, também já houve caso da extração de brita em lugar sagrado.

Por isso é preciso diálogo com o Exército para estabelecer, reforçar e formalizar acordos e regras de convivência entre os moradores das comunidades e os militares, respeitando as culturas, os territórios e as regras internas dos povos da região da COIDI. Pois queremos ser consultados sobre obras ou atividades que causem impacto em nossos territórios, meio ambiente ou em nosso modo de vida e o patrimônio cultural.

Diretrizes para políticas públicas, projetos comunitários e acordos internos

Além do que já foi dito acima, temos também alguns outros desafios e demandas em relação à implementação e melhoria de políticas públicas e projetos comunitários em áreas que consideramos prioritárias para o nosso bem viver. Grande parte das demandas já estão contempladas nas Diretrizes Gerais do PGTA da TI Alto Rio Negro, que reúne desafios e propostas comuns a todos os povos e comunidades da TI (ver parte III deste documento). Mas achamos importante apresentar também as questões mais específicas para nossa região em cada área, juntamente com alguns dados do Levantamento FOIRN/ISA 2017/2018 realizado como parte do processo de elaboração dos PGTAs.

Também apresentamos os principais desafios, acordos e recomendações relacionados ao manejo em nossa região (pesca, caça, extrativismo e roça), os quais foram discutidos e definidos nas oficinas, fóruns de consulta e assembleias do PGTA da COIDI e sub-regiões.

1. Educação escolar indígena

Alguns dados do Levantamento FOIRN/ISA 2017/2018

Na região da COIDI há 42 comunidades que possuem escolas ou salas de aula, o que representa cerca de 67% do total das comunidade que participaram do levantamento.

Sobre o PPPI (Projeto Político Pedagógico Indígena) apenas 14 comunidades responderam à pergunta do levantamento. Dessas, 4 já elaboraram o seus PPPIs, 6 estavam elaborando e 4 ainda não haviam iniciado o processo de elaboração.

O levantamento registrou 69 pessoas com formação superior completa na região e mais 17 que estavam cursando algum tipo de graduação no período. Os cursos registrados foram: licenciatura intercultural em áreas variadas, ciências humanas, letras, agropecuária, educação física, enfermagem, odontologia, biologia, pedagogia, matemática, sociologia, ciência política e filosofia.

Problemas/Desafios

- i. Há muitas escolas que não possuem PPPI e outras que já elaboraram seus PPPIs, mas estes se encontram engavetados na secretaria de educação do município.
- ii. Falta a oferta de ensino técnico nas escolas da área da COIDI.
- iii. Falta uma maior presença das instituições de ensino superior em Iauaretê.
- iv. Os alunos que vivem do lado colombiano mas estudam nas escolas do lado brasileiro não têm o reconhecimento do governo.
- v. Número reduzido de vagas ofertadas na licenciatura indígena.

2. Atendimento à saúde

Demandas/Acordos/Recomendações

- 1. Apoio e assessoria para a elaboração dos PPPIs e aprovação dos PPPIs já elaborados e enviados à secretaria de educação.
- 2. Implantação de ensino técnico em algumas escolas estratégicas de Iauaretê e calhas do Médio e Alto Uaupés e Papuri, com cursos voltados para a realidade e sustentabilidade das comunidades (avicultura, piscicultura, agroflorestal, mecânica de motores, marcenaria, informática etc.).
- 3. Mais investimentos no ensino superior, com polos universitários e mais cursos em Iauaretê, beneficiando toda a população da área da COIDI. Os cursos devem ser pensados conforme as demandas e a realidade da região.
- 4. Reconhecimento formal por parte do município, do estado e do MEC dos alunos colombianos (nossos parentes) que estudam nas escolas do lado brasileiro.
- 5. Aumento de vagas na licenciatura indígena e criação de outro polo tukano em Iauaretê.

Alguns dados do Levantamento FOIRN/ISA 2017/2018

O levantamento registrou 52 Agentes Comunitários Indígenas de Saúde (ACIS) na região da COIDI: 15 no Alto Uaupés, 20 no Médio Uaupés, 18 no Papuri e 10 em Iauaretê.

Das 63 comunidades que participaram do levantamento (considerando os bairros de Iauaretê), 30 (ou 48%) avaliaram o atendimento de saúde como regular, 16 (ou 26%) como bom e outras 16 (26%) como ruim.

O levantamento registrou que nos últimos dois anos foram 1.101 casos de malária na região da COIDI, com um índice bastante alto na região do Médio Uaupés (42% em relação à população total). Foram registrados também 74 casos de mordida de cobra, com uma média maior na região do Japu.

Problemas/Desafios

- i. Estado de abandono dos Polos Base do DSEI em nossa região.
- ii. Falta de atendimento multidisciplinar nas comunidades e permanência de equipe nos Polos Base.
- iii. Falta de medicamentos básicos nos Polos Base, para os agentes de saúde e no hospital de Iauaretê.
- iv. Falta equipe de endemia para atuar nas comunidades, com residência permanente nos polos, combatendo malária.

Demandas/Acordos/Recomendações

- 1. Assistência contínua e regular de equipes multidisciplinares de saúde nas nossas comunidades. A equipe deve sempre trabalhar em parceria com TACIS, AIS e benzedores de cada região/comunidade.

- 2. Reforma, reativamento e reestruturação completa dos Polos Base do Papuri e Alto Uaupés, com infraestrutura permanente e em funcionamento: estrutura física adequada; gerador e radiofonia; equipamentos para atendimentos e exames básicos; transporte fluvial adequado para resgate de pacientes e fixo no Polo Base.
- 3. Reforma da unidade mista de Iauaretê, com instalação de novos equipamentos hospitalares para exames básicos, como ultrassonografia e raio-x.
- 4. Garantir a construção de casa de trânsito entre as comunidades Urubuquara e Ipanoré para os pacientes se abrigarem no caso de remoção.
- 5. Garantir uma ambulância para transporte de pacientes na estrada entre Urubuquara e Ipanoré, no caso de remoção.

3. Cultura Alguns dados do Levantamento FOIRN/ISA 2017/2018

O levantamento mostrou que em quase todas as comunidades da região da COIDI há pelo menos um grande benzedor, com um total de 235 benzedores apontados pelas comunidades.

Na região da COIDI as comunidades disseram praticar as seguintes festas e rituais: dabucuri (ritual de trocas), dança com cariçu, dança com japurutu, rituais de jurupari (iniciação dos homens), mawaco, casco de jabuti, cabeça de veado, yamidó (ritual de mulheres), hãde hãde.

Problemas/Desafios

- i. Enfraquecimento de conhecimentos e práticas culturais importantes para nossa vida e para a gestão de nossos territórios.
- ii. Enfraquecimento e mesmo perda de algumas das línguas faladas pelos grupos étnicos da região da COIDI: Arapaso (língua perdida); Tariano (apenas alguns poucos falantes); Piratapua (ainda se fala, mas se encontra muito enfraquecida); Desana (ainda se fala, mas se encontra muito enfraquecida).
- iii. Falta de conhecimento e desrespeito aos lugares sagrados por parte das novas gerações.

Demandas/Acordos/Recomendações

- 1. Reativar e fortalecer o Centro de Revitalização das Culturas Indígenas de Iauaretê (CERCI), para que a juventude da região tenha um espaço de referência onde possam frequentar e aprender sobre os conhecimentos e práticas da nossa cultura.
- 2. Garantir recursos para promoção de encontros regulares entre conhecedores e benzedores da região da COIDI.
- 3. Implementar projetos e programas de apoio à documentação e registro de conhecimentos, das línguas e das práticas culturais dos povos indígenas das calhas do Uaupés e Papuri, por meio da produção de livros, inventários, cartilhas, material audiovisual.
- 4. Retomar projetos de fortalecimento linguístico das línguas piratapua, desana e tariano, com oficinas para professores e alunos e produção de material didático.

4. Sustentabilidade e geração de renda

- 5. Apoio para reconstrução e reforma de malocas/casas de saber, onde são realizados nossos rituais e onde os jovens podem aprender com os velhos conhecedores.
- 6. Valorização cultural e dos lugares sagrados através de iniciativas de turismo comunitário (roteiro dos lugares sagrados da área da COIDI, desde Ipanoré até Papuri e Alto Uaupés).

Alguns dados do Levantamento FOIRN/ISA 2017/2018

Para 493 (ou 46%) das famílias entrevistadas na região da COIDI a alimentação foi considerada boa, 189 (ou 17%) consideraram razoável e apenas 16 famílias (1,5%) avaliaram como ruim, sendo quase todas de Iauaretê (apenas uma do Papuri). Dentre os fatores citados por essas famílias que consideraram a alimentação ruim estão: o uso de álcool, a falta de peixe e a falta de caça.

Quarenta e dois por cento (42%) das famílias disseram comercializar produtos da roça, sendo a farinha, abacaxi, banana e beiju os itens mais citados em todas as sub-regiões. Vinte e nove por cento (29%) disseram comercializar produtos do extrativismo, sobretudo madeira, cipó e tucum. E 42% afirmaram vender peixe, mas a grande maioria apenas esporadicamente.

O levantamento registrou 250 assalariados e 452 aposentados na região da COIDI. Mas esse número com certeza é bem maior, pois houve uma lacuna de dados para Iauaretê, onde é sabido que há uma alta concentração de assalariados e aposentados. E 33% das famílias entrevistadas participavam do Programa Bolsa Família no período do levantamento.

Problemas/Desafios

- i. Dificuldades para valorização de produtos da agricultura tradicional e na estruturação de sua cadeia de distribuição da região da COIDI para os centros urbanos.

Demandas/Acordos/Recomendações

- 1. Estruturação de cadeia de comércio justo para os produtos da roça no Distrito de Iauaretê, através da definição e tabelamento dos preços dos produtos da roça.
- 2. Reativar cooperativa de produtores familiares da área da COIDI.
- 3. Valorizar os produtos da agricultura tradicional por meio da criação de selo de origem e qualidade dos produtos do sistema agrícola tradicional indígena do Uaupés.
- 4. Apoio para o escoamento de produtos do Papuri e Alto Uaupés para Iauaretê; e de Iauaretê para São Gabriel da Cachoeira.
- 5. Construção de uma central para beneficiamento de frutas e outros produtos da roça em Iauaretê.
- 6. Implantação de projeto piloto de turismo comunitário na área da COIDI, visando a geração de renda e a valorização dos lugares sagrados e das manifestações culturais.

5. Comunicação, energia, mobilidade, saneamento

Alguns dados do Levantamento FOIRN/ISA 2017/2018

Comunicação – Foram registradas 16 comunidades com estações de radiofonia (25% do total de comunidades que participaram do levantamento, considerando os bairros de Iauaretê) e 35 sem estações (56%); 12 comunidades não responderam a pergunta. Das 16 estações, apenas 10 estavam funcionando no período do levantamento (as outras 6 estavam quebradas).

Energia – Em 10 comunidades há geradores de uso comunitário, mas 40% deles estava quebrado no período do levantamento. Foram registrados ainda 61 geradores familiares, o que representa apenas 6% das famílias entrevistadas. Em 18 comunidades foi registrado algum sistema de energia solar com baterias e inversores, grande parte no Papuri. Querari, no Alto Uaupés, está ligada à rede de energia da PCH instalada pelo Exército (que no momento precisava de manutenção) e o povoado de Iauaretê é abastecido por uma termoeletrica.

Lixo – O lixo foi considerado um problema para 36% das comunidades e sítios da área da COIDI. Apenas 5 comunidades disseram fazer a coleta de pilhas e baterias usadas, lixo tóxico que contamina o solo, a água, os animais, as pessoas. Para o restante dos resíduos, uma parte das comunidades queima e/ou enterra o lixo, considerando cada tipo de material (plástico, papel, latarias). Mas muitas disseram não ter qualquer organização para o destino do lixo.

Problemas/Desafios

- i. Os geradores movidos à óleo diesel e à gasolina são a principal fonte de energia nas comunidades da área da COIDI hoje. É difícil comprar e transportar esse combustível.
- ii. A comunicação é fundamental nos dias de hoje, mas ainda é um desafio em nossa região.
- iii. As comunidades estão consumindo muitos produtos industrializados, sobretudo as famílias assalariadas. Com isso gera-se mais e mais lixo.
- iv. Muita sujeira nos portos, sobretudo das comunidades maiores como Iauaretê e em Urubuquara, onde param muitos passageiros e embarcações grandes (comerciais e de instituições) que carregam todo tipo de produto e também combustíveis.
- v. Falta de coleta regular e correta destinação de lixo nas comunidades Santa Maria e São Pedro, em Iauaretê.
- vi. Falta de sistema de esgoto e distribuição de água encanada em Iauaretê.
- vii. Dificuldades de deslocamento devido às cachoeiras.

Demandas/Acordos/Recomendações

- 1. Reforma da miniusina de Querari, que está parada há anos por conta de defeitos no funcionamento do gerador.
- 2. Realização de estudos de potencialidades e alternativas energéticas de baixo impacto ambiental para a região da COIDI, considerando as especificidades de cada sub-região.

6. Território e manejo

- 3. Expansão da rede de radiofonia, atendendo, a curto prazo, as comunidades mais remotas e de mais difícil acesso: Médio Uaupés (Cabari, Santo Atanásio); Alto Uaupés (Açaí, Taracuá-Ponta, Jutica, Periquito, Cuiubi, Santa Rosa, Umari); Papuri (Santa Luzia, Melo Franco); a longo prazo, todas as comunidades da área da COIDI.
- 4. Instalação de internet GESAC nas escolas localizadas em comunidades estratégicas: Papuri: São Gabriel, São José de Anchieta, São Miguel, Melo Franco e Santa Cruz do Turi; Alto Uaupés: Querari, Caruru-Cachoeira, Santa Rosa; Médio Uaupés: Loiro, Marabitanas, Urubuquara, Juquira, Loiro, Santa Cruz do Cabari, Santo Atanásio.
- 5. Implantação do sistema de telefonia (orelhão), em comunidades que possuem escola, e manutenção periódica dos que já existem.
- 6. Implantação de antenas de telefonia móvel (com serviço 3G ou 4G) que cubra toda a área da COIDI.
- 7. As escolas, os Agentes Indígenas de Saneamento e os Agentes de Saúde devem conscientizar sobre a destinação correta do lixo e promover a educação ambiental para os estudantes e moradores, especialmente em Iauaretê.
- 8. Construir uma central de reciclagem em Iauaretê, onde as famílias e comunidades possam entregar/vender os materiais como plástico, latas, vidros e papel. Seria a um só tempo uma alternativa para o problema do lixo e uma fonte de renda.
- 9. Implementar programa de saneamento urbano em Iauaretê (lixo, esgoto e água encanada/potável), conforme previsto no Plano Diretor do município (2006).
- 10. Melhorar o acesso e deslocamento entre as comunidades do Papuri e o povoado de Iauaretê: propor soluções de engenharia para facilitar a passagem pela cachoeira de Aracapá.
- 11. Reativar e melhorar a trilha entre a comunidade de Patos/Papuri e Santa Maria/Iauaretê.
- 12. Implementar serviço público gratuito para a passagem de canoas das famílias indígenas entre Urubuquara e Ipanoré. Manter caminhão e funcionário pagos pela prefeitura.

Alguns dados do Levantamento FOIRN/ISA 2017/2018

Pesca – Oitenta e nove por cento (89%) das famílias entrevistadas na área da COIDI disseram pescar. Dentre os 11% que não pescam, quase a totalidade é de Iauaretê, onde há alta concentração populacional e baixa oferta de peixes (por ser região de cachoeira). A maioria (77%) avaliou que a pesca é suficiente para o sustento da família, enquanto 22% avaliou que não. No Médio Uaupés e Papuri é onde as famílias se mostraram mais satisfeitas, enquanto no Japu e em Iauaretê um número maior de famílias afirmou que a pesca não é suficiente (32% e 34%, respectivamente). Ainda, 66% das famílias avaliaram que os peixes estão diminuindo em quantidade, se comparado a cinco anos atrás, e para 75% também diminuiram de tamanho. No Japu, quase a totalidade das famílias tiveram a percepção de que os peixes estão diminuindo em tamanho e

quantidade. Onde menos houve essa percepção foi no Papuri, já que a maioria das famílias (56%) disse não ter percebido nenhuma mudança.

Caça – Quarenta e um por cento das famílias entrevistadas na região da COIDI disseram caçar. Japu e Papuri foram as regiões com mais famílias que caçam (60% e 57%, respectivamente) e Iauaretê com mais famílias que não caçam (apenas 29% afirmaram caçar). Para 50% das famílias algum tipo de caça deixou de existir na área da comunidade nos últimos anos, sendo o Japu a região onde mais famílias tiveram essa percepção (89%) e o Alto Uaupés onde menos as famílias perceberam alguma mudança nesse sentido (apenas 28%).

Roça – Quase a totalidade (96%) das famílias da região da COIDI possui roça, e mais de uma. A média de roças por família é de 3,6. Chama atenção para o caso de Iauaretê que quase metade das famílias (48%) disse demorar mais de uma hora para chegar aos roçados e outros 23% demoram mais de meia hora.

Problemas/Desafios

Pesca

- i. Tinguijamento indiscriminado nos igarapés, rios e lagos.
- ii. Uso excessivo de malhadeiras e malhadeiras fora de uso largadas na beira do rio.
- iii. Prática de arrastão com as malhadeiras.
- iv. Pesca de mergulho com careta.
- v. Pesca abusiva no período da piracema.
- vi. Assopro nos lugares sagrados de peixes.
- vii. Desrespeito às áreas de pesca tradicionais de cada grupo e comunidade.
- viii. Mal-entendidos entre famílias e comunidades dos dois lados da fronteira em relação às áreas de pesca.
- ix. Entrada de parentes de Iauaretê para pescar na área das comunidades do Alto e Médio Uaupés, sem diálogo prévio.

Caça

- x. Abatimento de fêmeas prenhas e com filhote.
- xi. Uso de benzimentos que afugentam a caça ou fecham a casa dos animais.
- xii. Caça na área dos outros sem a devida comunicação e consentimento.

Extrativismo

- xiii. Coleta de frutas com derrubada de árvores e palmeiras.
- xiv. Extração abusiva de caraná, através da derrubada ou retirada de todas as folhas.
- xv. Derrubada de árvores que abrigam daracubi.
- xvi. Falta de diálogo e acordos para extração de recursos da área de outra comunidade e entre comunidades dos dois lados da fronteira.

xvii. Extração de recursos das áreas de uso das famílias e comunidades sem o devido consentimento e contrapartida por instituições públicas e as Igrejas que atuam em Iauaretê.

xviii. Diminuição de certos recursos essenciais como caraná, madeira de lei, cipó e tucum.

Roça

xix. Desentendimentos sobre as territorialidades tradicionais nas zonas de fronteira, para famílias brasileiras que possuem roças do lado colombiano e vice-versa.

xx. Desertificação e esterilização do solo devido ao uso de uma mesma área por longo período de tempo.

xxi. Predadores e pragas invadindo os roçados.

Em Iauaretê:

xxii. Falta de terra fértil para abrir novos roçados devido ao crescimento populacional.

xxiii. Desrespeito às áreas de uso das famílias e moradores antigos.

xxiv. Desrespeito aos limites estabelecidos quando da cessão de terrenos às famílias recém-chegadas.

xxv. Abertura de roçados sem o consentimento dos moradores mais antigos.

xxvi. Roubo e furtos nas roças dos outros.

xxvii. Falta de um acordo claro com Exército e Aeronáutica sobre sobreposição das áreas que eles ocuparam (PEF, pista de pouso e área de segurança) com áreas de roçados das famílias de Iauaretê, sobretudo da comunidade Domingos Sávio.

xxviii. Conflitos com representantes do corregimiento de Yauareté (Colômbia), que impedem famílias brasileiras de trabalharem em suas roças em território colombiano, apesar do direito tradicional de uso.

Demandas/Acordos/Recomendações

Pesca

- 1.** Não tinguijar em lagos e no rio grande. Não tinguijar na seca. Não tinguijar onde há consumo de água e nem em lugares sagrados. Não tinguijar sem benzimento. E após o tinguijamento, destinar o bagaço do timbó no local de terra firme evitando causar contaminação do rio.
- 2.** Regular o uso de malhadeiras, reservar seu uso apenas nas pescarias para trabalho comunitário, festas e eventos que reúnem muita gente.
- 3.** Não praticar pesca de mergulho com careta.
- 4.** Controlar a pesca na época da piracema. Não pescar além do necessário.
- 5.** Parar com assopro nos lugares sagrados de peixes.

6. Priorizar as técnicas tradicionais de pesca, como as armadilhas caiá, mata-pi, cacuri.

7. Promover encontros para diálogo, por meio de palestras e rodas de conversa, entre os conhecedores a respeito de boas práticas de benzimento.

8. Respeitar as áreas de uso de pesca de cada grupo e comunidade. E se for fazer pescaria nas áreas dos outros, pedir permissão e entrar em acordo.

9. Diálogo e acordo entre as comunidades próximas dos lados brasileiro e colombiano a respeito das áreas de pesca, seguindo as regras tradicionais de zoneamento.

10. Lideranças das comunidades devem conscientizar os comunitários para não pescarem nos lagos de criação de peixes das famílias que desenvolvem atividade de piscicultura.

Caça

11. Não abater caça prenha ou com cria. Não caçar mais do que o necessário.

12. Não se utilizar de benzimentos prejudiciais para atacar outra comunidade ou família. Isso acaba prejudicando todo o meio ambiente e as futuras gerações.

13. Apenas caçar no território de outra comunidade com o consentimento do líder e moradores.

14. Fazer um mapeamento e zoneamento participativo dos locais de caça e áreas de reservas em toda a área da COIDI.

Extrativismo

15. Coletar os frutos sem derrubar as árvores e palmeiras.

16. Na extração do caraná, sempre deixar ao menos duas folhas para que a palmeira possa se regenerar. Esse ponto deve ser acordado com os parentes do lado colombiano.

17. Não derrubar as árvores que abrigam daracubi.

18. Respeitar os territórios tradicionais de uso de cada grupo étnico, clã e comunidade e sempre pedir permissão antes de extrair recursos das áreas dos outros, como sempre fizeram os antepassados.

19. As instituições que atuam em Iauaretê devem comunicar e consultar a COIDI, OCII, lideranças das comunidades, moradores tradicionais e donos dos terrenos, sobre a retirada de qualquer recurso. Só será permitida a retirada com o consentimento das lideranças e donos do terreno e mediante contrapartida previamente acordada.

20. Quando derrubar árvore para uso da madeira, evitar desperdício, usar tudo o que foi retirado.

21. Criar uma cartilha sobre boas práticas de manejo dos recursos como caraná, açai, bacaba, buriti, cipó, tucum, madeira e distribuir para os moradores e alunos nas escolas, fazendo campanhas de conscientização.

Roça

22. Entrar em diálogo e estabelecer acordos por escrito com as lideranças e famílias das comunidades colombianas para a abertura de roçados pelas famílias do lado brasileiro, levando em conta as regras tradicionais de uso do território.

23. Exigir o reconhecimento e o respeito a esses acordos por parte dos órgãos competentes dos dois países.

24. Procurar áreas adequadas de mata virgem para abrir novos roçados e deixar que as áreas usadas atualmente possam se regenerar.

25. Fazer pesquisa para entender o que tem causado o aumento de predadores e pragas que comem as roças. A partir disso, definir medidas para amenizar esse problema.

Em Iauaretê:

26. Solicitação direta ao dono tradicional do território para abertura de roças ou procurar o líder da comunidade para que intermedeie o acordo.

27. No caso de terreno cedido, respeitar o limite definido pela família que o cedeu.

28. Realizar mapeamento das áreas de roçado e fazer registro e documentação das roças e de seus donos para o conhecimento da COIDI, FOIRN e Funai.

29. Ao passarem próximos aos roçados, as pessoas devem respeitar: não roubar e nem invadir.

30. Estabelecer acordo com o Exército e Aeronáutica para continuar trabalhando nossas roças em áreas tradicionais. É de lá que retiramos nosso sustento.

31. Fazer acordo com Exército para abertura de um portão que dê acesso à comunidade Vila Vicêncio, em Iauaretê.

32. Dialogar e estabelecer acordos com as autoridades colombianas para continuar desenvolvendo atividades de cultivo no lado colombiano.

33. Estabelecer acordo para minimizar os problemas de ocupação do terreno do antigo rádiofarol.

34. Formar um grupo de trabalho para fazer levantamento das famílias que não possuem terrenos para abertura de roçados.

35. Abrir uma trilha (depois da pista de pouso) para poder identificar terrenos livres e cultiváveis para então destinar às famílias recém-chegadas. Aquela família que receber terreno deverá assinar um compromisso de que irá produzir no terreno recebido.

36. As famílias tradicionais serão responsáveis pela cessão de terrenos às famílias recém-chegadas. Essa cessão de terreno se dará mediante conversa e orientações de como o terreno deverá ser utilizado e de como a pessoa beneficiária deverá proceder assim que sair de Iauaretê, pois o terreno deverá ser devolvido para a pessoa que o cedeu.

37. As lideranças de cada comunidade são responsáveis por orientar os comunitários, sobretudo os recém-chegados, a respeito das boas práticas e necessidade de acordos.

abaixo Cacuri, armadilha de pesca instalada na Cachoeira da Onça, Patrimônio Cultural do Brasil e lugar sagrado para os povos indígenas dos rios Uaupés e Papuri (Vincent Carelli / Vídeo nas Aldeias, 2008).

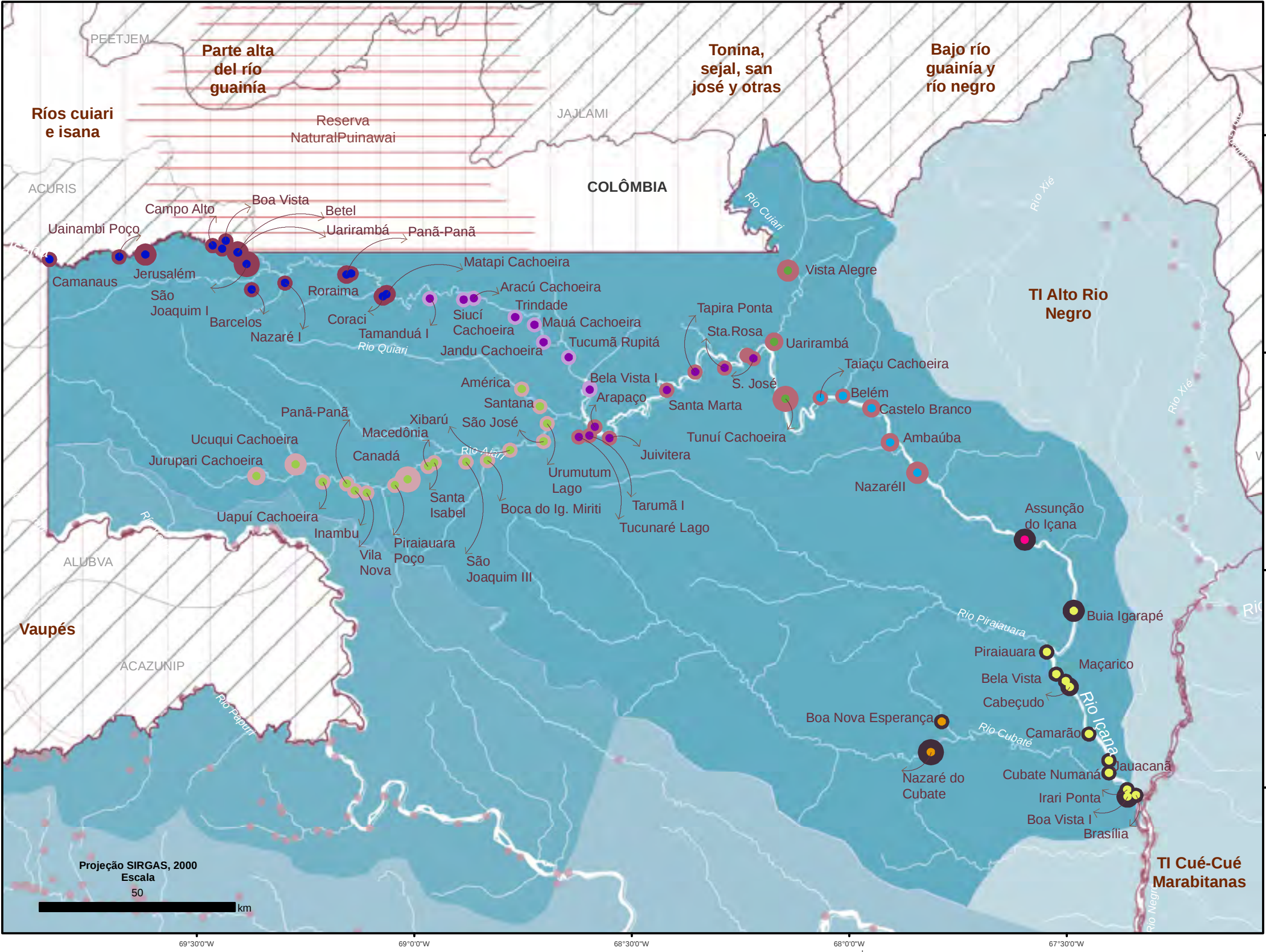




8

BACIA DO
RIO IÇANA

NADZOERI –
Organização
Baniwa e
Koripako



MAPA 8
Área de abrangência da NADZOERI - Organização dos Povos Baniwa e Koripako



- Limites de países
- Terras indígenas (Brasil) e Resguardos Indígenas (Colômbia)
- Unidades de Conservação
- Floresta Nacional
- Reserva Florestal (Colômbia, Ley 2ª, 1959)

- Comunidades
- Sub-regiões NADZOERI
- Rio Ayari
 - Rio Içana
 - Baixo
 - Médio
 - Médio II
 - Alto
 - outras comunidades
- população
- até 50
 - 50 a 100
 - 100 a 250
 - 251 a 400 habitantes

- Associações indígenas
- ABRIC
 - ACIRA-UMIRA
 - AIBRI
 - OICAI
 - AIRC
 - OCIDAI
 - OIBI
 - UNIB/AAMI
 - Asociación de Autoridades Tradicionales Indígenas (AATIs)

Fontes: Base cartográfica e Áreas Protegidas, RAISG; Comunidades e associações ISA/FOIRN; AATIS - Fundación GAIA

imagem na página anterior Senhora carrega pimentas frescas no caminho de volta de sua roça, próximo à comunidade Canadá, no rio Ayari, TI Alto Rio Negro, AM. (Carol Quintanilha/ISA, 2018).

Território e Bem Viver Baniwa e Koripako

A área de abrangência da NADZOERI - Organização Baniwa e Koripako abarca toda a bacia do rio Içana, até a fronteira com a Colômbia. É o território tradicional dos povos Baniwa e Koripako, que habitam a região desde os tempos de origem dos primeiros ancestrais. Conforme reivindicação do movimento indígena, a área coincide com uma das Regiões Administrativas de São Gabriel da Cachoeira (Região Administrativa Hiniáli), definida por meio de Lei Municipal nº 209, de 21 de novembro de 2006. Neste documento, os povos Baniwa e Koripako apresentam o modo como querem viver, no presente e no futuro. E apresentam ao Estado Brasileiro e parceiros como querem garantir o bem viver em seu território tradicional e nas inúmeras comunidades e sítios distribuídos pela bacia do rio Içana

Autodenominação e autodemarcação

A determinação do povo Baniwa e Koripako como “*Walimana*” (a humanidade que habita o mundo atual) ou “*Wakoena*” (os que falam a nossa língua) foi dada pelos não-indígenas. Para nós, somos os “*Medzeniakonai*”, o que significa que somos povos de língua original. Quando nós nos referimos aos *Medzeniakonai*, nós nos referimos aos 16 clãs que compõe a nação de língua Baniwa e Koripako:

Baniwa: Walipere-dakeenai, Hohodeni, Dzawinai, Kadaopolittana, Liedawieni, Kadaopoliro, Kotteeroeni, Adzaneeni, Maoliene, Paraattana, Moliweni, Awadzoronai, Jurupari Tapuya, Mawettana, Tokedakeenai e Hipattana.

Koripako: Komadaminanai, Kapittiminanai e Padzowalieni.

De acordo com a nossa cultura milenar, nós somos a herança deixada por *Heeko* (demiurgo) lá na terra-pedra, o centro de formação e origem da humanidade, localizada em “*Hiipana*” (*eeno hiepolekoa*, umbigo do mundo) em Uapuí-Cachoeira, no rio Ayari. Foi neste lugar que surgiu a humanidade, em especial o povo Baniwa, seus clãs e seus territórios.

Dos nossos deuses herdamos uma grande extensão de terras, delimitadas por um conjunto de marcas (petróglifos) que definem o território de cada clã do nosso povo desde os tempos imemoriais. Essas demarcações históricas e ancestrais é que permitem o controle, a governança e a gestão ambiental em nosso território.

Nossa forma original de organização social vem desde a criação do mundo e da humanidade, ou seja, é lá em Uapuí-Cachoeira que iniciamos nossa forma de autogoverno. Somos parte da sociodiversidade étnica e fazemos parte da pluralidade cultural do Rio Negro.

Bem Viver

Quando falamos *wadzakale* estamos nos referindo ao “ambiente” em que vivemos, produzimos e colhemos nosso sustento. São lugares que conhecemos, manejamos e usufruímos os bens naturais cotidianamente, onde estão presen-

tes os nossos saberes culturais e socioambientais ancestrais. A nossa terra é o nosso centro do mundo, de onde sabemos nos localizar em relação aos quatro cantos da terra. Ao acordarmos todos os dias, sabemos onde nasce o sol, o caminho que o sol vai percorrer e onde vai descansar. É o ponto onde nosso espírito e alma são ancorados desde nossos ancestrais aos dias de hoje e para sempre.

A terra para nós indígenas é parte de um complexo universo, que em baniwa chamamos de *hekoapi*, dividido em diversas camadas, cada qual habitada por seres, deuses e espíritos específicos. A terra é a porção central, o meio dos mundos. É de onde nós indígenas adquirimos nossos conhecimentos e nos relacionamos com as outras camadas. Para nós, a terra é como “mãe”, que cuida dos filhos na concepção, cuida no nascimento, cuida no crescimento, cuida na vida adulta, cuida durante a velhice e cuida novamente quando se chega ao final da vida. Cuida até voltar novamente para dentro da terra. Por isso, nós temos uma relação de muito respeito com a terra.

Em nosso território existem muitos seres com diferentes funções, ou seja, reconhecemos que manejamos um sistema equilibrado de vidas, incluindo humanos e animais. Sabemos que os diferentes seres, que habitam diferentes ambientes e camadas, possuem conexões entre si; possuem caminhos que os ligam e que são conhecidos por nós. Esse conhecimento das relações entre os seres que habitam as diferentes camadas do universo Baniwa e Koripako faz parte do nosso sistema de manejo tradicional e é o que garante o bem viver em nosso território. Por fim, para nós, o bem viver é fruto das ações individuais sustentáveis que resultam em benefícios para o coletivo. “Bem” significa “*matsia*”; “viver” significa “*peemaka*”.

O que o PGTA significa para nós

Para nós, Baniwa e Koripako, o termo “Plano de Gestão Territorial e Ambiental” poderia ser traduzido, respeitando as adequações interculturais, como:

“*Wadzeekatawa ideenhiketti linako wahipaite nheette weemakaawa liko nako*”, em português: “*Para fazermos e trabalharmos sobre a nossa terra e no local onde moramos*”.

Nossa autonomia nas definições das ações sobre a nossa terra é essencial para assegurar o bem viver nas comunidades. Autonomia é um povo decidir por si o seu próprio destino, tomar decisões livremente e governar a si mesmo. No nosso caso, o direito de autodeterminação deve vir associado a autonomia. A luta pelos direitos indígenas, por autonomia na governança de nossos territórios, a partir de organizações sociais próprias, representa a nossa independência moral e intelectual.

Hoje nossos direitos estão previstos nas leis municipais, estaduais, nacionais e internacionais. No entanto, essas leis são construídas com pouca participação indígena e aprovadas por não-indígenas, o que as tornam muitas vezes pouco efetivas para nós. Por isso, é importantíssimo constituir nossas associações para lutar pelo nosso bem coletivo. Daí a importância de hoje elaborarmos o nosso Plano de Gestão do Território Baniwa e Koripako e de, com ele, ter cola-

borado para a construção do PGTA da Terra Indígena Alto Rio Negro como um todo. Pois ao mesmo tempo em que temos nossas questões e desafios específicos para que possamos governar nosso território, também compartilhamos problemas, demandas e uma visão de mundo e de futuro com os demais povos que vivem nas outras regiões da Terra Indígena.

Destacamos que o que segue nesse capítulo é uma síntese de nosso PGTA, cujo documento completo deverá orientar as nossas comunidades e as ações específicas dentro do território Baniwa e Koripako. Aqui destacamos as principais concepções e práticas Baniwa e Koripako para viver bem em nosso território e apontamos como queremos o nosso futuro nesta terra-planeta que compartilhamos com outros povos.

Conhecendo a Bacia do rio Içana

O rio Içana nasce na Colômbia e possui 696 km de extensão. Um trecho de 110 km de seu curso percorre a linha de fronteira Brasil-Colômbia. Depois de percorrer 510 km em território brasileiro, recebendo águas dos seus principais tributários (Ayari, Cuiari e Cubate), o Içana lança suas águas pretas no Rio Negro, acima do município de São Gabriel da Cachoeira. No Brasil, cerca de **83 comunidades** se distribuem pela bacia do Içana abrigando uma população aproximada de **5.090 pessoas**. Os Baniwa que ocupam comunidades da Venezuela e Colômbia são chamados Koripako e *Wakuenai* (ACIRA/FOIRN 1999). A porção da bacia do Içana em território nacional ocupa 3.487.791,5 (três milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil e setecentos e noventa e um e meio) hectares integralmente inseridos na Terra Indígena Alto Rio Negro.

A bacia do Içana contém um mosaico de paisagens moldadas pela diversidade de tipos de solos, de topografias, tipos de vegetação e histórias de manejo e ocupação. O solo predominante é de areia branca, pobre em nutrientes e pouco útil à agricultura. Nesses solos nasce uma vegetação mais baixa e aberta conhecida como campinarana, chamada localmente de caatinga. Na matriz de caatinga ocorrem manchas de floresta de terra-firme, pequenas e irregulares, utilizados para a agricultura. Terras-firmes são particularmente abundantes no Alto Içana, território Koripako, e escassas no Médio Içana, território dos *Dzawinai*, onde ocorre uma extensa região de lagos e florestas de igapó inundadas sazonalmente.

O diversificado mosaico de ambientes da bacia resulta numa distribuição desigual de recursos naturais importantes entre as comunidades. O intercâmbio de recursos entre diferentes aldeias é baseado em um conjunto de normas locais, alianças de matrimônio, relações políticas e regras de hierarquia e parentesco entre as fratrias e clãs. O resultado é um complexo contexto no qual o mosaico de paisagens é sobreposto ao mosaico social de relações econômicas, políticas e de governança de cada trecho.

A história recente e o movimento indígena

Os Baniwa contataram-se com os colonizadores europeus no início do século XVIII. Em meados do século XIX, protagonizaram movimentos messiânicos contra a opressão dos não-indígenas. A partir de 1870 foram explorados por patrões da borracha nos seringais do baixo Rio Negro e, no início do século XX, chegaram na região do Alto Rio Negro e afluentes os missionários católicos salesianos e suas escolas civilizadoras que, no entanto, não alcançaram a bacia do Içana na escala em que atuaram em outras calhas de rio, como o Uaupés. No final da década de 1940, Sophie Müller, missionária evangélica norte-americana da Missão Novas Tribos, iniciou a evangelização dos Koripako na Colômbia e chegou aos Baniwa do alto Içana pouco depois, quando o mundo baniwa dividiu-se em tensões religiosas entre católicos e evangélicos. Segundo o Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA, 2017/18, boa parte das famílias do Içana, 78,1%, são evangélicas e 21,8% são católicas.

Durante décadas os homens Baniwa se endividaram com patrões extrativistas de balata, sorva e piaçava, no Brasil e na Colômbia. A partir dos anos 1970, os Baniwa assistiram à entrada de novos personagens nas suas terras, com a tentativa de abertura de um trecho da Rodovia Perimetral Norte, a construção de pistas de pouso para uso militar e a invasão de empresas de garimpo. Os impactos negativos na organização social e manifestações culturais do povo Baniwa e Koripako em decorrência da atividade minerária na região levou às organizações indígenas a expulsarem as empresas do rio Içana e a iniciarem a luta junto às demais organizações indígenas pela demarcação da terra.

Já na década de 1990, essas organizações indígenas tornaram-se filiadas à FOIRN no intuito de melhor compreender e dialogar com a sociedade envolvente, buscando a gestão do bem viver no seu território demarcado.

Organização Baniwa e Koripako NADZOERI

Até maio de 2018 a instância da FOIRN para prestar assessoria técnica às associações e comunidades da bacia do Içana foi a CABC - Coordenadoria das associações dos povos Baniwa e Coripaco. Em maio de 2018 esta foi transformada na NADZOERI Organização Baniwa e Koripako. NADZOERI é um nome que homenageia os *Heekoapinai*, heróis fundadores provenientes de *Heeko*: *Ñapirikoli*, *Dzooli* e *Eeri*. Foram os *Heekoapinai* os conquistadores de conhecimentos e práticas que viabilizaram, e até hoje viabilizam, a sobrevivência dos Baniwa e Koripako no território ancestral.

Sub-regiões da Bacia do rio Içana

A bacia do Içana apresenta ampla diversidade entre suas cinco sub-regiões geopolíticas.

O **Alto Içana** possui **13 comunidades**, 238 famílias e uma população de **1.121 pessoas**, exclusivamente evangélicos. Na região habitam os clãs de dialeto Koripako e na paisagem predominam as terras-firmes, com grande potencial agrícola. A caça é a principal fonte de proteína das comunidades. A viagem de São Gabriel até o Alto Içana é penosa e pode durar entre quatro e seis dias, devido a inúmeras cachoeiras. A população mantém forte intercâmbio cultu-

ral e comercial com o lado colombiano, sobretudo com a cidade de Mitú, que acessam por varadores terrestres.

Os Baniwa preferem dividir o Médio Içana (26 comunidades e sítios, 276 famílias e 1.457 pessoas) em Médio Içana I e II¹⁹. O **Médio Içana I**, com **8 comunidades**, é marcado pela presença das serras do rio Cuyari, que se destacam na paisagem da margem esquerda do rio, onde predominam as terras-firme e roças, sendo que do lado direito predominam as caatingas das cabeceiras do rio Cubate. Região também exclusivamente evangélica cuja maioria das famílias filiam-se as fratrias *Dzawinai* e *Walipere-Dakenai*. A região é moderadamente navegável na maior parte do ano. A pesca e caça são práticas importantes para o provimento de proteína. Grandes eventos religiosos que se realizam no Médio Içana I atraem e fortalecem os intercâmbios com os parentes de comunidades colombianas do rio Cuyari, departamento de Guainía.

O **Médio Içana II**, com **18 comunidades**, possui maioria das comunidades evangélicas, porém abrigando um importante núcleo de comunidades católicas (Santa Rosa, Tapira-Ponta, Santa Marta, Juivitera e Arapaso). Essa região destaca-se pela sua importância pesqueira, é a região dos Lagos *Dzawinai*, um extenso mosaico de lagos, igapós e praias. Muito visitado por famílias de outras regiões, sobretudo no verão, para pescarias e incursões aos igapós em busca de castanha do uará e frutos de palmeiras.

A região do **Rio Ayari**, com **16 comunidades**, 156 famílias e **1.114 moradores**, possui sua população equilibradamente distribuída entre católicos e evangélicos. O Ayari é o território predominantemente dos *Hohodene*, mas que também possui várias famílias das fratrias *Walipere-dakenai* (Médio Ayari) e dos cunhados Kubeo e Wanano (Alto Ayari). O Médio e Alto Ayari são regiões de intercâmbio secular (matrimoniais, econômicos, políticos) entre a bacia do Içana e Uaupés, tanto na sua parte brasileira quanto colombiana. A pesca é mais intensa no Baixo e Médio Ayari, enquanto no Alto Ayari as famílias praticam a caça com regularidade. A tradicional cerâmica branca do Ayari é cada dia mais reconhecida como patrimônio importante das comunidades. É o rio Ayari também o guardião de importantes tradições como os rituais de iniciação do *Kowai*, os principais lugares sagrados, danças e os conhecimentos do xamanismo e da medicina baniwa.

O **Baixo Içana**, com **13 comunidades**, 163 famílias e **1.399 habitantes**, é região amplamente navegável o ano todo. Ainda que a maioria das famílias sejam evangélicas a região possui um forte núcleo católico que gira em torno da paróquia da comunidade de Assunção do Içana, única missão católica estabelecida na bacia. Por influência da missão católica as famílias do Baixo Içana migraram da língua baniwa para o nheengatu. Com paisagens diversificadas, a pesca possui relevância para o suprimento das comunidades.

19 Não estão contabilizados aqui a população de Castelo Branco, Taiacu e nem Aracú-cachoeira porque estas comunidades não participaram do Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA, 2017/18.

Associações indígenas

Em termos de representação política e de categorias existem **11 associações** de bases comunitárias, sendo 3 de mulheres, além de 7 escolares (associações de pais e mestres – APMCS). O Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA, 2017/18, indicou que 76% das comunidades afirmaram participar de uma das associações existentes na região e 27% participaram de alguma iniciativa nos últimos dois anos. A falta de disponibilidade das diretorias, dívidas e a falta de recursos são as principais dificuldades que as associações enfrentam.

Segue abaixo a relação das associações indígenas da região NADZOERI (ano de referência 2018).

Associações de bases comunitárias

OICAI – Organização Indígena Koripako do Alto Içana. Criada em 1999, representa 20 comunidades do Alto Içana.

OIBI – Organização Indígena da Bacia do Içana. Criada em 1992, representa 20 comunidades do Médio Içana II.

ACIR – Associação das Comunidades Indígenas do Rio Ayari. Criada em 1995, representa 18 comunidades do rio Ayari.

UNIB – União das Nações Indígena Baniwa. Criada em 1997, representa 5 comunidades do Médio Içana I.

ABRIC – Associação Baniwa do Rio Içana e Cuyari. Criada em 2001, representa 3 comunidades do Médio Içana I.

OCIDAI – Organização da Comunidade Indígena do Distrito de Assunção do Içana. Criada em 1999, representa 2 comunidades do Baixo Içana.

ACIRC – Associação das Comunidades Indígenas do Rio Cubate. Criada em 2016, representa 2 comunidades do Baixo Içana.

AIBRI – Associação Indígena do Baixo Rio Içana. Criada em 1999, representa 15 comunidades do Baixo Içana.

Associações de mulheres

UMIRA – Associação das Mulheres Indígena do Rio Ayari. Criada em 1999, representa as mulheres de 19 comunidades do rio Ayari.

AAMI – Associação de Artesãs do Médio Içana. Criada em 2004, representa as mulheres de 5 comunidades do Médio Içana I.

COSART – Costura e Arte de Assunção do Içana. Criada em 2014, representa as mulheres de Assunção, Baixo Içana.

AMIBI – Associação das Mulheres Indígenas do Baixo Içana. Criada em 1992, representa as mulheres de 15 comunidades do Baixo Içana.

Associações escolares

CERIC – Cacique Escolar do Rio Içana e Cuyari.

ACEP – Associação Conselho da Escola Pamáli (2002).

AIPEEMPJ – Associação de Pais e Mestres e Educadores da Escola Municipal Pastor Jaime.

ACGEH – Associação do Conselho de Gestão da Escola Eeno Hiepole (2015).

APMCEIN – Associação dos Pais e Mestre Comunitário da Escola Indígena de Nazaré (2007).

EIBP – Escola Indígena Baniwa Paraattana (2008).

EIDC – Escola Indígena Duque de Caxias.

Diagnóstico Socioambiental

Comunidades, sítios e população

O levantamento de dados do diagnóstico realizado pela FOIRN e ISA/2017/18 alcançou 63 comunidades e 2 sítios da bacia do rio Içana, que abrigam uma população de 5.091 pessoas pertencentes a 833 famílias entrevistadas. Grandes comunidades não foram incluídas neste levantamento: Castelo Branco, Taiaçú, Aracú-Cachoeira, Sítio Caranaí. Em outubro de 2018, durante a assembleia regional que aconteceu em Castelo Branco, foi feito um levantamento detalhando a existência de 83 comunidades e sítios na bacia, evidenciando que os dados referentes a este levantamento correspondem a aproximadamente 76% dos assentamentos existentes na bacia do rio Içana.

Estrutura populacional – Comparando dados do Censo DSEI/2008 com o Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA, 2017/18, tem-se que a pirâmide etária da bacia do rio Içana sofreu mudança em sua estrutura, uma diminuição da base da pirâmide, correspondente à população de 0-19 anos de idade. Em 2008 essa faixa etária correspondia a 15% da população total da bacia do Içana. Em 2017 correspondeu a 12%. Os dados sugerem uma queda de fecundidade na população, ou seja, em média, as mulheres em idade fértil estão tendo menos filhos em relação aos anos anteriores. Resultando assim em um crescimento populacional reduzido. Em geral, especialistas indicam que os motivos para uma queda do número de indivíduos na primeira infância, durante o período analisado, pode estar relacionado ao maior acesso à métodos anticoncepcionais, à elevação do custo de vida e a busca por acesso à educação, que resulta em uma eventual migração para os centros urbanos, onde passam a estruturar novas famílias, bem como no planejamento familiar.

Mobilidade – Nos últimos dois anos 106 famílias se mudaram das comunidades da região, tendo a maior parte ido para São Gabriel da Cachoeira: 20 famílias buscando educação, 15 para estarem próximas de parentes, 06 por questão de saúde, 05 para acessar benefícios sociais mais facilmente, 04 em busca de renda, 04 por escassez de recursos localmente e 02 se mudaram

FIGURA 4

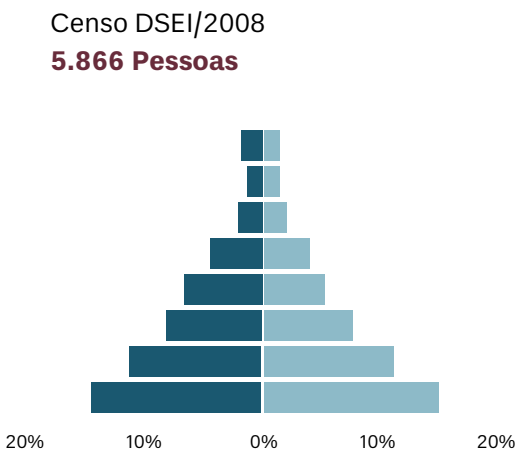
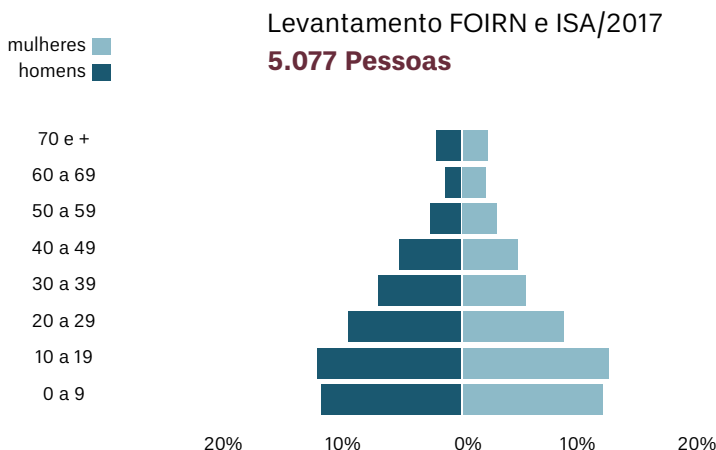


FIGURA 5



devido a conflitos locais. Neste período de dois anos foram contabilizadas 83 famílias chegando nas comunidades da região.

Saúde – Na região foram registrados 54 Agentes Comunitários Indígenas de Saúde (ACIS) que vivem nas próprias comunidades. Este número foi alterado no segundo semestre de 2017, depois do levantamento, pois foram demitidos 17 ACIS (06 no Alto Içana, 05 no Médio, 05 no Baixo e 01 no Ayari). O atendimento à saúde é avaliado como bom em 17% das comunidades, como regular em 46% e como ruim em 37% delas. Os casos de doenças informados para os últimos 2 anos são: 578 casos de malária, 320 de microfilária, 70 casos de doenças da mulher (câncer de mama, útero etc.), 53 mordidas de cobra e 15 acidentes.

Educação Escolar – Em 50 comunidades há escolas e salas de aula, sendo que 37 escolas/salas foram construídas pelas comunidades e 13 foram construídas pelo governo. Conforme afirmaram as comunidades há: Ensino Fundamental (EF) I funcionando em 52 comunidades; EF I e II em 28; EF I, II e Ensino Médio (EM) em 06 e Educação para Jovens e Adultos (EJA) funcionando em 16 comunidades. Somente 1 escola indicou possuir o Projeto Político Pedagógico Indígena (PPPI) finalizado. Em outras 27 o PPPI está em elaboração e em 37 não iniciaram. Há na região 66 pessoas com formação superior completa e 87 cursando algum tipo de graduação. Os cursos registrados foram: licenciatura indígena em políticas educacionais e desenvolvimento sustentável, ciência naturais, ciências biológicas, engenharia, licenciatura em física e licenciatura em pedagogia.

Água e Energia – O rio é a principal fonte de abastecimento de água para 40 comunidades (61,5%). Outras 17 (26,1%) obtém água de fontes próximas, 06 comunidades (9,2%) coletam da chuva e 02 (3%) declaram possuir poço comunitário. Em 25 comunidades há geradores de uso comunitário à diesel, sendo 21 funcionando e 4 quebrados. Em 38 não há gerador comunitário, o que é compensado pela existência de 200 geradores de uso familiar. Em 32 comunidades é realizada uma contribuição coletiva das famílias para pagar pelo diesel. Em 17 comunidades indicaram usar placas solares com baterias e inversores como fonte de energia.

Monetização – Este é um tema crescente no cotidiano da região, gerando várias transformações na vida dos Baniwa e Koripako, transformações cujos impactos ainda são pouco monitorados. O capítulo sobre Economia Indígena, parte integrante do PGTA Wasu, traz reflexões sobre as repercussões da entrada destes ingressos monetários nas vidas das famílias e como poderão ser direcionadas políticas públicas e a própria política indígena para lidar com estes eventos, que são novos na realidade do Rio Negro. A partir do levantamento é possível indicar que pela bacia do Içana circula cerca de R\$11.634.970,40/ano a partir das seguintes fontes: 390 aposentadorias, sendo 201 homens e 189 mulheres (R\$ 4.461.600,00/ano); 314 salários (R\$ 11.634.970,40/ano); 545 Bolsas Famílias (R\$ 2.092.865,40/ano); 139 salários maternidade (R\$ 402.405,00/ano); totalizando R\$ 11.634.970,40²⁰.

Outras fontes de renda monetária incidem sobre a região: bolsas de estudantes e pesquisadores indígenas, renda proveniente de venda de produtos do sistema agrícola tradicional, renda proveniente da comercialização de produtos industrializados e pela prestação de serviços.

20 Os cálculos foram feitos com base no valor de R\$ 937,00, correspondente ao salário mínimo, e usando o valor médio de R\$ 182,31 para o Bolsa Família em 2017. O salário maternidade foi calculado em cima do pagamento de 3 parcelas de 01 salário mínimo para cada família recebedora do benefício.

Destaca-se o fato dos Baniwa e Koripako serem pioneiros em iniciativas sustentáveis de geração de renda, ressaltando os projetos Arte Baniwa (cestaria, cerâmica, ralos) e a Pimenta Baniwa.

Em fases iniciais, porém com boas perspectivas, também está em desenvolvimento a produção e comercialização de castanha uará, mel de abelhas nativas, tucupi e farinhas. A Rede de Casas da Pimenta Baniwa, com 5 unidades de produção distribuídas por diferentes partes do território de ocupação baniwa, junto com a iniciativa do artesanato faturou meio milhão de reais (R\$354.781,94 + R\$141.281,26) entre 2013-2018. A marca Baniwa tem um bom grau de visibilidade e consolidação no mercado gastronômico e de artesanato, o faturamento cresce ano a ano, alimentando boas expectativas sobre o potencial de desenvolvimento deste tipo de negócio na bacia (Relatório de Indicadores da Pimenta Jiquitaia Baniwa - 2º semestre 2018; 2019).

Grupos Familiares – No levantamento socioambiental FOIRN e ISA, 2017/18 foram entrevistadas 833 famílias da região do Içana. Este formulário foi direcionado às atividades de produção e segurança alimentar das famílias, questões relacionadas a pesca, caça, roça, extrativismo, venda de produtos, consumo de itens industrializados, permanência no centro urbano e impactos do programa Bolsa Família.

Pesca – A grande maioria das famílias baniwa e koripako (96%) pescam e apenas 4% responderam que não, estas do Alto Içana, região de cabeceira onde o peixe é escasso. Para 73,9% das famílias a pesca é suficiente para o sustento da família enquanto que 26% disseram que não. 44,5% das famílias que pescam vendem pescado de vez em quando e somente 1,7% o faz de modo frequente. No levantamento realizado há 10 anos elaborado por OIBI/ISA/Fiocruz Amazônia, através do Projeto *Kophé Koyaanaly*, 70% das famílias acompanhadas durante 2 anos de monitoramento da pesca avaliaram suas pescarias como boas ou ótimas. Entretanto, 80% das famílias afirmaram que nos últimos cinco anos os peixes diminuíram de tamanho.

Caça – 60% das famílias afirmaram que caçam, enquanto 40% não. Para 77,5% das famílias algum tipo de caça, sobretudo queixada, mutum, caititu, para e anta deixou de existir na área da comunidade nos últimos anos.

Roça – Ter uma roça é outro item que aparece como predominante entre as famílias entrevistadas. Das 833 entrevistas familiares, 784 possuem roça (94%), 47 não possuem (5,6%) e 2 não responderam. A média de roças por família é de 3,7.

Comercialização de produtos das roças e extrativismo – Os produtos da roça são vendidos por 59% das famílias, enquanto 40% não realizam esta prática. A farinha de mandioca aparece como produto mais vendido (46% das famílias), seguido da farinha de tapioca (21%), abacaxi (12%), beiju (11%) e banana (10%). As famílias que afirmaram vender produtos do extrativismo foram 14%, bem abaixo do número que declaram vender produtos da roça. Os itens e a quantidade de famílias que os vendem contabilizados foram: madeira (48 famílias), tucum (23 famílias) e cipó (10 famílias). Os dados revelam que uma imensa população baniwa ainda poderia obter renda caso seus produtos pudessem conquistar mercados consumidores.

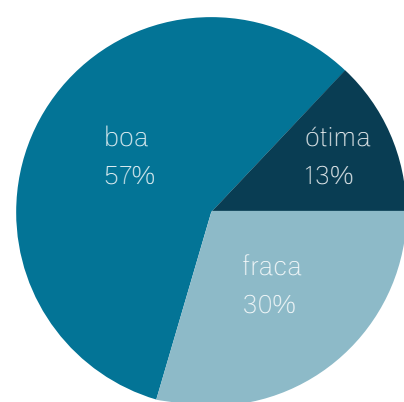


FIGURA 6 opinião de 293 pescadores sobre o grau de satisfação de suas pescarias – pesquisa acompanhada pelos pesquisadores indígenas de manejo Ambiental do projeto *Kophé Koyaanaly* (março/2006 a maio/2008). Fonte: OIBI, ISA, Fiocruz Amazônia, 2009.

Consumo de alimentos industrializados – O levantamento apurou quais itens básicos as famílias consomem. O açúcar foi mencionado por 685 famílias (82%), o café por 652 (78%), o sabão por 574 (69%), as bolachas por 540 (65%), o sal por 522 (63%), o combustível por 496 (60%) e o arroz por 381 famílias (46%).

Segurança Alimentar – O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional chama atenção para o fato de que uma população está em condições seguras relacionadas a sua alimentação e nutrição quando a mesma tem acesso regular ao consumo de alimentos de boa qualidade, na quantidade ideal e, por fim, que sejam alimentos culturalmente aceitos e desejados. Na avaliação da alimentação mais da metade das famílias, 436 (52%), respondeu que considera boa a sua alimentação, enquanto que 376 (45%) consideram razoável e 19 famílias apontaram sua alimentação como ruim (2%). Duas famílias não responderam. A falta de peixe é tida como principal causa da alimentação ruim por 14 famílias (38%), seguida pela falta de caça (7 famílias; 19%), falta de dinheiro (7 famílias; 19%), e pela falta de roça (6 famílias), doença (2 famílias; 5%) e, por último, 1 família respondeu que a alimentação é ruim por ter ficado muito tempo fora da comunidade.

Desafios para a gestão territorial na bacia do rio Içana

Evitar a entrada de terceiros para exploração de recursos naturais em nossas terras é o grande desafio para a gestão territorial da bacia do rio Içana e o Bem Viver Baniwa e Koripako. Atualmente, o principal recurso que fomenta a entrada ilegal de não-indígenas em nossas terras é o minério, em específico a tantalita.

A bacia do rio Içana tem sido foco de interesse de empresários do setor de exploração mineral desde a década de 70, quando havia na região empresas que atuavam na extração de tantalita e ouro. Os impactos negativos na organização social e manifestações culturais do povo Baniwa e Koripako em decorrência da atividade minerária na região levou as organizações indígenas a expulsar essas empresas. Já na década de 1990, com a demarcação da Terra Indígena do Alto Rio Negro, a exploração mineral na bacia passou a ser inviabilizada, uma vez que a Constituição Federal de 1988 proibiu práticas de prospecção mineral em Terras Indígenas na ausência de aparatos regulatórios (Art. 176, parágrafo 1º).

Apesar de não haver a regulamentação para a prática de exploração mineral em Terras Indígenas, existem atualmente cerca de 480 requerimentos de exploração mineral por terceiros na área da bacia do Içana. A entrada ilegal de empresários e pesquisadores vinculados à mineração na Terra Indígena entre 2015-2019 foi denunciada ao Ministério Público Federal e resultou em recomendações²¹ que asseguram os direitos indígenas – de consulta prévia e informa- da – como previsto na Convenção 169 da OIT.

²¹ As recomendações resultantes da denúncia ao Ministério Público são identificadas com os seguintes números de protocolo: nº 1.13.000.000727/2016-59 e nº 1.13.000.000273/2017-05.

Nós entendemos que a retomada desse tipo de atividade, se regulamentada as atividades minerárias em Terras Indígenas, deve primeiramente passar por um estudo minucioso de viabilidade da cadeia produtiva; avaliação de impactos ambientais, sociais e culturais; organização e protagonismo espontâneo das comunidades indígenas; e estar condicionada ao processo de avaliação dos povos indígenas assegurado pelo Protocolo de Consulta da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro e do Povo Baniwa e Koripako.

Diretrizes específicas dos povos Baniwa e Koripako

Grande parte de nossos desafios e propostas estão contempladas nas Diretrizes Gerais do PGTA da TI Alto Rio Negro, que reúne questões e demandas comuns a todos os povos e comunidades da TI (ver parte III deste documento). Porém consideramos importante apresentar aqui algumas propostas e recomendações específicas de nossa região, em áreas que consideramos prioritárias para o bem viver de nossas comunidades. Essas propostas e recomendações, validadas em assembleia geral do povo Baniwa e Koripako em outubro de 2018, deverão ser atualizadas de quatro em quatro anos.

1. Território, governança e direitos indígenas

Propostas, acordos e recomendações

- 1. Anulação de todos os pedidos de pesquisa e lavra mineral para a bacia do rio Içana. Responsáveis: MPF e FOIRN.
- 2. Garantir permanência de chefe de Coordenação Técnica Local em Tunuí-Cachoeira, equipado, com equipe mínima e insumos. Responsáveis: Ministério da Justiça e Funai.
- 3. Indicação oficial das lideranças legitimadas pelas comunidades da bacia do rio Içana. Responsáveis: Funai e FOIRN.
- 4. Incorporar as linhas de ações previstas no PGTA Baniwa e Koripako no planejamento anual das associações de base da bacia do rio Içana. Responsáveis: NADZOERI/FOIRN e associações de base.
- 5. Garantir a participação de representantes Koripako, e demais sub-regionais, nas mobilizações nacionais dos povos indígenas. Responsáveis: OICAI e NADZOERI/FOIRN.
- 6. Intensificar as articulações das organizações representativas do povo Koripako com o poder público no âmbito municipal, estadual e federal. Responsáveis: OICAI, NADZOERI/FOIRN, Câmara Municipal, representação indígena no governo estadual do Amazonas.
- 7. Criação oficial da categoria de Agentes Indígena de Manejo Ambiental para iniciativas interculturais de gestão ambiental e territorial nas TIs. Responsáveis: NADZOERI/FOIRN, Funai, ISA, comitê do sitio Ramsar e parceiros potenciais.

8. Fortalecer a Organização Baniwa e Koripako NADZOERI para implementação do PGTA. Responsáveis: Funai, FOIRN e associações de base.

9. Fortalecimento das organizações de mulheres Baniwa e Koripako. Responsáveis: OICAI, NADZOERI/FOIRN e departamento de Mulheres Indígenas/FOIRN.

2. Educação escolar indígena

Propostas, acordos e recomendações

- 1. Emancipação de 4 salas de aulas anexas de Assunção como escolas de ensino médio (Barekeniwa, Ttolee, Pamáali e Heeno Hiepole). Responsáveis: Governo Estadual, Governo Federal e SEMED.
- 2. Estadualização das escolas indígenas do rio Ayari em tempo integral e de ensino técnico. Responsáveis: Governo Municipal e Estadual, SEMED, SEDUC, MEC, DSEI-ARN, SESAI/ MS.
- 3. Construção de prédios escolares nas comunidades Koripako do Alto Rio Içana, equipados com biblioteca e laboratório de informática e internet. Responsáveis: OICAI, NADZOERI/FOIRN, SEMEC, SEDUC e MEC.
- 4. Ampliar a participação de jovens Koripako em cursos de formação de professores indígenas, cursos profissionalizantes e de nível superior. Responsáveis: APIS, SEMEC, SEDUC e MEC.
- 5. Instalação de um núcleo de formação avançado Baniwa e Koripako na bacia do Içana, associado ao projeto do Instituto dos Conhecimentos Indígenas do Rio Negro (ICIPRN). Responsáveis: NADZOERI/FOIRN e ISA.

3. Saúde indígena

Propostas, acordos e recomendações

- 1. Valorizar a medicina tradicional e práticas interculturais de saúde por meio da criação da Farmácia Viva Baniwa e Koripako. Responsáveis: NADZOERI/FOIRN e associações de base.
- 2. Garantir os serviços de saúde intensivo nas comunidades do Polo Base de Tunuí Cachoeira. Responsáveis: DSEI, CONDISI e Polos Base.
- 3. Recontratação dos Agentes Indígenas de Saúde exonerados na bacia do rio Içana. Responsáveis: DSEI.
- 4. Equipar a Unidade Básica de Saúde Indígena (UBSI) da comunidade Boa Vista do baixo rio Içana. Responsáveis: SESAI.
- 5. Reativar o mini-hospital da comunidade Assunção do Içana. Responsáveis: SESAI.
- 6. Construção de miniposto de saúde em todas as comunidades do rio Ayari. Responsáveis: DSEI, SESAI, MS, NADZOERI/FOIRN, Estado do Amazonas e universidades.
- 7. Contratação de agente de endemias para atuação no rio Ayari. Responsáveis: DSEI e SESAI.
- 8. Criação de minilaboratório móvel na bacia do Içana, equipado com microscópios eletrônicos e kit de teste rápido. Responsáveis: DSEI-ARN, SESAI, MS e SEMSA.

	9. Criação de hospital municipal para atendimento dos povos indígenas. Responsáveis: SESAI. 10. Criação de laboratório de processamento de plantas medicinais no município. Responsáveis: DSEI-ARN, SESAI, MS, SEMSA, FIOCRUZ, FOIRN e Instituto Butantan. 11. Criação de mini-hospital no Alto rio Içana. Responsáveis: DSEI, Funai e NADZOERI/FOIRN. 12. Fornecer insumos e equipamentos para primeiros socorros as comunidades estratégicas para resgate de pacientes do Alto rio Içana: Curacy e Jerusalém. Responsáveis: DSEI, Funai e NADZOERI/FOIRN.
4. Infraestrutura, comunicação, lixo e saneamento	Propostas, acordos e recomendações 1. Criação de um plano de saneamento ambiental das comunidades da bacia do rio Içana. Responsáveis: DSEI. 2. Instalação de carneiro hidráulico para captação de água em todas as comunidades e sítios do rio Ayari. Responsáveis: ACIRA, UMIRA, NADZOERI/ FOIRN, DSEI e ISA. 3. Instalação de sistema de energia renovável nas comunidades do rio Ayari (fotovoltaica) e do Alto rio Içana (miniturbinas hidrelétricas). Responsáveis: ACIRA, UMIRA, NADZOERI/FOIRN, DSEI, Exército e ISA. 4. Instalação de sistema de comunicação (telefone público, internet e antena de celular) em comunidades estratégicas da bacia do Içana. Responsáveis: MCTIC, ACIRA, UMIRA, NADZOERI/FOIRN, DSEI, Exército, Anatel e ISA. 5. Criação de banco postal para região do rio Ayari. Responsáveis: Exército, Funai e Correios. 6. Viabilizar a construção de casas populares na região do rio Ayari. Responsáveis: Exército Brasileiro, Governo do Estado e Governo Federal. 7. Construção de ramal entre as comunidades estratégicas da bacia do Içana (Tunuí - Uapuí Cachoeira e Coracy - Aracu Cachoeira). Responsáveis: Exército Brasileiro e DSEI. 8. Reativação de pista de pouso em Uapuí-Cachoeira. Responsáveis: Exército Brasileiro e DSEI.
5. Manejo e iniciativas produtivas	Propostas, acordos e recomendações 1. Reconhecer e apoiar financeiramente a produção proveniente do sistema agrícola Kaaly (via Projeto Manakai). Responsáveis: NADZOERI/FOIRN, CETAM, ADS, IDAM, FEI, Governo Municipal e Estadual. 2. Elaboração de projetos para promoção de iniciativas de criação de animais (piscicultura e animais de pequeno porte) na bacia do Içana. Responsáveis: NADZOERI/FOIRN, CETAM, ADS, IDAM, FEI, Governo Municipal e Estadual.

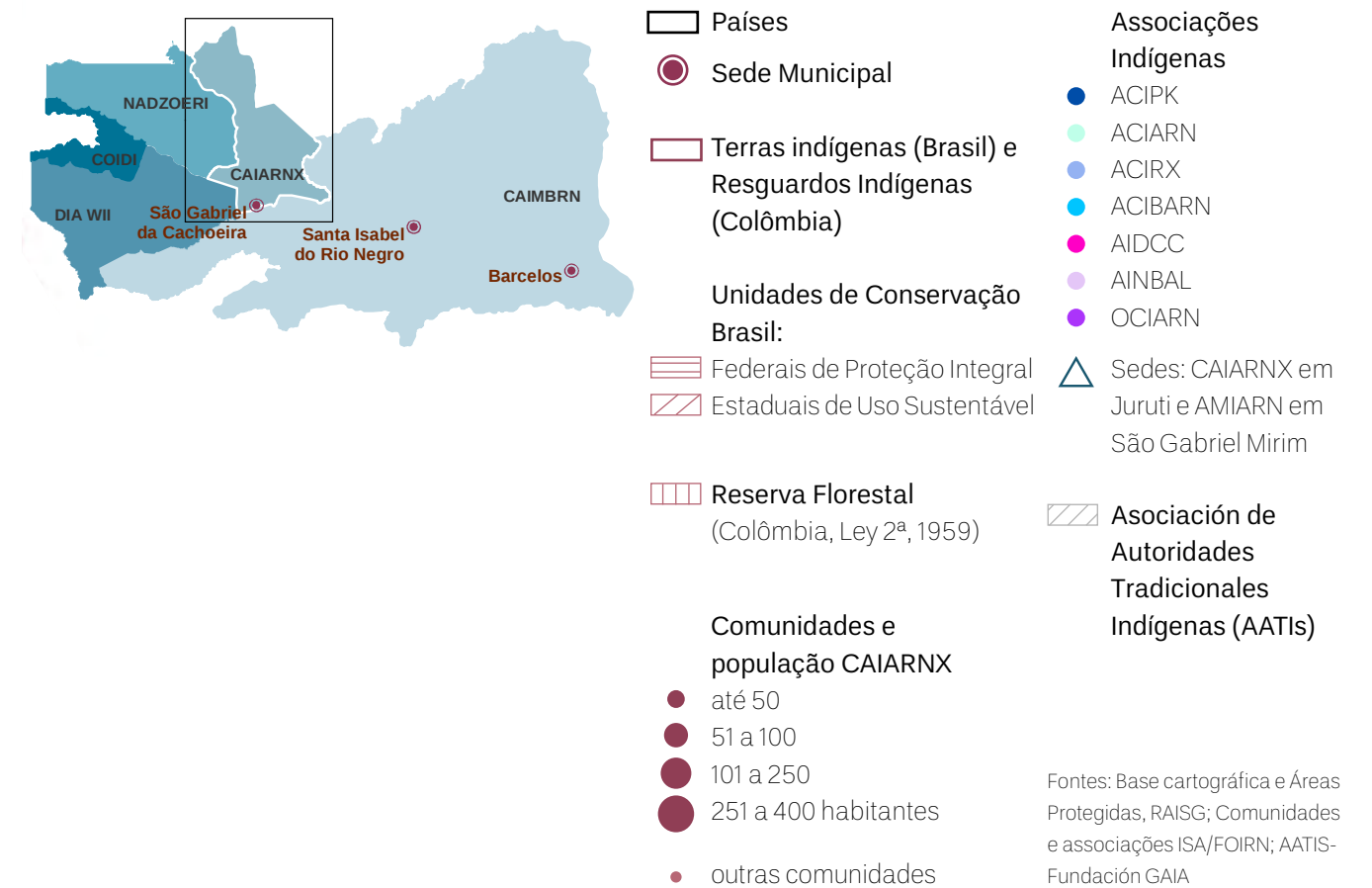
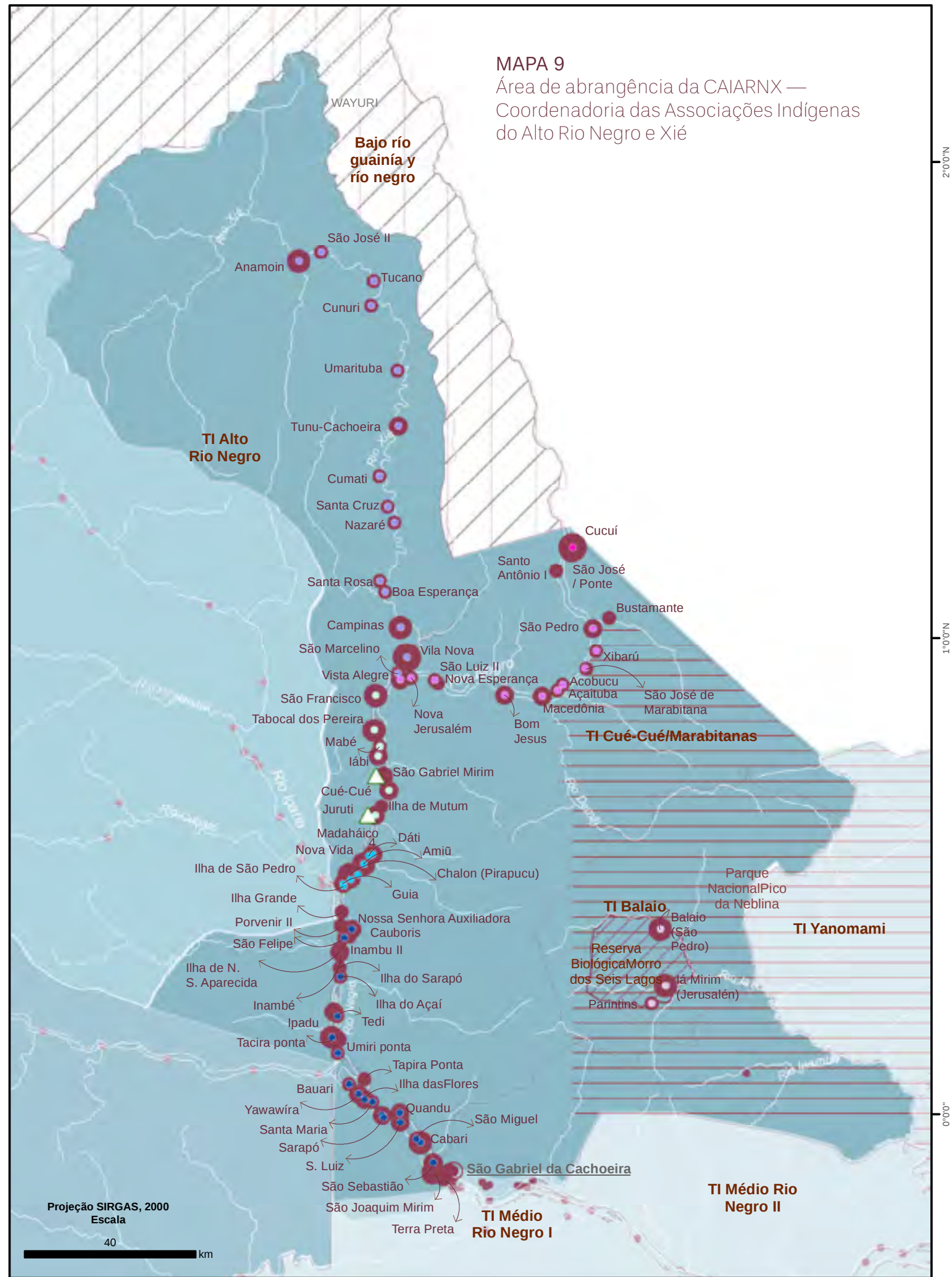
	3. Promover feiras e exposições de produtos indígenas. Responsáveis: NADZOERI/FOIRN, ISA, Funai, Ministério da Cultura, Ministério do Transporte, SEMED, IPHAN e SEPROR. 4. Criação de mercado Baniwa no rio Ayari e sistema de escoamento de produtos para a área urbana. Responsáveis: NADZOERI/FOIRN, ISA, Funai, Ministério da Cultura, Ministério do Transporte, SEMED, IPHAN e SEPROR. 5. Implantação de minicentral de processamento de produtos do sistema agrícola para comercialização no rio Ayari. Responsáveis: NADZOERI/FOIRN, ISA e Funai. 6. Formação técnica para o manuseio de maquinário agrícola. Responsáveis: NADZOERI/FOIRN, ISA, Funai, SEMED e SEPROR. 7. Levantamento de potencialidades do Alto rio Içana para desenvolver iniciativas de geração de renda sustentáveis. Responsáveis: OICAI, NADZOERI/ FOIRN e Funai.
6. Cultura e salvaguarda de patrimônios socioambientais	Propostas, acordos e recomendações 1. Reconhecer o sistema Kaaly como patrimônio cultural Baniwa e Koripako. Responsáveis: NADZOERI/FOIRN, IPHAN e ISA. 2. Mapear locais históricos e conhecimento tradicional associado aos locais sagrados da bacia do rio Içana. Responsáveis: NADZOERI/FOIRN, rede de AIMAs e ISA. 3. Criar museu Baniwa na região do Ayari e na sede do município. Responsáveis: NADZOERI/FOIRN, Funai e ISA. 4. Garantir o direito de acesso ao registro de nascimento indígena (RANI). Responsáveis: Funai e NADZOERI/FOIRN.

9

ALTO RIO
NEGRO
E XIÉ

CAIARNX
Coordenadoria
das Organizações
Indígenas do
Alto Rio Negro e Xié





Perfil geral da região

A área de atuação e governança da CAIARNX abarca todo o trecho do alto rio Negro a partir da comunidade São Joaquim Mirim, acima de São Gabriel da Cachoeira, até o povoado de Cucuí, na tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Venezuela. Inclui também o rio Xié, importante afluente na margem direita do Negro. Envolve quatro terras indígenas, duas delas integralmente — TI Cué-cué Marabitanas e TI Balaio —, e as outras duas parcialmente — TI Médio Rio Negro I e TI Alto Rio Negro. Conforme reivindicação do movimento indígena, a área coincide com uma das Regiões Administrativas de São Gabriel da Cachoeira (Região Administrativa Alto Rio Negro e Xié), definida por meio de Lei Municipal nº 209, de 21 de novembro de 2006.

Na TI Alto Rio Negro a área da CAIARNX abrange toda a margem direita do rio Negro, acima da foz do rio Uaupés até a foz do rio Xié, e também o Xié em quase toda sua extensão no território brasileiro; a única exceção é parte da região de sua foz que atualmente tem as comunidade de Vila Nova e São Marcelino²². Também inclui as ilhas deste trecho do Negro, uma vez que são parte desta TI. Na margem esquerda do rio Negro está a TI Cué-Cué Marabitanas e rio abaixo a TI Médio Rio Negro I. Parte da região da TI vizinha Cué-Cué é sobreposta ao Parque Nacional Pico da Neblina, criado pelo decreto nº 83.550 de 1979.

Apesar dessa diversidade de Terras Indígenas é preciso compreender a região como um mosaico sociocultural que tem entre seus principais atributos a circulação de pessoas, objetos, línguas e saberes. Considerada a tradicional característica multiétnica do rio Negro, é uma região onde predominam os

imagem na página anterior

Açaí e peixe em cesto de arumã ofertados em dabucuri, Terra Indígena Alto Rio Negro, AM. (Carol Quintanilha/ISA, 2018).

²² Esta região é vizinha da TI Cué-Cué Marabitanas mas Vila Nova e São Marcelino são contabilizadas aqui na TI Alto Rio Negro por fazerem parte da Associação das Comunidades Indígenas do Rio Xié auferindo a unidade espacial e organizativa que a associação e suas comunidades membros buscam e que foi seguida durante as etapas de construção dos PGTAs do Rio Negro.

povos **Baré** e **Werekena**, sendo que estes últimos estão mais concentrados em comunidades no rio Xié.

Os **Baré** e os **Werekena** falavam línguas da família Arawak, mas a partir do século XVIII, com a chegada das frentes coloniais ao alto rio Negro, iniciaram um processo de adoção da língua geral ou nheengatu. Atualmente, esta língua representa uma marca de identidade cultural dos dois povos. O nheengatu é uma forma adaptada do Tupi antigo que foi difundida por missionários jesuítas e carmelitas na busca de unificar o universo de línguas indígenas que encontravam. Apesar do objetivo dos missionários para que o nheengatu se tornasse uma língua nacional não ter se concretizado, a língua é amplamente usada do baixo ao alto Rio Negro. Contudo, em comunidades do curso mais alto do rio Xié há falantes da língua werekena e há relatos de famílias na Venezuela que falam a língua baré.

Há relatos históricos de presença de grupos Baniwa na região também e mais recentemente há uma crescente população Baniwa na região da foz do Içana onde este rio se une ao Negro.

Em um esforço de registrar o histórico de ocupação, representantes das comunidades desta região participaram em Juruti da oficina inaugural para construção dos PGTA's em 2015, e lembraram como as atuais comunidades se formaram. Há comunidades formadas desde o século XVIII até locais onde as famílias se estabeleceram há poucos anos. Este registro aponta um **movimento por parte das famílias onde migrar, abandonar e reviver comunidades é comum**. Há comunidades fundadas por ex-moradores de rios como o Papuri, Uaupés, Içana e parentes indígenas dos países vizinhos Colômbia e Venezuela. Pois essa é também uma **região transfronteiriça**, com povos aparentados vivendo nas zonas de fronteira entre os três países. Antes da demarcação das fronteiras, esses povos já ocupavam a região, com sua organização e territorialidades tradicionais.

Em toda a área da CAIARNX, e segundo o censo do Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA, 2017/18, vivem cerca de 4.582 pessoas, distribuídas por 69 comunidades e 21 sítios independentes, afora outros assentamentos menores que estão associados às comunidades. Dessa população, 2.076, ou 45% está na TI Alto Rio Negro, vivendo em 21 comunidades e 1 sítio no trecho da margem direita do Negro e outras 13 comunidades e 8 sítios no rio Xié.

Associações indígenas

Em toda a região da CAIARNX há hoje nove associações de base, com representatividade por sub-região (calha e trecho de rio), étnica e também específicas das mulheres. Algumas foram formadas ainda nos primeiros tempos do movimento indígena organizado no rio Negro, no período da luta pela demarcação das terras indígenas. Outras são mais recentes e surgiram em meio aos novos desafios pós-demarcação. As associações são hoje referência para a governança nas diversas sub-regiões, organizando propostas e iniciativas das comunidades em um nível local.

Dessas nove associações da área da CAIARNX, quatro representam os territórios e comunidades que estão dentro da TI Alto Rio Negro, sendo elas:

ACIBARN – Associação das Comunidades Indígenas Baré do Alto Rio Negro, CNPJ 06.259.690/0001-84

ACIRX – Associação das Comunidades Indígenas do Rio Xié, CNPJ 05.543.541/0001-80

ACIARN – Associação das Comunidades Indígenas do Alto Rio Negro, CNPJ 05.543.616/0001-22

AMIARN – Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro, não possui CNPJ

ACIPK – Associação das Comunidades Indígenas Putira Kapuamu, CNPJ 05.567.668/0001-39

Diagnóstico socioambiental

Comunidades, sítios, população

O levantamento de dados do diagnóstico realizado pela FOIRN e ISA, 2017/18, abarcou 34 comunidades e 9 sítios na região da CAIARNX que estão dentro da Terra Indígena Alto Rio Negro. Nessas comunidades e sítios foram contabilizadas cerca de 2.076 pessoas, pertencentes a 318 famílias entrevistadas. Importante ressaltar que esses dados não abarcam a totalidade da população e de assentamentos na região, uma vez que há pessoas, sítios associados às comunidades e/ou novas comunidades que podem ter surgido que não estão contabilizados nestes números.

Mobilidade e migrações – o levantamento apontou que nos últimos dois anos 37 famílias mudaram para as comunidades (chegaram) da região da CAIARNX. Isto indica um movimento da própria região e sugere que a migração não é somente de êxodo (ida) aos centros urbanos. Quanto ao número de famílias que se mudaram (saíram) das comunidades nesse período de dois anos, foram contabilizadas 52 famílias. A maior parte dessas pessoas se mudaram para o centro urbano de São Gabriel da Cachoeira. Apesar dos motivos muitas vezes combinarem uma série de fatores, os três principais motivos apurados no levantamento foram, respectivamente, ir viver com outros parentes, acesso a educação escolar e o acesso a benefícios sociais. Nenhum caso de migração foi respondido como sendo devido à escassez de recursos. É importante considerar o movimento das famílias entre cidade e comunidades, pois a migração quase nunca é considerada como definitiva. Muitas vezes, as famílias que vão para a cidade mantêm o seu vínculo com as comunidades de origem e intencionam voltar um dia. Outro exemplo é o de jovens que estudam na cidade mas que, por orientação das famílias, devem retornar.

Católicos e evangélicos, um reflexo da história da colonização na região – no levantamento 188 famílias se declararam católicas e 233 evangélicas. É importante notar que estas religiões, apesar de originadas em contextos não indígenas, são apropriadas pelas comunidades que lhe aferem características próprias do seu contexto através de traduções, da realização de eventos como festas de santo ou ceias evangélicas e da convivência com conhecimentos dos

antigos, de benzedores e com a realização de rituais. Durante as oficinas de PGTA na região, as comunidades e lideranças reforçaram que a evangelização não pode investir contra os conhecimentos e práticas tradicionais, pois isso implica em perdas muito grandes para a cultura e modo de vida indígenas. A evangelização, ao contrário, deve respeitar e incentivar esses conhecimentos.

Conhecimentos e práticas tradicionais — o levantamento registrou que na região 19 comunidades possuem benzedores. No total, apurou-se que há 31 pessoas na abrangência da CAIARNX com estes importantes conhecimentos e práticas. É importante notar que há diferentes categorias de benzedores e conhecedores e que neste levantamento foram todos somados. Na região também há festas e danças tradicionais como dabucuri, mawacu, kariamã, cariçu, yapurutu, jabuti, saúba (uçailwa), ambaúba, macaquinho, acará e veado, ao de festas juninas, conferências e santas ceias evangélicas, festas de santo, (principalmente daqueles padroeiros das comunidades), jogos esportivos indígenas e celebração de feriados nacionais. Segundo os moradores, as festas tradicionais mantêm a memória da cultura viva, realizam troca de benzimentos e de alimentos, mobilizam as comunidades, tiram saruãsa (um tipo de doença, consequência do não cumprimento de alguma regra ou resguardo), preparam roças e oferecem proteção.

Atendimento à saúde — o levantamento mostrou que das 34 comunidades da região, 21 possuem Agentes Indígenas de Saúde (AIS). Esta iniciativa de formação é uma reivindicação de longa data do movimento indígena e caminha em conjunto com a luta pelos direitos indígenas. Nas oficinas de PGTA as comunidades reforçaram a importância dos AISs e a necessidade de maior apoio e estrutura para a atuação destes.

Quanto ao atendimento de equipes de saúde nas comunidades, o levantamento registrou que 24 comunidades o consideram regular, 5 avaliam que é ruim e 4 disseram ser bom. A frequência de atendimento nas comunidades foi registrada na maior parte dos casos como anual ou semestral. Em 23 comunidades e sítios, houve o atendimento de médico uma vez nos últimos doze meses a partir do momento do levantamento, enquanto 6 receberam uma visita a cada semestre. Em 3 comunidades foi registrado que não houve visita de um médico nesse período. Dezesseis comunidades tiveram uma visita de enfermeiros no último ano e 11 contaram com esse atendimento duas vezes nos últimos doze meses. Quanto a dentistas, 25 comunidades tiveram uma visita deste profissional no ano anterior ao levantamento e 3 contaram com 2 visitas.

O levantamento registrou também um alto índice de casos de malária na região, 239 nos últimos dois anos.

Educação — o levantamento apontou que há 30 escolas que funcionam nas comunidades, ou seja, quase todas as comunidades possuem as próprias escolas. No entanto, o espaço muitas vezes é garantido pela própria comunidade, como foi registrado em 20 dos casos, sendo apenas 10 construídas pelo governo. A falta de infraestrutura adequada é notada em ambos os casos. Conforme afirmam os moradores e lideranças, a oferta de ensino escolar nas comunidades da região é expressiva quantitativamente, mas com problemas referentes à estrutura, transporte e qualidade de ensino.

Os Projetos Políticos Pedagógicos Indígenas (PPPIs), ferramenta central da escola para estabelecer suas diretrizes e metodologias, estão elaborados em apenas três das escolas da região. Na maior parte dos casos (24 escolas), o PPPI ainda está em elaboração. As comunidades e professores reclamam da falta de apoio técnico e financeiro da secretaria de educação para a elaboração dos PPPIs, o que faz com que muitos processos se arrastem por vários anos, prejudicando a implementação do projeto da escola diferenciada.

Somente cinco comunidades — Anamoin, Campinas, Chalon (Pirapucu), Inambu II, Tabocal dos Pereira — oferecem o ensino médio, as demais escolas são de nível fundamental. É também rara a oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA), no levantamento se contabilizou 8 comunidades que oferecem esta modalidade de ensino. No entanto, mesmo com a oferta limitada, há 110 alunos contabilizados que estudam nessa modalidade, 100 em suas comunidades de moradia e 10 fora de suas comunidades.

Em relação ao ensino superior, em 14 comunidades há pessoas que frequentam esta modalidade de ensino. A região da CAIARNX conta com 29 pessoas atualmente cursando o ensino superior. Os cursos registrados foram: licenciatura indígena em políticas educacionais e desenvolvimento sustentável, licenciatura em física e licenciatura em pedagogia. Há ainda 17 pessoas de 11 comunidades diferentes já formadas no ensino superior contabilizadas nos seguintes cursos: matemática, pedagogia, filosofia, ciências sociais, ciências naturais, física, biologia, química, letras, geografia e de licenciatura indígena. Somente uma comunidade afirmou que o/a formado(a) não está empregado/a e a maioria trabalha para instituições de ensino da região, escolas e secretarias de educação. No entanto, nas oficinas do GT para elaboração dos PGTA foi apontado que apesar de haver mais pessoas formadas em ensino superior, se observa que isso não significa melhoria direta na qualidade de ensino escolar oferecido.

Comunicação — há 17 comunidades com estações de radiofonia (sendo que 4 estão quebradas). O restante das comunidades e sítios não possui esse meio de comunicação que, em grande parte das comunidades, é a única forma de se comunicar com outras comunidades e instituições responsáveis pela saúde e educação. Quanto aos aparelhos, das 6 comunidades que possuem o aparelho: 3 funcionam e 3 estão quebrados.

Energia — Na questão da energia, oito comunidades afirmaram ter geradores de uso comum funcionando e mais quatro cujos geradores estão quebrados. Na maior parte dos casos é realizada uma contribuição coletiva, vaquinha, para pagar pelo combustível dos geradores. De outro lado, foram registrados 128 geradores de uso familiar, sendo o meio mais comum de garantir energia. Os moradores apontam que esse número de geradores é crescente. Há na região apenas quatro comunidades onde outras fontes de energia foram registradas. Estas contam com placas solares, baterias e inversores.

Lixo e água — doze comunidades e sítios da região afirmaram que o acúmulo de lixo é um problema. Boa parte disse não possuir destino organizado para os diversos tipos de materiais, sendo que cada família dá o destino que lhe convém. Outras adotam procedimentos de enterrar e/ou queimar o lixo, dependendo do tipo: papel, plástico, latarias. Para pilhas e baterias usadas, por exemplo, lixo com alto potencial tóxico, apenas uma comunidade afirmou fazer coleta seletiva, enquanto 11 afirmam depositá-las em um buraco ou lixeira, 5 afirma-

ram enterrá-las, uma disse queimar e um descarta no rio. Já para os plásticos, uma comunidade disse depositar em buracos ou lixeiras, uma enterra, duas afirmaram reaproveitá-los, uma disse jogar no rio e o restante (35 comunidades e sítios) afirmou queimar. Sobre as latarias, boa parte (12 comunidades) disse depositar em um buraco ou lixeira, outras disseram enterrar, outras queimam e houve até mesmo duas que afirmaram jogar no rio. Finalmente, sobre o lixo de papel a grande maioria, 41 comunidades e sítios, queimam o papel que usam.

Os moradores e lideranças reunidos nos GTs e oficinas do PGTA, apontaram a necessidade de um maior debate sobre o lixo na região e que as comunidades organizem o destino do lixo e adotem boas práticas de descarte (especialmente enterrar e queimar), considerando cada tipo de material.

No caso da água, a chuva é a maior fonte de água potável para as comunidades da região, com 28 comunidades e sítios dizendo captar água da chuva para beber. Em segundo lugar está a água do rio e apenas uma comunidade disse consumir água de fonte.

Monetização – um tema crescente no cotidiano da região é a monetização e o acesso a benefícios sociais. O levantamento contabilizou que há 105 pessoas que atualmente são assalariadas. Já a aposentadoria é recebida por 94 homens e 113 mulheres. Quanto às mulheres que receberam salário maternidade nos últimos doze meses, foram registradas 85. Já o Bolsa Família é acessado por 281 famílias da região, ou seja, boa parte delas, considerando que 318 foram entrevistadas.

Dentre as principais mudanças após a chegada deste benefício, as famílias apontaram: uma maior facilidade na compra de itens básicos de alimentação (com 208 respostas) e melhor apoio aos filhos em idade escolar (com 126 registros). Para receber o benefício 116 famílias viajam à cidade a cada dois ou três meses e 81 famílias viajam todo mês.

Associações e iniciativas comunitárias – dentre as comunidades e sítios da região, sete afirmaram já ter participado de alguma iniciativa nos últimos dois anos, sendo que o total de iniciativas registradas foi de 15, uma vez que há comunidades que participaram de mais de uma. As iniciativas mencionadas envolvem: i) atividades produtivas, sobretudo de produtos da roça, artesanato, piscicultura, avicultura e de extrativismo, com destaque para a piaçava; ii) ações de valorização dos conhecimentos indígenas, como oficinas de medicina tradicional, revitalização e registro das línguas indígenas, fortalecimento de escolas indígenas; iii) manejo ambiental.

O levantamento registrou também as principais dificuldades que as associações da região enfrentam. As mais citadas foram dívidas das associações (12 casos) e a falta de disponibilidade da diretoria (10 casos). Depois a falta de recursos (5 casos) e a dificuldade na gestão de recursos. Somente uma comunidade respondeu que a dificuldade de entendimento ou conflitos entre as comunidades é a principal dificuldade. Finalmente, a falta de sede própria e de infraestrutura foi mencionada também em um caso. Das cinco associações da região, quatro têm CNPJ. No entanto, em todos estes casos o CNPJ possui pendências e precisa ser regularizado.

Grupos familiares e manejo

No levantamento socioambiental, 318 famílias da região do Alto Rio Negro e Xié (TI Alto Rio Negro) participaram das entrevistas. A entrevista familiar foi direcionada às atividades de produção e segurança alimentar das famílias que, através das perguntas, esclareceram questões relacionadas a pesca, caça, roça, extrativismo, venda de produtos, consumo de itens industrializados, permanência no centro urbano e impactos do programa Bolsa Família.

Pesca – a grande maioria das famílias (mais de 95%) afirmou praticar a pesca. Dessas, pouco mais de 65% (210 famílias) afirmou que a pesca é suficiente para o sustento da família. No entanto, nos GTs e oficinas do PGTA, moradores e lideranças apontaram que há regiões onde o pescado é de acesso mais difícil, ou seja, a distribuição dos que julgam como suficiente é desigual.

Sobre as mudanças observadas, a maioria das famílias (282) afirmou que nos últimos cinco anos os peixes diminuíram de tamanho, mesmo número, 282, disseram que a quantidade de peixe também diminuiu. Em uma pergunta sobre se o peixe estava mais arisco, 298 confirmaram essa característica. Outra informação levantada foi que 208 famílias não vendem o pescado de suas próprias pescarias, enquanto 110 afirmaram vender, sendo que dessas, a maior parte, 94, disse comercializar o pescado de vez em quando e não com frequência.

Caça – Sobre a caça, em uma pergunta sobre o que havia caçado no último mês, as cinco respostas mais numerosas foram, respectivamente, paca com 150 registros, cotias com 31, queixadas em 23 casos e 22 famílias haviam caçado macacos barrigudos no último mês. Sobre se havia algum tipo de caça que deixou de existir, 156 famílias responderam que sim.

Roça, extrativismo e comercialização de produtos – Ter uma roça é outro item que aparece como predominante entre as famílias entrevistadas. Das 318 entrevistas familiares, 298 possuem roça. No Xié por exemplo, de 130 famílias, 125 têm roça. Diferentemente da pesca, os produtos da roça são vendidos por um número maior de famílias, 215. A farinha de mandioca aparece para 205 famílias como produto mais vendido. Seguindo o resultado do levantamento, 107 famílias apontaram que vendem beiju e 82 vendem farinha de tapioca. As frutas mais vendidas na sub-região são banana e abacaxi, ambos com 61 registros. Sobre os produtos do extrativismo na região, somente cerca de 12% das famílias afirmaram comercializar.

Consumo de produtos industrializados – Quanto ao consumo de materiais industrializados, o levantamento apurou quais itens básicos as famílias consomem. O açúcar foi o mais mencionado, seguido por café, bolachas, sabão, arroz, sal e combustível.

Segurança e qualidade alimentar – Na avaliação das famílias, a alimentação foi considerada pela maioria como boa, 218 famílias. Quanto às que julgam a alimentação razoável foram 97 registros e somente 3 famílias apontaram como ruim. Dentre os motivos nestes três casos avaliados como ruins, a falta de peixe foi mencionada como principal causa, seguida pela falta de caça.

Prioridades e desafios de gestão na área do Alto Rio Negro e Xié

As propostas e demandas da TI Alto Rio Negro como um todo (ver Parte III deste documento) refletem grande parte das propostas da região Alto Rio Negro e Rio Xié. No entanto, apontamos aqui alguns destaques e prioridades levantados pelas comunidades e lideranças que participaram dos GTs e oficinas do PGTA. Dentre os desafios e prioridades apontadas para a região estão:

1. Acordos internos

Propostas, acordos e recomendações

- 1. Elaboração de acordos de uso de recursos, território e convivência entre as comunidades e moradores (antigos e recém-chegados).
- 2. Realizar, de forma participativa, mapeamentos e zoneamentos dos territórios e áreas de uso das comunidades e famílias.
- 3. Mediação de conflitos, com interlocução entre lideranças e associações. As associações possuem um papel importante para a mediação dos conflitos e mobilização das comunidades para a discussão e estabelecimento dos acordos.

2. Fiscalização territorial

Propostas, acordos e recomendações

- 1. Estabelecer e fortalecer pontos estratégicos de fiscalização na foz do Uaupés e foz do Xié, com equipe e equipamentos básicos.
- 2. Como instituições responsáveis estão a Funai e o Exército Brasileiro, com a participação das comunidades no planejamento e execução das ações.
- 3. Que haja respeito aos usos, costumes e liberdade de ir e vir dos indígenas por parte dos agentes fiscalizadores.

3. Atendimento à saúde

Propostas, acordos e recomendações

- 1. Construção e manutenção de um Polo Base em Vila Nova.
- 2. Realização de campanhas de vacinação no rio Xié.
- 3. Construir espaços para cultivo e armazenamento de remédios tradicionais em comunidades estratégicas, como Campinas.
- 4. Realizar campanha sobre diagnóstico e tratamento de malária, visando comunicar informações sobre malária para as comunidades e realizar seminários em comunidades estratégicas (Anamoin).
- 5. As instituições mencionadas aqui foram DSEI-ARN, Comunidades e Parceiros.

4. Educação escolar indígena

Propostas, acordos e recomendações

- 6. Melhoria no sistema de educação e melhoria das escolas da região (infraestrutura e apoio pedagógico).
- 7. Contratação em regime especial de conhecedores tradicionais, reconhecidos pelas comunidades, para ensino de matérias especiais relacionadas à cultura e à vida indígena.
- 8. Observar documentos das conferências e encontros específicos com os encaminhamentos na área de Educação.

5. Iniciativas produtivas

Propostas, acordos e recomendações

- 1. Elaborar Planos de Manejo de recursos estratégicos como pesca, madeira, caça e frutíferas nativas.
- 2. Fortalecimento da cadeia do artesanato, com a realização de estudos e oficinas considerando a mobilização para vendas, formação de preço e contabilidade.
- 3. Fortalecimento e execução do Projeto Cupixá, iniciativa do movimento indígena que busca fortalecer a produção na região. As comunidades de São Gabriel Mirim, Iábi, Ilha de Mutum, Tabocal dos Pereira e São Francisco estão diretamente envolvidas e são referências para ações de produção sustentável na região.
- 4. As instituições responsáveis e potenciais parceiras são: Associações Indígenas, FOIRN, Funai, IDAM, ISA, MMA, ICMBio, SEMPA, IPHAN, SEMED-SGC e Exército Brasileiro.

6. Comunicação

Propostas, acordos e recomendações

- 1. Instalação de internet nas escolas e comunidades estratégicas (Anamoin, Campinas e Tabocal dos Pereira).
- 2. Equipar com estação de radiofonia as comunidades que ainda não possuem, priorizando as mais distantes. E fazer a manutenção dos aparelhos quebrados.
- 3. As instituições responsáveis e potenciais parceiras para as ações são: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, SEDUC-AM, SEMED-SGC.

7. Fortalecimento das mulheres

Propostas, acordos e recomendações

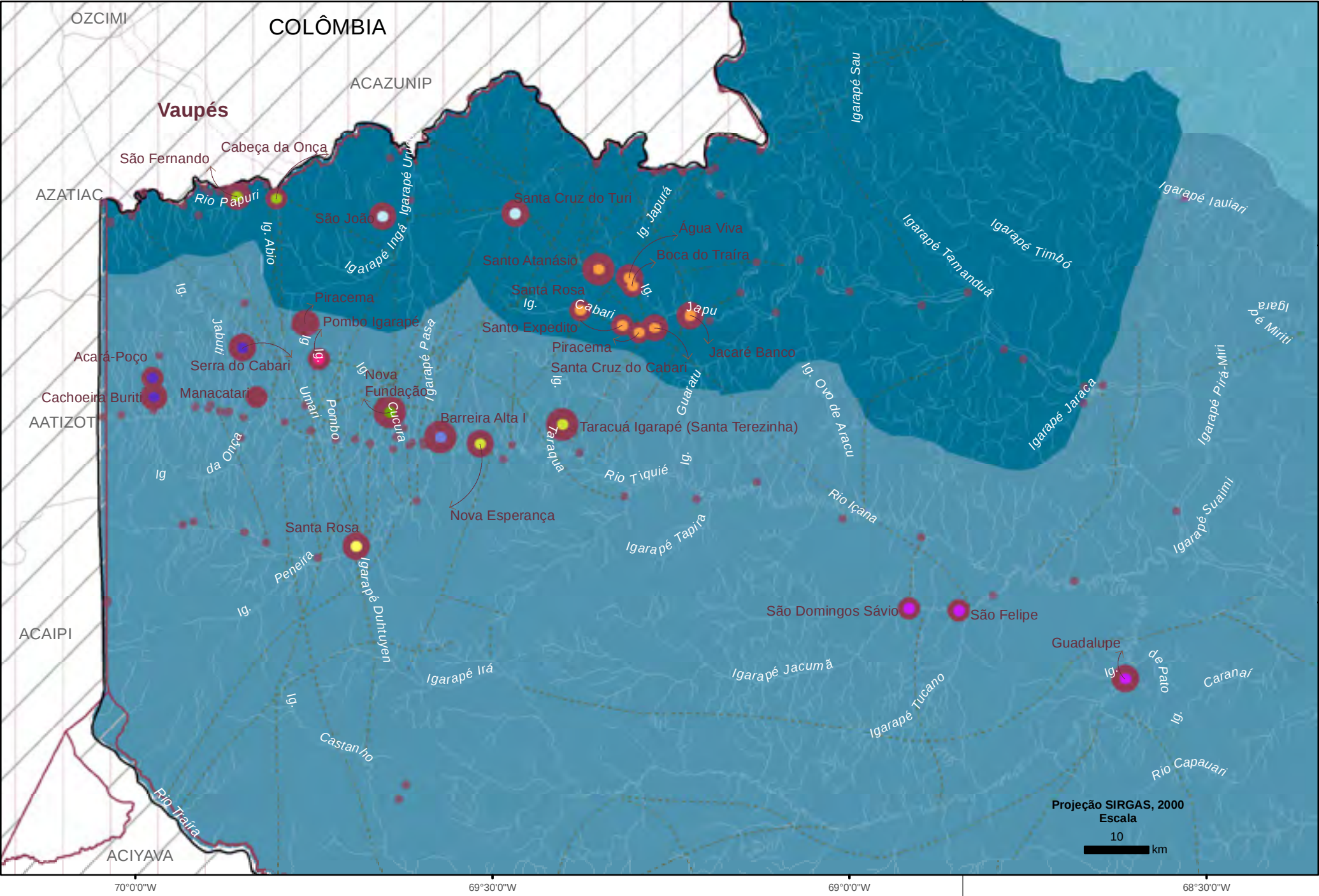
- 1. Formar núcleos e grupos de trabalho de mulheres nas associações de base existentes na região.
- 2. Realização de intercâmbios entre a AMIARN e outras associações de mulheres indígenas do rio Negro e do Brasil.
- 3. As instituições responsáveis e potenciais parceiras são: Associações Indígenas, FOIRN, Funai, MJ, MMA, Secretaria Especial da Cultura / Ministério da Cidadania, ISA e parceiros.

10

POVOS
HUPD'ÄH E
YUHUPDĚH

bacias do
Uaupés e
Apapóris





MAPA 10
Ocupações dos povos Hupd'äh e Yuhupdëh



Fontes: Base cartográfica e Áreas Protegidas, RAISG; Comunidades e associações ISA/FOIRN.

imagem na página anterior
Comunidade Hupd'äh, rio Tiquié, TI Alto Rio Negro, AM. (Danilo Paiva Ramos, 2010).

Tempos, espaços e o manejo do mundo

Dados gerais da população Hupd'äh e Yuhupdëh

Os Hupd'äh (presentes nas áreas da COIDI e DIA WII) e os Yuhupdëh (DIA WII) são considerados grupos de recente contato pela Funai, apresentando algumas demandas e questões específicas em relação à gestão territorial e ambiental na região. As comunidades Hupd'äh na área da COIDI estão presentes nas sub-regiões do Papuri, Médio Uaupés e Iauaretê, e as comunidades Hupd'äh e Yuhupdëh da área DIA WII, nas sub-regiões do Baixo Tiquié, Médio Tiquié, Alto Tiquié e Traíra e Apapóris, compartilhando terras e convivendo com os outros povos. Assim, participaram das discussões gerais sobre a elaboração do PGTA e estão contemplados também nos desafios e ações estratégicas definidos pela COIDI e pela DIA WII.

Mas considerando suas especificidades, foram realizadas também oficinas para consulta em suas comunidades, destacando questões, desafios e ações necessárias que são apresentadas neste capítulo e no PGTA Wasu. No momento, como já foi dito anteriormente, tanto os Hupd'äh quanto os Yuhupdëh estão em processo de aproximação das associações indígenas, além de buscar formas próprias para sua representação política no contexto regional, com as instituições do governo e com potenciais parceiros do movimento indígena.

Segundo os dados do levantamento socioambiental FOIRN e ISA, 2017/18, dentro da Terra Indígena Alto Rio Negro os **Hupd'äh** somam cerca de **2.593 pessoas** e os **Yuhupdëh 352**, aproximadamente. Mas os números totais de suas populações são maiores, uma vez que ambos estão presentes também em território colombiano e em outras Terras Indígenas vizinhas, como a TI Rio Apapóris, onde vive atualmente a maioria da população Yuhupdëh. No caso dos Hupd'äh que estão em território brasileiro, a população residente na TI Alto Rio Negro constitui praticamente sua totalidade, mas há também algumas famílias vivendo em áreas florestais nos arredores da sede municipal de São Gabriel da Cachoeira.

Em comparação a levantamentos anteriores os Hupd'äh se destacam como uma população em processo de crescimento demográfico no alto rio Negro. Tratam-se de **populações preponderantemente jovens**, com mais da metade compondo as faixas etárias abaixo de 20 anos, e têm composição relativamente equilibrada entre mulheres e homens. Suas línguas, hup e yuhup, fazem parte da família linguística Naduhupy, antes chamada de “Maku”, que é um termo ofensivo na região, por isso não está mais sendo usado em documentos oficiais e é recomendado evitar seu uso informal.

Movendo-se na floresta, os conhecimentos da terra

Os modos de habitar a terra dos Hupd'äh e Yuhupdëh, marcadamente voltados para as regiões dos interflúvios, para o interior da floresta, conectam diferentes regiões do alto rio Negro através de uma rede de caminhos na mata. O interior da floresta é repleto de sítios de morada antiga, de lugares habitados por seres

com os quais os benzedores e pajés se relacionam, de locais de manejo ambiental fundamentais para suas vidas. Tudo isso forma um conjunto detalhado de nomes de lugares para todos os pontos das florestas entre os rios Papuri, Tiquié, Médio Uaupés e Apapóris, cada um guardando as suas histórias cotidianamente narradas pelos mais velhos aos mais jovens.

O ancião Domingos Salustiano (Hupd'äh, comunidade Santa Cruz do Cabari, Igarapé Cabari, afluente do Japu, Médio Uaupés), em uma das oficinas de elaboração do PGTA Alto Rio Negro, acompanhado dos senhores Moisés Seabra e Rogério Peres, enquanto comiam ipadu e tomavam caxiri, contou sobre a vida dos antigos de sua família, do clã *Dög M'eh Tëhd'äh* (Filhos da Cobra Uirapixuna). A história se estende desde o tempo do *Hib'ah Tëh'lh* (Filho do Nascimento), seu ancestral primordial, até a chegada dos padres e a formação das comunidades atuais.

“Pela água, no Chavascal Patauá, entrou nosso Hib'ah Tëh'lh (Filho do Nascimento). Naquele tempo, o Filho do Nascimento de verdade. Com a fumaça do tabaco, que circundava a terra, os antigos cercavam protegendo. Por isso, não iam para longe, ficavam nessa terra. Ele pisava na terra. Na nossa casa, também faziam isso. Antigamente, moravam em uma casa só, casa de canto-dança, uma maloca, todos juntos, entre irmãos e cunhados. Tomavam banho bem cedo, vomitavam água, saía tudo do corpo. Passavam moç k'et (folha formiga taxi) no corpo para ficarem fortes. Se tinha estrelas, o tempo bom, o käd'lh (homem banco) dizia para irem para o Igarapé pescar, para irem caçar, para irem trabalhar na roça. Comiam todos juntos, cercados pela fumaça do tabaco. Faziam festas, tomavam caxiri e caapi. Tocavam flautas, hëhëh (cariçu), p'lh (japurutu), ëd' (osso de veado)... Por isso os antigos não tinham doenças como hoje. Quando aparecia alguma doença, mudavam para outro lugar, cercavam novamente a terra com a fumaça do tabaco, pisavam, construíam sua casa e ficavam lá. Por isso há muitos sítios antigos”.

E segue contando os vários sítios nos quais sua família viveu, andando pela floresta na região dos Igarapés Japu e Cabari, depois da chegada do Filho do Nascimento em *Wah B'ok moy höd* (sítio Chavascal Patauá), até a formação da comunidade Santa Cruz do Cabari pelos missionários salesianos. Relata que alguns desses lugares, hoje em dia, são tomados de árvores frutíferas plantadas pelos antigos, muitos pés de umari e de uirapixuna:

“Kaç Ked moy höd (sítio Miçanga Seca), Yäy S'ug moy höd (sítio Floresta de Raízes), P'ü'k Tök moy höd (sítio Socar Coca), Muh moy höd (sítio Flecha), Tat Dëh moy höd (sítio Igarapé Taracuá), Kāwāb Hoy moy höd (sítio Poço Barreira), Wih Heb moy höd, Wero D'ak moy höd, Sub'ut Pem moy höd (sítio Poraquê Sentado), M'aj' K' moy höd (sítio Terra Firme), Mun moy höd (sítio Caatinga), Tob'od D'oh moy höd (sítio Larva de Besouro Apodrecida)”.

A floresta, para os Hupd’äh e Yuhupdëh, é plena de lugares com as marcas vivas de seus antigos, e que são hoje em dia locais de memória, histórias, manejo ambiental (caça, pesca e coleta) e pontos de retorno em potencial para a formação de novos sítios e comunidades.

Há lugares que remetem a antepassados que entraram na terra e lá ficaram, como *Moh Pem moy höd* (sítio Inambu Sentado) e *Yak Dëh Noh bug’* (monte Boca Igarapé Arara), ambos na região do igarapé Japu, em que, respectivamente, uma mulher e um homem do clã *Moy Kä’ Tëhd’äh* (Filhos do Osso do Veado) entraram na terra, sendo considerados “lugares sagrados” na paisagem local. Isso ocorreu também em *Paç Pög* (Serra Grande), no interflúvio entre o Japu e o médio Tiquié, em que uma antepassada dos *Paç Ya’am Tëhd’äh* (Filhos da Pedra da Onça) entrou na terra no tempo em que viviam no centro da floresta e se alimentavam apenas do que caçavam e colhiam, como contou Américo Penedo em uma das oficinas de elaboração do PGTA.

“Naquele tempo, foram e ficaram em Pij Dëh K’et Yoh (cabeceira do igarapé Cabari), no pé de Paç Pög (Serra Grande). Aí ficaram fazendo suas coisas. Lá, no mato, tem himìn’ (batata-mairá). Eles iam procurar himìn’ no mato. Pegavam, lavavam bem, faziam o beiju e a tapioca dos antigos. Comiam, homens, mulheres e crianças, com carne de caça. Lá naquela terra. O marido, os filhos e as filhas da mulher. Ficaram muito tempo lá. A mulher entrou na terra e não apareceu mais. Em Paç Pög, essa mulher ficou. Essa mulher, Paç Ya’am Tëh Äy (mulher Filho da Pedra da Onça)”.

As regiões das cabeceiras dos pequenos igarapés afluentes do médio Uaupés e dos rios Papuri, Tiquié e Apapóris, onde se cruzam os caminhos que conectam diferentes regiões, são o centro do mundo e as regiões de origem dos Hupd’äh e Yuhupdëh. Locais em que por vezes afloram serras (*dëh k’et yoh paç*, “serras das cabeceiras”) de importância mítica, xamânica, ambiental e de memória fundamentais para esses povos.

O ancião Jaime Boreiro (Hupd’äh, comunidade Waguiá, alto rio Papuri), em uma história sobre a chegada dos antepassados dos clãs *Sokw’ät Noh K’öd Tëhd’äh* (Filhos do Bico do Tucano) e *Tëg D’uh Ag Tëhd’äh* (Filhos da Fruta da Árvore) na região entre os altos cursos dos rios Papuri e Tiquié, depois de saírem de *Hib’ah M’eh* (Cobra Nascimento), fala da formação e nomeação de *Wah Paç* (Serra Patauí).

“Essa serra [Serra Patauí] nós erguemos por cima de nós no tempo primeiro. Quando Hib’ah Tëh Ìh (Filho do Nascimento) chegou, a pedra era baixa, estava um pouco acima de nós. Assim disseram. A pedra era baixa e apertava o coração, a respiração dos antigos. Aí ele, o Hib’ah Tëh Ìh, mandou eles, os Pássaros, os Gaturamos. Estavam todos os Gaturamos, os que são da floresta. Estavam todas as Garças. Quantas delas havia? Os Udus, os Uirapurus... Mandou eles: “Vocês junto comigo, vamos pegar isso juntos! Isso está pesado, se eu fizer sozinho, não será bom erguer”. Disse para eles. Aí juntaram um grupo só e alçaram a pedra. Alto! Empurraram e colocaram a pedra lá em cima. Deixaram tudo bem certo! Eles voltaram descendo, Hib’ah Tëh Ìh desceu junto. E lá deixou o nome da serra. Lá, a Gente do Nascimento subiu, os avós, os primeiros do Nascimento. Naquele tempo, eles iam indicar o nome, a Gente do Nascimento. Nossos avós, naquele tempo, vieram descendo, dando nome para essa serra. “Patauí”, eles disseram. “Serra Patauí”, eles disseram. Assim, nesse tempo passado, Hib’ah Tëh Ìh nos trouxe. Subindo pelo rio, naquele tempo, na Canoa do Nascimento, remando, subindo. E disse: “Estou mandando vocês ficarem aqui nesse lugar mesmo! Com os nossos cunhados”. Os cunhados antigamente vieram junto, os que subiram no Nascimento com a gente. Esses, os Tëg D’uh Ag Tëhd’äh (Filhos da Fruta da Árvore). Assim, ficamos para fora. Os que somos nós, S’ug Hupd’äh (Gente da Floresta), ficaram circulando pela floresta. Nós, Hupd’äh, os que trabalhavam com os Tukano, ficamos circulando pela floresta. Assim saiu a nossa fala, os que somos nós, nossos avós.”²³

Wah Paç (Serra Patauí), formada com a ajuda das Gentes-Pássaro e nomeada pelos Filhos do Nascimento, é o relevo mais alto de um conjunto que forma um importante divisor de águas entre o alto Papuri e o alto Tiquié, uma região de importância tanto para os Hupd’äh como para os Tukano que vivem aí, e que é conectada por uma trilha grande que passa ao largo do conjunto de serras. Desta trilha, partem uma série de caminhos menores, com uma variedade de sítios antigos e lugares intensamente usados para caça e pesca pelos Hupd’äh, e que vão dar nas cabeceiras dos igarapés que afluem para os rios Tiquié e Papuri. Além da dimensão mítica e das atividades cotidianas de manejo, esses relevos têm importância xamânica contemporânea para os povos indígenas da região. No topo da Serra Patauí, há os *pud-dëh moh* (lagos de leite) que os *Hib’ah Tëhd’äh* (Filhos do Nascimento) deixaram para a saúde dos corpos de seus descendentes, como conta o ancião Jaime Boreiro.

23 Narrativa gravada em língua hup e traduzida para o português no decorrer dos trabalhos do projeto “Caminhos dos Hupd’äh, Dâw e Nadëb: arte verbal e imagem, tecendo floresta e mundos” (Museu do Índio / UNESCO, 2017-2018).

“Isso mesmo eu estou falando. Tem ele que toma banho nesse lago? O lago do remédio bom. “Fazendo fogo ele vai cercar com o benzimento a doença. Nesse lago, os que tomarem banho.” Hib’ah Tëh Ìh (Filho do Nascimento) disse essa fala, ele deixou no tempo do começo. Esses que tomam banho benzem cercando, avivando o fogo, juntando. Nós não pegamos doença. Sem doença, não ficamos abertos. “O corpo deles vai existir”, Hib’ah Tëh Ìh disse naquele tempo, “vai existir”. “Eles vão beber nesse lago”. Os Hib’ah Tëhd’äh (Filhos do Nascimento) deixaram naquele tempo. Assim foi. Os que tomavam banho no lago não falavam a fala feia. Eles existiam naquele tempo, os que tomavam banho aqui, nesse lago, nesse banco, nesse banco-remédio, banco-cura, banco-sem-doença. Eles assentam, eles vão sentar nesse banco, nesse banco-remédio. Em cima, eles assentam. Eles vão sentar bebendo, esses bebedores, os que tomam banho no lago. Ele deixou naquele tempo primeiro. Ele deixou essa fala naquele tempo da origem.

Essas serras e seus lagos são lugares de retiro dos antigos, onde iam (e ainda vão os velhos) beber as águas que rejuvenescem e ter sonhos com os antepassados, fortalecendo os benzimentos para proteger as comunidades na realização dos dabucuris.

A mesma importância xamânica e ritual para a formação de pessoas com boa saúde, com força, para o manejo de caça e pesca, para o bem viver está presente nos Hupd'äh das regiões do médio Tiquié e do igarapé Japu em relação a *Paç Pög* (Serra Grande), em que também existem esses lagos de leite no topo. A liderança Yuhupdêh Américo Araújo (comunidade São Domingos Sávio, igarapé Cunuri, Baixo Tiquié), na reunião do Grupo de Trabalho do PGTA na maloca da FOIRN em julho de 2018, falou que para os Yuhupdêh ocorre o mesmo. Em *Bóy' Páč* (Serra Bacurau), na cabeceira do igarapé Ira, há três lagos que protegem das doenças e são importantes para a formação dos pajés. Acima desta serra, perto do local de origem de um dos clãs dos Yuhupdêh, ficam *Yum Paç* (Serra Cipó) e os *wahnaw moh* (lagos abiu), usados para fortalecer o corpo dos Yuhupdêh.

Esses relevos frequentemente coincidem com a origem de grupos clânicos dos Yuhupdêh e dos Hupd'äh, podendo ser também o destino pós-morte de suas almas. Além disso, a relação com os seres que neles habitam, os *Hũ Wähäd* (Donos da Caça), são fundamentais para que as caminhadas na floresta sejam seguras e que as caçarias sejam bem-sucedidas, regressando às comunidades com alimento. Através dos benzimentos dos caminhantes, com suas palavras sopradas no cigarro, os xamãs se relacionam com esses seres de modo a acomodá-los dentro de suas casas, dando-lhes alimento, fazendo-os sentarem em seus bancos e guardando suas armas que podem prejudicar os humanos, de modo a não perturbar os que transitam na floresta. E também fazem com que os donos abram as portas das *Hũ Moy* (Casas de Caça), liberando os animais do subterrâneo para que os caçadores possam alvejá-los com suas flechas. Seres esses cujas relações estabelecidas com os xamãs são fundamentais para que os frutos da mata, importantes tanto para a alimentação como para os rituais (dabucuri), cresçam bem no interior da floresta.

Trata-se do que na região costuma-se chamar de “manejo do mundo”, em que os benzimentos e os modos corretos de se relacionar com os seres do interior da floresta são a base para o bem viver. O ancião Ponciano Ramos (Hupd'äh, comunidade Taracué Igarapé, médio rio Tiquié) narrou o *tiwit hamap bi'id* (benzimento para caminhar na floresta). O benzedor com seu cigarro, em forma de sopro vital (*hãwägat*), vai passando pela floresta, pela terra e pela água, encontrando uma diversidade de seres em suas casas e cercando os caminhantes que vão adentrar na mata para suas atividades de caça, coleta, pesca ou para a visita a outras comunidades e sítios.

Saber andar na floresta, saber deslocar-se e circular pelos seus diferentes espaços, relacionando-se com seus seres, envolve grandes conhecimentos, além da atenção e da formação do corpo correto dos jovens (saber escutar, saber ver), sendo passados de geração em geração desde a chegada dos Hib'ah Tehd'äh (Filhos do Nascimento) no interior da mata até os dias de hoje.

Mapeamentos participativos

No decorrer das atividades de elaboração do PGTA, foram realizados trabalhos de mapeamento participativo iniciais com comunidades Hupd'äh e Yuhupdêh, os quais representaram os sentidos profundos – míticos, xamânicos, memoriais, alimentares, de saúde, de convivência social entre os diferentes grupos – da mobilidade espacial e da rede de caminhos na floresta. Mapas que mostram uma **floresta em cujo interior não existem vazios**, e sim uma densidade absoluta e composição delicada, envolvendo conhecimentos sofisticados, de vida humana e de seres outros.

Nesses documentos, podem ser vistos uma variedade de “lugares sagrados”: *Paç* (serras), *Hũ Moy* (Casa de Caça), *Dõh Äy Moy* (Casa de Curupira), *Bisiw Moy* (Casa de Bisiw), *B'atib' Moy* (Casa de espectros predadores da floresta), *Moh* (Lagos), *Hõp Moy* (Casa de Peixe), dentre outros. E também sítios antigos, ligados a famílias de determinados clãs, que antigamente viveram dispersos em tapiris (acampamentos com cobertura de folhas de palmeiras) ou concentrados em malocas (com cobertura de palha de caraná), bem como em *Paç Moy* (moradias em cavernas, nas quais podem ser encontrados restos cerâmicos e outros materiais de relevância arqueológica).

Destaca-se, nos mapas vistos em conjunto, uma **rede virtualmente infinita de caminhos tradicionais**: trilhas para as roças, para outras comunidades, trilhas para as serras nas cabeceiras dos igarapés, para os acampamentos de caça e õh *hõhõd* (locais de pouso no centro da floresta). E, é claro, uma **riqueza de lugares de manejo ambiental**: áreas de caça, bebedouros de animais, pesca, extração de palhas de caraná, patauí, bacaba e coleta de frutos; locais de extração de cipó, arumã e breu; locais para extração de materiais para instrumentos de caça, para coleta de minhocas para pesca (*m'í' hẽ*); roças e uma diversidade de tipos de solo, cada qual com seu potencial para plantações distintas; e locais para coleta de plantas medicinais.

A formação das comunidades

Nas histórias que contam, a chegada dos missionários católicos é um ponto de transformação fundamental no modo de vida dos antigos. O ancião Domingos Salustiano, em sua narrativa dos antepassados (região dos igarapés Japu e Cabari, no médio Uaupés), conta que em certo momento os padres salesianos chegaram no interior da floresta, inicialmente agregando famílias Hupd'äh em *Hup Hoy* (“sítio Gente”, atualmente denominado Água Viva). Os padres vieram com grandes quantidades de machado, terçado, enxada e outros tipos de ferramentas e utensílios, como fósforos, anzóis e roupas, atraindo os antigos, que trabalhavam para receber esses itens em troca. Assim, deram início à construção de uma capela com uma grande cruz, na primeira missão que os salesianos fizeram no interior da mata para a evangelização dos Hupd'äh.

Problemas de convivência nesta primeira tentativa de construir uma missão com os Hupd'äh do igarapé Japu levaram à sua dissolução, sendo logo retomada em Serra dos Porcos (posteriormente chamada de Santo Atanásio). Enquanto isso, outro conjunto de coletivos Hupd'äh desta região era agregado em Santa Cruz do Cabari, segundo os mesmos preceitos e orientações dos missionários, com o auxílio de um catequista do povo Tukano, que teria a mis-

são de instituir uma outra forma de organização da vida coletiva dos Hupd'äh, um novo modo de vida, construindo uma escola para eles.

Esse é o caso da família de Domingos Salustiano, que vivia em *Mun moy höd* (sítio Caatinga), onde um padre chegou dizendo que aquela terra não era boa para plantar; que deveriam agregar-se a outras famílias Hupd'äh da região em uma comunidade apenas; que seus filhos estudariam; que deveriam viver cada família em uma pequena casa e fazer grandes plantações de arroz e outros produtos agrícolas. O ancião destaca que hoje em dia, habitando em grandes comunidades, cada família tem uma casa, e que não vivem mais como antigamente, não compartilham o alimento como seus antepassados e também não mantêm mais as mesmas práticas que garantiam a boa saúde e a boa convivência dos antigos.

Além disso, coloca que a permanência em apenas um lugar faz com que estejam mais vulneráveis à incidência de doenças, que os benzimentos feitos com cigarro desde o tempo da Gente do Nascimento não têm mais a mesma força de outrora, algo que diz respeito à sedentarização e à relativa ausência de *săw d'äh* (pajés) nos tempos atuais. Ainda que nas comunidades Hupd'äh e Yuhupdêh a presença de *bi'id d'äh* (benzadores) tenha destaque no contexto regional, como revelam os dados do Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA, 2017/18.

O acesso a objetos de origem não-indígena e a possibilidade de estudar, principalmente o aprendizado da língua portuguesa, é ressaltado pelos anciãos que participaram deste momento da história dos Yuhupdêh e Hupd'äh como aspectos relevantes para que se engajassem nesse processo de **formação de grandes comunidades e sedentarização**. Da mesma forma, falam da possibilidade de acesso a medicamentos dos *Tëg Höd'äh* (brancos) para doenças desconhecidas pelos antigos e que, naquele tempo, já atingiam os grupos que se movimentavam no interior da floresta.

O tempo da vida nas comunidades católicas, de maior concentração populacional e mais fixas no espaço, se estende até os dias de hoje e, com isso, sempre contrastando o *wähäd wag* (tempo dos antigos) ao tempo atual, uma série de problemas são destacados na fala das lideranças e anciãos. A fixação no espaço e a concentração populacional são via de regra colocadas como os motivos para a diminuição dos recursos alimentares no entorno das comunidades contemporâneas, variando em intensidade conforme as diferentes regiões de habitação dos Hupd'äh e Yuhupdêh, o que leva, em casos limite, a situações de fome e subnutrição infantil. Os recursos de caça e pesca, com o passar das décadas e da intensa exploração no entorno das comunidades, ficaram gradativamente mais distantes, e as atividades comunitárias, como a escola, os cultos nas capelas e os trabalhos coletivos (ajuris), instituíram um calendário que dificultou as longas incursões das famílias no interior da floresta.

No decorrer da formação das comunidades católicas, ocorreu a descida dos altos cursos dos igarapés, por onde se moviam os antigos, com os Yuhupdêh e os Hupd'äh ocupando tendencialmente os médios e baixos cursos, ou até, em alguns casos, a própria beira dos grandes rios, aproximando-se, assim, das comunidades de outros povos, o que levou a um desgaste ainda mais agudo dos recursos da terra. Soma-se a isso outro ponto fundamental que as lideranças Hupd'äh destacam nesse processo: o crescimento populacional.

O tempo dos antigos e o tempo atual, prioridades e desafios no PGTA

O padrão de **mobilidade espacial** atualmente não tem a mesma intensidade do tempo dos antigos, mas continua sendo um aspecto fundamental na vida destes povos, uma das condições para o bem viver das próximas gerações, como afirmam as lideranças. Ponto esse que se refletiu também no Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA, 2017/18, em que as famílias Hupd'äh e Yuhupdêh, comparativamente aos demais povos da região, destacam-se como sendo os que caçam com mais frequência.

As lideranças e os anciãos pontuam constantemente a necessidade de valorização dos conhecimentos dos antigos sobre o centro da floresta, o saber andar nos caminhos tradicionais, a importância dos benzimentos e da formação dos corpos dos jovens para adentrar estes mundos. Reconhecendo esses aspectos como importantes, algumas famílias estão retornando a antigos locais de habitação de seus grupos clânicos, em busca de melhores condições de alimentação e de vida em geral. Logo, nos trabalhos de elaboração do PGTA, colocaram o desafio das políticas públicas possibilitarem a formação escolar e o atendimento à saúde não apenas nas grandes comunidades mais próximas dos rios, mas contemplando também os coletivos menores em que o acesso, por vezes, se dá apenas por caminhos pela terra.

No decorrer das oficinas de elaboração do PGTA Alto Rio Negro, as comunidades Yuhupdêh e Hupd'äh apresentaram os problemas da vida atual nas comunidades sempre contrastando ao bem viver do tempo dos antigos. Mas, não se trata de uma oposição absoluta, pois esses povos pensaram o **PGTA** justamente como uma forma de **equacionar os aspectos bons da vida dos antigos – como alimentação, saúde e a força dos benzimentos – e da vida atual nas comunidades – como a escola**, central para esses povos pensando nas futuras gerações. Nas palavras da liderança Hupd'äh Américo Socot:

“É isso mesmo, isso mesmo que eles fazem, os velhos. Naquele tempo em que eles existiam, eles viviam bem, os antigos, eu digo. Viviam bem, iam matando caça, eles comiam bem, tinham seu lugar de viver juntos. Isso mesmo que nós estamos pensando nesse PGTA, dentro da PNGATI. Fazendo o trabalho, aí voltando para casa, com a nossa família bem, nossos filhos bem, comendo, ficando felizes, assim que estamos pensando. Benzer bem o nosso lugar de estar, benzer bem com breu para consertar a nossa comunidade.”

A força dos benzimentos e o respeito e a valorização do modo de vida dos antigos é o esteio do bem viver que apresentam no horizonte, incorporando aspectos da vida contemporânea. Para Américo Socot, por exemplo, o que no PGTA é chamado de “área de manejo” é o que os antigos faziam (e os velhos ainda fazem) com seus benzimentos, cercando a terra e a vida dos Hupd'äh e Yuhupdêh com a fumaça do tabaco. E o próprio PGTA é como benzer uma

pessoa em formação, desde o nascimento até a idade adulta. Afirma a liderança que o PGTA deve começar do jeito certo e ser cuidado cotidianamente, em um processo contínuo de criação: deve ser ensinado também nas escolas para que os povos indígenas do alto rio Negro *naw bi' niyy sakay* ("cresçam bem") juntos, compartilhando a terra.

Para os Hupd'äh e Yuhupdëh, o bem viver, além de uma certa equação entre tempos (como o é também para os outros povos do alto rio Negro), diz respeito a uma equação entre diferentes espaços: o interior da floresta, respeitando seus modos de transitar e se relacionar com os seres que nela vivem; as comunidades e sítios de habitação mais fixa, em que as roças, as escolas e os serviços de saúde se localizam; e, atualmente, o espaço da cidade.

Nas oficinas do PGTA, uma preocupação central colocada pelas lideranças Yuhupdëh e Hupd'äh são os problemas vividos quanto ao acesso à documentação básica, aos benefícios sociais e às mercadorias relevantes para seu atual modo de vida. **Problemas esses que ocorrem sobretudo no núcleo urbano de São Gabriel da Cachoeira.** Um grande desafio pontuado é o trânsito seguro entre suas comunidades na Terra Indígena Alto Rio Negro e esse centro urbano, além de uma forma de estadia na cidade que garanta uma experiência e acolhimento dignos, em que não estejam expostos às vulnerabilidades e à precariedade que acarreta tantos malefícios, gerando situações de violência, fome e, no limite, morte.

Um outro aspecto que se destacou nas discussões do PGTA é a **participação dos Hupd'äh e Yuhupdëh na governança indígena.** Atualmente, eles estão aproximando-se das instituições atuantes na região e do movimento indígena. Com isso, apresentam a necessidade de participarem dos fóruns de representação política locais de modo a colocarem suas falas e demandas em seus próprios termos, considerando suas lideranças e organização tradicionais.

A mobilidade espacial no interior da floresta, a habitação dos interflúvios, como vimos acima, marca a vida dos antigos e continua sendo intensa. E uma das prioridades que os Hupd'äh e Yuhupdëh destacaram no PGTA é justamente o **aprofundamento da realização de trabalhos de mapeamento participativo** com as comunidades, abrangendo suas territorialidades tradicionais e a rede de caminhos na floresta. Colocam esses trabalhos como uma forma de engajar os mais jovens, de animá-los na realização dos registros e no aprendizado dos conhecimentos da floresta, produzindo com isso também materiais didáticos em suas línguas.

Ações de **proteção e valorização das línguas yuhup e hup** no contexto regional também foram listadas dentre as prioridades para a execução do PGTA, algo complementar à necessidade de uma melhoria geral da infraestrutura para realização das atividades escolares, extremamente precária em suas comunidades.

Quanto à **saúde**, realçaram a necessidade de instituição de um **modelo de atendimento voltado às suas especificidades** como forma de reverter índices atualmente preocupantes de subnutrição infantil em algumas regiões. Além disso, como mencionado acima, tanto no que toca à educação escolar como ao atendimento à saúde, foi colocada a importância de contemplar tam-

bém os grupos locais de menores proporções demográficas e de acesso mais difícil pela beira dos grandes rios. Atualmente, o povo Hupd'äh tem vivido uma incidência preocupante de suicídios, sobretudo entre os mais jovens, o que tem gerado reflexões das lideranças e conhecedores sobre as causas xamânicas e sociais desse problema, bem como propostas de ação das comunidades e da equipe de saúde do DSEI-ARN.

Quanto às questões de manejo ambiental e de geração de renda, destacam-se pela necessidade de aprofundar os diagnósticos e de proposição de planos de manejo, levando em conta as especificidades e potencialidades das diferentes regiões habitadas por esses povos.

Regiões de habitação e características locais

Os grupos regionais

Para compreender as dinâmicas socioterritoriais e desafios atuais dos povos Hupd'äh e Yuhupdëh é fundamental considerar as suas diferenças. Ambos se dividem em "grupos regionais": redes de comunidades espacialmente próximas que se relacionam de forma mais frequente, casam entre si, e em geral têm origens territoriais e clônicas comuns, cada qual falante de uma das variedades dialetais das línguas yuhup e hup. Além disso, entre os grupos regionais desses povos há diferenças também no modo como viveram os processos históricos e, assim, nas próprias escolhas que os diferentes grupos fizeram ao longo do tempo, o que tem consequências nos desafios e demandas colocados por cada um deles.

Os grupos regionais de comunidades Hupd'äh e Yuhupdëh interligam sub-regiões das bacias dos rios Uaupés e Apapóris, conectando diferentes calhas de rios e, alguns, se estendendo de maneira transversal às áreas de abrangência da COIDI e da DIA WII. As comunidades Hupd'äh e Yuhupdëh formalmente fazem parte de associações locais com os demais povos indígenas das sub-regiões em que habitam, associações essas que, nas regiões da COIDI e DIA WII, têm como fundamento a organização por calhas e trechos de rios.

Povo Yuhupdëh

I) Região dos igarapés Samaúma, Cunuri e Ira (Baixo Tiquié, DIA WII)

Concentram-se na comunidade Santa Rosa (Samaúma), São Martinho, São Felipe, São Domingos Sávio (Cunuri) e Guadalupe (Ira). Nesta região, convivem com os povos Tukano, Tuyuka, Mirititapuia, dentre outros. Esses coletivos Yuhupdëh têm sua origem na região do rio Apapóris e teriam subido o rio Traíra, atravessando por trilhas até o igarapé Ira, distribuindo-se posteriormente pelos igarapés Samaúma e Cunuri. Desde a década de 1980, sobretudo pela ação de missionários católicos salesianos, foram gradativamente se aproximando do baixo curso desses igarapés, formando as comunidades atuais.

Nessa região, destaca-se a AECIPY (Associação das Escolas e Comunidades do Povo Yuhupdêh), e no momento os Yuhupdêh estão realizando discussões sobre a gestão da associação, a regularização, a continuidade e futuros projetos, tratando da possível afiliação à FOIRN como forma de organizar e viabilizar os trabalhos. As lideranças, que têm realizado em anos recentes trabalhos de mapeamento principalmente na região em torno do igarapé Ira, destacaram a importância da serra *Kä' Têh Pác* (Filho do Osso, regionalmente conhecida como Serra do Traíra) como terra de origem, demonstrando forte interesse em que os jovens aprendam a manusear equipamentos de registro audiovisual. Outra questão fortemente pautada refere-se às atividades de mineração que impactam os Yuhupdêh, como será visto abaixo.

II) Região dos igarapés Castanha e Cucura (Médio Tiquié, DIA WII)

São Joaquim e Santa Rosa são as comunidades habitadas pelos Yuhupdêh localizadas no igarapé Castanha. No caso desta última, os Yuhupdêh estão vivendo em uma comunidade do povo Desano. Além dos Desano, convivem com os Tukano, os Tuyuka, Makuna, dentre outros. Há ainda a comunidade Cucura São João, no igarapé Cucura. Seus locais de origem estão em igarapés que, hoje em dia, se localizam em território colombiano. A partir de meados do século XX, com a intensificação da ocupação estatal na região e pela atração da missão salesiana de Pari-Cachoeira, aproximaram-se do rio Tiquié, no lado brasileiro da fronteira.

As associações às quais as comunidades se vinculam são: AECIPY (Associação das Escolas das Comunidades Indígenas do Povo Yuhupdêh), OI DSL (Organização Indígena do Desenvolvimento Sustentável) e ACIRC (Associação das Comunidades Indígenas do Rio Castanha). Estão no momento reunindo esforços para a regularização de uma nova organização, a APMCIRC (Associação dos Pais e Mestres das Comunidades Indígenas do Rio Castanha). No caso da ACIRC, os Yuhupdêh desta região já participaram ativamente em outros momentos, mas atualmente apontaram que a entidade encontra dificuldades para realizar reuniões e trabalhos conjuntos. Quanto à AECIPY, colocaram que a distância entre o Cunuri e o Castanha dificulta a participação dos Yuhupdêh do Castanha.

Tanto no igarapé Cunuri como no Castanha, os Yuhupdêh colocaram sobre a força atual dos benzimentos dos anciãos nas comunidades, e que os jovens estão escutando as histórias dos antigos, inclusive nas atividades escolares. E destacaram a importância da realização dos rituais, sobretudo o jurupari, mas que as danças femininas, o toque do caríçu e o canto do kapiwaiá no momento precisam de mais incentivo. Além disso, a importância da transmissão dos conhecimentos do artesanato tradicional também foi pontuada.

III) Região do rio Traíra, próximo à foz no rio Apapóris (região DIA WII e TI Rio Apapóris)

Estão concentrados na comunidade multiétnica de São José do Apapóris. Esse grupo regional compreende uma rede de relações e visitação com os Yuhupdêh que habitam a Colômbia, cujas comunidades estão localizadas no

resguardo indígena Yaigoj  Apapóris, pertencentes aos departamentos de Amazonas e Vaupés. Trata-se de uma região que no século XX foi intensamente ocupada por comerciantes de borracha, de pele de onça, por garimpeiros e pelo exército brasileiro. Para os Yuhupd h e indígenas de outros povos na TI Rio Apapóris, Vila Bittencourt (distrito do município Japurá) e principalmente o centro municipal de Japurá são os locais de referência para a aquisi o de mercadorias.

Os Yuhupd h da TI Rio Apapóris participaram do Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA, 2017/18, mas não participaram das oficinas de consulta que ocorreram na região do Traíra em 2018. Somando os Yuhupd h habitantes da TI Alto Rio Negro e da TI Apapóris, são 814 pessoas.

Desafio apontado pelos grupos Yuhupd h

Todos esses três grupos regionais dos Yuhupd h foram e são intensamente impactados pelas atividades de garimpo em Serra do Traíra, localizada em terra tradicional dos Yuhupd h, algo determinante em sua história de ocupa o e dispersão territorial a partir da década de 1980. Esse   um ponto bastante sensível nos PGTA das TIs Alto Rio Negro e Rio Apapóris.

Quanto aos Yuhupd h da região do rio Cunuri, nos trabalhos de elabora o do PGTA, pautaram o problema do trânsito de garimpeiros nas terras em que habitam, bem como a implica o disso no desrespeito aos lugares sagrados dos diferentes grupos cl nicos e a necessidade de sinaliza o para evitar atividades de explora o indevida nesses locais. E, sobretudo, trataram da necessidade de serem devidamente consultados, em sua especificidade, respeitando suas lideranças tradicionais, os anciãos, a tradu o em sua língua e o tempo para que as comunidades se apropriem das propostas de maneira efetiva.

Povo Hupd' h

I) Região entre o Alto Papuri e o Alto Tiqu  (COIDI e DIA WII)

Wagui , São Fernando (Pinu-Pinu) e Cabeça da Onça localizam-se no Alto rio Papuri (COIDI), em proximidade a comunidades do povo Tukano (Jandi , Anchieta e Uirapixuna, respectivamente). No Alto Tiqu  (DIA WII), os Hupd' h habitam principalmente três igarapés: Umari (comunidades Pombo Igarapé e Piracema, vivendo junto aos Desano), Cabari (Serra do Cabari) e Umari Norte (Buriti Cachoeira e Acará Poço, próximas a São Pedro, comunidade do povo Tuyuka). Algumas famílias distribuem-se em comunidades de outros povos no Alto Tiqu , sobretudo em Jabuti Cachoeira, povoado Tukano em que a maior parte da popula o hoje em dia   da  tnia Hupd' h. As associa es de referência para essas comunidades Hupd' h são: ACIARP (Associa o das Comunidades Indígenas do Alto Rio Papuri), ACIRU (Associa o das Comunidades Indígenas do Rio Umari), ATRIART (Associa o das Tribos Indígenas do Alto Rio Tiqu ), AEITHART (Associa o da Escola Indígena Tukano e Hupd do Alto Rio Tiqu ) e AEITU (Associa o Escola Indígena Tuyuka Utapinopona).

Não obstante a tendência   concentra o populacional, principalmente no caso de Wagui  (146 habitantes), nesta região os recursos de caça e pesca

não se encontram desgastados da mesma forma que nas demais regiões da habitação dos Hupd’äh. Este interflúvio é intensamente transitado pelas famílias dessas comunidades, havendo no interior da floresta uma infinidade de sítios utilizados para atividades alimentares.

As famílias desta região não têm participado de modo tão intenso nas recentes descidas massivas para São Gabriel da Cachoeira, principalmente no caso das três comunidades do alto rio Papuri, as quais mantêm uma relação com a cidade circunscrita ao deslocamento de professores e do agente indígena de saúde. As lideranças colocam, no entanto, a dificuldade de acesso a documentação básica, o que dificulta a matrícula das crianças nas escolas. Destacam também a dificuldade em adquirir mercadorias e ferramentas necessárias para os trabalhos agrícolas, obtidas, geralmente, em segunda mão através de trocas com as comunidades vizinhas de povos Tukano. No caso das comunidades do alto Papuri e do igarapé Umari Norte (alto Tiquié), localizadas na fronteira com a Colômbia, ocorrem trocas e visitas em comunidades indígenas deste país vizinho, bem como, por vezes, o acesso a recursos naturais do outro lado da fronteira.

II) Região entre o Médio Papuri e o Médio Tiquié (COIDI e DIA WII)

No Médio rio Papuri (COIDI), os Hupd’äh atualmente habitam a comunidade São João, tradicionalmente Desano, mas com composição majoritariamente Hupd’äh no momento. É próxima à Santa Marta (povo Desano) e tem o igarapé Urucu como referência. O Médio rio Tiquié (DIA WII) é uma região de intensa concentração populacional dos Hupd’äh, sobretudo em três grandes comunidades: Nova Fundação (291 habitantes), Barreira Alta (185) e Taracuá Igarapé (237). O igarapé Cucura (*Pĩg Dēh*, afluente do médio Tiquié) abriga as comunidades Nova Fundação e Cucura Manaus (de composição Desano e Hupd’äh), bem como, em seu alto curso, um importante sítio de habitação, *Tah Dēh* (Igarapé Anta). O trânsito entre os Hupd’äh que habitam o igarapé Cucura e o igarapé Urucu (médio Papuri) é intenso.

Há outros cursos d’água, afluentes do médio Tiquié, centrais na territorialidade dos Hupd’äh desta região, dentre eles: *Nahaw Dēh* (igarapé Macucu), *B’ab’a’ Dēh* (igarapé Embaúba), *Yiyiw Dēh*, e *Tat Dēh* (igarapé Taracuá). Neste último localiza-se a comunidade homônima Taracuá Igarapé, a qual mantém relações estreitas com os Hupd’äh da região dos igarapés Cabari e Japu (médio Uaupés), sendo, portanto, um ponto de transição entre grupos regionais. Há ainda, no médio Tiquié, duas comunidades de menores proporções, que se estabeleceram em anos recentes na beira do rio Tiquié: Nova Esperança (anexada a Boca da Estrada) e São Luiz.

A associação de referência para a comunidade São João, no Papuri, é a ONIMRP (Organização das Nações Indígenas do Médio Rio Papuri), e, no médio Tiquié, as associações apontadas pelas comunidades Hupd’äh foram: ACIMET (Associação das Comunidades Indígenas do Médio Tiquié) e 3TIC (Três Tribos Indígenas do Igarapé Cucura). Importante destacar que os Hupd’äh desta região, sobretudo as lideranças das comunidades Taracuá Igarapé e Barreira Alta, expressaram, no decorrer dos trabalhos de elaboração do PGTA, um forte interesse em formar uma associação própria.

A concentração populacional levou a um considerável desgaste dos recursos alimentares no entorno das comunidades. Além disso, nas comunidades maiores, pode ocorrer escassez de terrenos de roça para algumas famílias. Assim, destacaram o desafio de elaborar trabalhos de manejo ambiental que possibilitem a melhoria das condições de alimentação. Os deslocamentos para a cidade de São Gabriel da Cachoeira se tornaram frequentes para as famílias Hupd’äh desta região. No caso da comunidade Taracuá Igarapé, destacam-se os trabalhos de mapeamento participativo conduzidos pelas lideranças locais, estendendo-se à região do interflúvio entre o médio Tiquié e o médio Uaupés, em que *Paç Pög* (Serra Grande) tem grande relevância, como colocado anteriormente.

III) Região entre o Médio Uaupés, o Baixo Papuri e Iauaretê (COIDI)

Nossa Senhora de Fátima é uma das vilas formadoras do povoado multiétnico de Iauaretê, localizada na margem direita do rio Uaupés, próxima à boca do rio Papuri, junto às comunidades da etnia Tariano Santa Maria e São Pedro. Essa comunidade Hupd’äh, portanto, integra as especificações do PGTA relativas à sub-região de Iauaretê. Trata-se de um ponto de referência das demais comunidades Hupd’äh deste grupo regional, sendo constantemente visitada por parentes que se deslocam para Iauaretê na busca dos recursos que a estrutura urbana do povoado possibilita. Os Hupd’äh do igarapé Turi (baixo Papuri), na busca de acesso à escola, atualmente estão concentrados na comunidade Santa Cruz do Turi, vivendo junto aos Desano desta localidade.

No médio Uaupés, destacam-se dois importantes igarapés em que um conjunto de comunidades Hupd’äh se distribuem. No baixo curso do igarapé Japu (afluente do médio Uaupés), vivem junto ao povo Tukano na comunidade Jacaré Banco e no sítio Tukano, bem como em localidades próximas, Jacaré Banquinho e Vila Nova. Mais acima, no Japu, estão as comunidades Hupd’äh Boca do Traíra, Água Viva e Santo Atanásio. E no igarapé Cabari (afluente do Japu) estão as comunidades Santa Cruz do Cabari, Piracema, Santo Expedito, Santo Antônio e Santa Rosa. É uma região intensamente povoada pelos Hupd’äh, somando 615 pessoas, em uma população total de 643 pessoas.

Os Hupd’äh desta região têm passado em anos recentes por um processo de dispersão territorial posterior à formação das duas grandes comunidades na década de 1970, Santo Atanásio e Santa Cruz do Cabari. Esse processo tem se dado, segundo as lideranças, por problemas de convivência entre grupos clânicos nas grandes comunidades e pela escassez de alimentação. Assim, estão formando comunidades menores e retornando a locais de habitação anteriores ao contato com os missionários salesianos. Assim como no médio Tiquié, destacaram a necessidade de aprofundar o diagnóstico socioambiental da região, elaborando planos de manejo para a recuperação de recursos (caça, pesca e extrativismo) que hoje se encontram escassos, além de apresentar possibilidades de geração de renda, sobretudo pensando na comercialização de artesanato. A associação que representa esta região é a ACIRJA (Associação das Comunidades Indígenas do Rio Japu), de composição Tukano e Hupd’äh, que, atualmente, passa por um processo de revitalização.

Problemas, desafios e prioridades dos povos Hupd'äh e Yuhupdëh

A seguir são apresentados os desafios e prioridades colocados pelos povos Hupd'äh e Yuhupdëh no que toca à gestão do território e demandas das comunidades. Importante ressaltar que desafios comuns às demais sub-regiões e povos da Terra Indígena Alto Rio Negro, como, por exemplo, as questões de tratamento de resíduos sólidos, dos povos transfronteiriços, de acesso à energia, comunicação e água potável, por estarem já contemplados na parte III deste documento (Diretrizes Gerais de Gestão TI Alto Rio Negro) não foram incluídos aqui. Ademais, há uma forte relação entre os desafios e recomendações desses dois povos com os pontuados nos capítulos 6 e 7, de abrangência da DIA WII e COIDI.

1. Manejo ambiental, acordos internos e externos (caça, pesca, roça e extrativismo)

Problemas e desafios

- i. Falta de caça e pesca nas proximidades das comunidades, sobretudo das comunidades Hupd'äh.
- ii. Conhecimentos e mudanças nas práticas de manejo ambiental. Quanto à caça, foi apontado o enfraquecimento do uso e conhecimento de algumas técnicas e instrumentos, principalmente do uso da zarabatana e do curare. Para a pesca, em algumas regiões apontaram o uso excessivo de malhadeira e tinguijamento. A extração de palhas de caraná, breu, cipó e outros materiais necessários para a construção de casas e artesanato é por vezes feita de maneira pouco cuidadosa, derrubando a árvore.
- iii. Distribuição de áreas para roça nas comunidades. Há comunidades em que algumas famílias (mais antigas no local) têm muitas áreas para derrubada de roças, enquanto outras (de chegada mais recente) têm poucas.
- iv. Dificuldade de acesso a ferramentas necessárias para as atividades de roça, sobretudo no alto rio Papuri (comunidades Hupd'äh).

Propostas, acordos e recomendações

- 1. Respeito aos modos de vida dos Hupd'äh e Yuhupdëh pelas instituições atuantes na região e adaptação das políticas públicas. Independentemente da escolha de diferentes modos de vida pelas famílias desses povos em suas respectivas regiões de habitação, os Hupd'äh e Yuhupdëh colocaram um mesmo objetivo: a melhoria do acesso aos recursos alimentares e aos serviços de educação escolar e saúde. Cabe, portanto, às instituições públicas e aos parceiros atuantes na TI Alto Rio Negro o reconhecimento da variedade de escolhas e a adaptação das políticas públicas e projetos planejados às diferentes realidades em que os povoados se encontram. Responsáveis: FOIRN; SEMED; SEDUC; DSEI; parceiros dos povos Hupd'äh e Yuhupdëh e da FOIRN.

- 2. Algumas comunidades manifestaram o desejo em realizar criação de animais, como psicultura, avicultura e outros. Enfatizaram, entretanto, que essas propostas devem ser melhor amadurecidas por cada comunidade interessada e ter acompanhamento técnico qualificado. Responsáveis: Funai; FOIRN; parceiros dos povos Hupd'äh e Yuhupdëh e da FOIRN.

- 3. Reconhecimento e valorização dos conhecimentos e práticas de manejo do centro da floresta e da região das cabeceiras dos igarapés. Dentre as ações possíveis, foi levantada a possibilidade de construção e estruturação de Casas de Saber no centro da floresta com o intuito de realizar oficinas com os mais jovens para a transmissão dos conhecimentos. Responsáveis: comunidades; conhecedores; lideranças; associações; escolas; FOIRN; IPHAN; Funai.

- 4. Para a caça e pesca, recuperar e valorizar benzimentos, modos de manejo e instrumentos. Feitura e uso cuidadoso de zarabatana, curare e tinguijamento foram citados como assuntos para discussão e oficinas de valorização. Além disso, as diferentes comunidades que vivem em um mesmo igarapé devem conversar periodicamente para organizar a rotatividade da prática nos locais de pesca. Responsáveis: comunidades; conhecedores; lideranças; associações; escolas; FOIRN; IPHAN; Funai.

- 5. Mapeamento participativo das áreas em que se localizam as árvores frutíferas e valorização das práticas rituais de coleta. Identificação de potencialidades para a incorporação de frutos da floresta na merenda escolar regionalizada. Responsáveis: comunidades; conhecedores; lideranças; associações; escolas; FOIRN; IPHAN; Funai, SEMED, SEDUC.

- 6. As reuniões entre as comunidades de uma região para tratar do manejo ambiental devem ser bem organizadas, preparando com benzimento para que as falas sejam boas e todos entrem em acordo.

- 7. As famílias de uma mesma comunidade devem entrar em acordo para o uso da terra, os que estão com dificuldade em encontrar terras para suas novas roças devem fazer solicitações. Podem ser trabalhadas roças comunitárias para reforçar a merenda escolar e outros momentos de alimentação coletiva. Para facilitar o acesso a ferramentas para a agricultura, deve haver incentivo da Funai e de outras instituições. Além disso, podem ser elaborados planos em que as ferramentas sejam acessadas de modo integrado à produção da própria comunidade, seja artesanato ou outras formas. Responsáveis: comunidades; conhecedores; lideranças; associações; Funai; FOIRN; parceiros dos povos Hupd'äh e Yuhupdëh e da FOIRN.

- 8. Diagnóstico socioambiental aprofundado em áreas críticas (densamente habitadas), planos de manejo e planos comerciais para venda de artesanato com apoio técnico especializado e respeitando os modos tradicionais de manejo ambiental. Responsáveis: comunidades; conhecedores; lideranças; associações; Funai; FOIRN; parceiros dos povos Hupd'äh e Yuhupdëh e da FOIRN.

2. Línguas e Educação Escolar Indígena

Problemas e desafios

- i.** Ausência de espaço e materiais apropriados para a realização das atividades escolares.
- ii.** Ensino da escrita das línguas hup e yuhup. Pois em muitas comunidades Hupd'äh e Yuhupdëh não há ensino da leitura e escrita da língua. Para todas as comunidades Yuhupdëh e Hupd'äh faltam materiais didáticos produzidos pelas comunidades, em suas próprias línguas. Não há incentivo do governo para o ensino das línguas hup e yuhup nas escolas.
- iii.** Ensino de outras línguas, português e tukano, nas escolas. A alfabetização das crianças Hupd'äh e Yuhupdëh e o ensino de línguas nas comunidades varia muito entre as regiões. Em algumas comunidades, as crianças estão sendo alfabetizadas em tukano e português, o que as deixa confusas, pois não é sua língua materna. Importante notar que muitas comunidades destacam a importância do aprendizado das línguas tukano e portuguesa, além é claro das línguas hup e yuhup.
- iv.** Dificuldade de acesso às escolas por alunos moradores em sítios e comunidades mais distantes do leito do rio.
- v.** Dificuldade em adaptar um calendário escolar alternativo e que ele seja reconhecido pelas instituições.
- vi.** Falta professores Yuhupdëh e Hupd'äh.
- vii.** Oferta de Ensino Médio. Muitos jovens que terminam o Ensino Fundamental ficam parados. As tentativas de estudar em Pari-Cachoeira e em Iauaretê, em geral, não dão certo.

Propostas, acordos e recomendações

- 1.** Construção de espaços apropriados para as atividades escolares nas comunidades onde não existem e melhoria da infraestrutura dos prédios escolares e materiais com finalidade pedagógica.
- 2.** Ações de valorização das línguas hup e yuhup a serem pensadas com as comunidades, desdobrando-se também em ações na sede municipal de São Gabriel da Cachoeira.
- 3.** Incentivo e reconhecimento institucional do ensino das línguas hup e yuhup nas escolas e inclusão das línguas, dos conhecimentos e dos modos de viver desses povos no currículo diferenciado.
- 4.** Integração de conhecedores e jovens em trabalhos de registro dos conhecimentos dos povos.
- 5.** Realização de oficinas de escrita da língua hup e yuhup nas regiões em que ainda não foram devidamente incorporadas nas escolas e apoio especializado para elaboração de materiais didáticos específicos.
- 6.** Trabalhar os mapas elaborados pelas comunidades nas escolas, com os anciãos falando da vida dos antigos.
- 7.** Formação contínua e específica para professores desses povos, e que seja priorizada a contratação de pessoas do próprio povo para os cargos de profes-

sor em suas comunidades. Inclusão de representantes Yuhupdëh e Hupd'äh nos quadros de educação escolar, como os APIs (Assessores Pedagógicos Indígenas).

8. Oferta de Ensino Médio nas regiões habitadas por esses povos, e que seja adaptado às suas realidades.

9. Criar condições para que comunidades menores e sítios distantes da beira dos grandes rios tenham acesso à educação escolar. Reconhecimento e respeito ao calendário escolar definido pelas comunidades com os professores para acomodar o tempo e o aprendizado das crianças e jovens na escola e nas atividades em família, como, por exemplo, jornadas na floresta para caça e preparativos de festas.

10. Estrutura de apoio para os professores na sede municipal de São Gabriel da Cachoeira. Agilidade na contratação de professores. Participação efetiva nos processos de avaliação e tomada de decisão nas atividades escolares.

Responsáveis: SEMED; SEDUC; MEC; comunidades; conhecedores; lideranças; associações; FOIRN; Funai; parceiros dos povos Hupd'äh e Yuhupdëh e da FOIRN.

3. Saúde indígena Problemas e desafios

- i.** Atendimento à saúde específico para as comunidades Yuhupdëh e Hupd'äh. As equipes de saúde que hoje em dia trabalham nas comunidades muitas vezes desconhecem como é a vida dos Hupd'äh e Yuhupdëh.
- ii.** Os Agentes Indígenas de Saúde hoje em dia ficam um pouco distantes da equipe de saúde. Não estão recebendo muita orientação. Ficam sem saber como usar os remédios, por exemplo. Os AIS Hupd'äh e Yuhupdëh sentem dificuldade em deixar suas famílias em casa e passar longos períodos afastados em atividades de formação que acontecem em São Gabriel ou nas comunidades dos outros povos.
- iii.** Faltam lugares, como Casa de Apoio e Polo Base, nas regiões em que vivem os Hupd'äh e Yuhupdëh. Os Polos Base estão todos na beira dos grandes rios, Uaupés, Tiquié e Papuri.
- iv.** Participação não efetiva dos Hupd'äh e Yuhupdëh no Conselho Distrital de Saúde.
- v.** As equipes de saúde não estão adaptadas para realizar atendimento em comunidades e sítios localizados no centro da floresta e falta meios de comunicação e articulação entre as comunidades.
- vi.** Falta de materiais informativos sobre saúde nas línguas hup e yuhup.
- vii.** Suicídio. Os jovens hoje não são tão fortes como os velhos eram. Não acordam cedo para tomar banho, não cheiram pimenta, muitos não escutam os benzimentos como antigamente, não sabem tocar bem cariçu e outros instrumentos. Alguns ficam desanimados e pensam coisas tristes.

4. Cidadania e direitos sociais

Problemas e desafios

Propostas, acordos e recomendações

1. Criação de um DSEI próprio ou equipe específica para trabalhar com os Hupd'äh e Yuhupdëh. Revisar o protocolo de atendimento do DSEI – Rio Negro, considerando as especificidades dos Hupd'äh e Yuhupdëh na região. Na CASAI, criação de um alojamento específico com acompanhamento de assistentes sociais qualificadas.
 2. Formação continuada e específica de AIS Hupd'äh e Yuhupdëh e abertura de mais vagas. A formação deve ser realizada nas comunidades desses povos.
 3. Fortalecer a participação dos Hupd'äh e Yuhupdëh no Conselho Distrital de Saúde Indígena – CONDISI.
 4. Elaborar materiais informativos de saúde nas línguas hup e yuhup, e também documentos informativos dos modos de vida dos povos Hupd'äh e Yuhupdëh para os profissionais de saúde.
 5. Construção de casas e Polos Base mais próximos às comunidades desses povos, para suporte das equipes de saúde e dos AIS locais. Responsáveis: DSEI-ARN, SESAI; FOIRN; Funai; comunidades; associações.
 6. Rede de radiofonia, telefonia e outros modos de comunicação em todas as comunidades.
 7. Suicídio. Os velhos, quando comem ipadu e fumam tabaco podem ver o que o jovem está pensando. Ficam preocupados com esses pensamentos tristes. Juntando benzedor, catequista, os pais do jovem, o capitão e outras lideranças, esse grupo poderia acompanhar os jovens e aconselhá-los. Também podem ensinar os benzimentos para os jovens que querem aprender.
- Responsáveis: DSEI-ARN, SESAI; FOIRN; Funai; comunidades; associações.

- i. Os povos Hupd'äh e Yuhupdëh nas estadias em São Gabriel da Cachoeira, pela não familiaridade com a língua portuguesa, com os modos de interação nas instituições, com as relações comerciais de compra e com o sistema de crédito bancário ficam sujeitos a vulnerabilidades de ordens variadas, entre outras: sanitárias (nos precários acampamentos nas proximidades do porto Queiroz Galvão); socioeconômicas (em um sistema de endividamento nos comércios locais); de segurança (com alta frequência de roubo de seus pertences, sobretudo canoas e motores); alimentares (falta de alimentos básicos e consumo excessivo de bebida alcoólica). Essa dificuldade de acesso a documentos e benefícios, e todos os problemas derivados disso, coloca, conforme as comunidades desses povos, que essas políticas públicas não foram pensadas para suas realidades.
- ii. A busca pelo pagamento dos benefícios, a retirada de documentação, e outros motivos, levam esses povos a passarem muito tempo em deslocamento e permanecendo na sede de São Gabriel da Cachoeira, onde ficam sujeitos a muitas vulnerabilidades.

Propostas, acordos e recomendações

1. Organização comunitária e familiar. As famílias, junto com a comunidade, devem planejar seus deslocamentos para a cidade, tendo clareza dos afazeres, da documentação necessária e do tempo planejado para a viagem de ida, estadia e volta. Podem levar a farinha e itens que podem ser vendidos, como, por exemplo, artesanato. Além disso, podem combinar com algum parente para cuidar de suas roças enquanto estão ausentes. Responsáveis: comunidades; famílias; lideranças; associações; FOIRN; Funai.
2. Comunicação. Deve haver uma central de informação sobre benefícios sociais (tanto Bolsa Família como os concedidos pelo INSS), que continuamente atualize as comunidades (através de radiofonia), repassando informações e respondendo perguntas. Os processos de documentação e concessão de benefícios devem estar claros para as comunidades, e as mudanças nas regras devem ser comunicadas. Responsáveis: comunidades; lideranças; associações; Funai; INSS; bancos; Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira; CRAS; CadÚnico; FOIRN.
3. Local para estadia na cidade. Construção de casas de apoio específicas para os povos Hupd'äh e Yuhupdëh em São Gabriel da Cachoeira, em locais apropriados e com estrutura. Responsáveis: comunidades; lideranças; associações; Funai; Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira; CRAS; FOIRN; DSEI-ARN; parceiros dos povos Hupd'äh e Yuhupdëh e da FOIRN.
4. Instituições de acesso a documentação, benefícios sociais e bancárias deveriam ter pessoas que pudessem traduzir e se preparar para atendimento aos povos Yuhupdëh e Hupd'äh. Responsáveis: Funai; Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira; CRAS; DSEI-ARN; Cartório Civil; Cartório Eleitoral; Receita Federal; Correios; Banco do Brasil; INSS.
5. Adaptação dos benefícios sociais, retirada de documentação e outros direitos sociais à realidade dos indígenas que vivem distantes dos grandes centros urbanos e com pouco contato com o mundo dos não-indígenas. Responsáveis: Funai; CadÚnico; INSS; Ministério Público Federal, comunidades, associações, FOIRN e parceiros.

PARTE III

desafios, demandas e propostas
de gestão territorial para a
Terra Indígena Alto Rio Negro





11

Prioridades para
projetos comunitários
e políticas públicas

imagem na página anterior
Buriti, fruto de uma palmeira que é encontrada na beira de rios (Edilson Ovo Villegas Ramos / Rede de Comunicadores Indígenas do Rio Negro, 2016).

Os temas, desafios e propostas apresentados nas tabelas abaixo foram levantados e discutidos pelas associações e comunidades indígenas das diversas regiões da Terra Indígena Alto Rio Negro ao longo das etapas da elaboração do Plano de Gestão. Cada região apontou e validou, por meio das assembleias regionais das Coordenadorias da FOIRN, os seus principais problemas e demandas relacionados à temas considerados prioritários para o desenvolvimento de projetos comunitários e proposição e implementação de políticas públicas. Depois essas propostas foram sistematizadas e compiladas de modo a contemplar a Terra Indígena Alto Rio Negro como um todo, já que grande parte dos desafios e demandas são comuns às várias regiões.

No total são nove temas que foram reunidos em uma base comum a partir das propostas regionais. Já os desafios específicos à cada região estão relatados na Parte II deste documento “**Diversidades regionais e étnicas**”, capítulos 06 ao 10.

Temas comuns

- 1. Território e Proteção Territorial. p. 219 a 221.
- 2. Meio Ambiente, Manejo e Acordos Intercomunitários. p. 222 a 226.
- 3. Governança e Direitos Indígenas. p. 227 a 230.
- 4. Fortalecimento Cultural. p. 231 a 232.
- 5. Mulheres e Jovens Indígenas. p. 233 a 234.
- 6. Sustentabilidade e Iniciativas Produtivas. p. 235 a 237.
- 7. Educação Escolar Indígena. p. 238 a 242.
- 8. Saúde Indígena. p. 243 a 246.
- 9. Infraestrutura: Comunicação, Energia, Mobilidade, Lixo e Saneamento p. 247 a 250.

Dois eixos são apresentados por tema:

- Problemas, potenciais e desafios.
- Estratégias, propostas e medidas necessárias.



1. território e proteção territorial

1.1. Garantir a autonomia e decisão dos povos indígenas sobre o próprio território.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

- i. Devemos ser consultados e ter poder de veto sobre qualquer projeto, ação ou empreendimento que venha afetar direta ou indiretamente os nossos territórios, seja da iniciativa privada ou do poder público.
- ii. As instâncias de governança indígena, associações, comunidades, coordenadorias regionais, lideranças e FOIRN devem estar envolvidas na tomada de qualquer decisão que incida sobre os nossos territórios.
- iii. Fazer uso do Plano de Gestão (PGTA) para reforçar que essa terra é nossa, que nosso território deve continuar demarcado e que nós é que devemos geri-lo, conforme nossas tradições ancestrais e os desafios dos novos tempos.
- iv. Estabelecer nosso protocolo de consulta onde diremos em quais circunstâncias e como queremos ser consultados a respeito de empreendimentos, projetos e ações que incidam sobre nossos territórios.

Responsáveis: Associações Indígenas, Comunidades, FOIRN e Coordenadorias Regionais; Funai, MPF, Instituições Governamentais e da Sociedade Civil.

1.2. Invasão de nossos territórios por não-indígenas (garimpeiros, pescadores, madeireiros, narcotraficantes) e falta de fiscalização por parte dos órgãos competentes.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

- i. É preciso uma fiscalização efetiva de nossos territórios por parte dos órgãos competentes, através de um programa permanente e construído de forma colaborativa com as comunidades e associações indígenas.
- ii. Construir e manter postos permanentes de fiscalização e atendimento à população, com infraestrutura e equipe, em pontos estratégicos e onde há maior problema de invasões na TI Alto Rio Negro.
- iii. Reestabelecer e fortalecer as Coordenações Técnicas Locais/CTLs da Funai, com infraestrutura adequada e equipe permanente.
- iv. Reforçar limite físico, marco e atualizar plaqueamento em pontos estratégicos da TI Alto Rio Negro.
- v. Reconhecimento e formação de Agentes Indígenas de Vigilância Territorial, com destinação de recursos para infraestrutura (transporte, equipamentos e comunicação), formação e ajuda de custo aos agentes.
- vi. Comunidades devem ser vigilantes e denunciar aos órgãos competentes todos os casos de invasão de seus territórios por não-indígenas. E os órgãos competentes devem oferecer proteção às comunidades mais vulneráveis e que fazem a denúncia.



vii. Comunidades e associações devem participar das ações de vigilância e fiscalização, e serem respeitadas em sua cultura e modos de vida.

viii. A entrada de pessoas de fora (não-indígenas) na TI deverá ser autorizada pela FOIRN e pelas associações e comunidades da região para onde a pessoa se destina.

Responsáveis: Funai, MD, Exército Brasileiro, MMA/ICMBio, PF, MPF; Comunidades, Associações Indígenas, FOIRN e Coordenadorias Regionais.

1.3. Diálogo entre comunidades, organizações indígenas e Exército Brasileiro.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

- i.** Realizar encontros para rever e fortalecer regras de convivência entre Exército e comunidades, com especial atenção às regiões onde estão instalados os PEFs (Pelotões Especiais de Fronteira): Iauaretê, Querari, Pari-Cachoeira, São Joaquim e Tunuí-cachoeira.
- ii.** Incluir nesses acordos o direito à consulta prévia e consentimento para qualquer empreendimento ou ação militar em nossos territórios.
- iii.** Queremos que nossos territórios e nossos usos e costumes sejam sempre respeitados pelos militares que atuam dentro da TI.

Responsáveis: Associações Indígenas, Comunidades, FOIRN e Coordenadorias Regionais; Exército Brasileiro e Funai (CTLs).

1.4. Maior valorização dos saberes tradicionais a respeito dos territórios ancestrais de cada povo e comunidade, das práticas de manejo e lugares sagrados.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

- i.** Consolidar e respeitar as regras e acordos estabelecidos entre as comunidades de cada região para manejo de pesca, caça, extrativismo, destinação de lixo, áreas tradicionais de uso e cuidado com lugares sagrados.
- ii.** Valorizar e fortalecer os conhecimentos e narrativas de origem sobre os territórios tradicionais, histórias e trajetórias de cada grupo, clã e comunidade.
- iii.** Elaborar mapas dos territórios étnicos e das áreas de uso atual de cada comunidade (onde ainda não há).
- iv.** Repassar esses conhecimentos para os jovens nas escolas e no âmbito familiar.
- v.** Cada região deve se esforçar para promover encontro entre conhecedores visando fortalecer e reforçar os conhecimentos tradicionais sobre o território.



vi. Elaborar cartilhas e informativos com os acordos intercomunitários e de manejo numa linguagem simples e acessível.

Responsáveis: Comunidades, Lideranças, Associações Indígenas, AIMAs, Conhecedores, Escolas Indígenas, Professores. Parceiros: FOIRN, Funai, ISA, SEMED-SGC e SEDUC-AM.

1.5. Diálogo entre comunidades e associações indígenas e acordos entre instituições do Brasil e da Colômbia para resolução de problemas, conflitos e demandas nas faixas de fronteira.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

- i.** Que os Estados nacionais reconheçam as territorialidades tradicionais dos povos e comunidades que vivem nas faixas de fronteira.
- ii.** Que a ocupação e manejo tradicional nas faixas de fronteira sejam reconhecidos por meio de um acordo formal com as autoridades dos dois países, pois há comunidades do lado brasileiro que possuem suas roças e áreas de manejo do lado colombiano, e vice-versa.
- iii.** Fortalecer o diálogo e a articulação entre as comunidades e associações indígenas nas faixas de fronteira.
- iv.** Estabelecer acordo de livre trânsito entre indígenas na fronteira e facilitar a retirada de dupla nacionalidade pelos moradores das comunidades de ambos lados.
- v.** Planejar a permanência e regularizar a situação das famílias que migram de comunidades do lado colombiano para o lado brasileiro, especialmente em relação ao acesso à educação e saúde.
- vi.** Coibir o trabalho ilegal e a exploração das famílias que migram.
- vii.** Estabelecer pontos de controle e cadastro na faixa de fronteira para controlar a entrada de não-indígenas, mas respeitando o livre trânsito da população indígena.
- viii.** Que haja diálogo entre instituições do Brasil e da Colômbia para cooperação binacional e apoio às ações junto às comunidades e populações que vivem na faixa de fronteira, especialmente no que se refere à educação e saúde.
- ix.** Elaboração de cartilhas e informativos com os acordos binacionais firmados.

Responsáveis: Itamaraty, PF, Exército Brasileiro, Funai; Associações Indígenas, Comunidades, FOIRN e Coordenadorias Regionais; AATIs da Colômbia e Instituições do Estado Colombiano.



2. meio ambiente, manejo e acordos inter-comunitários

2.1. Diminuição na oferta de alguns recursos importantes, sobretudo em áreas de maior concentração populacional.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

- i.** Realizar mais oficinas com as comunidades para levantamento de informações e prioridades. Considerar o que já foi destacado nesse PGTA por cada Coordenadoria.
- ii.** Avaliar os impactos resultantes dos projetos já executados na região: o que deu certo, o que não deu e porque, o que precisa ser feito para aprimorar.
- iii.** Elaborar planos de manejo de recursos estratégicos em determinadas regiões que vêm apresentando escassez.
- iv.** Apoio técnico e financeiro para a elaboração dos planos de manejo, de acordo com as demandas e prioridades de cada região.
- v.** Respeitar as regras e acordos de manejo estabelecidas nesse documento.

Responsáveis: Associações Indígenas, Comunidades, AIMAs, FOIRN e Coordenadorias Regionais. Parceiros: Funai, MMA, ISA, Pesquisadores Colaboradores, SEPROR-AM, SEMA-AM.

2.2. Entrada de invasores não-indígenas para praticar pesca predatória e retirar madeira em nosso território.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

- i.** É proibida a entrada de pescadores de fora (não-indígenas) e madeireiros em nossos territórios. Para que a proibição se cumpra é preciso um programa de fiscalização efetivo.

As comunidades devem ser vigilantes em relação à entrada de pessoas de fora que vem pescar e tirar recursos de nossas áreas. É preciso denunciar aos órgãos competentes. Responsáveis: Funai, Exército Brasileiro; Comunidades, Lideranças e Moradores (respeito à regra).

2.3. Parentes entrando nas áreas uns dos outros para pescar, caçar ou extrair recursos sem pedir permissão e se utilizando de técnicas muitas vezes predatórias.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

- i.** Todos os moradores da Terra Indígena devem respeitar os limites das áreas tradicionais de pesca e caça de cada comunidade ou família, bem como as regras e acordos estabelecidos.
- ii.** Os moradores devem sempre pedir permissão e entrar em diálogo caso queiram pescar e caçar na área do outro. O mesmo para qualquer extração de fibras e outros recursos florestais, sobretudo quando em grande quantidade. A regra também vale para parentes de outras regiões e ex-moradores.



- iii.** Conscientização e diálogo permanente entre as lideranças e entre os moradores para que os acordos sejam respeitados. Isto deve ser tema de encontros e reuniões comunitárias.

Responsáveis: Comunidades, Associações Indígenas, Lideranças, Conhecedores, Moradores, FOIRN e Coordenadorias Regionais.

2.4. Sistema tradicional de manejo se encontra um pouco enfraquecido em algumas regiões, o que traz consequências ruins para a saúde de nosso território.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

- i.** Reestabelecer princípios de nosso sistema tradicional de manejo, especialmente as restrições e cuidados com os lugares sagrados ancestrais, lugares sagrados dos peixes e moradas dos seres espirituais das florestas. Pois há lugares com restrições de uso, onde não se pode pescar, caçar, extrair recursos ou ocupar.
- ii.** Resgatar e fortalecer técnicas tradicionais de pesca e caça, especialmente as armadilhas.
- iii.** Reunir de tempos em tempos conhecedores, benzedores para fazer pajelança e assim auxiliar no repovoamento dos rios e florestas com peixes e animais de caça.

Responsáveis: Comunidades, Grupos Étnicos; Conhecedores; Associações Indígenas; AIMAs. Parceiros: FOIRN, Escolas Indígenas, ISA e Funai/CR-RNG.

2.5. Mudanças no clima e nas estações, cheias ou secas fora de época, já estão se fazendo sentir e têm afetado a vida e a sustentabilidade das comunidades. Há ainda o aparecimento de novas pragas que atacam as roças.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

- i.** Fortalecer o sistema tradicional de manejo e resgatar cerimônias relacionadas às diversas épocas do calendário ecológico.
- ii.** Resgatar, valorizar e fortalecer os conhecimentos e práticas relacionadas aos ciclos ecológicos-rituais dos diversos grupos étnicos e das diversas regiões.
- iii.** Manter e aprofundar pesquisas sobre mudanças climáticas e ciclos ecológicos já iniciadas pelos AIMAs (Agentes Indígenas de Manejo Ambiental) em algumas regiões.
- iv.** Propor programa para pagamento por serviços socioambientais para famílias, comunidades e associações cujo modo de vida colabora com a conservação ambiental e equilíbrio climático.



v. Fazer pesquisa para entender o que tem causado o aumento de predadores e pragas que comem as roças e a relação com as mudanças no clima. A partir disso, definir medidas para amenizar esse problema.

vi. Reconhecer a categoria e contratar Agentes Indígenas de Manejo Ambiental para iniciativas interculturais de manejo e gestão ambiental e territorial nas comunidades.

Responsáveis: Conhecedores, AIMAs, Comunidades, Associações Indígenas, FOIRN.
Parceiros: MMA, Funai, ISA, Universidades e Instituições de Pesquisa.

2.6. Desertificação e esterilização do solo em algumas regiões com maior concentração populacional, devido ao uso de uma mesma área por longo período de tempo.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

i. Procurar áreas adequadas de mata virgem para abrir novos roçados e deixar que as áreas usadas atualmente possam se regenerar.

ii. Em áreas mais críticas, implementar um plano de recuperação florestal e melhoramento do solo.

Responsáveis: Comunidades, Moradores, Associações Indígenas. Parceiros: IDAM, MMA, Funai, FOIRN, ISA, Embrapa e Universidades.

2.7. Conflitos internos relacionados à criação de novas comunidades e desentendimentos por causa de terrenos de roças. Esse é um problema sobretudo em áreas de maior concentração populacional.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

i. Fortalecer o diálogo sobre ocupação do território entre comunidades e moradores, antigos e recém-chegados.

ii. Consolidar e respeitar os acordos comunitários sobre áreas tradicionais de uso de cada comunidade e cada família.

iii. Respeitar a produção de cada família.

Responsáveis: Moradores, Comunidades e Associações Indígenas.



2.8. Valorização do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, nosso patrimônio cultural.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

i. Realizar encontros periódicos do Conselho da Roça.

ii. Efetivar ações de salvaguarda.

iii. Buscar reconhecimento do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro como patrimônio mundial pela UNESCO.

iv. Elaborar materiais didáticos sobre o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro.

Responsáveis: IPHAN, FOIRN, Comunidades, Associações Indígenas. Parceiros: ISA e Universidades.

2.9. Consolidar acordos de convivência e atualizar de tempos em tempos os acordos comuns para o uso de recursos, território e convivência.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

i. Debater e divulgar os direitos de uso territorial em território indígena.

ii. Fortalecimento das lideranças e clareza de suas funções de representação.

iii. Aprofundar discussão e definições sobre regras de acesso e uso do território e recursos nas sub-regiões.

iv. Realizar mapeamentos e zoneamentos participativos, com definição de zonas a serem preservadas, por sub-região (onde ainda não foi feito).

v. Debates e acordos sobre migração dentro e para fora da TI (para outras TIs e para a cidade).

vi. Que os acordos sejam respeitados e reconhecidos como instrumentos de gestão.

Responsáveis: Associações indígenas, Comunidades, FOIRN e Coordenadorias Regionais. Parceiros: Funai e ISA.



3. governança e direitos indígenas



Embora seja necessário de tempos em tempos atualizar os acordos, o conteúdo de alguns deles foi pactuado no processo de elaboração do Plano de Gestão da TI Alto Rio Negro.

Pesca, caça e extrativismo: acordos e recomendações

1. Não praticar a pesca de mergulho com careta (máscara).
2. Não praticar pesca com arrastão. Esta só é permitida em pescarias coletivas por ocasião de festas e eventos comunitários, com aval e consentimento de todos.
3. Regular o uso de malhadeiras, dando preferência para as técnicas tradicionais de pesca.
4. Não tinguir: em lagos e no rio grande; onde há consumo de água; sem benzimento. O tinguimento nos igarapés deve ser controlado.
5. Controlar a pesca na época da piracema; não usar malhadeira na piracema.
6. Fazer bom uso dos benzimentos, cuidando para não afugentar os peixes.
7. Não levar pescadores de fora para pescar em nossas áreas.
8. Não caçar mais do que o necessário.
9. Proteger os bebedouros de anta.
10. Evitar abater caça com cria ou prenhe.
11. Fazer bom uso dos benzimentos, cuidando para não afugentar a caça ou fechar a casa dos animais.
12. Evitar ao máximo derrubar palmeiras e árvores frutíferas. Para retirar as frutas, subir na árvore ou palmeira.
13. Não derrubar palmeira de caraná. E na extração das folhas do caraná, sempre deixar ao menos duas folhas para que a palmeira possa se regenerar.
14. Não derrubar as árvores que abrigam daracubi. Subir na árvore para retirar o daracubi e não retirar todas as bromélias.
15. Quando derrubar árvore para uso da madeira, evitar desperdício, usar tudo o que foi retirado.
16. Para recursos que envolvem iniciativas de comercialização, elaborar plano de manejo para evitar a sobre-exploração.

3.1. Fortalecimento do movimento indígena e aumento da mobilização social.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

i. É preciso fortalecer a comunicação com as comunidades sobre o movimento e os direitos indígenas: i) elaborar material que explique os direitos indígenas e as ameaças aos nossos territórios em linguagem simples e levar para comunidades e escolas; ii) promover os boletins da FOIRN (Wayuri impresso e em áudio) e dar a eles a máxima circulação; iii) maior presença das lideranças indígenas no dia a dia das comunidades.

ii. É preciso investir muito e continuamente na formação política dos jovens para participação no movimento indígena e para defesa de nossos territórios e nossa identidade cultural. Isso deve se dar nas escolas, na família, em eventos e cursos específicos.

iii. Registrar e divulgar as trajetórias das lideranças indígenas do Alto Rio Negro.

Responsáveis: FOIRN, Coordenadorias Regionais, Associações Indígenas, Lideranças, Parceiros do Movimento Indígena, Escolas indígenas e Comunidades.

3.2. Sustentabilidade financeira e técnica para o funcionamento das associações.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

i. Apoio financeiro governamental para o funcionamento das associações indígenas enquanto instâncias de governança dentro da TI.

ii. É necessário assessoria do próprio movimento indígena e instituições parceiras para a organização de associações e desenvolvimento de projetos próprios.

iii. Realização de parcerias entre as associações indígenas e instituições governamentais e não-governamentais, envolvendo consulta, planejamento e execução de ações nas diversas regiões da TI.

Responsáveis: FOIRN, Funai e Parceiros do Movimento Indígena.

3.3. Falta de apoio governamental permanente para projetos e programas executados pelas associações indígenas dentro de seus territórios, visando a gestão ambiental e territorial.

estratégias, propostas e medidas necessárias:



i. Criação de um fundo governamental permanente para apoiar o desenvolvimento de projetos de sustentabilidade pelas associações e comunidades indígenas, visando a melhoria da qualidade de vida e a gestão ambiental e territorial dentro das terras indígenas.

ii. Realizar articulação e buscar apoio junto com às instituições públicas no âmbito municipal, estadual e federal para melhorar e efetivar as políticas públicas e implementação de ações previstas neste Plano de Gestão.

Responsáveis: Governo Federal (Funai, MMA, MAPA, BNDES/Fundo Amazônia), Governo Estadual (FEI, Secretarias), Prefeitura SGC; FOIRN, Coordenadorias Regionais e Associações de base.

3.4. Fortalecer as associações das mulheres indígenas.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

i. Incentivar a mobilização, fortalecimento e organização das mulheres.

ii. Garantir a participação das mulheres indígenas nas instâncias de governança da FOIRN e em conselhos de políticas públicas.

Responsáveis: FOIRN, Coordenadorias Regionais, Associações de Mulheres Indígenas, Departamento de Mulheres Indígenas da FOIRN. Parceiros: Funai e Parceiros do Movimento Indígena.

3.5. Fortalecimento das associações indígenas de base da FOIRN.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

i. Manter diagnóstico das associações atualizado – com descrição dos objetivos, situação jurídica e propostas de atuação das associações de base da FOIRN.

ii. Realizar oficinas de formação política e em gestão administrativa para associações, lideranças experientes e lideranças jovens.

iii. Realizar discussões entre comunidades nas áreas de representação das associações de base e garantir participação e representação destas nas associações.

iv. Elaboração de projetos próprios das associações. Reuniões com as comunidades, continuidade na iniciativa de levantamento dos recursos comunitários.

v. Discussões sobre necessidade de CNPJ para as associações e seus requerimentos e exigências. Mobilizar as associações com CNPJ para regularização.



Responsáveis: FOIRN e Coordenadorias Regionais, Associações Indígenas, Comunidades. Parceiros: Funai, Parceiros da Sociedade Civil e Instituições Governamentais.

3.6. Motivar Conselhos de Anciões nas instâncias de governança existentes (movimento indígena e conselhos de políticas governamentais).

estratégias, propostas e medidas necessárias:

i. Valorização dos anciões tanto mulheres como homens.

ii. Criar condições para a participação de conhecedores(as) nas tomadas de decisão e processos de formação. Garantir convites especializados e formas de contribuição (troca ou remuneração).

iii. Intercâmbio entre conhecedores para compartilhar experiências de trabalhos e reflexões sobre gestão do território.

iv. Consultar conhecedores, registrar e considerar suas sugestões e conselhos na elaboração e execução de ações nas comunidades.

Responsáveis: FOIRN e Coordenadorias Regionais, Associações Indígenas, Comunidades, Conhecedores. Parceiros: Instituições Governamentais que atuam na região e Parceiros do Movimento Indígena.

3.7. Adaptar programas de acesso a direitos e benefícios sociais para população que reside em lugares remotos.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

i. Balcão de cidadania móvel e itinerante (barco) para facilitar a emissão de documentos periodicamente e viabilizar o acesso dos indígenas das comunidades mais remotas aos direitos e benefícios sociais.

ii. Implantação de agências bancárias em comunidades estratégicas.

iii. Possibilidade de retirada do benefício do Bolsa Família com a identidade e senha (em caso de extravio ou perda do cartão).

iv. Os bancos e instituições responsáveis pelos programas sociais que atuam na cidade de São Gabriel da Cachoeira deveriam ter funcionários indígenas, falantes das línguas, para realizar atendimentos especializados aos indígenas.



v. Ação do MPF em relação aos comerciantes que retêm os cartões e enganam os indígenas.

vi. Readequar programa Bolsa Família para a população indígena, sobretudo de áreas remotas (readequar condicionantes, burocracia, tempo máximo de acúmulo para retirada e valor pago). Isso deve ser feito através de consultas e diálogo com os povos e associações indígenas.

vii. Mais apoio aos povos Hupd'äh e Yuhupdêh para acesso ao cadastro e retirada dos recursos na cidade de São Gabriel. Propor políticas que possam ajudar a evitar a sua permanência prolongada na cidade. Formação de boas práticas e uso dos cartões.

Responsáveis: Ministério de Cidadania, INSS, Funai/CR-RNG, Prefeitura de SGC/ Secretaria de Planejamento/Secretaria de Assistência social, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Bradesco, Exército Brasileiro/PEFs, MPF; FOIRN, Coordenadorias Regionais, Associações Indígenas e Fórum Interinstitucional SGC.



4. fortalecimento cultural

4.1. Fortalecer as práticas e saberes da cultura: história de origem dos grupos étnicos; benzimentos; cantos e danças; cerimônias; instrumentos musicais; ornamentos de dança; conhecimentos sobre o manejo do território e lugares sagrados; línguas indígenas.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

i. É preciso valorizar e fortalecer os benzedores, mestres de danças, parteiras, agricultores (as) e todos que detêm os conhecimentos fundamentais para a gestão de nossos territórios e nosso bem viver.

ii. Incentivo à transmissão de conhecimentos entre as gerações, considerando que os conhecimentos e práticas tradicionais são a base da gestão e governança de nossos territórios ancestrais. Isso deve ser incentivado pelas comunidades, pelas famílias e pelas escolas.

iii. Resgate e fortalecimento das malocas (casas tradicionais) para aprofundar o conhecimento tradicional. A maloca deve ser o espaço de transmissão dos conhecimentos de maior valor entre as gerações e a partir de onde se realizam os benzimentos para a cura do mundo e gestão de nossos territórios ancestrais.

iv. Retomar e fortalecer os intercâmbios culturais com nossos parentes que vivem na Colômbia, para troca e compartilhamento de conhecimentos, ornamentos e rituais.

v. Buscar apoio para recomposição dos conjuntos de adornos cerimoniais através de trocas com os nossos parentes indígenas colombianos. Realizar intercâmbio para o aprendizado dos saberes e técnicas de confecção dos adornos.

vi. No dia a dia das comunidades, dar mais espaço para as festas e cerimônias tradicionais que dão sentido à nossa cultura e à nossa vida e que colaboram com a gestão ambiental e espiritual de nossos territórios ancestrais.

vii. Resgatar e fortalecer os conhecimentos sobre as plantas medicinais e seus usos, através de pesquisas e documentação realizadas por pesquisadores indígenas, AIMAs, alunos e professores das escolas indígenas.

viii. Promover intercâmbio e encontros de benzedores para discutir e promover o manejo espiritual de nossos territórios ancestrais.

ix. Fortalecer as línguas, através de iniciativas de documentação, políticas linguísticas no município e trabalho das escolas indígenas.

x. Fomentar a documentação de conhecimentos e práticas tradicionais, através do registro escrito e audiovisual. Para isso é necessário formação e equipamentos adequados para gravações, filmagens, edição de vídeos.

xi. Elaborar mapas dos territórios étnicos com participação de conhecedores(as).

xii. Para envolver os jovens no mundo dos conhecimentos tradicionais é preciso trabalhar na comunidade escolar, através de ensino via-pesquisa, realizando com os estudantes atividades de pesquisa, vivências e entrevistas com conhecedores.



xiii. Estabelecer um centro de formação, conhecimento, cultura material e intercâmbio dos povos indígenas do alto e médio rio Negro em São Gabriel da Cachoeira.

Responsáveis: Comunidades e Grupos étnicos, Conhecedores, Famílias, Escolas, Associações Indígenas; Instituições Governamentais e Não-Governamentais que atuam em nosso território. Parceiros: FORN, ISA, Funai, IPHAN, UFAM, SESAI e DSEI-ARN, SEMED, SEDUC e Diocese Salesiana.

4.2. Documentação e salvaguarda dos lugares sagrados, base da gestão territorial e manejo do mundo.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

- i.** Dar continuidade aos mapeamentos e registro de lugares sagrados e suas histórias, de acordo com os territórios étnicos.
- ii.** Criar estratégias contra a depredação, desconhecimento e desrespeito aos lugares sagrados.
- iii.** Fazer destes locais espaços de aprendizagem e de trocas intergeracionais e zonas prioritárias para a preservação.
- iv.** Dialogar com conhecedores(as) e jovens possibilidades de visita aos lugares sagrados através de iniciativas de turismo de base comunitária.
- v.** Considerar novas demandas por patrimonialização de lugares sagrados na TI Alto Rio Negro.

Responsáveis: Comunidades, Associações Indígenas, Conhecedores(as). Parceiros: FOIRN, Escolas Indígenas, Funai, ISA.

4.3. Valorização dos Patrimônios Culturais Imateriais e Materiais do Rio Negro já reconhecidos.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

- i.** Implementar planos de salvaguarda da Cachoeira da Onça (Iauaretê) e do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro (SAT-RN), patrimônios culturais do Brasil.
- ii.** Realizar encontros dos conselhos para salvaguarda destes patrimônios.

Responsáveis: IPHAN, Associações Indígenas, Conhecedores(as), FOIRN. Parceiros: Funai e ISA.



5. mulheres e jovens indígenas

5.1. Fortalecer as associações de mulheres e jovens indígenas.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

- i.** Ter programa de apoio, formação e realizar oficinas de gestão administrativa, geração de renda, rede de comercialização de artesanatos e articulação política das associações.
- ii.** Incentivar e incluir nos objetivos do movimento indígena e da gestão territorial a participação destas associações de jovens e mulheres em todas as instâncias de decisão e governança.
- iii.** Reunir mulheres e jovens nos espaços destas associações para discutir assuntos prioritários e estratégias de organização e atuação.
- iv.** Investir na formação política dos jovens.
- v.** Promover encontros entre jovens e entre mulheres indígenas, a fim de garantir espaços internos e específicos de conversa, escuta e troca.
- vi.** Elaboração de documentos públicos sobre interesses e propostas dos encontros de mulheres e jovens.

Responsáveis: FOIRN, Departamento de Mulheres e Departamento de Jovens da FOIRN, Associações Indígenas, Comunidades. Parceiros: Funai, ISA, outros parceiros do movimento indígena.

5.2. Ações de valorização, fortalecimento e documentação dos conhecimentos das mulheres indígenas.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

- i.** Produzir materiais escritos e audiovisuais sobre narrativas e experiências relativas aos conhecimentos das mulheres indígenas.
- ii.** Estabelecer hortas e viveiros comunitários com diferentes espécies agroflorestais e medicinais.

Responsáveis: Comunidades, Associações de Mulheres, Conhecedores e Conhecedoras, Escolas Indígenas. Parceiros: SEMED, SEDUC, DSEI-ARN, IDAM-AM, FOIRN, ISA e Universidades.



5.3. Ter atendimento de saúde específico para mulheres.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

- i.** Equipe de saúde específica e capacitada para informar, prevenir e tratar doenças da mulher.
- ii.** Garantir a participação de enfermeiras, parteiras e ACIS mulheres para o atendimento da saúde.
- iii.** Encontros e seminários sobre saúde da mulher e bem viver.

Responsáveis: DSEI-ARN, CASAI, SESAI e MS.

5.4. Estabelecer um programa de prevenção ao suicídio voltado aos jovens.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

- i.** Reunir profissionais especializados em equipe multidisciplinar e intercultural para dialogar com comunidades, escolas e conhecedores(as) sobre suicídio.
- ii.** Manter atualizado diagnóstico sobre suicídios de jovens indígenas.
- iii.** Estabelecer programa de apoio intercultural a jovens e famílias.

Responsáveis: DSEI-ARN, CASAI, SESAI, MS, Conhecedores(as), Comunidades, Associações Indígenas, Universidades e Institutos de Pesquisa.

5.5 Questões intergeracionais e utilização de mídias eletrônicas pelos jovens.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

- i.** Incentivar espaços de diálogo intergeracional, como eventos comunitários e atividades escolares.
- ii.** Realizar oficinas sobre boas práticas com celular, computadores e televisão.
- iii.** Incentivar boas práticas de uso das mídias.

Responsáveis: Departamento de Mulheres e Departamento de Jovens da FOIRN, Escolas, Comunidades, Associações de Mulheres e de Jovens Indígenas.



6. sustentabilidade e iniciativas produtivas

6.1. Falta maior apoio, acompanhamento técnico e recursos financeiros para implementação de projetos na área de piscicultura, agricultura, extrativismo, criação de animais de pequeno porte (aves, suínos), produção de artesanato, beneficiamento de produtos.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

- i.** Implementar e readequar projetos de piscicultura, avicultura e manejo agroflorestal sustentável para que os jovens possam fazer empreendimentos e permanecer nas comunidades.
- ii.** Aprofundar levantamento sobre as potencialidades de manejo em cada região (como meliponicultura, copaiba, cipó, castanha, frutas etc.).
- iii.** Criar central de abastecimento multiprodutos na sede do município de São Gabriel da Cachoeira apenas com produtos indígenas provenientes das comunidades, com apoio para escoamento, beneficiamento e tabelamento de preços (valor justo).
- iv.** Retomar minilaboratórios de piscicultura nas escolas.
- v.** Promover oficinas sobre associativismo, cooperativismo e empreendedorismo para as associações, produtores e artesãos.
- vi.** Oficinas de comercialização, formação de preços e planos de negócios às associações interessadas.
- vii.** Avaliar os impactos resultantes dos projetos já executados na região: o que deu certo, o que não deu e o porquê, o que precisa ser feito para aprimorar.
- viii.** Fortalecer iniciativas das comunidades, associações e da FOIRN, Loja Wariró e Setor de Negócios Sustentáveis. Sempre cuidando bem do fluxo de caixa e de comunicação entre FOIRN e produtores.
- ix.** Promover formação de profissionais indígenas que atuam na elaboração de negócios sustentáveis regionais.

Responsáveis: Comunidades, Associações Indígenas e Escolares, Coordenadorias Regionais, Juventude e Famílias, Escolas, AIMAs. Parceiros: Governo Federal (Funai, MMA, MAPA); Governo Estadual (FEI, SEPROR), Município de SGC (SEMPA), FOIRN, IFAM e ISA.

6.2. Ausência de programas diferenciados e permanentes do poder público para atender as terras e comunidades indígenas quanto à implementação de projetos e atividades sustentáveis para soberania alimentar, geração de renda e gestão territorial e ambiental.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

- i.** Apoio permanente de programas governamentais para assessoria técnica visando o aumento da produtividade das roças e apoio ao escoamento, beneficiamento e comercialização de produtos, respeitando os princípios de nosso sistema agrícola tradicional.



ii. Criar mecanismos de ampliação do acesso dos povos indígenas a políticas públicas para a agricultura familiar e outros; bem como construir políticas específicas para apoiar ações de sustentabilidade desenvolvidas por jovens e mulheres indígenas.

iii. Isenção de impostos federais e estaduais para a comercialização dos produtos indígenas.

Responsáveis: Governo Federal (Funai, MMA, MAPA), Governo Estadual (FEI, SEPROR, SEPA), Governo municipal SGC (SEMPA). Articulação: FOIRN, Coordenadorias Regionais e Associações Indígenas.

6.3. Estruturar iniciativas de turismo de base comunitária.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

i. Realizar estudos de viabilidade para iniciativas de turismo dentro da TI Alto Rio Negro e determinar qual(is) tipo(s) de turismo se adequa a cada região, se aventura, ecoturismo, ou outros.

ii. Implantação de projetos pilotos em algumas regiões onde as comunidades já manifestaram interesse e onde há viabilidade para experimentação dos potenciais turísticos.

iii. Intercâmbio com associações e comunidades do médio rio Negro e de outras TIs do Brasil que já trabalham com turismo para troca de experiências e aprendizados.

Responsáveis: Associações Indígenas, Comunidades, FOIRN e Coordenadorias Regionais. Parceiros: Funai, ISA, MMA; Organizações que trabalham com turismo comunitário.

6.4. Implementar ações de salvaguarda do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

i. Apoiar salvaguarda do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro nas ações de valorização, difusão e geração de renda dos produtos da roça.

Responsáveis: IPHAN, Funai, FOIRN, ISA, Associações Indígenas e Comunidades.



6.5. Propor programa para pagamento por serviços socioambientais para famílias, comunidades e associações dentro das TIs cujo modo de vida colabora com a preservação ambiental.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

i. Elaborar diagnóstico de conservação ambiental na TI Alto Rio Negro.

ii. Valorizar manejo tradicional dos povos indígenas do Rio Negro e incentivar planos de manejo por trechos de rios e recursos estratégicos.

iii. Articular a proposta com as Coordenadorias, associações indígenas, instituições parceiras e órgãos governamentais.

Responsáveis: MMA, Funai; FOIRN, Associações Indígenas. Parceiros: ISA e Pesquisadores colaboradores.

6.6. Mineração em Terras Indígenas não regulamentada por lei.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

i. Realizar seminários de consolidação e esclarecimento sobre a exploração de minério em terras indígenas: benefícios x impactos ambientais, sociais e culturais.

ii. Ter consulta prévia, livre e informada às comunidades interessadas na exploração de minérios, mas partindo do princípio de que essa atividade dentro de TI ainda não foi regulamentada e segue como ilegal. Em qualquer circunstância, o que valerá é o nosso Protocolo de Consulta (em elaboração).

iii. Ter registro que indique a legitimidade e responsabilização de líderes que representam as suas regiões e comunidades. Pois ninguém deve falar em nome das comunidades do Alto Rio Negro sem ter essa legitimidade junto ao povo.

iv. Não queremos atividades que contaminem nossos rios com mercúrio ou causem impactos ambientais e sociais irreversíveis.

Responsáveis: MME, DNPM, Funai, FOIRN e Coordenadorias Regionais e Associações Indígenas.



7. educação escolar indígena

7.1. Ameaças e retrocessos em relação aos direitos dos povos indígenas a uma educação escolar diferenciada e intercultural.

Falta de compromisso com as políticas de educação escolar indígena por parte dos poderes públicos municipal e estadual.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

- i. Manutenção do que já foi conquistado no âmbito da educação escolar indígena diferenciada e intercultural.
- ii. Considerar no planejamento e discussões sobre educação escolar indígena acordos e documentos já pactuados no TEE (Território Etnoeducacional do Rio Negro).
- iii. Fortalecer o TEE, atribuir funções executivas a este.
- iv. Implementar uma secretaria específica para receber e administrar recursos destinados à educação escolar indígena.
- v. Conscientizar os parentes, pais e alunos sobre a importância da educação diferenciada para a consolidação de nossos direitos.

Responsáveis: MEC, SEDUC-AM, SEMED-SGC, MPF, FOIRN, APIARN, COPIARN, Associações Indígenas e Escolares, Escolas, Professores e Comunidades.

7.2. As secretarias de educação do estado e município ainda continuam impondo o modelo de educação escolar convencional para as escolas indígenas, desconsiderando nossa autonomia, nossos conhecimentos e nossas práticas pedagógicas indígenas.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

- i. Que os governos municipal e estadual reconheçam, apoiem e destinem os recursos que chegam para a educação escolar indígena diferenciada, considerando também as diferenças de custo operacional das escolas que se localizam em áreas mais remotas.
- ii. Que as secretarias de educação do estado e município reconheçam e apoiem, com acompanhamento qualificado, a elaboração e implementação dos Projetos Políticos Pedagógicos Indígenas (PPPIs) das escolas de ensino fundamental e ensino médio, como forma de garantir a autonomia pedagógica e o currículo e calendário diferenciado para as escolas indígenas.
- iii. Melhorar o fluxo de comunicação entre Conselho de Educação, Secretaria de Educação e comunidades para que as Escolas Indígenas saibam em qual etapa está o reconhecimento de seus PPPIs.
- iv. Incluir conhecedores tradicionais no sistema de educação escolar, como profissionais de notório saber. Reconhecer sua contribuição à educação indígena.
- v. Que a história, cultura, línguas e identidades dos povos indígenas do Alto Rio Negro sejam considerados como disciplinas escolares e incluída na educação dos mais jovens.



vi. Propor espaços de estudos na prática. Implementar metodologia de ensino via pesquisa nas escolas onde ainda não há. Criar e reconhecer formas e espaços alternativos de ensino-aprendizagem além da sala de aula, lousa e livros didáticos.

vii. Incentivar intercâmbios entre escolas.

viii. Divulgar para os professores e alunos, informações e material sobre o movimento indígena e suas conquistas.

Responsáveis: MEC, SEDUC-AM, SEMED-SGC, MPF, FOIRN, APIARN, COPIARN, Associações Indígenas e Escolares, Escolas, Professores e Comunidades.

7.3. Falta de apoio do poder público para produção de material didático próprio, que valorize as línguas e conhecimentos de cada grupo étnico.

Desuso por parte dos professores do material já produzido em nossa região, como livros, filmes e outros.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

- i. Elaborar material de formação que coloque em diálogo conhecimentos indígenas e não-indígenas (intercultural).
- ii. Escolas e professores devem fazer uso do material que já foi produzido por algumas escolas e regiões do alto rio Negro (livros, filmes). SEMED e SEDUC devem incluir essas produções locais em suas diretrizes para materiais didáticos.
- iii. Estabelecer grupos de trabalho nas comunidades reunindo conhecedores(as), lideranças, secretarias de ensino e pesquisadores para discutir conteúdo dos materiais didáticos.
- iv. Criar programa para publicação e reedição dos materiais didáticos indígenas.

Responsáveis: MEC, SEDUC-AM e SEMED-SGC, MPF, FOIRN, APIARN, COPIARN, Associações Indígenas e Escolares, Escolas, Professores, Comunidades, Universidades e Instituições de Pesquisa.

7.4. Falta de infraestrutura escolar nas comunidades. Muitas escolas funcionam em locais improvisados, sem as condições mínimas para os alunos e professores. Algumas regiões estão ainda sem escolas.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

- i. Município, estado e governo federal devem assumir e honrar o compromisso de reformar e construir escolas nas comunidades onde não há ou onde funcionam em locais improvisados.



ii. Consultar comunidades sobre modelo ideal para construção das escolas e otimizar recursos locais para as construções (matéria-prima e mão de obra).

iii. Construir ou acordar com a comunidade um espaço de moradia para professores que não sejam da própria comunidade.

Responsáveis: MEC, SEMEC-SGC, SEDUC-AM, FOIRN, Comunidades, e Associações Indígenas e Escolares.

7.5. Falta de transporte escolar.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

i. Adquirir meios de transporte adequados para as escolas onde estudam alunos de comunidades e sítios vizinhos.

ii. Organizar para que a distribuição do combustível chegue às comunidades e famílias que necessitam se locomover para atender à escola.

Responsáveis: SEDUC-AM e SEMED-SGC, Escolas e Comunidades.

7.6. Jovens estão saindo de suas comunidades em busca de continuar sua formação, seja para ensino médio, cursos profissionalizantes (técnicos) e/ou cursos de nível superior.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

i. Associações, lideranças e educadores devem conscientizar e incentivar os pais e alunos a ficarem nas escolas locais e valorizar a educação indígena diferenciada.

ii. Expandir o ensino médio para um número maior de escolas dentro da TI, de acordo com as demandas específicas de cada sub-região.

iii. Oferecer cursos técnicos junto com o ensino médio nas escolas localizadas em comunidades mais estratégicas dentro das diversas sub-regiões da TI Alto Rio Negro.

iv. Programas de moradia, alimentação e bolsas estudantis para alunos que precisem sair de suas comunidades de origem para continuar os estudos.

v. Que o Estado brasileiro estabeleça um acordo de cooperação com o Estado colombiano para que os moradores das comunidades que ficam nas faixas de fronteira possam estudar nas escolas de ambos os lados, de acordo com a disponibilidade de escolas que há em cada região.

Responsáveis: MEC, SEMED-SGC, SEDUC-AM, Funai, MPF, Itamaraty; FOIRN, Associações Indígenas e Associações Escolares.



7.7. Os indígenas que estão se formando no ensino superior não encontram trabalho dentro das Terras Indígenas e comunidades e acabam se desconectando da luta e das demandas dos parentes. Um número reduzido de oferta de trabalho é direcionado para professores indígenas.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

i. Retomar e implementar o ICIPRN (Instituto dos Conhecimentos e Pesquisas Indígenas do Rio Negro), cumprindo a expectativa de oferta de cursos voltados à realidade das terras indígenas e com núcleos de formação descentralizados.

ii. Expansão de polos universitários da UFAM em comunidades estratégicas dentro da TI Alto Rio Negro e diversificação dos cursos oferecidos, de acordo com as necessidades das comunidades.

iii. Buscar parcerias com as instituições de ensino superior para abertura de vagas visando o ingresso dos estudantes indígenas em cursos diversos, com garantia de permanência e acesso a bolsas de estudo até a conclusão dos cursos.

iv. Ampliação do sistema de cotas para povos indígenas nas universidades.

v. Ampliação do curso de Licenciatura Intercultural Indígena (UFAM).

Responsáveis: Associações Escolares, MEC, SEMED-SGC, SEDUC-AM, FOIRN e Associações Indígenas.

7.8. Alimentação escolar em qualidade baixa, em quantidade insuficiente e sem valorizar produtos locais.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

i. Poder público deve cumprir com compromisso em relação à merenda escolar. Esta deve chegar em dia, em quantidade suficiente conforme número de alunos, com produtos mais saudáveis e dentro do prazo de validade.

ii. Retomar e reorganizar Programa de Merenda Escolar Regionalizada, garantindo a viabilidade para a compra direta formalizada. Implementar o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), pelo qual órgãos públicos devem destinar pelo menos 30% do total da verba recebida do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) na compra de produção dos povos indígenas, agricultores familiares e comunidades tradicionais.

iii. Entrar em parceria com o Exército para utilizar sua logística de deslocamento e transporte de materiais entre São Gabriel e os PEFs para o transporte da merenda escolar.

Responsáveis: MEC, SEMED-SGC, SEDUC-AM, Exército Brasileiro, Comunidades e Associações Indígenas e Escolares.



7.9. Falta de autonomia das escolas anexas que devem seguir currículo da escola matriz.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

- i.** Possibilitar que escolas anexas tenham autonomia pedagógica para planejamento e execução.
- ii.** Que professores (as) das escolas anexas participem dos encontros pedagógicos da escola matriz e que tenham acompanhamento técnico.

Responsáveis: MEC, SEMED-SGC, SEDUC-AM, Associações Indígenas e Escolares.

7.10. Adaptações no programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

estratégias, propostas e medidas necessárias:

- i.** Implementar condições de formação específica para professores do EJA.
- ii.** Criar calendário e estabelecer horários inclusivos para os jovens e principalmente adultos mais velhos.

Responsáveis: SEDUC-AM, SEMED-SGC, Associações de Escolas e Professores(as),

7.11. Condições contratuais de trabalho e de formação para professores efetivos e qualificados.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

- i.** Regularizar e cumprir contrato de professores.
- ii.** Estabelecer critérios de qualificação dos docentes para seleção.
- iii.** Manter programa de formação continuada dos professores.
- iv.** Formação adequada sobre conhecimentos indígenas.
- v.** Discutir processo de seleção dos professores com comunidade escolar.
- vi.** Incentivar o diálogo e planejamento entre comunidade e professores. Realizar uma avaliação com registro e ampla participação da comunidade.
- vii.** Plano de carreira de professores deve ser fortalecido.

Responsáveis: SEDUC-AM e SEMED-SGC, APIARN, COPIARN, Associações Escolares e Professores(as).



8. saúde indígena

8.1. Ameaças e retrocessos em relação aos direitos dos povos indígenas a um sistema público de saúde diferenciado.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

- i.** Manutenção e melhoramento do que já foi conquistado na última década para a saúde indígena de nossa região.
- ii.** Aumentar a governança indígena do DSEI-ARN.
- iii.** Fortalecer e qualificar o controle social da saúde indígena.

Responsáveis: MS, SESAI, DSEI-ARN, CONDISI, MPF, FOIRN, Coordenadorias Regionais e Associações Indígenas.

8.2. Baixa frequência de atendimento de equipe multidisciplinar nas comunidades. Ausência de equipe permanente nos Polos Base.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

- i.** Que o DSEI-ARN tenha equipe fixa e multidisciplinar para cada Polo Base, com histórico dos pacientes e acompanhamento permanente.
- ii.** Equipe de saúde qualificada e aberta ao diálogo intercultural.
- iii.** Ter microscopista em todos os Polos Base para melhor controle da malária. Manter estoque de teste rápido de malária.
- iv.** Estender campanhas de vacinação a comunidades distantes.
- v.** Garantir atendimento odontológico com equipamentos e suprimentos adequados.

Responsáveis: SESAI, DSEI-ARN, CONDISI, Centros de ensino e pesquisa e Comunidades.

8.3. Infraestrutura precária e falta de medicamentos e equipamentos nos Polos Base do DSEI Alto Rio Negro.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

- i.** Reformar, reestruturar e realocar os Polos Base já existentes e construir novos, de acordo com as demandas específicas de cada sub-região.
- ii.** Equipar os Polos Base com aparelhos e insumos para exames básicos e laboratoriais.
- iii.** Disponibilização de transporte adequado para pacientes que precisam de remoção em todos os Polos Base: ambulanchas com proteção contra intempéries do tempo, bancos e macas.

Responsáveis: SESAI, DSEI-ARN, CONDISI, Associações Indígenas e Comunidades.



8.4. Falta de comunicação entre equipe de atendimento comunidades e associações.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

- i.** Que o DSEI-ARN faça o planejamento anual das equipes e atendimentos, juntamente com as comunidades e associações de abrangência de cada Polo Base.
- ii.** Ampliação do sistema de comunicação para as comunidades estratégicas e de áreas mais remotas, por meio de radiofonia.

Responsáveis: SESAI, DSEI-ARN, Associações indígenas e Comunidades.

8.5. Promover e fortalecer a medicina tradicional, considerando parteiras, benzedores e pajés.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

- i.** Valorizar a medicina tradicional e seus conhecedores (as).
- ii.** Reconhecer benzedores, conhecedores de remédio do mato e parteiras. Pensar modelo de reconhecimento formal, pautado nos modos tradicionais de reconhecimento e atuação desses especialistas.
- iii.** Incentivar diálogo entre tratamentos e profilaxia tradicionais e da medicina ocidental.
- iv.** Construir espaços para cultivo, processamento e armazenamento de plantas medicinais em comunidades estratégicas.
- v.** Apoio à criação e funcionamento de centros de revitalização e formação de benzedores e conhecedores de plantas medicinais, envolvendo jovens interessados.

Responsáveis: SESAI, DSEI-ARN, CASAI, Conhecedores, Associações Indígenas, Comunidades. Parceiros: Universidades e Instituições de Pesquisa.

8.6. A rede de AIS e TACIS precisa ser ampliada, fortalecida e ter melhores condições de trabalho para atender a todos e realizar visitas às casas.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

- i.** Reconhecer os Agentes Indígenas de Saúde (AISs) como parte essencial do atendimento à saúde e como categoria oficial.
- ii.** Continuidade na formação dos Agentes Indígenas de Saúde incluindo a valorização da medicina tradicional.



- iii.** Maior estrutura e apoio para a atuação dos AISs.

- iv.** Deve haver uma avaliação periódica do AIS por parte dos conselheiros locais das comunidades e do capitão.

- v.** Incentivar diálogos entre conhecedores e AISs.

Responsáveis: SESAI, DSEI-ARN, AISs, CONDISI, Comunidades. Parceiros: Institutos de Ensino e Pesquisa (formação dos AIS).

8.7. Há muitos casos de suicídio, sobretudo entre os jovens.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

- i.** Profissionais precisam estudar e passar longos períodos nas comunidades indígenas, para entender o porquê desses casos de suicídio entre os jovens e ajudar a propor soluções.
- ii.** É necessário uma atuação conjunta de psicólogos competentes e sérios, antropólogos e conhecedores tradicionais para que façam um bom diagnóstico do problema e acompanhem os casos.
- iii.** Deve haver incentivo para conversa nas famílias para entender o porquê do jovem pensar em suicídio.
- iv.** É necessário um trabalho sério voltado à juventude, para que estes se sintam valorizados e acolhidos e se sintam parte da comunidade.

Responsáveis: SESAI, DSEI-ARN, FOIRN, Associações Indígenas, Comunidades, Conhecedores e Pesquisadores colaboradores.

8.8. Diálogo e acordos bilaterais entre os sistemas de saúde do Brasil e da Colômbia para atender as comunidades nas áreas imediatas de fronteira.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

- i.** Que o Estado brasileiro estabeleça um acordo de cooperação com o Estado colombiano para que as comunidades localizadas na faixa de fronteira possam acessar o sistema de saúde de ambos os lados, de acordo com a disponibilidade de cada região.

Responsáveis: Itamaraty, MS, DSEI-ARN, Funai, MPF, Secretarias de saúde municipais. Articulação: FOIRN, Associações Indígenas e Comunidades.



8.9. Problemas de saúde devido ao consumo excessivo de alimentos industrializados e bebida alcoólica.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

- i.** Conscientização pelos AISs e equipe do DSEI sobre malefícios do excesso de sal (hipertensão) e de açúcar (cáries e diabetes), conservas, e de alimentos industrializados. Informar sobre uso de agrotóxicos, conservantes e antibióticos em produtos industrializados.
- ii.** Valorizar as conhecedoras, realizando um mapeamento de quem são, a fim de que elas possam colaborar na realização de oficinas de culinária indígena e sobre a alimentação em diferentes fases da vida.
- iii.** Resgate do sal tradicional e outros alimentos e receitas tradicionais que não estão sendo mais usados.
- iv.** Orientar e informar sobre o consumo de bebida alcoólica, com informações sobre tipos de bebida, a origem de cada uma e as consequências do consumo.
- v.** Formação de um grupo – interinstitucional, com presença de jovens, conhecedores e lideranças indígenas – que discuta e pense recomendações sobre o consumo de bebida alcoólica. Construir acordo comum regional e elaboração de regimentos internos das comunidades.

Responsáveis: AISs, Comunitários, DSEI-ARN, SESAI, Professores, Conselho Tutelar, Associações Indígenas, Conhecedores, Lideranças, Comunidade e FOIRN.



9. infraestrutura: comunicação, energia, mobilidade, lixo e saneamento

9.1 Equipamentos e rede de comunicação insuficientes nas comunidades. Radiofonia é um avanço muito importante, mas não supre as necessidades atuais de comunicação e acesso à informação.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

- i.** Radiofonia ainda é o melhor meio de comunicação na TI para assuntos urgentes. Mas é necessário fortalecer e expandir a rede de radiofonia e reorganizar o seu funcionamento com prioridade para sedes de Associações, Polos Base, Agentes de Saúde, Escolas e comunidades das regiões mais remotas.
- ii.** Implantação de um curso para capacitação e manutenção de radiofonia e orelhões.
- iii.** Comunidades devem zelar e cuidar do equipamento de radiofonia e manter conduta adequada e uso responsável na sua utilização.
- iv.** Utilizar o mapeamento das comunidades, feitos no processo do PGTA, de orelhões quebrados e comunidades menores ou antigas que possuem orelhão, para revitalizar e reorganizar a rede de telefones públicos.
- v.** Instalar antenas de telefonia móvel e 4G em comunidades estratégicas.
- vi.** Ampliar programa GESAC para acesso à internet aos estudantes e professores. Iniciar em comunidades estratégicas. Garantir recursos para a manutenção das antenas e equipamentos de comunicação das escolas.

Responsáveis: Funai, MCTIC, Exército, Empresas de telefonia móvel, FOIRN, Associações Indígenas e Comunidades.

9.2 Acesso à energia elétrica pelas comunidades e apoio para projetos pilotos de energia alternativa.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

- i.** Ampliar e melhorar programa “Luz para todos” para comunidades indígenas.
- ii.** Reformar e realizar manutenção de geradores comuns.
- iii.** Reformar miniturbinas hidrelétricas já instaladas em algumas localidades, mas que se encontram quebradas.
- iv.** Garantir que redes de energia em comunidades maiores tenham manutenção constante.
- v.** Fazer estudos de viabilidade para alternativas de energia nas comunidades de acordo com as potencialidades de cada região. Exemplo: microturbinas, solar, eólica e sistemas combinados.
- vi.** Disponibilizar kits solares para todas as comunidades, priorizando as escolas, sedes das associações e centros comunitários.
- vii.** Buscar parceiros nacionais e internacionais para realizar experiências com energia alternativa.



viii. Fazer estudos de impactos ambientais envolvendo geração e uso de energia.

Responsáveis: MME, Funai, FEI-AM, Município de SGC, Exército Brasileiro, FOIRN e ISA.

9.3 Infraestrutura de uso coletivo nas comunidades: casa de apoio, centros comunitários e ferramentas para trabalhos de wayuri.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

- i.** Reforma e construção de casas de apoio para visitantes nas comunidades estratégicas que ainda não possuem.
- ii.** Reforma e construção de centros comunitários e malocas nas comunidades que ainda não possuem.
- iii.** Reforma e construção de casas de forno comunitárias nas comunidades que ainda não possuem.
- iv.** Doação de equipamentos e ferramentas para as comunidades e famílias, de acordo com necessidades a serem levantadas pelas associações de base e comunidades.

Responsáveis: Comunidades, Lideranças/Capitães, Associações Indígenas, Funai, Prefeitura SGC, FEI-AM.

9.4 Dificuldades de deslocamento em emergências, assuntos escolares, viagens ao centro urbano e escoamento de nossa produção devido às inúmeras cachoeiras e falta de transporte adequado.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

- i.** Melhoria do transporte usado na saúde e educação escolar indígenas. Com barcos apropriados e planejamento conjunto com comunidades.
- ii.** Fazer acordos para otimização de logística entre comunidades e o PEF para: transporte de merenda escolar e outras demandas das comunidades e associações.
- iii.** Abertura e ampliação de trilhas e estradas vicinais de acordo com as demandas de cada sub-região das Coordenadorias, visando facilitar deslocamento, bem como o transporte de produtos agrícolas e outros recursos.

Responsáveis: DSEI-ARN, SEMED-SGC, SEDUC-SGC, Município de SGC (Secretaria de Obras e de Planejamento), EB/PEFs, Funai, FOIRN, Associações Indígenas e Comunidades.



9.5 Aumento no consumo de produtos industrializados dentro da TI tem gerado problemas relacionados ao acúmulo e destinação do lixo.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

- i.** Oficinas de reciclagem e educação ambiental nas escolas e comunidades.
- ii.** Criar e divulgar informativo com instruções sobre diferentes tipos de lixo, boas práticas de separação e destinação.
- iii.** Manter e ampliar a presença dos AIMAs (Agentes Indígenas de Manejo Ambiental) nas comunidades para trabalho de conscientização sobre o lixo e sua correta destinação.
- iv.** Apoio para retirada de pilhas e baterias usadas de dentro da TI (com colaboração dos AISs e AIMAs). Criação de um ponto de coleta na cidade de São Gabriel da Cachoeira.
- v.** As comunidades e famílias devem se organizar para dar o destino correto ao lixo produzido: separar o orgânico e o inorgânico; o que se deve queimar, o que se deve enterrar. Atenção especial para as comunidades com maior população.
- vi.** Orientar as embarcações comerciais e instituições que atuam na TI a não deixarem lixo nas comunidades e muito menos jogar no rio. Estes devem fazer a destinação correta de cada tipo de material de acordo com as regras das comunidades e levar de volta o lixo tóxico.
- vii.** Montar um programa de logística reversa para recicláveis e uma pequena fábrica de reciclagem na cidade de São Gabriel da Cachoeira.
- viii.** Que o município de São Gabriel da Cachoeira tenha e implemente um Plano de gestão de resíduos sólidos.

Responsáveis: Política Nacional de Resíduos Sólidos, MMA, MS/SESAI/DSEI-ARN, Prefeitura de SGC, Instituições Governamentais e Não-Governamentais; Comunidades, Escolas, Associações Indígenas. Parceiros: Associações e Cooperativas que trabalham com reciclagem e ISA.

9.6 Acesso à água potável.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

- i.** Realizar estudo para determinar comunidades estratégicas para construção de poços artesianos.
- ii.** Fazer manutenção nos poços existentes.
- iii.** Expandir distribuição de equipamento para coleta de água da chuva.
- iv.** Oficinas de capacitação e instalação de carneiro hidráulico para captação de água.

Responsáveis: DSEI-ARN em parceria com EB (21ª Cia de Engenharia. São Gabriel da Cachoeira/AM), Programa Água para Todos (MIN) e Associações Indígenas e Comunidades.



9.7 Falta de saneamento básico nos povoados e comunidades com maior concentração populacional.

estratégias, propostas e medidas necessárias:

i. Elaboração participativa de um Plano de saneamento ambiental para os povoados e comunidades com maior concentração populacional, com especial atenção para Iauaretê (área da COIDI).

ii. Expansão da rede de Agentes Indígenas de Saneamento Ambiental, com mais contratações e mais comunidades atendidas (priorizando as mais populosas).

Responsáveis: MS, DSEI-ARN, Estado do Amazonas, Município de SGC, Associações Indígenas e Comunidades.

Referências e
recomendações bibliográficas

Alto Rio Negro (geral)

**diversidade cultural > territórios > características ambientais > conheci-
mentos e práticas > história do contato > governança e gestão territorial**

ANDRELLO, G. Área Indígena Alto Rio Negro renasce das cinzas. *In: Povos Indígenas no Brasil 1991/1995*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996.

ANDRELLO, G. (Org.). **Rotas de Criação e Transformação**: Narrativas de origem dos Povos Indígenas do Rio Negro. Vários autores. São Paulo: ISA – Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira: FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2012. Disponível em: <http://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/rotas-narrativas/5>. Acesso em: 11 dez. 2019.

BUCHILLET, D. Os índios da região do alto rio Negro: história, etnografia e situação das terras. **Laudo antropológico redigido para a Procuradoria Geral da República**. Brasília, junho de 1990; revisado e ampliado em 1997. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/312220292_Os_Indios_da_Regiao_do_Alto_Rio_Negro_Historia_Etnografia_e_Situacao_das_Terras_Indians_of_the_Upper_Rio_Negro_Region_History_Ethnography_and_Land_Situation_1990_1997_Laudo_antropologico_redigido_para. Acesso em: 11 dez. 2019.

CABALZAR, A. (Org.). **Manejo do Mundo**: conhecimentos e práticas dos povos indígenas do Rio Negro, Noroeste Amazônico. Vários autores. São Paulo: ISA – Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira: FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2010. Disponível em: http://issuu.com/institutosocioambiental/docs/manejo_do_mundo. Acesso em: 11 dez. 2019.

CABALZAR, A.; RICARDO, B. (Ed.). **Mapa-livro – Povos Indígenas do Rio Negro**: uma introdução à diversidade socioambiental do Noroeste da Amazônia brasileira. 3ª edição atualizada. Vários colaboradores. São Paulo: Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira: Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2006. Disponível em: https://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/mapa-livro_rn_2006. Acesso em: 11 dez. 2019.

CABALZAR, F. D. (Org.). **Educação Escolar Indígena do Rio Negro 1998-2011**. Vários autores. São Paulo: ISA – Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira: FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2010. Disponível em: http://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/educacao_indigena_rn_web. Acesso em: 11 dez. 2019.

FOIRN. **Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável do Rio Negro – PRDIS**. 2003.

FOIRN. **Cadernos de Gestão Territorial e Ambiental no Noroeste Amazônico**: diálogos com a PNGATI. São Gabriel da Cachoeira: FOIRN; Brasília: PDPI/MMA, 2015.

GÓMEZ, S., HERNÁNDEZ, N., OLIVEIRA, A. G e SCOLFARO, A. (Org). **Cartografia dos sítios sagrados do Noroeste Amazônico**: iniciativa binacional Brasil – Colômbia. Vários colaboradores. Brasil: IPHAN/ISA/FOIRN. Colômbia: Ministério da Cultura, 2013. Disponível em: http://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/informe_binacional_cartografia_web. Acesso em: 11 dez. 2019.

HILDEBRAND, M. von; BRACKELAINRE, V. **Guardianes de la Selva**: gobernabilidad Y autonomia en la Amazonia colombiana. Bogotá: Fundación Gaia Amazonas, 2012.

ISA/FOIRN. **Aru**: revista de pesquisa intercultural da bacia do rio Negro, Amazônia. São Paulo: ISA – Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira: FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, nº 1, 2017.

ISA/FOIRN. **Aru**: revista de pesquisa intercultural da bacia do rio negro, Amazônia. São Paulo: ISA – Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira: FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, nº 2, 2018.

ISA/FOIRN. **Aru**: revista de pesquisa intercultural da bacia do rio Negro, Amazônia. São Paulo: ISA – Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira: FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, nº 3, 2019.

MEIRA, M. Índios e Brancos nas Águas Pretas: Histórias do Rio Negro. *In*: Louis Carlos Forline; Rui Sergio Sereni Murrieta; Ima Célia Guimarães Vieira (Org.). **Amazônia Além dos 500 Anos**. 1ed. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2005.

NIMUENDAJÚ, C. Reconhecimento dos rios Içana, Ayarí e Uaupés. Relatório apresentado ao Serviço de Proteção aos Índios do Amazonas e Acre, 1927. *In: Journal de la Societé des Americanistes de Paris*, 39, p. 125-183, 1950.

RAMOS, A. R. Patrões e clientes: relações intertribais no Alto Rio Negro. *In: Hierarquia e simbiose*: relações intertribais no Brasil. São Paulo: Hucitec, p. 135-82, 1980.

RIBEIRO, B. **Os índios das águas pretas**: modo de produção e equipamento produtivo. São Paulo: Companhia das Letras; Edusp, 1995.

Soizic Le Saout, *et al*. Protected Areas and Effective Biodiversity Conservation. **Science** 15, Vol. 342, Issue 6160, pp. 803-805, Nov 2013. Disponível em: <https://science.science-mag.org/content/342/6160/803>. Acesso em 11 dez. 2019.

WRIGHT, R. **História Indígena e do Indigenismo no Alto Rio Negro**. Campinas: Mercado das Letras, 2005.

PROJETO RADAMBRASIL. **Levantamento de Recursos Naturais**. Rio de Janeiro: MME/ DNPM, vol. 11, Folhas N19 e S19, 1976.

INMET – **Instituto Nacional de Meteorologia**. Disponível em: <http://www.inmet.gov.br/portal/>

Bacia do Rio Uaupés (DIA WII e COIDI)

povos tukano > tariano > hup'däh e yuhupdêh > territórios > conhecimen-
tos e práticas > histórias e narrativas > produções próprias e colaborativas

ACAIPI. **Hee Yaia Godo ~Bakari**: El Territorio de los Jaguares de Yurupari. Sabedores
Tradicionales e Investigadores locales. Asociación de Capitanes y Autoridades
Tradicionales Indígenas del Río Pirá Paraná — ACAIPI & Fundación Gaia, 2015.

ACAZUNIP. **Plan Integral de Vida Indigena**. Mitú, Vaupés: Asociación de Capitanes de
la Zona Unión Indígena del Papuri-Acazunip; Corporacion para el Desarrollo Sostenible
del Norte y el Oriente Amazonico-CDA/Republica de Colombia, 2008.

AEITYPP. **Nirõ Kahse ukuri turi**: yepa pirõ porã tuoñase bueri turi. São Paulo: ISA:
AEITYPP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.

AKÎTO (M. Maia) & KÎMARO (T. Maia). **Isã Yekisimã Masike'**: O conhecimento dos
nossos antepassados — uma narrativa Oyé. Iauaretê/AM: COIDI; São Gabriel da
Cachoeira/AM: FOIRN, 2004. (Narradores Indígenas do Rio Negro, v. 6).

ANDRELLO, G. **Cidade do Índio**: transformações e cotidiano em Iauaretê. São Paulo:
ISA/Unesp, 2005.

ASEKK — Associação da Escola Khumunu Wə'ŋ Kotiria. **Água, Terra e Gente**: Primeiros
passos para um Plano de Gestão Territorial e Ambiental do Alto Uaupés (AM), 2019. (no
prelo)

ATHIAS, R. **Ações indigenistas e experiências de intervenção entre os Hupd'äh do
alto Rio Negro**. Recife: Ed. UFPE, 2010.

AZEVEDO, D. L.; CABALZAR, A. (Org.). **Manejo dos peixes na bacia do Rio Tiquié**:
memórias e perspectivas. São Paulo/SP: ISA — Instituto Socioambiental; São Gabriel da
Cachoeira: FOIRN — Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2012.

AZEVEDO, M. e AZEVEDO, A. N. **Dahsea Hausirõ Porã ukushe wiophesase merã bueri
turi**: mitologia sagrada dos Tukano Hausirõ Porã. São Gabriel da Cachoeira: FOIRN/
UNIRT, 2003. (Narradores Indígenas do Rio Negro, v. 5).

BARBOSA, M. M.; GARCIA, A. M. **Upiperi Kalili**: histórias de antigamente — histórias dos
antigos Taliaseri-Phukurana. São Gabriel da Cachoeira: FOIRN; Iauaretê: Unirva, 2000.
(Narradores Indígenas do Rio Negro, v. 4).

BÉKSTA, C. J. **A maloca Tukano-Dessana e seu simbolismo**. Manaus: Secretaria de
Estado da Educação e Cultura, 1988. (Amazonas: Cultura Regional, 5).

BRÜZZI, A. A. S. **A civilização indígena do Uaupés**. São Paulo: Centro de Pesquisas de
Iauaretê, 1962.

CABALZAR, A. (Org.). **Peixe e gente no alto do Rio Tiquié**: conhecimentos tukano
e tuyuka, ictiologia, etnologia. Vários colaboradores. São Paulo: ISA — Instituto
Socioambiental, 2005.

CABALZAR, A. **Filhos da Cobra de Pedra**: organização social e trajetórias tuyuka no rio
Tiquié (noroeste amazônico). São Paulo: Editora UNESP/ISA; Rio de Janeiro: NuTI, 2009.

CABALZAR, A. (Org.). **Ciclos anuais no Rio Tiquié**: pesquisas colaborativas e manejo
ambiental no noroeste amazônico. Vários colaboradores. São Paulo: Instituto
Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira/AM: FOIRN, 2016.

CARVALHO, C. (Org.). **Pa'miri-Masa**: A origem do nosso mundo — revitalizando as
culturas indígenas dos rios Uaupés e Papuri. São Paulo: Saúde Sem Limites, 2004.

CAYÓN, L. En búsqueda del orden cósmico: sobre el modelo de manejo ecológico
tukano oriental de Vaupés. **Revista Colombiana de Antropología** 37, enero-diciembre,
pp. 234-262, 2001.

CHERNELA, J. M. Os cultivares de mandioca na área do Uaupés (Tukano). *In*: Ribeiro,
Berta (Coord.). **Suma Etnológica Brasileira**. Vol. 1 — Etnobiologia. Petrópolis: Vozes/
FINEP, 1986.

DIAKURU & KISIBI. **A mitologia sagrada dos Desana-Wari Dihputiro Põrã**. São Gabriel
da Cachoeira: UNIRT/FOIRN, 1996. (Narradores Indígenas do Rio Negro, 2).

FARIA, I. F.; SCWADE, T. M. M. **Ohpekõ Di'ta**: Pa'muri Mahsã, Bue'se, Nisetise. Manaus:
Edua, 2012.

FERNANDES, A. C. **Bueri Kãdiri Maririye**: os ensinamentos que não se esquecem. Santo
Antônio: INIRT; São Gabriel da Cachoeira: FOIRN, 2006. (Narradores Indígenas do Rio
Negro, v. 8).

GALVÃO, W. S. e GALVÃO, R. C. **Livro dos antigos Desana**: Guahari Diputiro Porã.
Comunidade do Pato no Médio Rio Papuri: ONIMRP; São Gabriel da Cachoeira: FOIRN,
2004. (Narradores Indígenas do Rio Negro, v. 7).

IPHAN. **Cachoeira de Iauaretê**. Brasília, DF: Iphan, 2007. (Dossiê Iphan 7, livro e cd).

PÄRÖKUMU, U. (F. A. Lana) & KEHIRÍ, T. (L. G. Lana). **Antes o mundo não existia**:
mitologia dos antigos Desana-Kehiripõrã. São Gabriel da Cachoeira: UNIRT/FOIRN,
1995. (Narradores Indígenas do Rio Negro, v. 1).

RAMIREZ, H.; ATHIAS, R. (Org.). **A Língua dos Hupd'äh do Alto Rio Negro — Projeto
Saúde e educação entre os Hupd'äh**. São Paulo: Saúde Sem Limites, 2006.

RAMOS, J. B. (Org.). **Utapinopona kuye poseminiã niromakaraye**: pássaros-adornos
dos filhos da cobra de pedra (Tuyuka). Vários colaboradores. São Paulo: Instituto
Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira: AEITU, 2012.

REICHEL-DOLMATOFF, G. **Chamanes de la selva pluvial**: ensayos sobre los indios
tukano del Noroeste Amazónico. Devon: Themis Books, 1997.

SILVERWOOD-COPE, P. **Os Makú**. Povo caçador do noroeste da Amazônia. Brasília:
Editora da Universidade de Brasília, 1990.

SCOLFARO, A. (Org.). **Povoado Indígena de Iauaretê**: perfil socioeconômico e atividade
pesqueira. São Paulo: ISA — Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira: FOIRN
e COIDI, 2017.

SSL. **Diagnóstico Participativo entre os Hupd’äh**. São Gabriel da Cachoeira: Saúde Sem Limites, 2007.

SSL. **Diagnóstico Etnoambiental e Alternativas Econômicas entre os Hupd’äh da região do Rio Negro/AM**. São Gabriel da Cachoeira: Saúde Sem Limites, 2010.

TENÓRIO, Higino *et al.* (Org.). **Utãpinopona basamiri**. Vários colaboradores. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2003, 3 CDs.

TENÓRIO, H. P., RAMOS, J. B. e CABALZAR, F. D. (Orgs.). **Wiseri makañe niromakañe**: casa de transformação, origem da vida ritual Utapinopona Tuyuka. Vários colaboradores. São Gabriel da Cachoeira/AM: Associação Escola Indígena Utapinopona Tuyuka - AEITU; São Paulo: Instituto Socioambiental, 2005.

Mapeamentos participativos

FOIRN/DIA WII/FUNAI/ISA. Manejo de Peixes, lugares sagrados e áreas de manejo das comunidades do Baixo Uaupés (Tapira-ponta, Trovão, Cunuri, São Pedro, Uriri, Açai, Matapi, Ananás, Taracué, Ipanoré e Baixo Uaupés geral). **Cartô Brasil Socioambiental**, v. 9-20, 2017.

FOIRN/DIA WII/ISA. Manejo ambiental no rio Tiquié. Áreas de manejo das comunidades São Francisco, Maracaja, Santo Antônio, São João, São Pedro, Cachoeira Comprida e Fronteira, São Domingos Sávio e Assunção do Igarapé Onça. **Cartô Brasil Socioambiental**, v. 4, 6, 7 e 8, 2011, 2012 e 2014.

Bacia do Rio Içana (NADZOERI)

povos baniwa e koripako > territórios > conhecimentos e práticas > histórias e narrativas > produções próprias e colaborativas

ACEP e OIBI. **Kophenai Nako**: Escola Indígena Baniwa e Coripaco Pamáali. São Gabriel da Cachoeira: ACEP; ISA; OIBI; MEC, 2006.

BANIWA, A. **25 Anos de Gestão de Associativismo da OIBI para o Bem Viver Baniwa e Koripako**. São Gabriel da Cachoeira, AM: OIBI – Organização Indígena da Bacia do rio Içana, 2018.

BOYER, V. Os Baniwa evangélicos falam dos missionários protestantes: Sofia e seus sucessores. In: Birman, P. (Org.). **Religião e espaço público**. Attar editorial, 2003.

BRAZÃO, A. F. M.; CARDOSO, J. S.; DINIZ, L.; LOPES, A. (Org.). **O que a GENTE precisa para VIVER e estar BEM no Mundo – Estojo Baniwa**. São Gabriel da Cachoeira: Instituto Socioambiental e Associação do Conselho da Escola Pamáali. V1, 2012. Disponível em: http://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/manejo_pamaali_portugues

BRAZÃO, A. F. M.; CARDOSO, J. S.; DINIZ, L.; LOPES, A. (Org.). **O que a GENTE precisa para VIVER e estar BEM no Mundo – Estojo Baniwa**. V. 2. São Gabriel da Cachoeira: Instituto Socioambiental e Associação do Conselho da Escola Pamáali. V 2, 2014. Disponível em: http://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/k2_portugues_web

CORNELIO, J. M. *et al.* **Waferinaipe lanheke**: a sabedoria dos nossos antepassados. História dos Hohodene e dos Walipere-Dakenai do Rio Aiary. São Gabriel da Cachoeira: ACIRA, FOIRN, 1999. (Narradores Indígenas do Rio Negro, v. 3)

GARNELO, L.; WRIGHT, R. Doença, cura e serviços de saúde: representações, práticas e demandas Baniwa. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 17, n. 2, p. 273-84, 2001.

JOURNET, N. Los Curripacos del Rio Isana: Economía y Sociedad. **Revista Colombiana de Antropología**, Bogotá, 23, p. 126-82, 1980-81.

LOPES, A. & KOYANALLY, K. **Manejo de recurso pesqueiro na bacia do rio Içana – relatório executivo**. São Gabriel da Cachoeira/AM: OIBI, ISA e Fiocruz Amazônia, 2009.

OIBI. **Arte Baniwa – cestaria de arumã**. São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN, ISA e OIBI, 2001.

OIBI. **Pimenta Jiquitaia Baniwa**. São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN, ISA e OIBI, 2016.

OLIVEIRA, A. E. A situação atual dos Baniwa (Alto Rio Negro). **O Museu Goeldi no ano do Sesquicentenário**. Belém: MPEG, Publicações Avulsas nº 20, pp. 27-40, 1973.

RAMIREZ, Henri. **Dicionário Baniwa-Português**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2001.

SCHWADE, M. R. M.; FERNANDES, R. S. (Org.). **Baniwanai lanheekhe**. Manaus: EDUA – Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012.

WRIGHT, R. O tempo de Sophie: história e cosmologia da conversão Baniwa. *In*: Wright, R. (org.). **Transformando os deuses**: os múltiplos sentidos da conversão entre os povos indígenas no Brasil. Campinas/SP: editora da Unicamp, 1999.

Alto Rio Negro e Xié (CAIARNX)

povos baré e werekena > territórios > conhecimentos e práticas > histórias e narrativas > produções próprias e colaborativas

ACIPK. **Diagnóstico etnoambiental do alto rio Negro**. Base para a elaboração do Plano de Gestão Ambiental da Terra Indígena Alto Rio Negro, micro-região Putira Kapuamu. São Gabriel da Cachoeira: ACIPK, FOIRN. Brasília: Fundo Nacional do Meio Ambiente, MMA, 2002.

AMORIM, R. M. C. História linguística e consciência étnica dos Warekena. **Lume**, Florianópolis: UFSC, v. 1, n. 1, p. 45-52, 1992.

AZEVEDO, M. e MELGUEIRO, O. **Levantamento Socioeconômico, Demográfico e Sanitário de Cucuí**. São Gabriel da Cachoeira: FOIRN; São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

HERRERO, M. e FERNANDES, U. **Baré**: povo do rio. Vários Colaboradores. Prefácio de Eduardo Viveiros de Castro. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015.

OLIVEIRA, G. M. e SCHWADE, M. A. **Yegatu Resewa**. Yega, Yubuesa idijina. Manaus: Edua, 2012.

MEIRA, M. **O tempo dos padrões**: extrativismo da piaçava entre os índios do rio Xié (Alto Rio Negro). Dissertação (Mestrado)— UNICAMP, 1993.

MEIRA, M. História, economia e sociedade: os índios do rio Xié e a extração da piaçava. **Anais do Arquivo Público do Pará**, Belém, vol. 1, t. 1, 1996.

Vídeos e documentários – Alto Rio Negro (geral)

A força feminina da pimenta Baniwa. 2018. 1 vídeo (ca. 6 min). Realização: ISA & Territórios da Diversidade Socioambiental. Parceiros: OIBI, FOIRN. Publicado pelo Canal Instituto Socioambiental. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pBqiCsrU7yQ>. Acesso em: 11 dez. 2019.

Baniwa, uma história de plantas e curas. 2005. Realização: Vídeo Saúde Fiocruz. Direção: Stella Oswaldo Cruz Penido.

Baré, povo do rio. 2015. 1 vídeo (ca. 63 min). Realização: Sesc TV. Direção: Tatiana Tofolli. Publicado pelo Canal SESCTV. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nd69jnE35uA>. Acesso em: 11 dez. 2019.

Kumuã: os especialistas de cura do alto rio Negro. 2019. Realização: Amazônia Real, Bahserikowi'i. Direção: Fábio Zuker.

A cachoeira sagrada de Iauaretê. 2006. 1 vídeo (ca. 13 min). Realização: IPHAN, Vídeo nas Aldeias. Direção: Vincent Carelli. Publicado pelo site do IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/videos/detalhes/28/a-cachoeira-sagrada-de-iauarete/>. Acesso em 11 dez. 2019.

Nós, indígenas do rio Negro. 2004. 1 vídeo (ca. 10 min). Vídeo institucional da FOIRN. Parte 1. Realização: FOIRN. Publicado pelo Canal FOIRN Federação. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IXAVhYBhcus>. Acesso em 11 dez. 2019.

Nós, indígenas do rio Negro. 2004. 1 vídeo (ca. 10 min). Vídeo institucional da FOIRN. Parte 2. Realização: FOIRN. Publicado pelo Canal FOIRN Federação. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wi3Ryzw2qC8>. Acesso em 11 dez. 2019.

Nós, indígenas do rio Negro. 2004. 1 vídeo (ca. 10 min). Vídeo institucional da FOIRN. Parte 3. Realização: FOIRN. Publicado pelo Canal FOIRN Federação. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1j8GCsHiyes>. Acesso em 11 dez. 2019.

Nós, indígenas do rio Negro. 2004. 1 vídeo (ca. 10 min). Vídeo institucional da FOIRN. Parte 4. Realização: FOIRN. Publicado pelo Canal FOIRN Federação. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tMa4obpixbk>. Acesso em 11 dez. 2019.

Pelas Aguas do Rio de Leite. 2017. 1 vídeo (ca. 75 min). Realização: ISA, FOIRN, Vídeo nas Aldeias. Apoio: IPHAN. Direção: Aline Scolfaro. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Cirpl_a_FJI. Acesso em 11 dez. 2019.

PGTA - Planos de Gestão Territorial e Ambiental do Médio e Alto Rio Negro. 2017. 1 vídeo (ca. 12 min). Realização: FOIRN, ISA, FUNAI. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QKEt8zGpNcl>. Acesso em 11 dez. 2019.

Podáali: um documentário da música baniwa. 2011. Direção: Moisés Baniwa e Paulinho Baniwa. Apoio: Ministério da Cultural/Petrobras. Parcerias: OIBI, ISA, Fapeam.

A Roça e seus caminhos: o Sistema Agrícola do Rio Negro. 2010. 1 vídeo (ca. 20 min). Realização: IPHAN. Direção: Laure Emperaire e Elza Ramalho. Publicado pelo site do IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/videos/detalhes/35/o-sistema-agricola-tradicional-do-rio-negro/>. Acesso em 11 dez. 2019.

Tuyuka: escola e língua da fronteira. 2009. 1 vídeo (ca. 20 min). Realização: AEITU, ISA. Direção: Juan Gabriel Soler/Saracura Filmes. Publicado pelo site Vimeo. Disponível em: <https://vimeo.com/49623779>. Acesso em 11 dez. 2019.

Lista de siglas usadas no Plano de Gestão da Terra Indígena Alto Rio Negro

- AAMI Associação de Artesã das Mulheres Indígenas
- AATIs Asociaciones de Capitanes y Autoridades Tradicionales Indígenas
- AATIZOT Asociación de Autoridades Tradicionales Indigenas de la Zona del Tiquié
- ABRIC Associações Baniwa do Rio Içana e Cuyari
- ACAIPI Asociación de Autoridades Tradionales Indigenas del Pirá Paraná
- ACAZUNIP Asociación de Capitanes de la Zona Unión Indigena del Papuri
- ACEP Associação Conselho da Escola Pamáali
- ACGEH Associação do Conselho de Gestão da Escola Eeno Hiepole
- ACIARN Associação das Comunidades Indígenas do Alto Rio Negro
- ACIARP Associação das Comunidades Indígenas Alto Rio Papuri
- ACIBARN Associação das Comunidades Indígenas Baré do Alto Rio Negro
- ACII Associação das Comunidades Indígenas do Centro de Iauaretê
- ACIMERVA Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Vaupés
- ACIMET Associação das Comunidades Indígenas do Médio Tiquié
- ACIMRN Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro
- ACIPK Associação das Comunidades Indígenas Putira Kapuamu
- ACIRA Associação das Comunidades Indígenas do Rio Ayari
- ACIRC Associação das Comunidades Indígenas do Rio Castanha

ACIRC Associação das Comunidades Indígenas do Rio Cubate

ACIRJA Associação das Comunidades Indígenas do Rio Japu

ACIRU Associação das Comunidades Indígenas do Rio Umari

ACIRX Associação das Comunidades Indígenas do Rio Xié

ACIRWA Associação das Comunidades Indígenas do Rio Waupés Acima

ACIS Agentes Comunitários Indígenas de Saúde

ACITRUT Associação das Comunidades Indígenas de Taracuá, Rio Uaupés e Tiquié

ACIYA Asociación de Capitanes Indigenas del Yagoje Apapóris

ADS Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas

ADSIRT Associação de Desenvolvimento Sustentável Indígena da Região de Taracuá

AECIPY Associação das Escolas e Comunidades do Povo Yuhupdêh

AEIKB Associação Escolar Indígena Kisibi-Buú-Desana

AEITHART Associação Escolar Indígena Tukano Hupd'äh do Alto Rio Tiquié

AEITKAP Associação das Escolas Indígenas Tukano Koãpa Ahkuto Paramerã

AEITY Associação Escolar Indígena Tukano Yupuri

AEITYM Associação Escolar Indígena Tukano Yepá Mahsã

AEITU Associação Escolar Indígena Tuyuka Utapinopona

AIBRI Associação Indígena do Baixo Rio Içana

AIMA Agente Indígena de Manejo Ambiental

AIMTT Associação Indígena de Medicina Tradicional de Taracuá

AIPEEMPJ Associação de Pais e Mestres e Educadores da Escola Municipal Pastor Jaime

AIS Agente Indígena de Saúde

AISPI Associação Indígena de Saúde Pública de Iauaretê

AJIRU Associação dos Jovens Indígenas do Rio Umari

ALUBVA Animación y Lucha Bajo Vaupés

AMIARN Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro

AMIBI Associação das Mulheres Indígenas do Baixo Içana

AMIDI Associação das Mulheres Indígenas do Distrito de Iauaretê

AIMEEMPJ Associação de Pais e Mestres e Educadores da Escola Municipal Pastor Jaime

AMIPAC Associação das Mulheres Indígenas de Pari-Cachoeira

AMIRT Associação das Mulheres Indígenas da Região de Taracuá

AMITRUT Associação das Mulheres Indígenas de Taracuá, Rio Uaupés e Tiquié

Anatel Agência Nacional de Telecomunicações

API Assessor Pedagógico Indígena

APIARN Associação dos Professores Indígenas do Alto Rio Negro

APMCs Associações de Pais e Mestres da Comunidade

APMCEIN Associação dos Pais e Mestre Comunitário da Escola Indígena de Nazaré

APMCIRC Associação dos Pais e Mestres das Comunidades Indígenas do Rio Castanha

APMESP Associação de Pais e Mestres das Escolas Santa Rosa e Periquito

ASEKK Associação da Escola Khumunu Wétã Kotiria

ASIBA Associação Indígena de Barcelos

ATIDI Associação dos Trabalhadores Indígenas do Distrito de Iauaretê

ATRIART Associação das Tribos Indígenas do Alto Rio Tiquié

AZATRIBVA Asociación de Autoridades Tradicionales Indígenas del Bajo Vaupés

CABC Coordenadoria das Associações Baniwa e Koripako

CadÚnico Cadastro Único

CAIARNX Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Rio Xié

CAIMBRN Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro

CASAI Casa de Apoio à Saúde do Índio

CATRAPOA Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos do Amazonas

CERCI Centro de Revitalização das Culturas Indígenas de Iauaretê

CERIC Cacique Escolar do Rio Içana e Cuyari

CETAM Centro de Educação Tecnológica do Amazonas

CIPAC Coordenação Indígena de Pari-Cachoeira

CNPJ Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

COIDI Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê

CONDISI Conselho Distrital de Saúde Indígena

Coordenadorias Regionais – Sub-regiões representativas de base da FOIRN

COPCISP Cooperativa da Comunidade Indígena de São Paulo

COPIARN Conselho dos Professores Indígenas do Alto Rio Negro

COSART Costura e Arte de Assunção do Içana

CR-RN Coordenação Regional do Rio Negro (Funai)

CRAS Centro de Referência de Assistência Social

CTL Coordenação Técnica Local (Funai)

DAJIRN Departamento dos Adolescentes e Jovens Indígenas do Rio Negro da FOIRN

DIA WII Coordenadoria das Organizações Indígenas do Tiquié, Uaupés e Afluentes

DMIRN Departamento das Mulheres Indígenas do Rio Negro da FOIRN

DNPM Departamento Nacional de Produção Mineral

DSEI ARN Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Rio Negro

Embrapa Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EB Exército Brasileiro

EIBP Escola Indígena Baniwa Paraattana

EIDC Escola Indígena Duque de Caxias

EJA Educação de Jovens e Adultos

FEI-AM Fundação Estadual do Índio do Estado do Amazonas

Flona Floresta Nacional

FNDE Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FOIRN Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro

Funai Fundação Nacional do Índio

GESAC Serviço de Atendimento ao Cidadão

GT Grupo de Trabalho

ICMBio Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ICPIRN Instituto dos Conhecimentos e Pesquisas Indígenas do Rio Negro

IDAM-AM Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas

IFAM Instituto Federal do Amazonas

INMET Instituto Nacional de Meteorologia

INPA Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

INSS Instituto Nacional do Seguro Social

IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ISA Instituto Socioambiental

Itamaraty Ministério das Relações Exteriores

MAPA Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MCTIC Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação

MD Ministério da Defesa

MEC Ministério de Educação

MIN Ministério da Integração Nacional

MMA Ministério do Meio Ambiente

MME Ministério de Minas e Energia

MPF Ministério Público Federal

MS Ministério da Saúde

NADZOERI Organização Baniwa e Koripako

NUMIRT Núcleo de Mulheres Indígenas do Médio Rio Tiquié

OCIDAI Organização da Comunidade Indígena do Distrito de Assunção do Içana

OCII Organização das Comunidades Indígenas de Iauaretê

OIBI Organização Indígena da Bacia do Içana

OIBV Organização Indígena de Bela Vista

OICAI Organização Koripako do Alto Içana

OIDSL Associação Indígena de Desenvolvimento Sustentável Local

OIT Organização Internacional do Trabalho

ONIARWA Organização Indígena do Alto Rio Waupés

ONIMRP Organização das Nações Indígenas do Médio Rio Papuri

PAA Programa de Aquisição de Alimentos

Parfor Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica

PEF Pelotão Especial de Fronteira

PF Polícia Federal

PGTAs Planos de Gestão Territorial e Ambiental

PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNGATI Política Nacional de Gestão Ambiental das Terras Indígenas

PPPI Projeto Político Pedagógico Indígena

PPTAL Plano de Proteção das Terras Indígenas da Amazônia Legal

RAISG Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada

SAT-RN Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro

SEDUC-AM Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino do Amazonas

SEMA-AM Secretaria do Meio Ambiente do Amazonas

SEMEC Secretaria Municipal de Educação

SEMED-SGC Secretaria Municipal de Educação de São Gabriel da Cachoeira

SEPA Secretaria Executiva de Pesca e Aquicultura do Amazonas

SEMPA Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento

SEMSA Secretaria Municipal de Saúde

SEPROR-AM Secretaria de Produção do Amazonas

SESAI Secretaria Especial de Saúde Indígena

SGC São Gabriel da Cachoeira

SOCITRUT Sociedade das Comunidades Indígenas de Taracuí, Rio Uaupés e Tiquié

SPI Serviço de Proteção aos Índios

TACIS Técnicos Agentes Comunitários Indígenas de Saúde

TEE Território Etnoeducacional do Rio Negro

TI Terra Indígena

UBSI Unidade Básica de Saúde Indígena

UCIDI União das Comunidades Indígenas do Distrito de Iauaretê

UCIRT União das Comunidades Indígenas do Rio Tiquié

UFAM Universidade Federal do Amazonas

UMIRA Associação das Mulheres Indígenas do Rio Ayari

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIB União das Nações Indígenas Baniwa

UNIDI União das Nações Indígenas do Distrito de Iauaretê

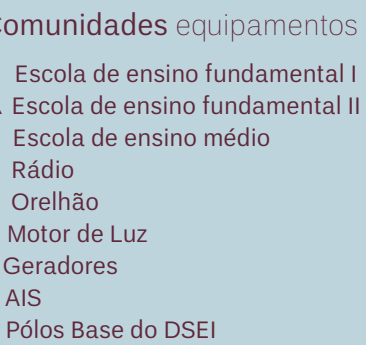
3 TIIC Três Tribos Indígenas do Igarapé Cucura



ISBN 978-859830507-3



2019



Rio Cubate	Santa Rosa ● ▲ »†+
Boa Nova Esperança	São Joaquim I ● ▲ ■ »†+
Nazaré do Cubate ● ▲ ★†+	São José ● »)) ★†+

Rio Içana	Tarumã I ● ★ †
Ambaúba ● ▲ »)) ★ † +	Trindade ● +
Aracú Cachoeira ● ▲ ★ † +	Tucumã Rupitá ★ † + ↗

Bela Vista I ● ▲ ★†+ Rio Piraiauara
Belém ● ★†+ Piraiauara ● ▲ ★†+

Buia Igarapé • ▲ »)) *†+ Santana • ▲))†+

Acará-Poço • ▲↑+

Cabari	São Lourenço +
Cachoeira Buriti	São Luiz •†+

Cucura Manaus ● » +	São Sebastião ● ▲
Cucura São João	São Tomé

Fronteira (São João Bosco)†
Guadalupe†

Jabuti Cachoeira	Rio Traíra
Manacatari	Cachoeira das And
Maracáia +	

Nova Esperança

Pombo Igarapé

Santa Rosa ● ▲ » † +
Santa Rosa (Duhtura)

Santo Antônio	Trovão
São Domingos Sávio	Uriri



Cachoeira Comprida (Santo Terézinho) • + +

Cucura São João	São Tomé †
Cunuri » +	São Tomé (médio T)

Guadalupe†
Guadalupe (lg. Ira) ● »†+

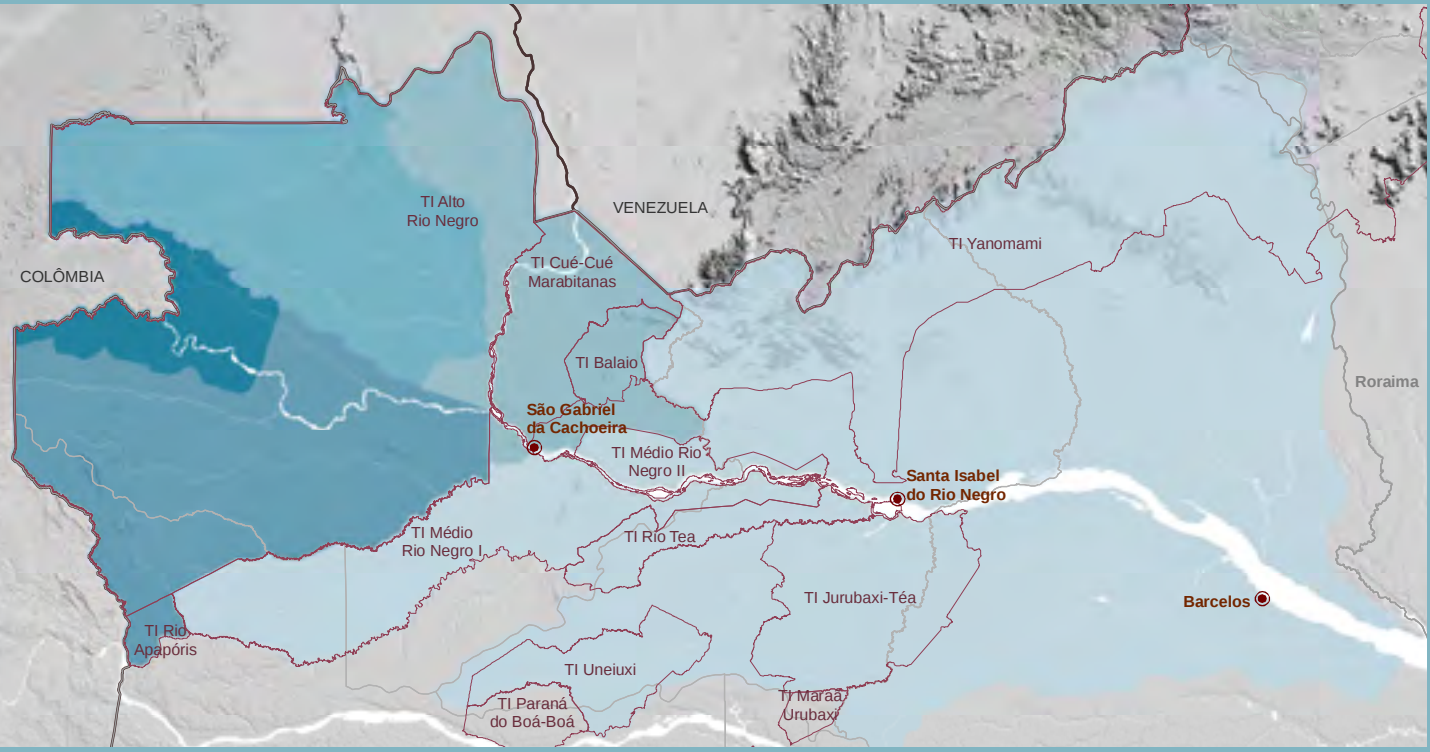
Maracajá +	Cachoeira das And
Matapí • ▲ ↑ +	Cachoeira do Mach

Nova Esperança Andorinhas
Nova Fundação†+ Vila José Mormes†
Pari Cachoeira ● ▲ ■ »))

Samaúma ● Cunuri Ponta ● ▲
Santa Cruz Ipanoré ● ▲ » +

Santa Rosa (Duhtura) Tapira Ponta ● ▲
Santo Alberto† Taracua ● ▲ ■ »
S. A. A. i. j. T. Trovão ● ▲ »! *

São Domingos Sávio • + Uriri • ▲ »† +



São cinco as Coordenadorias da FOIRN

- COIDI** Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê
- NADZOERI** Organização Baniwa e Koripako
- DIA WII** Coordenadoria das Organizações Indígenas do Tiquié, Uaupés e Afluentes
- CAIARNX** Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Rio Xié
- CAIMBRN** Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro

As cinco Coordenadorias da **Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN** representam as comunidades e associações filiadas à Federação. A cada dois anos se reúnem em assembleias regionais realizadas com antecedência a Assembleia Geral da FOIRN, sendo que a cada quatro anos as assembleias são eleivas. Em cada uma das assembleias regionais é eleito um corpo diretivo para assumir as Coordenadorias, bem como diretor ou diretora da regional para assumir a gestão da FOIRN. É durante a Assembleia Geral que as delegações votam para a presidência da Federação.

Dentro dos limites da Terra Indígena Alto Rio Negro localizam-se quatro coordenadorias, sendo que duas delas extrapolam suas abrangências geográficas para além dos limites da Terra Indígena. São elas a CAIARNX e a DIA WII. Aqui traremos os dados considerando todo o escopo geográfico dessas Coordenadorias. Já a Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro (CAIMBRN) que é bastante vasta, sendo a maior delas em termos de extensão territorial, não possui território dentro dos limites da Terra Indígena Alto Rio Negro.

1. NADZOERI Organização Baniwa e Koripako

A área de abrangência da NADZOERI abarca toda a bacia do rio Içana e afluentes, até a fronteira com a Colômbia. É o território tradicional dos povos Baniwa e Koripako. São cerca de **83 comunidades** que se distribuem pela bacia do Içana abrigando uma população aproximada de **5.090 pessoas**.

No Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA foram entrevistadas 65 localidades, entre comunidades e sítios, e 833 famílias.

Além dos Baniwa e Koripako, outros grupos de filiação Arawak e também Tukano Oriental residem na região.

- Associações Regionais (10)
- ABRIC** Associação dos Baniwa do Rio Içana e Cuiari
 - ACIRIA** Associação das Comunidades Indígenas do Rio Ayari
 - AIBRI** Associação Indígena do Baixo Rio Içana
 - AIRC** Associação Indígena do Rio Cubate
 - OICAI** Organização Indígena dos Curupacos do Alto Içana
 - OCIDAI** Organização das Comunidades Indígenas do Distrito de Assunção do Içana
 - OIBI** Organização Indígena da Bacia do Rio Içana
 - UNIB** União das Nações Indígenas Baniwa

- Associações Escolares (7)
- AIPEEMPJ** Associação de Pais e Mestres e Educadores da Escola Municipal Pastor Jaime
 - ACEP** Associação do Conselho Escolar da Pamãlali
 - ACGEH** Associação do Conselho de Gestão da Escola Ereno Hiepole
 - APMCCEIN** Associação dos Pais e Mestre Comunitário da Escola Indígena de Nazaré
 - CERIC** Cacique Escolar do Rio Içana e Cuiari
 - EIBP** Escola Indígena Baniwa Paraatana
 - EIDC** Escola Indígena Duque de Caxias

- Associações de Mulheres e Artesãs (4)
- AAMI** Associação de Artesãs do Médio Içana
 - AMIBI** Associação das Mulheres Indígenas do Baixo Içana
 - COSART** Costura e Arte de Assunção do Içana
 - UMIRA** União das Mulheres Indígenas do Rio Ayari

Iniciativa de Destaque: Rede de casa de Pimentas

O desenvolvimento de cadeias produtivas tem tomado espaço dentre as prioridades dos povos indígenas do Rio Negro. Dentre as iniciativas mais consolidadas está a Pimenta Baniwa, iniciada em 2013. Atualmente a rede de **casas de pimenta** possui 5 unidades de processamento na bacia do rio Içana, em território de abrangência da NADZOERI, e tem como principal objetivo a **geração de renda para as mulheres indígenas e suas famílias**. A cadeia da Pimenta Baniwa envolve cerca de 22 comunidades, contando com a participação de 95 famílias e um total de 223 pessoas beneficiadas. Para além da Pimenta Baniwa, os povos Baniwa e Koripako estão envolvidos em outras iniciativas de comercialização e valorização das práticas e conhecimentos indígenas, a saber: a cadeia do mel de abelhas nativas, cestaria, cerâmicas e tucupi preto. O próximo passo planejado é inauguração de uma central de processamento, em Santa Isabel do Rio Ayari, que deve atender parte da produção e beneficiamento da castanha uairá e do tucupi preto dessa região.

2. CAIARNX Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Rio Xié

A área de atuação e governança da CAIARNX abarca todo o trecho do alto rio Negro a partir da comunidade São Joaquim Mirim, acima de São Gabriel da Cachoeira, até o povoado de Cucuí, na triplíce fronteira Brasil-Colômbia-Venezuela. Inclui também o rio Xié, importante afluente na margem direita do Negro. Envolve quatro terras indígenas, duas delas integralmente – TI Cué-cué Marabitanas e TI Balaio –, e as outras duas parcialmente – TI Médio Rio Negro I e TI Alto Rio Negro. Parte da região é sobreposta ao Parque Nacional Pico da Neblina.

Em toda a área da CAIARNX vivem cerca de **4.580 pessoas, distribuídas por 69 comunidades e 21 sítios independentes**, alfora outros assentamentos menores que estão associados às comunidades. Dessa população, 2,076, ou 45% está na TI Alto Rio Negro.

No Levantamento Socioambiental foram entrevistas todas as comunidades da CAIARNX, sítios independentes e 716 famílias.

A maioria da população da região pertence a grupos étnicos da família linguística Arawak, sendo que o povo Baré é o mais numeroso. Mas há também uma presença significativa de grupos da família linguística Tukano Oriental e ainda uma presença discreta dos Hupd'ah (família Naduhupy).

- Associações Regionais e de Mulheres (10)
- ACIARN** Associação das Comunidades Indígenas do Alto Rio Negro
 - ACIBARN** Associação das Comunidades Indígenas Baré do Alto Rio Negro
 - ACIPK** Associação das Comunidades Indígenas Putira Kapuamu
 - ACIRX** Associação das Comunidades Indígenas do Rio Xié
 - AIDCC** Associação Indígena de Desenvolvimento Comunitário de Cucuí
 - AINBAL** Associação Indígena do Balaio
 - AMIBAL** Associação das Mulheres Indígenas do Balaio
 - AMIARN** Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro
 - OCIARN** Organização das Comunidades Indígenas do Alto Rio Negro
 - ONIV** Organização Indígena Nova Vida (em formação)

Iniciativa de Destaque: Projeto Cupixá

Na região destacamos a iniciativa de regularização e fortalecimento das associações indígenas sendo que um dos objetivos é a valorização do **Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro**, a busca do bem viver, a geração de renda e preservação do meio ambiente. Nesse sentido, o projeto **Cupixá**, cujo nome significa **roça em rneengatu** (trata de uma iniciativa de produção e comercialização de produtos cultivados tradicionalmente na região com destaque para a farinha de mandioca e o artesanato. Além da articulação com as comunidades, cadastramento de produtores(as) e aquisição de um barco comunitário para escoamento, o objetivo é garantir o fortalecimento das associações indígenas e o aumento de autonomia financeira e geração de renda para homens, mulheres e jovens. Outro objetivo neste fortalecimento é criar espaços de ação e voz para as **mulheres indígenas** por meio de associações próprias como a Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMIARN), criada em 2017.

1. NADZOERI Baniwa Baré Kotiria Kubeo Tukano Tariano Koripako



2. CAIARNX Piratapuia Tariano Koripako Tuyuka Werekena Tukano Hupd'ah Kubeo Baniwa Desana Baré Kotiria



3. COIDI Kotiria Tukano Arapaso Hupd'ah Baniwa Tariano Werekena Kubeo Tuyuka Piratapuia Baré Desana



Plano de Gestão Territorial e Ambiental Terra Indígena Alto Rio Negro



4. DIA WII Tariano Tukano Piratapuia Mirititapuia Yuhupdëh Siriano Desana Baniwa Bará Hupd'ah Tuyuka Yebamahsã Karapanã

3. COIDI Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê

A área de abrangência da COIDI abarca os cursos médio e alto do rio Uaupés, o rio Papuri e afluentes, margeando parte do limite oeste da Terra Indígena Alto Rio Negro, linha de fronteira com a Colômbia. Concentram-se nessa região mais de **5.100 pessoas**, residindo em **60 comunidades** e cerca de **40 sítios**, incluindo o **povoado de Iauaretê**, o maior núcleo populacional dentro da TI Alto Rio Negro.

No Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017/18) foram entrevistas 72 localidades (entre sítios, comunidades e bairros de Iauaretê) e 725 famílias.

Os grupos étnicos presentes na região pertencem majoritariamente às famílias linguísticas Tukano Oriental e Naduhupy, sendo os Hupd'ah a maior população atualmente. Mas há também a presença significativa dos Tariano, de filiação Arawak, além de uma presença menor de pessoas pertencentes às etnias Baré, Werekena e Baniwa, que também são da família Arawak.

- Associações Regionais (8)
- ACIARP** Associação das Comunidades Indígenas Alto Rio Papuri
 - ACIMERVA** Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Uaupés
 - ACIRJA** Associação das Comunidades Indígenas do Rio Japu
 - ACIRWA** Associação das Comunidades Indígenas do Rio Uaupés Acima
 - AMIDI** Associação das Mulheres Indígenas do Distrito de Iauaretê
 - OCII** Organização das Comunidades Indígenas de Iauaretê
 - ONIRWA** Organização Indígena do Alto Rio Uaupés
 - ONIMRP** Organização das Nações Indígenas do Médio Rio Papuri
- Associações Escolares (4) e de outros temas (4)
- ASEKK** Associação da Escola Khumunu Wër Kotiria
 - APMC** Associação de Pais e Mestres da Comunidade
 - AEITEP** Associação da Escola Enuyumäkinë Pamuri ma'as
 - APMCCEIT** Associação dos Pais e Mestres e Comunitários da Escola Indígena Tariano de Iauaretê
 - CERCI** Centro de Revitalização das Culturas Indígenas de Iauaretê
 - ATIDI** Associação dos Trabalhadores Indígenas do Distrito de Iauaretê
 - ASISP** Associação Indígena de Saúde Pública de Iauaretê
 - APAI** Associação dos Pescadores Artesanais de Iauaretê

Iniciativa de Destaque: Lugares Sagrados reconhecidos como Patrimônio Cultural e Casa de Produtos Indígenas

Dentre as iniciativas desenvolvidas na região da COIDI, vale destacar para o reconhecimento da **Cachoeira de Iauaretê como Patrimônio Cultural do Brasil** e lugar sagrado dos povos indígenas do Uaupés em 2006, pelo IPHAN, e **ações de salvaguarda** que envolveram diversas iniciativas culturais, dentre elas: a **reconstrução de malocas**, a criação do Centro de Revitalização das Culturas Indígenas de Iauaretê, a repatriação de ornamentos de dança levados pelos missionários salesianos e que estavam sob a guarda do Museu do Índio de Manaus; o **mapeamento e registro dos lugares sagrados e das narrativas de origem associadas**. Outra iniciativa importante na região é a **Casa de Produtos Indígenas gerida pela AMIDI** – Associação das Mulheres Indígenas do Distrito de Iauaretê. Tendo como objetivos principais a luta pelos direitos, dignidade e bem-estar das mulheres indígenas, a AMIDI vem trabalhando em prol da **geração de renda e valorização dos conhecimentos e práticas das mulheres indígenas**. Com sede em Iauaretê, a associação apoia e reúne artesãs e artesanatos de toda a região da COIDI, promovendo eventos, oficinas, feiras e estimulando a produção e comercialização dos produtos locais. Em articulação com a Waniró, loja da FOIRN, a AMIDI também comercializa artesanato na sede municipal em São Gabriel da Cachoeira e em parceria com a AMIRT – Associação das Mulheres Indígenas da Região de Taracá (no rio Tiquié, DIA WII) pretende fortalecer as práticas de produção e comercialização de cerâmica.



Encarte e mapa fazem parte do documento Plano de Gestão Territorial e Ambiental Terra Indígena Alto Rio Negro, elaborado em 2019.

Créditos das imagens da esquerda para a direita (acervo ISA): Juliana Radler, 2019; Marcelo Monzillo, 2016; Pedro Martinelli, 2002; Aline Scollaro, 2008; Juliana Radler, 2017; Aline Scollaro, 2010; Carol Quintanilha, 2018; Carol Da Riva, 2008; Beto Ricardo, 2001; Juan Gabriel Soler, 2012; Dylan Gross, 2008; Aline Scollaro, 2010; Carol Quintanilha, 2018.



4. DIA WII Coordenadoria das Organizações Indígenas do Tiquié, Uaupés e Afluentes

A área de abrangência da DIA WII abarca a região do baixo rio Uaupés e todo o curso do rio Tiquié e afluentes, até a faixa de fronteira com a Colômbia. Também inclui o extenso trecho da margem esquerda do rio Traíra e afluentes, até a boca do rio Apaporis, região de fronteira com a Colômbia.

São aproximadamente **5.700 pessoas** vivendo em cerca de **67 comunidades** de tamanhos variados e outros **80 assentamentos menores**. Taracua e Pari-Cachoeira, na Terra Indígena Alto Rio Negro são as mais populosas dessa região. Já, considerando também a Terra Indígena Rio Apaporis, a comunidade São José do Rio Apaporis é a segunda mais populosa, depois de Pari-Cachoeira. No Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA foram entrevistas 77 localidades, entre comunidades e sítios, e 762 famílias.

Os grupos étnicos mais numerosos são os Tukano e os Hupd'ah. Os demais grupos presentes também pertencem majoritariamente às famílias linguísticas Tukano Oriental e Naduhupy. As exceções são os Tariano, os Baré (com poucas pessoas) e os Baniwa (incluídos em "outros"), que pertencem à família Arawak.

- Associações Regionais (11)
- ACIRU** Associação das Comunidades Indígenas do Rio Umari
 - ATRIART** Associação das Tribos Indígenas do Alto Rio Tiquié
 - CIPAC** Coordenação Indígena de Pari-Cachoeira
 - OIBV** Organização Indígena de Bela Vista
 - AMIPAC** Associação das Mulheres Indígenas de Pari-Cachoeira
 - ACIRC** Associação das Comunidades Indígenas do Rio Castanha
 - 3 TIIC** Três Tribos Indígenas do Igarapé Cucura
 - OIDSJ** Associação Indígena de Desenvolvimento Sustentável Local
 - ACIMET** Associação das Comunidades Indígenas do Médio Tiquié
 - AMIRT** Associação das Mulheres Indígenas da Região de Taracá
 - ADSIIRT** Associação de Desenvolvimento Sustentável Indígena da Região de Taracá

- Associações Escolares (3)
- AEITU** Associação Escolar Indígena Tuyuka Utapiñoona
 - AEITY** Associação Escolar Indígena Tukano Yupuri
 - AEITYM** Associação Escolar Indígena Tukano Yepá Mahsá

- Associações Escolares ainda em consolidação (4)
- AEITHART** Associação Escolar Indígena Tukano Hupd'ah do Alto Rio Tiquié
 - AEIKB** Associação Escolar Indígena Kisibi-Buá-Desana
 - AECIPY** Associação das Escolas e Comunidades do Povo Yuhupdëh
 - AEITKAP** Associação das Escolas Indígenas Tukano Kolpa Ahkuto Paramerá

- Associações culturais e de mulheres (4)
- AIMTT** Associação Indígena de Medicina Tradicional de Taracá
 - AJIRU** Associação dos Jovens Indígenas do Rio Umari
 - COPCISP** Cooperativa da Comunidade Indígena de São Paulo
 - NUMIRT** Núcleo de Mulheres Indígenas do Médio Rio Tiquié

Iniciativa de Destaque: Manejo de peixes e mapeamentos participativos

Na área da DIA WII muitas iniciativas importantes já foram ou estão sendo desenvolvidas. Dentre elas podemos citar os **inúmeros projetos de pesquisa e educação** indígena diferenciada das escolas Utapiñoona Tuyuka (alto Tiquié) e Yupuri Tukano (médio Tiquié); a produção e comercialização de **cerâmica pelas mulheres** da AMIRT; o manejo da sorva para a **produção do banco tukano**, com fins de comercialização; dentre várias outras. Também vale um destaque para as iniciativas de manejo de peixes e mapeamentos participativos que têm envolvido as comunidades e AIMAs (Agentes Indígenas de Manejo Ambiental) do Tiquié e baixo Uaupés já há alguns anos. Estas são regiões piscosas e com muitos lagos. Mas desde algum tempo os moradores começaram a perceber uma diminuição dos peixes e passaram a se mobilizar para entender os motivos e refletir sobre medidas necessárias para lidar com o problema. Foram realizados vários encontros e oficinas para discussão e elaboração de **planos de manejo**, envolvendo pesquisas, mapeamentos participativos, estabelecimento de regras e **acordos relacionados aos peixes, às pescarias e às áreas de manejo das comunidades**. O conhecimento dos mais velhos sobre as técnicas de manejo, armadilhas de pesca (matapi, jequi, caia), benzimentos, histórias de origem, sistema de restrições e lugares sagrados relacionados aos peixes também foram trabalhados e valorizados.